

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CAIO DE GIOVANI

TERRITORIALIDADES “LGBT” NA CIDADE DE SÃO PAULO -
Uma Análise Têmporo-Espacial (1900-2018)

São Paulo

2018

CAIO DE GIOVANI

TERRITORIALIDADES “LGBT” NA CIDADE DE SÃO PAULO -

Uma Análise Têmporo-Espacial (1900-2018)

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de Geografia
da Universidade de São Paulo, como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Ariza da Cruz

São Paulo

2018

FOLHA DE AVALIAÇÃO

CAIO DE GIOVANI

TERRITORIALIDADES “LGBT” NA CIDADE DE SÃO PAULO -

Uma Análise Têmporo-Espacial (1900-2018)

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de Geografia
da Universidade de São Paulo, como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Aprovado em: _____ de _____ de 2018

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Ariza da Cruz

Prof^a. Dr^a. Simone Scifoni

Prof^o. Dr^o. Bruno Puccinelli

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar sou grato aos meus pais por sempre incentivar meus estudos e apoiar todo e qualquer ímpeto de aprender que tive ao longo de minha vida, proporcionando a possibilidade de me dedicar aos estudos, não tendo sido diferente com a Geografia nem com este trabalho. Agradeço também aos meus irmãos, por termos nos apoiado mutuamente nas incertezas de nossos estudos e vidas, para que, sabendo estar amparados, pudéssemos seguir em frente. Agradeço especialmente minha avó e tio, e demais familiares que me apoiaram nesta jornada.

Sou grato também a família que escolhi por sempre estarem aptos a me ajudar nos inúmeros tropeços que tive nesta caminhada, Maria de Lourdes, Rafael, Pedro, Takahiro, Fernanda, Murilo e Caio. Agradeço também Vivian por seu exemplo dentro da Geografia e por incentivar meus estudos na área desde o começo, assim como na pesquisa. Sou grato a Gabriella por toda a amizade ao longo da graduação e na minha saída do armário, assim como e em especial pela ajuda nas reflexões, incentivos - vide crises de confiança - e ajustes neste trabalho.

Agradeço a Kelly, Sara, Vanessa, Quentin, Jade e Brandon, Joshua e demais membros da *Bishop's University Pride Alliance*, Prof^a Hunting, e demais amigos que fiz durante o intercâmbio, pelo apoio e suporte neste momento único da minha vida, pelas vivências e experiências (especialmente o *Drag Show* e o *Gender and Sexualities Equality Summit*), pelos incentivos e trocas de saberes que me instigaram a estender meus estudos a esta área.

Agradeço aos amigos que fiz durante a graduação, Natalí, Jaqueline, Rodrigo, Larissa, Isadora, Gustavo Henrique, Ariel, Juberlândia, Gustavo, Leandro e demais amigos e colegas pelas boas experiências e debates, por compartilharem dos momentos difíceis na árdua caminhada para tornarmos-nos geógrafos, e agora vivermos como tal.

“Brigadan” as “migans” do “Fôlei FFLCH(er)”, e dos demais times da USP, em especial “mãe Betina” sem cujo apoio, acolhimento e vivências em meio a culturas “LGBTs” eu não teria tido confiança para fazer as escolhas que me trouxeram a este tema e trabalho.

Agradeço aos excelentes professores “de humanas” que tive antes da graduação que me inspiraram a vir para a FFLCH. E de dentro desta agradeço aos excelentes professores que tive durante a graduação, em especial aos do Departamento de Geografia, essenciais para a minha formação como geógrafo, mas também como cidadão crítico. Sou grato à Comissão de Pesquisa da FFLCH pela bolsa pró-pesquisa de Iniciação Científica concedida a mim de 2016 a 2017; e também aos funcionários e demais responsáveis por fazer funcionar a Universidade.

Agradeço a Bruno Puccinelli por servir de exemplo e inspiração para continuar a pesquisa neste tema e a escrever este trabalho, nos diversos eventos, cursos e “trabalhos de campo” dos quais pude participar, além das conversas informais, mas de extrema valia para desenvolver esta pesquisa.

Sou grato à Prof^a Dr^a Rita de Cássia Ariza da Cruz, desde antes de começar esta pesquisa, pelo apoio e voto de confiança nos trâmites do Intercâmbio, sem os quais eu não teria conseguido viver esta experiência de suma importância tanto pessoal quanto acadêmica. Agradeço-a também enquanto competente professora do departamento de Geografia da USP, e em especial enquanto orientadora desta pesquisa, desde o Início por me ajudar a encontrar e definir melhor meu tema e a seguir com a orientação do mesmo, pela paciência, confiança e dedicação frente aos meus altos e baixos ao longo deste trabalho, também pelos incentivos, inclusive o de pleitear uma bolsa de Iniciação Científica. Em suma, pela dedicação e confiança.

Por fim, agradeço aos demais que, mesmo não mencionados, participaram desta jornada.

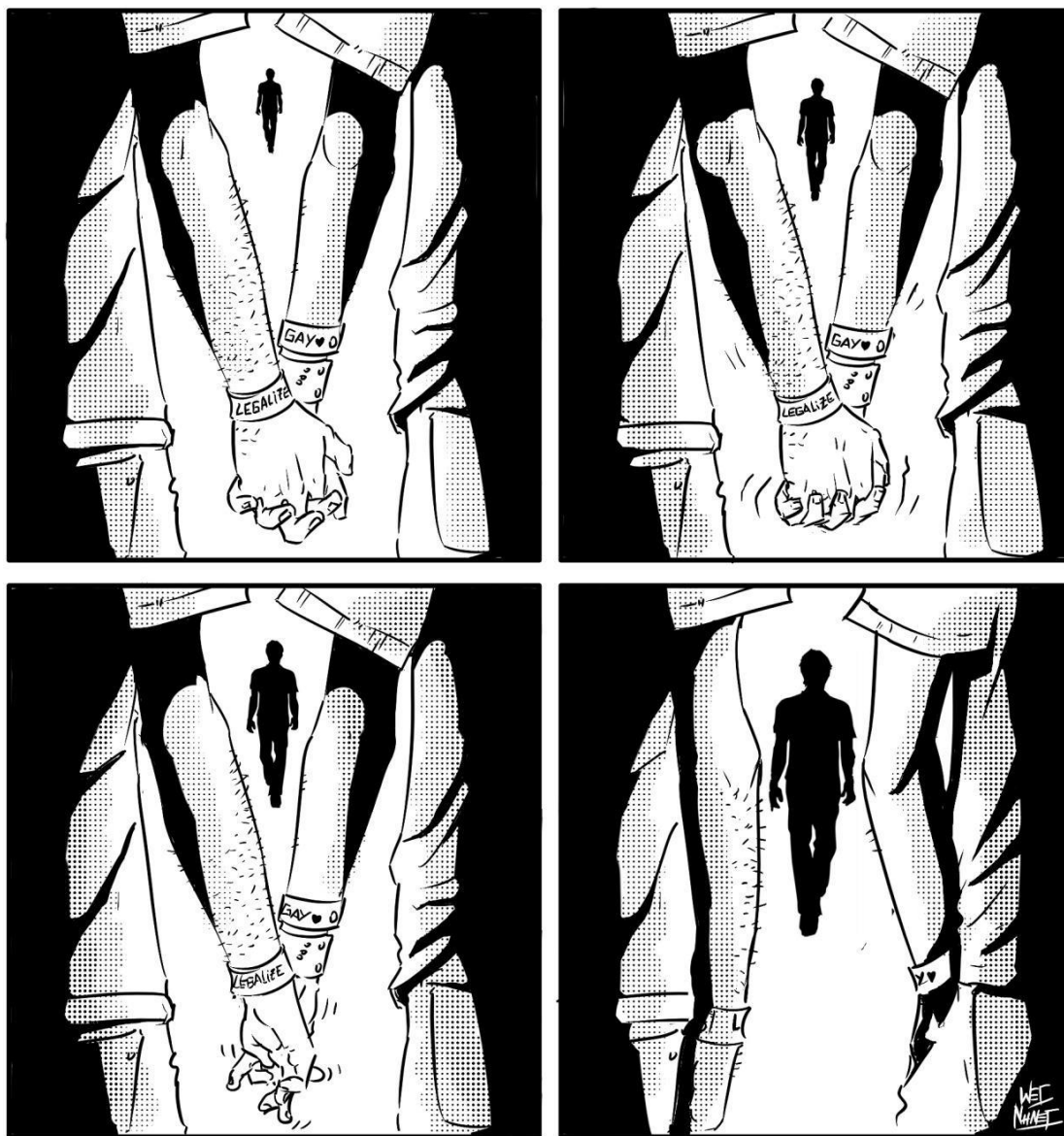


Figura 1 – “Semiótica do Afeto Amordaçado I” - Autoria: Wes Nunes, disponível em: <http://manifestodosquadrinhos.tumblr.com/>

RESUMO

Este trabalho busca apreender história das populações LGBT na Cidade de São Paulo por meio de uma análise espacial, do início do século XIX à atualidade. O que se fez com base em uma revisão bibliográfica referente aos temas abordados, destacando e analisando a questão inerentemente espacial atrelada às questões sociais históricas LGBTs em São Paulo em especial por meio dos conceitos de território e territorialidades, sempre contextualizados aos respectivos períodos históricos, visando a compreender a evolução espacial do fenômeno da territorialização LGBT, que pode ser melhor apreendida em função dos mapas por períodos históricos resultados desta pesquisa. No período de um século tal fenômeno passa de uma territorialização precária, furtiva, socialmente condenável a um evento turístico multimilionário de ampla visibilidade social, representando contraditoriamente tanto avanços jurídico-legais, de visibilidade e inclusão social, quanto uma limitação mercadológica mais evidente enquanto mediadora da real possibilidade de acesso a tais avanços. Contradição que se reflete nas disputas em curso no Centro de São Paulo, marcadas por questões de classe intra LGBTs e os interesses dos atores que produzem tal espaço, além das estatísticas de mortes por LGBTfobia que mostram que o preconceito cultural contra LGBTs continua a ser reproduzido, apesar dos avanços jurídico-legais mencionados, persistindo até hoje o obstáculo da insegurança socioespacial que historicamente os marginalizou.

Palavras-chave: São Paulo; LGBT; Territorialização

ABSTRACT

This work aims to apprehend the history of the LGBT populations in São Paulo City through a spatial analysis from, the beginning of the 19th century to this day. Which was based on a bibliographic review of the themes in matter, highlighting and analyzing the inherently spatial facet linked to the social and historic LGBT processes in São Paulo, specially utilizing the concepts of territory and territorialities, always contextualizing to the respective historic contexts, seeking to understand the spatial evolution of the LGBT territorializations phenomenon, which can be better apprehended due to the historic period divided maps that resulted from this research. In a period of about a century such a phenomenon goes from a furtive, precarious territorialization, as well as socially condemnable, to a multimillionaire turistic event, with broad social visibility, contradictorily portraying both the juridic-legal rights advancements, in a matter of visibility and social inclusion, and a market driven limitation which is made clearer as a mediator of the real possibilities of access to such advancements. Contradiction that is reflected in the disputes currently in course in São Paulo downtown, marked by class related matters within the LGBT populations and the interests of the social actors that produce such spaces, besides the LGBT-fobic motivated deaths data which shows that the cultural prejudice against LGBTs keeps being reproduced, despite the mentioned juridic-legal advancements, persisting to this day the obstacle of the sociospatial lack of security that historically marginalized these populations.

Keywords: Sao Paulo; LGBT; Territorialization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Semiótica do Afeto Amordaçado I” - Autoria: Wes Nunes.....	5
Figura 2 - “Assim Falou Zaratustra” - Autoria: Wes Nunes.....	28
Figura 3 - “Semiótica dos Ciclos III” - Autoria: Wes Nunes.....	32
Figura 4 - O Viaduto do Chá e o Vale do Anhangabaú, tornado parque. Postal com imagem da década de 1920.....	34
Figura 5 - Membros da <i>Turma OK</i> e da rede social de <i>O Snob</i> durante o concurso Miss Traje Típico, Rio de Janeiro, 1963.....	48
Figura 6 - Capa do número 95 de <i>O Snob</i> , Agosto de 1968.....	50
Figura 7 - Secos & Molhados, 1973-1974, com Ney Matogrosso a frente.....	59
Figura 8 - Fachada da boate Medieval.....	66
Figura 9 - Capa do Número “0” do Jornal Lampion da Esquina, de Abril de 1978.....	71
Figura 10 - Jornal Lampion da Esquina – Ano 3, Nº26/ Julho de 1980, Contra-Capa colorida.....	86
Figura 11 - Passeata contra Richetti – 13/06/1980.....	89
Figura 12 - “Sobreviventes de Uma Guerra Esquecida”- Autoria: Wes Nunes..	96
Figura 13 - “O Diálogo das Almas III” - Autoria: Wes Nunes.....	102
Figura 14 - “Quem Chora Pelas Travestis?” - Autoria: Wes Nunes.....	103
Figura 15 - Cartaz da 3ª Parada do Orgulho GLBT, de 1999.....	123
Figura 16 - Foto da 3ª Parada do Orgulho GLBT, de 1999.....	123
Figura 17 - Foto da Avenida Paulista durante a 8ª Parada do Orgulho GLBT, de Junho de 2004.....	155
Figura 18 - Bloco Carnavalesco, Rio de Janeiro, 1937.....	157
Figura 19 - Peças Publicitárias Chilli Pepper Single Hotel.....	163
Figura 20 - Faces frontal e traseira do <i>flyer</i> promocional do Empreendimento Imobiliário Residencial Vibe República.....	167
Figura 21 - Propaganda em mídia impressa do Empreendimento Imobiliário Maxhaus Paulista.....	168
Figura 22 - “Cemitério dos Esquecidos II” - Autoria: Wes Nunes.....	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação dos Encontros Brasileiros de "LGBTs" e "LGBTs que trabalham com Aids", de 1980 até 1997.....	107
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação das taxas de crescimento populacional a partir dos levantamentos censitários entre 1980 e 2010 com destaque para a participação dos distritos da subprefeitura da Sé.....	165
Gráfico 2 - Variação no número de lançamentos verticais residenciais entre subprefeitura da Sé e distritos da Consolação e República.....	166
Gráfico 3 - Percentual de Vítimas fatais LGBT por segmento em 201.....	189

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Área de Sociabilidades Homossexuais 1930, GREEN (2000).....	36
Mapa 2 - Territorialidades “LGBT” 1900 - 1945.....	37
Mapa 3 - Área de Sociabilidades Homossexuais 1960 - “Grande T”, GREEN (2000) - Adaptado.....	52
Mapa 4 - Territorialidades “LGBT” 1945 - 1969.....	53
Mapa 5 - “O Gueto Gay Paulistano” - 1984. Fonte: PERLONGHER (1987)....	76
Mapa 6 - Territorialidades “LGBT” 1969 - 1983.....	77
Mapa 7 - Territorialidades “LGBT” 1983 - 1999.....	115
Mapa 8 - Desconcentração concentrada dos estabelecimentos comerciais “LGBT”/de frequência “LGBT” - de meados de 1980 a meados de 2005.....	118
Mapa 9 - Novos lançamentos Imobiliários no perímetro da subprefeitura da Sé (2011-2016), com destaque as concentrações nas ruas Augusta, Frei Caneca e Consolação (distrito da Consolação), Paim (distrito da Bela Vista) e entre a praça da República e o Largo do Arouche (distritos da República e Santa Cecília.....	166
Mapa 10 - Territorializações “LGBT” 1999 - 2018.....	169
Mapa 11 - Leis de Orientação Sexual no Mundo - Visão Geral, 2017. Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans e Interssexuais.....	187

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 - Introdução Geral.....	11
1.2 - Considerações Iniciais.....	14
1.3 - Considerações Iniciais de Natureza Geográfica.....	14
1.4 - Considerações Iniciais Referentes às Questões LGBT.....	19
2. BASES DO PRECONCEITO NO BRASIL; DAS TERRITORIALIZAÇÕES PRECÁRIAS AOS MOVIMENTOS “LGBT” ORGANIZADOS EM SÃO PAULO.....	23
2.1 - A herança das normas de gênero e do preconceito contra LGBTs no Brasil, sua reprodução social/institucional, e sua relação com os LGBTs, os espaços sociais, e a possibilidade metropolitana de uma “territorialização precária”.....	23
2.2 - São Paulo de 1900 - 1945.....	33
2.3 - São Paulo de 1945 - 1969.....	43
2.4 - São Paulo de 1969 - 1983.....	56
3. LGBTs EM SÃO PAULO, DA AIDS AO MERCADO IMOBILIÁRIO.....	94
3.1 - São Paulo de 1983-1999 - Da Aids às Paradas do Orgulho GLBT.....	94
3.2 - São Paulo de 1999-2012 - O Pink Money e seus desdobramentos socioespaciais nos LGBTs em São Paulo.....	128
3.3 - Turismo “GLS” e a “Maior parada LGBT do mundo”.....	149
3.4 - São Paulo de 2012-2018 – O retorno do interesse do Capital Imobiliário ao Centro de São Paulo e as tensões decorrentes nas territorializações LGBT....	161
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	194
ANEXOS.....	199
Anexo 1 - Código Penal de 1890 - artigos 266, 282, 379 e 399.....	1

1. INTRODUÇÃO

1.1 Introdução geral

Este trabalho busca inicialmente, introduzir algo do conceitual geográfico e das demais áreas do conhecimento que englobam as questões LGBT a serem trabalhadas. Com especial destaque para questões territoriais no que se refere à geografia, numa abordagem integradora das diversas facetas do social, tomado aqui como inerentemente espacial, produto e produtor das relações sociais, sempre em disputa pelos atores envolvidos em suas funcionalidades e subjetividades. Assim como, no que se refere aos LGBTs¹, com enfoque nas questões referentes ao preconceito, e à normatização e essencialização de padrões específicos de sexualidade e gênero ligados à genitália, e as formas como isto se deu historicamente e em especial nas questões socioespaciais destas populações.

Seguindo, iniciamos o Capítulo 2, que busca compreender em três itens o processo histórico das territorializações LGBTs em São Paulo, além de, paralelamente, introduzir questões caras ao objeto de estudo, no que se refere às relações entre condição socioespacial marginalizada, preconceito, espaços sociais, “armário”, e meio urbano metropolitano, contextualizando sempre as reflexões aos períodos abordados.

Tal divisão histórica se deu com base na bibliografia consultada, em especial James Green (2000) e João Silvério Trevisan (2000), tendo como referencial em especial as questões espaciais, que em muito se alinham às questões gerais e diversas envolvendo as questões LGBTs no Brasil, em função da inerente e indissociável relação entre ambas. Primeiramente, com o período das territorializações efêmeras, individuais, pela repetição, nos espaços centrais, parques, praças e banheiros públicos do século XIX ao final do Estado Novo de Vargas em 1945, como o Anhangabaú ou a Praça da República e os cinemas da Av. São João. Depois, com mudanças na natureza urbana de

¹ Conforme abordaremos posteriormente, no item 1.4, dentre outros, o termo “LGBTs” será utilizado de forma a facilitar a leitura do texto, a grafia, e em função da abordagem panorâmica derivada do amplo recorte histórico. Porém, o enfoque deste trabalho se dará na população homossexual masculina, sempre abordando especificidades das outras letras da sigla conforme possível mediante bibliografias e relevância. Ressalvamos também que as terminologias seriam, inclusive, anacrônicas se tomadas com seus sentidos relativamente recentes e/ou contemporâneos, mas ainda assim, procuramos apontar para questões vinculadas como a expressão de gênero em tempos que não se falava em Transsexualidades ou transgeneridades, conforme isto ajudasse na compreensão do contexto histórico e na análise proposta. Pois que um estudo mais aprofundado sobre quaisquer períodos históricos, e/ou populações específicas intra LGBTs, ou outros recortes mais específicos, revelariam as distinções diversidades e especificidades de cada uma delas ao longo da história-geografia aqui trabalhada.

São Paulo, com migrações em massa, e o início de alguma coesão enquanto grupo minoritário, apesar das muitas diferenças e distintas “identidades” que permeavam as populações LGBTs nesta época, de 1945 a 1969, quando das primeiras apropriações de espaços públicos e semipúblicos de forma mais exposta, menos furtiva, além das “turmas” e grupos que se reuniam em casas e apartamentos nas proximidades do Centro da cidade, gestando as bases para a emergência dos movimentos politizados LGBT brasileiros, expandindo os territórios até o Arouche e imediações. Quando em 1969 o AI-5 se faz sentir de forma mais intimidadora nos centros urbanos, e há uma intensificação da repressão de LGBTs em seus territórios mais marcados, como a Galeria Metrôpole, o que não impediu o florescimento de bares e boates declaradamente homossexuais, tanto no Centro, quanto agora nas proximidades da Av. Paulista com a Consolação, em função da expansão econômica das possibilidades de consumo de lazer das classes médias paulistanas. Também em função de eventos e movimentos internacionais, assim como o desbunde² e os movimentos de contracultura nacionais, abrindo espaços de oportunidade aos movimentos lésbicos e negros, em meio aos movimentos contestatórios de esquerda, com o Estado ditatorial como alvo preferencial das manifestações, espaços dos quais os LGBTs também se aproveitaram, e dos quais surgiram o Lampião da Esquina e o SOMOS, primeiro movimento político organizado LGBT, em 1978. Ocupando espaços e dando a cara a tapa, literalmente, como nos casos envolvendo perseguição policial no Largo do Arouche em 1980. Até relativo esvaziamento e enfraquecimento por conta da Aids em 1983.

Depois, no terceiro capítulo, contextualizando a questão da Aids, enquanto devastação no “gueto”³ de São Paulo, além de fazer florescer novamente o preconceito e o estigma social contra LGBTs, esta também se torna um catalisador e agregador dos LGBTs e movimentos remanescentes a se organizarem para dar uma resposta à epidemia, tanto no que se refere à doença em si, quanto à “doença social” que dela derivou. Além de forçar a sociedade a lidar com a Aids, visto que não mais seria

² Conforme abordaremos com maiores detalhes no capítulo 2, item 2.4, o “desbunde”, como ficou conhecido, se refere a mudanças de ordem cultural de contestação dos valores tradicionais brasileiros, com alguns reflexos como o movimento hippie, e questionamentos de padrões de comportamentos sociais de gênero.

³ Conforme abordaremos posteriormente, no item 2.3, o termo “gueto” neste trabalho não carrega a carga conceitual que original, que apontaria para um enclausuramento, segregação, mais fortes, mas sim como um indicativo de uma centralidade de uma área na frequência de fluxos de indivíduos e/ou grupos de homossexuais (“LGBTs”), assim como estabelecimentos ou moradias, mas não em caráter predominante, relativamente absoluto, como em sua concepção original. Tendo sido escolhido também em função de seu uso informal para fazer referência por parte dos frequentadores destas centralidades-territorialidades “LGBT”. E portanto será sempre utilizado entre parênteses.

possível ignorar e invisibilizar as questões LGBT por conta do vírus. Surgindo das novas mobilizações o reconhecimento do Estado, que passa a ser espaço de disputa e apoio à partes dos movimentos LGBT, e seguindo uma tendência internacional, conforme a associação “Aids-LGBTs” enfraquece, agora visíveis, os LGBTs se integram à sociedade, em especial via mercado. Passando assim a ser vistos também como um segmento de mercado específico, com o surgimento do “GLS”, cujos reflexos especiais mais expressivos são as expansões além “gueto”, para o “gueto expandido” na “região dos Jardins”, predominantemente no bairro de Cerqueira César, assim como uma dispersão mais ampla, mas sempre próxima do “gueto e gueto expandido”. Em meio à este cenário, das contradições entre Estado, mercado, movimentos LGBTs e sociedade em geral, o fenômeno das paradas do orgulho GLBT surge, firmando-se como reflexo destas contradições na sua terceira edição, de 1999.

A partir daí, de 1999 a 2012, aprofundam-se as contradições supracitadas, e o mercado passa a se envolver cada vez mais, migrando de um enfoque de LGBTs para LGBTs, para uma estratégia de *marketing* mais ampla. Apesar dos inegáveis avanços que o mercado propiciou à causa, em especial no quesito da visibilidade, este tem seus fins com relação ao movimento LGBT e sua busca de direitos questionados por parte dos ativistas. Espacialmente, então, a região “Jardins” move-se paulatinamente em direção ao Centro, na medida em que prossegue a diluição social e espacial LGBT cidade afora, em especial pela via do consumo. Mudam, portanto, os modos como se espacializam e as relações subjetiva e simbólica destas populações com os territórios e seus modos de territorialização. Destas mudanças, cada vez mais mediadas pelo mercado, que avaliamos em sua relação com o turismo e as paradas no item 3.3, de meados de 2012 ao momento atual, surgem contradições inclusive de ordem espacial, ao se considerar recortes intra LGBTs, na medida em que a memória de luta LGBT do Centro é evocada para vender apartamentos e um “estilo de vida”, ao mesmo tempo em que busca expulsar LGBTs periféricos que não se enquadram no “tipo ideal de gay”, e muito menos do “Pink Money” que estes podem despende.

Por fim, concluímos avaliando as contribuições e limites do trabalho para a compreensão do fenômeno LGBT em São Paulo, do início do século XIX à atualidade, considerando que apesar de muitos avanços, ao se pensar a situação LGBT ao longo deste amplo recorte histórico, contradições envolvendo a coexistência de assassinatos de LGBTs e marginalização socioespacial, em especial dos segmentos “T” da sigla, com avanços jurídico-legais em direção à cidadania LGBT, e pleno uso (geralmente pelo

consumo) do espaço público, continua a existir enquanto um grave problema como demonstram os relatórios anuais de mortes LGBT do Grupo Gay da Bahia. De forma que a condição social LGBT ainda condiciona, de forma limitante, as possibilidades espaciais LGBTs, numa distância entre aparentes avanços e efetividade no usufruto destes avanços, com a persistência da herança cultural preconceituosa e estigmatizante dos indivíduos LGBTs.

1.2 Considerações Iniciais

Visando introduzir o tema do estudo, se faz necessária breve explanação inicial sobre os objetos e método, no que se refere a alguns conceitos, categorias, e termos. No caso, sobre como se dará a abordagem conceitual geográfica, e quem são os indivíduos LGBTs à que se refere a pesquisa, e as relações entre eles e o espaço, e mais especificamente o município de São Paulo, ao longo do recorte histórico proposto em projeto. Tal explanação, no entanto, não tem caráter exaustivo visto que serão introduzidas perspectivas e abordagens complementares conforme a necessidade analítica de cada período histórico ou caso a ser analisado.

1.3 Considerações Iniciais de Natureza Geográfica

Objetivamos aqui apontar quais são as categorias, os conceitos, os termos, e suas concepções, bem como a maneira como nos pareceu interessante articulá-los em função dos objetivos da pesquisa.

Partindo da categoria de espaço, conforme proposições da Geógrafa Doreen Massey:

Primeiramente, que reconhecemos o espaço como o produto de interrelações; enquanto constituído através de interações, da imensidade do global ao intimamente pequeno. Segundo, que compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade num sentido da pluralidade contemporânea; como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, sem multiplicidade; sem multiplicidade, sem espaço. Se o espaço é, de fato, produto de interrelações, deve, então, ter na existência da pluralidade seu pressuposto. Multiplicidade e espaço enquanto co-constitutivos. Terceiro, que reconhecemos o espaço enquanto sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta leitura, é um produto de interrelações, relações que

necessariamente estão embutidas em práticas materiais que devem ser realizadas, é que está sempre no processo de estar sendo feito. Nunca está terminado; nunca fechado. Talvez possamos imaginar o espaço como a simultaneidade de histórias até aqui (2005b, p.9, tradução livre)⁴.

Conforme é possível depreender do excerto acima, o espaço é sempre dinâmico e contraditório, produzido por interesses diversos, de diversas e múltiplas magnitudes; o espaço seria então resultado e resultante, num movimento dialético, de caráter processual do jogo de relações sociais entremeados em distintas intencionalidades. Tal movimento inerente ao espaço seria sempre mutável e, conforme Massey (2005a, p.4), ao equiparar “sociais” e “de poder”, sempre uma (ou mais) relação(ões) de poder, de jogos de poder e, portanto, potencialmente de disputa. Pois em toda relação de poder as forças e interesses envolvidos são díspares, desbalanceadas, pendendo portanto, para o interesse hegemônico, mais poderoso. Mesmo que os interesses hegemônicos não se deixem ser/não sejam percebidos como tal em meio à naturalização de suas influências e ações como o normal ou natural.

Em suma, conforme sintetizado por Massey (2005a):

O ‘espacial’ então, conforme se argumenta aqui, pode ser entendido como sendo construído a partir da multiplicidade de relações sociais perpassando todas as escalas espaciais, do alcance global das finanças e telecomunicações, através da geografia dos tentáculos do poder político, até as relações sociais dentro das cidades, dos assentamentos, das casas e locais de trabalho. É uma maneira de pensar em termos de sempre mutáveis geometrias de relações sociais/de poder, que força a visibilidade das reais multiplicidades do espaço-tempo. É uma visão de espaço oposta àquela que o vê como liso, superfície imóvel, estático [...] – que é o mesmo que vê-lo como oposto da História, e consequentemente despolitizado. O Espacial é aberto a ambos, e um elemento necessário, na/à política, no mais amplo sentido da palavra (2005a, p.4, tradução livre)⁵.

⁴ No Original: “First, that we recognize space as the product of interrelations; as constituted through interactions, from the immensity of the global to the intimately tiny. Second, that we understand space as the sphere of the possibility of the existence of multiplicity in the sense of contemporaneous plurality; as the sphere in which distinct trajectories coexist; as the sphere therefore of coexisting heterogeneity. Without space, no multiplicity; without multiplicity, no space. If space is indeed the product of interrelations, then it must be predicated upon the existence of plurality. Multiplicity and space as co-constitutive. Third, that we recognize space as always under construction. Precisely because space on this reading is a product of , relations which are necessarily embedded material practices which have to be carried out, it is always in the process of being made. It is never finished; never closed. Perhaps we could imagine space as simultaneity of stories-so-far.”

⁵ No original: “ ‘The spatial’ then, it is argued here, can be seen as constructed out of the multiplicity of social relations across all spatial scales, from global reach of finance and telecommunications, through the geography of the tentacles of national political power, to the social relations within the town, the settlement, the household and the workplace. It is a way of thinking in terms of ever-shifting geometry of social/power relations, and it forces into view the real multiplicities of space-time. It is a view of space opposed to that which sees it as flat, immobilized surface, as stasis, even as no more than threatening chaos – the opposite of stasis – which is to see space as the opposite of History, and

Haesbaert, reconhecendo tais concepções no desenvolvimento de novas propostas de conceptualizações acerca de territórios e territorialidades, chama a atenção para a possibilidade e a importância de se estudar também estas escalas das dinâmicas espaciais locais, não enquanto negação da verticalização promovida pelos atores hegemônicos do capitalismo, ou dos discursos normativos dominantes, mas sim enquanto mais uma faceta na multiplicidade de relações multiescalares que compõe o espaço enquanto processo e, em última instância, como possibilidade de resistência à suposta pretensão homogeneizante hegemônica, repressora de discursos contra-dominantes.

Trata-se, no conjunto, de compreender e analisar um espaço-território que é sempre, e ao mesmo tempo, espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, e espaço diferentemente apropriado (concreta e simbolicamente, utilizando a distinção lefebvriana entre dominação e apropriação), através do qual se produzem símbolos, identidades, enfim, uma multiplicidade de significados que operam em conjunto com funções estratégicas, variando conforme o contexto em que são construídos. Este espaço geográfico que participa ou compõe, direta e indiretamente, nossas relações cotidianas, com seus muros, fronteiras, suas infovias, suas imagens, seus fluxos, suas “rugosidades”, este é o grande universo que, aqui e ali, tímida ou mais incisivamente, procuramos desenhar nossos “territórios alternativos”. Alternativos, aqui, no sentido da crítica aos espaços hegemônicos, que se alia à esperança por uma “alternativa” que, literal e metaforicamente, permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todas as matizes. Mas alternativos, também, no sentido de novas perspectivas teóricas para analisar o espaço dos homens que, como destacamos no último texto, superem a dicotomia entre sensibilidade e razão, experiência e representação (...). (HAESBAERT, 2002, p.10-11).

Partindo destas concepções de espaço, enquanto constituinte e constituído inerentemente das relações sociais, o espaço contém e reflete tanto a possibilidade de harmonia do diverso como a possibilidade do conflito deste mesmo diverso. Isto se dá porque sendo o espaço e a multiplicidade co-constitutivos, tais relações sociais seriam, também, relações de poder. Portanto, diversas ações com intencionalidades distintas, e por vezes conflitivas, configuram-se em disputas de dominação e apropriação do/no/pelo espaço. Disputas cujos reflexos se dão de maneira difusa, múltipla e diversa, nas produções de materialidades, em seus usos específicos e atribuições simbólicas, porém apreensíveis, em alguma medida, na materialidade do espaço.

Além da tradicional abordagem da organização econômica produzindo sua divisão territorial do trabalho, é preciso reconhecer que o espaço sobrepõe a esta função produtiva, e às vezes de modo ainda mais enfático, uma função político-disciplinar e simbólica (HAESBAERT, 2002, p.13).

the (consequently) depoliticized. The Spatial is both open to, and a necessary element in, politics in the broadest sense of the word”.

Conforme trabalho posterior, Haesbaert (2007) aponta para uma proposta de caráter integrador, ao analisar obras nas quais os usos e enfoques do território estivessem sempre “unidimensionais”, que leve em consideração as distintas e indissociáveis, embora alternantes em termos de prevalência, dimensões do espaço social. Em termos gerais, sua concepção de território, coloca que:

(...) Seja em que sentido for, uma leitura integrada do espaço social é hoje relativamente pouco comum, como se pode depreender das próprias abordagens “unidimensionais” aqui comentadas. Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”, ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2007, p.79).

Chama atenção, também, para a necessidade da contextualização, pois “Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial”” (Haesbaert, 2007, p.20). Seria assim impossível analisar um grupo sem levar em consideração que da existência social inere condizente existência/manifestação espacial, bem como também se faz necessário entender as especificidades de cada objeto a ser analisado também de forma contextualizada, em cada momento do tempo, em suas participações nos jogos de poder. Como ressalta ao discutir a “hibridização” social no espaço, aqui entendido como um aprofundamento, ou maior expressão dos diversos contatos de diversos atores ou mais especificamente culturas, no processo constitutivo do espaço social (Haesbaert, 2007, p.229):

A hibridização deve ser vista em suas diversas modalidades, ou, para inserirmos aqui a expressão de Massey, em suas múltiplas “geometrias de poder”, ou seja, é vivenciada, de formas muito diferentes dependendo do grupo social, da etnia, do gênero e do contexto histórico e geográfico que estamos abordando. (HAESBAERT, 2007, p.230)

Neste sentido, e levando em consideração que esta pesquisa se envereda por uma análise têmporo-espacial, se faz necessário também atentar para a devida contextualização histórica, assim como do próprio território e como se manifestava, levando em consideração os jogos de poder e relações e articulações das diversas

esferas anteriormente apontadas como constituintes de uma noção integradora do espaço e do território.

É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo. (HAESBAERT, 2007, p.79)

Feitas as ressalvas referentes às contextualizações nas possibilidades de uso das conceptualizações trabalhadas por Haesbaert em suas obras, se faz necessário entender como trabalhar o conceito de território na compreensão do espaço enquanto processual, resultado e resultante de relações sociais, conforme abordado no início destas considerações. O autor coloca então a necessidade de compreender que todo processo de territorialização, dependendo das perspectivas de análise e dos interesses e controles envolvidos, é sempre um ou mais, processos de desterritorialização e reterritorialização, indissociáveis e inerentemente conjugados enquanto par dialético.

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta por seus desterritorializadores” (HAESBAERT, 2007, p.259).

Enquanto possibilidade analítica, esta concepção permite que conceitualmente possamos atribuir as intencionalidades e os objetivos dos agentes, dos sujeitos dos processos territorializadores em suas ações dominantes e/ou apropriativas, iluminando a relação entre sujeitos, intencionalidades e espacialidades e seus reflexos no controle das espacialidades, ou, das territorialidades de outros grupos. Quando um grupo ao territorializar-se desterritorializa outro, privando-os da autonomia decisória de suas práticas sociais-espaciais, ele abre a possibilidade de uma (ou mais) reterritorialização(ões), numa busca por autonomia, em função de intencionalidades próprias, enquanto resistência e/ou subversão, dependendo dos casos e perspectivas. Assim, afirma Haesbaert:

Esta constatação, muito mais do que um mero jogo de palavras, é extremamente importante, pois implica identificar e colocar em primeiro plano os sujeitos da des-re-territorialização, ou seja, quem des-territorializa quem e com que objetivos. Permite também perceber o sentido relacional desses

processos, mergulhados em teias múltiplas onde se conjugam permanentemente distintos pontos de vista e ações que promovem aquilo que podemos chamar de territorializações desterritorializantes e desterritorializações reterritorializadoras (2007, p.259).

O que se configura para alguns enquanto desterritorialização pode ser para outros uma reterritorialização, a depender das relações e demais variáveis e mediante contextualizações envolvidas no processo a ser analisado, assim como num sentido inerentemente multiescalar, o que pode aparecer enquanto desterritorialização em uma dada escala ou nível espacial pode ser interpretado, ou estar se manifestando enquanto reterritorialização em outra (HAESBAERT, 2007, p.366-367).

Podemos, então, sintetizar, afirmando que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionarmos perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade (HAESBAERT, 2002, p.121).

As considerações acima buscam sintetizar a noção geral de território que será operacionalizada neste trabalho enquanto categoria e possibilidade de análise da espacialidade da população LGBT ao longo do tempo na cidade de São Paulo, conforme proposto em projeto. Apesar desta sintetização, buscamos apontar para aspectos gerais deste instrumental teórico, assim como para uma necessidade de contextualização e conseqüente variação mediante os distintos momentos em que será chamada a iluminar os objetos de análise.

1.4 Considerações Iniciais referentes às questões LGBT

Agora se faz necessária breve explanação inicial, em linhas gerais, acerca dos sujeitos que foram estudados nesta pesquisa, a população LGBT, compreendida esta em um contexto social e histórico conflituoso e contraditório. Cabe aqui também ressaltar que não se trata de uma explanação em caráter exaustivo, pois que a cada momento histórico pretende-se complementar a caracterização desta população conforme a bibliografia consultada e o contexto brasileiro.

Dito isto, a população LGBT, cuja sigla faz referência a indivíduos que se identificam enquanto lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, além de conter também diversas outras possibilidades de sexualidades e identidades de gênero, sempre existiu em nossa sociedade⁶. Contudo, nem sempre houve categorização como a que vemos hoje, de forma que poderemos nos referir, com a finalidade de facilitar a transmissão do conceito, mesmo que anacronicamente, aos grupos ou populações enquanto tal, contextos históricos em que não se utilizava tais termos, fazendo as devidas ressalvas. No geral, trata-se de indivíduos cuja sexualidade e/ou identidade de gênero divergem daquelas que foram constituídas enquanto normas na maior parte da sociedade ocidental. As identidades de gênero e sexualidade dadas como norma atualmente são: a heterossexualidade, e a identidade cisgênero binarizada em homem e mulher⁷.

As populações/pessoas fora da norma estrutural, ao longo do tempo, foram perseguidas, discriminadas, assassinadas, etc. pelo simples fato de ser quem são, visto que não se enquadram na expectativa normativa do *paradigma heterossexual compulsório*; segundo Whitehead et al.(2013) “As ideias e valores que são promovidos pela sociedade através de instituições como a lei, a mídia, e a religião visando a impor a heterossexualidade como a norma” (p.79, tradução livre)⁸. Assim, em outros termos, e incluindo a questão da identidade de gênero, compondo a cis-heteronormatividade, na medida em que tais comportamentos são tidos como naturais, e tudo o que neles não se enquadra, é julgado como condenável.

É válido apontar também que dentro deste paradigma há um sistema que, apesar de já ter sido questionado e desconstruído por algumas vertentes científicas, imperou e ainda se mostra fortemente presente, dentro do qual distintas “partes” da subjetividade individual seriam amarradas e confundidas entre si, constituindo o binário de “gêneros inteligíveis” socialmente. Referimo-nos à ideia de que sexo biológico, identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero (dentre outros aspectos, inclusive de

⁶ Utilizaremos aqui a sigla “LGBT” de forma a facilitar a grafia, porém as letras podem variar conforme contexto social, ou finalidade do uso, visando a incluir outras expressões e/ou outras possibilidades identitárias (Por exemplo LGBT+, LGBTTTQI, etc.). Podendo, então, fazer referência às demais possibilidades identitárias, mesmo que não incluídas graficamente na sigla como a utilizaremos.

⁷ Sendo cisgênero um indivíduo que se identifica com o gênero que lhe foi designado no momento do nascimento com base em seus genitais (WHITEHEAD et al., 2013, p.134).

⁸ No original: “ Compulsory heterossexual paradigm - The ideas and values that are promoted by society through institutions such as the law, the media, and religion in order to impose heterossexuality as the norm.”

ordem comportamental em sociedade), mesmo sendo independentes entre si, estariam sempre amarrados mediante o sexo biológico dos indivíduos em questão.

Tal coerência inteligível foi socialmente construída, essencializada e naturalizada da seguinte forma para os homens: sexo biológico (pênis-macho) – identidade de gênero (masculina) – papel social de gênero (masculino) – expressão social do papel social de gênero (masculino) – orientação do desejo afetivo-sexual (heterossexual) – prática sexual (heterossexual) – posição sexual (ativa). Já, para a mulher foi: sexo biológico (vagina-fêmea) – identidade de gênero (feminina) – orientação do desejo afetivo-sexual (heterossexual) – prática sexual (heterossexual) – posição sexual (passiva). O conceito de “gênero” reúne aspectos biológicos, psicológicos, sociais e históricos associados àquilo que foi denominado de feminino, por um lado, e masculino, por outro. (Rubin & Butler, 2003; Saffioti, 2004; Santos, 2013; Sedgwick, 1993 apud ANTUNES, 2017, p.192).

Assim, todo indivíduo que não se adeque, ou não expresse este sistema de “gênero inteligível”, conforme mencionado, foi e ainda é marginalizado socialmente. Cabendo também aqui os extremos da homofobia internalizada, ou seja, os suicídios dos indivíduos LGBT (que incluem desde o indivíduo que se nega, visto que socializado na expectativa compulsória da cis-heterossexualidade, são eles mesmos os primeiros a se negar por não cumprirem com o que lhes foi ensinado como o correto, o “natural”⁹; até o indivíduo que, mesmo se aceitando enquanto diferente, desiste de tentar viver numa sociedade que o nega em função de todas as mazelas físicas e psicológicas que isso lhes causa/possa vir a lhes causar). Assim, exatamente por não se enquadrarem dentro dos moldes da expectativa social referida acima, seriam os LGBTs alvo de preconceitos, que “de forma sucinta, pode ser definido como uma atitude hostil ou negativa para com determinado grupo, baseada em generalizações deformadas ou incompletas” (NUNAN, 2003, p.59), ou seja, estereotipificações e a decorrente discriminação em suas diversas possibilidades e diversas gradações.

As causas sociais do preconceito (aprendizagem, conformidade e categorização) sugerem que este fenômeno é criado e mantido por forças sociais e culturais. Assim, de acordo com a teoria da aprendizagem social, preconceitos e estereótipos seriam parte de um conjunto de normas sociais, isto é, as crenças de uma sociedade acerca dos comportamentos que são corretos e permitidos (NUNAN, 2003, pp.67-68).

Em perspectiva analítica complementar, seriam os LGBTs levados à estigmatização social:

⁹ Sempre que utilizar os termos natural e não-natural entre aspas, estaremos nos referindo à percepção social enquanto natural ou não-natural, mas que na verdade correspondem respectivamente à naturalizações, e ao que não se enquadra nestas naturalizações.

Assim, um indivíduo estigmatizado tem (real ou imaginariamente) atributos ou características que exprimem uma identidade social que é depreciada em contextos particulares. Uma pessoa estigmatizada é alguém cuja identidade social, ou pertencimento a uma categoria social, questiona sua plena humanidade: a pessoa é defeituosa aos olhos dos outros e está inabilitada para a aceitação social integral (Crocker e cols., 1998). (...) Neste sentido, uma imagem estigmatizante pode ser comparada aos estereótipos descritos acima, visto que sua presença contamina as nossas atitudes e comportamentos com relação ao indivíduo estigmatizado, além de elas também serem internalizadas por este. Não obstante o fato de que uma determinada característica (física ou mental) possa sinalizar a pessoa como tendo uma identidade social depreciada, esta identidade é socialmente construída, não natural. Isto significa que (...) o que é depreciado não é o estigma em si, mas o que ele simboliza (NUNAN, 2003, pp.71-72).

Variando conforme os contextos históricos e geográficos, e reiterados por diversos saberes e relações de poder socialmente legitimadas, como a religião, o estado/lei, a medicina, a psiquiatria/psicologia, etc. conforme abordaremos nos capítulos a seguir, estariam os LGBTs sempre em alguma medida enquadrados numa condição social inferior, “não natural” etc. Enquanto fenômeno social, e dentro da perspectiva analítica proposta para análises de ordem espacial que tomam sociedade e espaço social enquanto dimensões gêmeas, sendo portanto co-constitutivos, o estigma social construído sobre a população LGBT teria na espacialidade, inerentemente, seus reflexos. Portanto, as possibilidades de espacialização LGBT estariam também cerceadas, controladas, negadas, ou conforme Haesbaert, suas manifestações estariam sendo “desterritorializadas” por intencionalidades alheias. Mesmo que estas o sejam de forma insidiosa, porque naturalizadas no reflexo espacial do paradigma cis-heterossexual compulsório, ou em outras palavras, da “natureza” assumidamente cis-heterossexual do espaço.

Feitas estas considerações iniciais, procurando introduzir o conceitual geográfico base para a análise, bem como caracterizar a população objeto do estudo, além de apontar para a problemática espacial decorrente das especificidades destes indivíduos/população, no próximo capítulo procuraremos, já contextualizando a cidade de São Paulo, ampliar o estudo no que se refere à problemática espacial/social dos indivíduos em questão.

2. BASES DO PRECONCEITO NO BRASIL; DAS TERRITORIALIZAÇÕES PRECÁRIAS AOS MOVIMENTOS “LGBT” ORGANIZADOS EM SÃO PAULO

A periodização adotada neste item segue a proposta de Green (2000), no livro “Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX”, cuja análise se centra nos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Apesar do enfoque da obra não ser geográfico, ela aponta contextos e mudanças históricas importantes para os indivíduos homossexuais, que afetaram os espaços por estes frequentados e ocupados, de forma que nos pareceu coerente utilizar suas periodizações. Já o terceiro período deste capítulo, embora também seja a periodização de Green, em função da bibliografia e de eventos relevantes, consideramos válido estendê-la até 1982 (sendo que o livro de Green originalmente vai até 1980). A princípio acreditamos ser válido explorar as origens do preconceito, bem como as formas e discursos por meio dos quais este se consolidou e reproduziu na sociedade brasileira, em especial nos meios urbanos metropolitanos, assim como traçar suas relações com os atores envolvidos nas relações socioespaciais nas quais se centra este estudo.

2.1 A herança das normas de gênero e do preconceito contra LGBTs no Brasil, sua reprodução social/institucional, e sua relação com os LGBTs, os espaços sociais, e a possibilidade metropolitana de uma “territorialização precária”.

Dentro do referencial teórico apresentado nas considerações anteriores, correlacionando as duas partes expostas separadamente, cabe agora compreender em linhas gerais como se desenvolveram no Brasil as normas sociais acerca do gênero, e

como estas se constituíram enquanto intencionalidade repressora e cerceadora das possibilidades de espacialização de indivíduos e/ou grupos desviantes destas normas. Controle exercido em função das manifestações e “expressões de gêneros não inteligíveis”, levando em consideração os “gêneros inteligíveis” naturalizados supracitados no Capítulo 1, item 1.4. Culturalmente construídas, internalizam-se nas e pelas instituições, reificando sua naturalização e legitimando seu controle sobre aquilo e aqueles, então, “não naturais”.

No Brasil, originariamente, como em boa parte do mundo ocidental, a herança cultural do preconceito contra “LGBTs”¹⁰ se deu por meio da religião católica, ainda enquanto colônia da metrópole Portugal. O código penal português prevalecia, conforme transposto à colônia, e neste, conforme ofício da Santa Inquisição, havia a tipificação de diversos pecados, dentre os quais a sodomia, que incluía a prática de sexo anal como uma de suas possíveis caracterizações¹¹. As confissões poderiam contar com torturas, e as punições variavam de caso em caso, no pior deles a fogueira (apesar de ter sido pouco aplicado, mesmo constando nas ordenações), passando por degredo (exílio), trabalhos forçados em navios de guerra, chicoteamentos públicos, contando sempre com confisco público de bens pela coroa e igreja (TREVISAN, 2000, p.131, 149; GREEN, 2000, p.55). Segundo trecho das ordenações Filipinas, vigentes na colônia entre 1603 e 1822, no que se refere à caracterização e conseqüentemente à construção do imaginário social em torno da prática da sodomia, nelas se determinava que

‘toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado, e feito por fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos seus bens sejam confiscados para a coroa de nosso reino, posto que tenha descendentes; pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inábeis e infames, assim como os daqueles que cometeram crime de lesa majestade’ (JALLOVI, 1980, pp. 17-19, apud TREVISAN, 2000, p.164).

Inclusive, a confissão de pecados, ou a denúncia de pecadores era encorajada, sob o “Tempo da Graça”, denúncias estas que poderiam ser anônimas, visando abrandar as penas que receberiam pelos seus próprios pecados, ou evitar que a omissão fosse descoberta posteriormente, visto que não denunciar poderia também incorrer em

¹⁰ Conforme ressalva feita anteriormente, usaremos aqui o termo LGBTs para referir-nos às pessoas que à época seriam classificadas enquanto tal nos dias de hoje.

¹¹ Note-se que à época a prática era a razão da punição, ou seja, ainda não se havia substantivado ao indivíduo os adjetivos que caracterizam o ato condenável. Praticava-se a sodomia, não se era sodomita. Porém, com o tempo, passou-se a atribuir pejorativamente aos indivíduos tal nomenclatura. Bem como associação mais específica com a homossexualidade.

punição, podendo incluir multas e penitência ou açoite público. “Em outras palavras, as pessoas deviam se delatar umas às outras. Qualquer cidadão tinha direito mas também obrigação de fazer denúncias (...)” (TREVISAN, 2000, p.131-132). Aqueles que o fizessem, no que se refere à sodomia, seriam agraciados com metade dos bens confiscados do acusado, ou caso este não os tivesse, agraciado com alguma quantia paga pela coroa. (TREVISAN, 2000, p.165).

Esta breve reconstituição nos interessa na medida em que é neste processo que se colocam as bases para o preconceito culturalmente internalizado e naturalizado que perdura até hoje, ainda que ressignificado. Nas palavras de Trevisan, sobre a questão das denúncias: “O resultado era, naturalmente, assustador pelo clima de vigilância e controle social instaurados” (2000, p.131). Bem como as possibilidades de oportunismo, chantagem e suborno, mas também, a vigília social mútua em função da moral dominante, assim como a disputa pelo controle dos processos inquisitoriais, e o decorrente poder sobre quem fosse então considerado pecador, e sobre seus bens (TREVISAN, 2000, p.129).

Posteriormente, no Império, cujo código penal de 1830 se baseava no que de mais avançado havia na época, em especial no código francês, o crime de sodomia ou quaisquer menções análogas foram completamente descartados, visto que sob um ponto de vista legal, os juristas franceses consideraram que relações sexuais entre adultos não deveriam ser de interesse ou intervenção da lei “se exercida sem violência ou indecência pública” (TREVISAN, 2000, p.166; GREEN, 2000, p.57). Porém, já neste código imperial constavam leis que se referiam a “ofensas contra a moral e os bons costumes”, as quais seriam atualizadas e reiteradas no código penal da república em 1890. Tais artigos, que constam em anexo (anexo 1), seriam os seguintes: 266 - atentado contra o pudor pessoal, 282 - atentado público contra o pudor, 379 - uso de nome suposto ou outros disfarces, e 399 - vadiagem (GREEN, pp.57-59).

Juntas, essas quatro provisões impuseram restrições legais àqueles que se congregassem em espaços públicos no intuito de encontrar pessoas de seu mesmo sexo interessadas em relacionar-se eroticamente. As provisões deram à polícia o poder de encarcerar arbitrariamente homossexuais que mostrassem em público um comportamento efeminado, usassem cabelos longos, roupas femininas ou maquiagem, ganhassem a vida com prostituição ou aproveitassem o abrigo dos arbustos nos parques para desfrutar de um contato sexual noturno. A sodomia havia sido descriminalizada no início do século XIX. Contudo, códigos penais com noções vagamente definidas de moralidade e decência pública, assim como provisões que limitavam o travestismo e controlavam rigidamente a vadiagem forneciam uma rede jurídica pronta para capturar

aqueles que transgredissem as normas sexuais aprovadas socialmente. Embora a homossexualidade em si não fosse tecnicamente ilegal, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar esse comportamento (GREEN, 2000, p.58).

Concomitantemente, alimentando a lógica por detrás deste código penal, dando suposta legitimidade para ele, diversos saberes clamaram para si o poder de determinar e controlar os indivíduos LGBT. Clamando para si a pretensa neutralidade e a aura de legitimidade da ciência, higienistas, juristas, médicos, psiquiatras, criminalistas, disputavam o protagonismo sobre o discurso do que e como era anormal/ “não natural”, taxando-os e classificando-os de imoral, crime, doença, desvio, degeneração etc. “É comum que um sistema de controle se modernize apenas para sofisticar seu controle” (TREVISAN, 2000, p.171), ou seja, num sentido geral, complementavam-se entre si, com variadas bases e argumentos, porém na prática acabavam por dar legitimidade, seja legal, seja científica, ao preconceito social de bases morais religiosas já culturalmente consolidado, mesmo que na disputa interna argumentassem uns contra os outros, ou mesmo contra o próprio discurso condenatório religioso. Ou seja, reproduzindo e inclusive reforçando as ideias e valores que fundamentam a cis-heteronormatividade.

Tais processos se deram de forma sucessiva, mas também paralela ao longo do século XIX, inicialmente com os higienistas, mas principalmente nas últimas décadas do século XIX, e até meados dos anos 40 no Brasil, tendo a homossexualidade

(...) sido intensamente estudada, classificada e patologizada. Embora esse processo tenha se iniciado no fim do século XIX, a consolidação do papel dos profissionais médicos e legais sob a república Velha (1889-1930) e o governo Vargas (1930-1945) diante do estado facilitou a “medicação” do homossexual. Esses profissionais venceram a queda-de-braço para decidir a jurisdição sobre o assunto, embora tivessem de dividir sua autoridade com a polícia e o Estado (GREEN, 2000, pp.236-237).

Em função da então repudiada Alemanha nazista¹², não seria mais aceitável endossar as teorias deterministas eugenistas que influenciaram fortemente os enunciadores dos discursos supracitados no Brasil, e a pesquisa e escritos sobre o assunto com este viés cessaram (GREEN, 2000, pp.127-128, 236). As informações hoje amplamente refutadas destes saberes acabaram dando origem a manuais sexuais, que

¹² Na Alemanha nazista, os homossexuais recebiam a marca do triângulo rosa, que os caracterizava como a “escória da humanidade”, tendo sido utilizados para os piores trabalhos forçados, práticas de tiro ao alvo, assim como experimentos médico-científicos desumanos, visando a encontrar o suposto “gene homossexual” ou os defeitos biológicos que os teriam levado a ser homossexuais, na tentativa de curá-los. Diante da ineficácia dos tratamentos, a maioria acabou morrendo ou sendo castrados (ANTUNES, 2017, pp.84-86).

perduraram até meados da década de 1970, quando mudanças sociais levaram tais teorias e manuais a serem progressivamente descartados (GREEN, 2000, p.137).

Com base nos discursos pseudocientíficos mencionados, revestidos da aura da neutralidade e cientificidade, o Estado e suas instituições instituíram relações de poder hierárquicas com as populações LGBT, tendo criminalizado, controlado, reprimido e cerceado as manifestações desses indivíduos, bem como prendido, internado e conduzido a tratamentos análogos à tortura visando “curá-los” em função da patologização resultante dos processos apontados, além de dar brecha para subornos, extorsões e chantagens, muito praticadas por policiais, assim como agressões e assassinatos visto que seriam estes indivíduos “menos humanos”, conforme o estigma social que lhes foi imputado.

A patologização de determinadas identidades autoriza e confere poder àqueles que são considerados normais, a realizar com as próprias mãos a “assepsia” que deixará a sociedade livre da “contaminação” (neste caso, as agressões homofóbicas). As normas de gênero só conferem inteligibilidade, ou seja, existência e direito à vida, àqueles que estão alocados em “gêneros apropriados” aos seus respectivos “corpos sexuais” (neste caso, os heterossexuais). Além disso, elas possibilitam a emergência de conflitos identitários com essas mesmas normas. Portanto, o saber religioso-jurídico-médico, um dos principais “fabricantes” das normas de gênero, *não descreve a natureza e sim a produz*. Conforme já vimos, nenhuma formação de saber que estrutura determinado conceito é neutro. Ele sempre está a serviço de algo que é conveniente (Bento, 2008; Miskolci, 2009; Pereira, 2006 apud ANTUNES, 2017, p.195).



Figura 2 - “Assim Falou Zaratustra” - Autoria: Wes Nunes, disponível em: <http://manifestodosquadrinhos.tumblr.com/>

Não nos cabe aqui entrar em especificidades sobre cada um dos saberes que buscaram controlar a “naturalidade” e a “não-naturalidade” dos sistemas de gêneros e sexualidades humanos¹³, mas sim entender que estes se constituíram em discursos dominantes sobre os indivíduos LGBT no sentido de determinar quem estes são. Reificando e reforçando o estigma sob pretensa neutralidade (e até boa intenção, “piedade” por vezes), quando na verdade, agravaram a hierarquia e a desigualdade nas relações sociais/de poder sociedade-LGBTs. Legitimando, conforme apontado por Antunes (2017), a opressão contra LGBTs por parte da sociedade civil e de todas as

¹³ Sobre estes processos do pecado à patologização da homossexualidade no Brasil ver Green, 2000; Trevisan, 2000; e Antunes, 2017.

instituições sociais, também compostas por indivíduos e assim propensas aos mesmos valores que estes. Além disso, esta determinação vertical acabava por privá-los da possibilidade de autodeterminação e de auto valoração positiva, ficando relegados a se culparem por sua condição frente ao entendimento limitado de si mesmos, realidade que, no Brasil (predominantemente São Paulo e Rio de Janeiro) apenas expressaria com maior amplitude alguma mudança em meados dos anos 1960.

Dentro da premissa de espaço social adotada aqui, a herança do preconceito social contra desvios da norma de gênero, tais discursos dominantes tiveram reflexos nas possibilidades de espacialização destes indivíduos no município de São Paulo, ao mesmo tempo em que esta mesma espacialização individual inicial, clandestina e precária, por sua vez e em função de alguma visibilidade de sua espacialização em espaços públicos, também retroalimentou o interesse pelo estudo e decorrente controle destes indivíduos “degenerados”, “doentes”, etc. (GREEN, 2000, p.238).

Faz-se necessário aqui, para melhor compreender essas territorializações iniciais, apontar para o fato de que a família nuclear patriarcal, enquanto instituição social legitimada socialmente e um dos objetivos maiores por trás, em defesa da qual, se dizem estar boa parte dos esforços de controle das expressões de gênero e sexualidade desviantes, também reproduz em seu seio os preconceitos LGBT-fóbicos, inclusive sempre com muito medo de que este “mal” possa vir a acometer seus filhos. Dito isto, diferentemente de outras minorias¹⁴ nas quais a família se constituiria enquanto refúgio perante sociedade dentro da qual as relações de poder e *status* social inferior se manifestariam, no caso dos LGBTs a família é, recorrentemente, a primeira instância social a negar e oprimir o indivíduo LGBT. Se até hoje isto ainda ocorre, à época (1900-1945), ainda piores seriam as consequências de ser descoberto ou de se assumir “LGBT” para a família (agressões e abusos em casa, até expulsão de casa, ou internação compulsória em clínicas psiquiátricas para tratamentos médico-pedagógicos análogos à tortura, etc.) (GREEN, 2000, p.173; TREVISAN, 2000, pp.187-193).

Neste sentido, aos LGBTs no Brasil, não existiria nenhum espaço dentro do qual pudessem manifestar abertamente suas condições “desviantes”, nem na esfera privada da família, nem nos espaços públicos (rua, praças etc.) e semi-públicos (bares, cinemas,

¹⁴ Aqui entendidas como grupos marcados por um status social, econômico e/ou político inferior, não existindo, necessariamente, relação direta entre este status e o tamanho numérico do grupo. Por exemplo, mulheres e negros se enquadram neste termo, podendo ser, porém, maiorias numéricas.

etc.). Sendo justamente em decorrência dos processos de urbanização e metropolização ao qual as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (dentre outras capitais, ainda que de forma menos intensa) se submeteram ao longo da primeira metade do século XX, que surgiram as possibilidades de estes indivíduos, inicialmente, darem vazão aos seus desejos afetivo-sexuais, e expressões de gênero destoantes da norma (além das instâncias festivas de carnaval, em especial na cidade Rio de Janeiro por exemplo, sobre as quais falaremos mais detidamente em outro momento). Destas condições, surge a problemática da visibilidade do estigma, dentro da qual o indivíduo estigmatizado seria *desacreditado* ou *desacreditável*, sendo respectivamente, o primeiro referente às pessoas cujo estigma é visível, e conhecido das pessoas, e o segundo se refere à um estigma não imediatamente aparente, e do qual não se tem conhecimento prévio.

No caso do indivíduo desacreditado, o problema que se coloca é a manipulação da tensão gerada durante contatos sociais; no caso do desacreditável, é a manipulação da informação sobre o seu estigma. “*Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde.*” (Goffman, [1963] 1988, p.51) (NUNAN, 2003, pp.73-74).

Os LGBTs, mais especificamente os homossexuais, com exceção dos contatos diretos com outros homens com finalidades afetivo-sexuais, momentos nos quais o estigma se torna evidente, têm a possibilidade de se comportarem de acordo com a expectativa social de acordo com o paradigma cis-heterossexual compulsório, ou, em outros termos, *performar*¹⁵ o gênero inteligível esperado de cada um de acordo com seu sexo biológico. Desta forma estariam manipulando a informação sobre seu estigma, em detrimento de manipular a tensão social decorrente da exposição deste, porém, há sempre o risco nos contatos entre seus semelhantes, de ser “desacreditado” ao ter seu estigma exposto. Uma ressalva aos indivíduos afeminados, ou que “se travestiam”, os quais tiveram muito mais problemas no ocultamento de sua condição e portanto foram os mais afetados pela repressão social e institucional contra LGBTs, como veremos posteriormente.

Deste *performar-se* dentro das normas surge a metáfora do armário (SEDGWICK, 2004), espaço simbólico ao qual esta população é segregada na medida

¹⁵ Segundo Judith Butler, o conceito de performatividade “consiste na reiteração de normas que precedem, restringem, e excedem o performador num sentido de que não pode ser entendida enquanto a “vontade” ou “escolha”; e mais, o que é “performativo” trabalha para esconder, se não repudiar, o que permanece opaco, inconsciente, não-performável” (BUTLER, 1993, p.234 apud WHITEHEAD et al., 2013, p.51, tradução livre).

em que não pode performar suas sexualidades e/ou identidades de gênero “desviantes” abertamente. Conforme Sedgwick (2004), “O Armário é a estrutura que melhor sintetiza a opressão gay deste século” (SEDGWICK, 2004, p.11 apud VIERA, 2011, p.12) pois funciona como um dispositivo de invisibilização da existência que é adotado e internalizado pelos próprios homossexuais, como alternativa inevitável de, em muitos casos, sobrevivência mas também por ser uma maneira de obrigar uma auto vigília e adaptação à norma social (WHITEHEAD et al., 2013, pp.78-79).

O espaço metafórico do armário se configura assim como símbolo

(...) da mentira e da opressão pois “a robustez do armário é permanentemente confirmada” (Sedgwick, 2004, p.12), estando sempre presente no modo como as vivências sociais e espaciais se constroem. Como afirma Sedgwick “ele continua a afirmar-se como elemento fundamental do seu relacionamento social; por mais corajosos e francos que sejam, por mais afortunados quanto ao apoio das suas comunidades, serão poucos os gays em cujas vidas o armário deixa de constituir uma presença central” (Sedgwick, 2004, p.8) num jogo louco e esquizofrênico, em que “estar dentro do armário e sair do armário são imagens que interagem com regularidade” (Sedgwick, 2004, p.11). É neste jogo de entrar e sair do armário, de assumir em ritmos, registros e espaços diferenciados, é neste jogo com o armário que se faz o cotidiano dos homossexuais, um cotidiano de espaços públicos, semi-públicos e privados” (VIERA, 2011, pp.12-13).

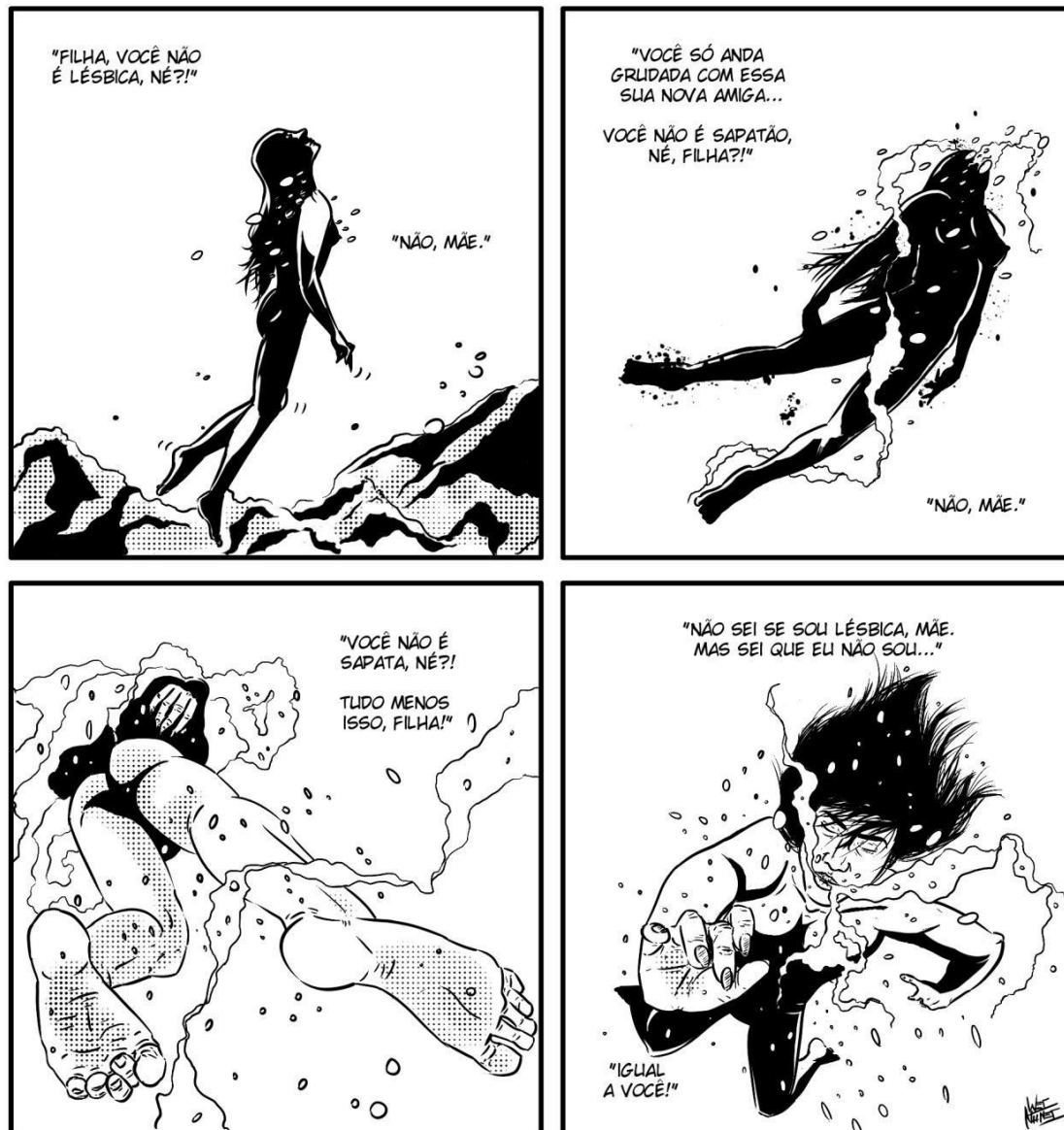


Figura 3 - “Semiótica dos Ciclos III” - A autoria: Wes Nunes, disponível em: <http://manifestodosquadrinhos.tumblr.com/>

Em face do que foi exposto até aqui com relação à produção da naturalidade e seu reforço e reprodução constantes por parte da sociedade e suas instituições, com a vigília e julgo social, especialmente nos espaços públicos, afirma-se que o espaço público é eminentemente cis-heteronormativo, não sendo sequer entendido como tal, visto que se trata de uma naturalização desta condição derivada da naturalização da cis-heterossexualidade e, portanto, não reconhecido, nem sequer percebido enquanto tal para e na sociedade.

“(…) A heterossexualização do espaço urbano ocorre de um modo ao mesmo tempo sutil e aberto, que incluiu o auto-policimento dos gays e lésbicas, a sua exclusão física de espaços particulares, a manifestação da desaprovação moral, ou a ameaça do uso de violência. Enquanto a heterossexualidade é

omnipresente, as identidades homossexuais “em público” são muitas vezes percebidas como tendo saído do seu lugar certo – a esfera privada, a casa, o armário” (BRICKELL, 2000 –, p.163 apud VIERA, 2011, p.15)

Feita esta breve reconstituição do processo histórico da herança do preconceito contra LGBTs no Brasil, e algumas de suas decorrências socioespaciais para estes indivíduos em suas trajetórias, passemos agora para o primeiro recorte histórico propriamente dito.

2.2 São Paulo de 1900-1945

Todos estes processos se deram no Rio de Janeiro, capital do Império e da República e à época ainda maior e mais populosa que São Paulo, de meados do século XIX até a primeira metade do século XX, e em São Paulo a partir da virada do século XX, também até meados da década de 1940. Apesar de este trabalho focar as territorializações LGBTs ao longo da história de São Paulo, não é possível desvincular completamente o desenrolar geral do histórico destas populações nas duas cidades. Conforme a principal referência bibliográfica consultada sobre o período,

As experiências de homossexuais masculinos em ambas as cidades têm sido similares sob muitos aspectos. Durante todo o século XX e especialmente após 1930, quando houve uma melhora significativa no sistema de transportes, estes homens passaram a transitar com maior facilidade entre as subculturas do Rio de Janeiro e de São Paulo. A comunicação rápida entre esses dois centros urbanos criou expressões culturais semelhantes, assim como códigos, gírias e comportamentos sexuais similares (...). (GREEN, 2000, pp.36-37).

Algumas diferenças e especificidades, porém, vão se desenhando com o passar do tempo, contrastando a industrialização Paulistana com as festividades e culturas praianas cariocas, tendo o carnaval carioca sido instância de importante socialização e visibilidade LGBT, em especial “dos Travestis”, inclusive por meio do qual buscaram inserir-se socialmente, como estilistas, coreógrafos etc. ao longo do século XX. Não nos cabe aprofundar os processos específicos cariocas, mas cabe apontar que interconectados os dois grandes centros urbanos brasileiros, as repercussões das culturas “LGBTs” cariocas influenciaram a história LGBT brasileira e em especial Paulistana, assim como o contrário também foi verdade.

Em meio ao contexto que procuramos desenhar acima, a Cidade de São Paulo em fins do século XIX, ainda era uma cidade provinciana, porém a partir do início do século XX, em função da importância econômica do café, veio a crescer rapidamente e se urbanizar. Isto se deu, em grande parte, em função de centenas de milhares de

imigrantes estrangeiros e brasileiros que vieram para São Paulo trabalhar nas fazendas de café. Esse rápido crescimento demográfico também provocou uma equivalente expansão física da cidade. De 1900 a 1945 a população do município de São Paulo cresceu de cerca de 239.000 habitantes para cerca de 1.700.000¹⁶. Em meados da década de 1930, São Paulo já seria o maior centro industrial do país (GREEN, 2000, pp.157-158).

Em 1882, foi construído o viaduto do chá, possibilitando o acesso aos bondes, carruagens e pedestres da periferia da cidade e a se espelhar, assim como no Rio de Janeiro, nos espaços urbanos burgueses europeus, realizando reformas e junto aos já existentes bancos, edifícios governamentais, escolas de direito, etc. erguendo novos edifícios, como o teatro municipal, a biblioteca, assim como as elites também ergueriam suas casas. O teatro municipal se tornaria o centro da vida cultural burguesa, ao passo que sob orientação de urbanistas franceses, o vale do Anhangabaú foi transformado em parque em meados de 1911 (GREEN, 2000, pp.158-159).



Figura 4 – O Viaduto do Chá e o Vale do Anhangabaú, tornado parque, “um local favorito para aventuras e socialização homoerótica nos anos 20 e 30” (GREEN, 2000, p.160). Postal com imagem da década de 1920. Disponível em: <https://sampahistorica.wordpress.com/2013/09/16/o-parque-do-anhangabau-e-seus-palacetes/>

¹⁶ Dados disponíveis nas séries históricas do IBGE, Fonte: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. vol.54, 1994. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>

Em meio a essas mudanças no espaço urbano em crescimento, a população LGBT, mais especificamente a homossexual masculina (Visto que, por exemplo, por uma questão cultural de gênero, as mulheres não poderiam estar sozinhas à noite em espaços públicos), necessitando satisfazer suas necessidades, sejam elas de confirmação identitária, alívio de se expressar livremente sem medo ou tomadas mais explicitamente, neste momento inicial, como desejo romântico e/ou sexual, encontrou nas novas características urbanas, físicas e de sociabilidade, um substrato dotado de condições que os permitiriam burlar o estrito controle social/espacial. Ou seja, um lugar dotado de propriedades que os permitiram, a princípio, com o máximo de segurança e anonimato possíveis à época, satisfazer as necessidades referentes à suas sexualidades desviantes.

Para os leitores atuais, a ideia de encontros sexuais anônimos em espaços públicos como jardins, parques, cinemas e banheiros talvez seja completamente estranha às suas experiências de vida. Mas para muitos frescos e fanchonos¹⁷, que tinham de esconder as suas predileções sexuais de parentes e amigos e patrões, esses encontros eróticos aleatórios constituíam um dos únicos meios de conhecer parceiros em potencial. A maioria dos homens que vivia com suas famílias, pais ou parentes, ou que talvez dividisse um quarto de pensão, não tinha a opção de marcar um encontro dentro de casa. Podiam alugar um quarto num hotel decadente, ou noutra estabelecimento especializado em atender prostitutas e homens que quisessem compartilhar uma cama por algumas horas ou durante toda a noite. Porém, nem todos estavam dispostos a correr o risco que implicava registrar o nome com o proprietário e, possivelmente tornar-se a vítima da desaprovação, do desprezo ou até chantagem. Para alguns, esses espaços públicos alternativos se tornaram necessários para a realização sexual (GREEN, 2000, p.98).

Assim, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, foram sendo apropriadas pela população LGBT ao longo do tempo, em função de suas características propícias para a sociabilidade, concomitante ao anonimato, permitindo satisfazer as referidas necessidades, sem ser percebidos pelo jugo social, e buscando evitar suas possíveis consequências.

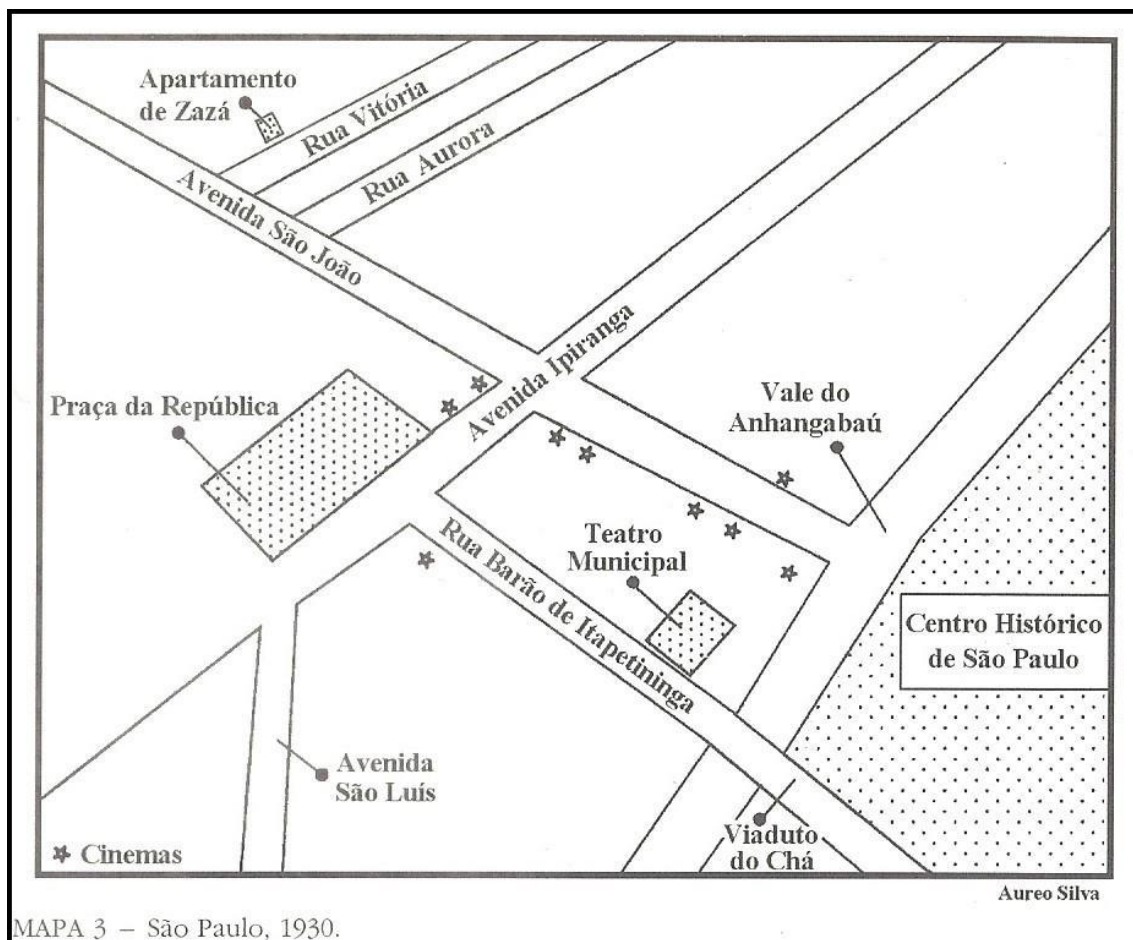
A ocupação do espaço público urbano sempre foi considerada como um fator importante para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. A facilidade de encontro sempre foi potenciada por uma acessibilidade maior ao espaço público, as ruas, as praças (...) e outros espaços múltiplos. A busca por lugares de encontro e maior interação social sempre foi uma característica da comunidade gay que, como alternativa, buscava (e ainda busca) refúgio em determinados pontos das grandes cidades, dos quais “se apropria” (VIERA, 2011, p.9).

A acessibilidade, a centralidade, o anonimato são fatores que constituem o espaço urbano metropolitano, em especial em suas áreas centrais e/ou praças, assim

¹⁷ Frescos, foi um termo pejorativo para caracterizar os “pederastas passivos”, assim como “fanchono” era utilizado para caracterizar os “pederastas ativos”, cuja suposição de performance sexual se dava em função da aparência dos sujeitos em questão, mais afeminados ou mais “homens de verdade”.

como estabelecimentos privados e semi privados localizados em tais áreas, como possibilidade ótima para praticar sociabilidades e atividades julgadas incorretas, imorais, e até mesmo criminosas e, no caso deste trabalho, as que envolvem as performances de gênero e sexualidade transgressoras da norma. Contraditoriamente, os lugares, as metrópoles, de maior concentração populacional e potencialmente de maior suscetibilidade ao jugo do olhar alheio vigilante de transgressões, são também os lugares mais propícios a que se efetivem as transgressões (VIERA, 2011, p.9).

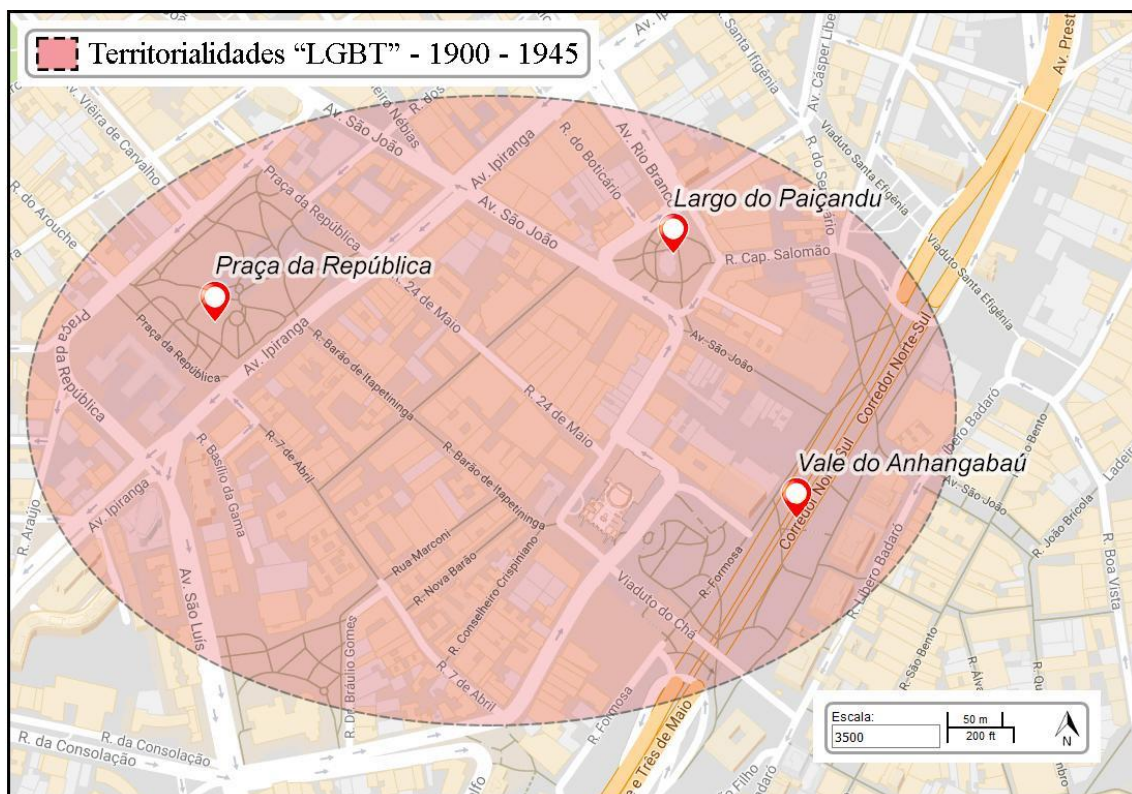
O centro da cidade, lugar privilegiado de intercâmbios (Castells, 1972), ponto de saturação semiológica (Lefebvre, 1978), é também o local da aventura, do acaso, da extravagância, das fugas. Fluxos de populações, fluxos do desejo: a predileção dos sujeitos à procura de parceiros sexuais do mesmo sexo pelas ruas do centro, detecta Alves de Almeida (1984), “não parece ser casual” (PERLONGHER, 1987, p.47).



Mapa 1 – Mapa utilizado por James Green (p.159, 2000) para apontar as áreas de sociabilidades Homossexuais masculinas em meados da década de 1930, áreas que até hoje continuam sendo parte integrante dos espaços de sociabilidades LGBT, ainda que ressignificadas por diversos processos.

O vale, então parque, do Anhangabaú, foi assim uma área considerada ótima para interações homoeróticas majoritariamente anônimas em São Paulo nas décadas de 1920 e 1930, assim como a Praça da República, próxima à bordéis e da área comercial

burguesa da Rua Barão de Itapetininga. O largo da Paçandu também se inclui nesta lista, assim como o parque da Luz, do outro lado do centro histórico, também os banheiros públicos da estação central. Todos estes locais públicos se localizavam a uma pequena distância de hotéis baratos e quartos para aluguel, muitos dos quais feitos nas antigas casas das elites que se mudaram do centro com o passar dos anos, bem como de alguns cinemas que seriam inaugurados a partir dos anos 30 na Avenida São João, que já em 1945 seria conhecida como “a Cinelândia paulistana” (em referência à Cinelândia carioca), dentre outros bares e estabelecimentos voltados para o entretenimento, frequentados por um público boêmio. Tal proximidade é relevante na medida em que contatos sexuais em parques e banheiros públicos corriam o risco de terminar em prisão por “atentado ao pudor” ou pelos demais mecanismos legais mencionados no item anterior. De forma que os cinemas, seja nas salas, seja nos toaletes, assim como pensões e bordéis, possibilitavam que se realizasse interações sexuais anônimas com menos riscos (GREEN, 2000, pp.159-175).



Organização: Caio De Giovani (2018)

Mapa 2 – Territorialidades “LGBT” – 1900-1945. Elaborado com base na bibliografia e no mapa 1, buscando refletir o fenômeno fluido das territorialidades da época, utilizando-se de um buffer, que engloba a área de influência do fenômeno, sem procurar delimitá-la com precisão, visto que isto contrariaria a natureza do mesmo. Optamos por deixar de fora do mapa o parque da Luz, apesar de sua importância à época enquanto nóculo do sistema viário e decorrente circulação anônima de pessoas porque, conforme abordado, quaisquer praças e/ou banheiros públicos, dotados das características

propícias à este tipo de encontro, puderam ser utilizados para contatos homoafetivos/homossexuais, de forma que o enfoque e a escala pudessem ficar sobre a área de maior relevância para este estudo.

Neste movimento de busca por sociabilidade, Viera (2011) aponta que em consequência, e possivelmente enquanto um fator positivo da reclusão ao armário houve a criação de “modelos específicos (invisíveis e codificados) de sociabilidade urbana, como sejam as formas de ‘engate’ em espaço público urbano” (p.12), ou seja, maneiras de, em meio à intenção de ser reconhecidos por seus iguais enquanto “não-normais”, mas não ser reconhecidos pelos “normais” enquanto tal, o que levaria ao desenvolvimento de uma certa(s) cultura(s) homossexual(is)¹⁸. Nas palavras de Green, acerca dos casos brasileiros:

Alguns passaram a usar roupas e estilos que serviam de indicativos de suas predileções sexuais e projetavam imagens efeminadas a fim de veicular sua disponibilidade para interações sexuais e sociais com outros homens. (...) As roupas, costumes e códigos desses homens indicam que haviam construído uma identidade social comum ligada ao seu comportamento sexual. Alvo do desprezo pelos profissionais de saúde e pela sociedade de forma geral, ainda assim demonstravam uma resistência surpreendente ao manter múltiplas formas de se socializarem, enquanto desafiavam o comportamento normativo da sociedade brasileira (GREEN, 2000, pp.105-106).

Perlongher (1987), ao tratar dos procedimentos metodológicos que utiliza em seu estudo etnográfico do centro de São Paulo e de suas expressões de práticas homossexuais, se utiliza da categoria de “região moral”, segundo escreve:

A constância de certas populações em agruparem suas perambulações à procura de sexo, diversões, prazeres e outros vícios próximos à ilegalidade, em áreas especializadas das megalópoles, mereceu o status particular na sociologia urbana com a aplicação da categoria da “região moral” (p.46).

A região moral constituir-se-ia assim, conforme mencionado por Perlongher, principalmente nas áreas centrais, distintas das áreas predominantemente industriais e residenciais das cidades, cujo principal uso seria administrativo, comercial e “espontaneamente” para encontro de populações ambulantes que “soltam ali seus impulsos reprimidos pela civilização”. Assim, escreve:

¹⁸ “Os homossexuais paulistas adaptaram a tradição brasileira do *footing* à paisagem urbana. No *footing*, uma antiga prática nas cidades do interior do Brasil, grupos de homens e mulheres jovens circulavam em direções opostas em torno da praça principal da cidade com o objetivo de flertar, trocar fofocas e escolher um namorado ou uma namorada. Em São Paulo, os homossexuais passeavam em torno dos quarteirões do centro de maneira similar. Uma rota favorita ia do Bar do Jeca, na esquina da São João com a Ipiranga, seguindo por essa avenida até a Praça da República, contornava o parque e voltava à Avenida São João. Essa forma de paquera poderia acontecer individualmente ou em grupos pequenos de amigos, que andavam juntos e conversavam, mas todo o tempo com atenção em potenciais parceiros sexuais vindo da direção oposta” (GREEN, 2000, pp.276-278).

“É inevitável – raciocina Park – que indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão... devam de tempo em tempo se encontrar nos mesmos lugares.” A população dessas áreas – que nem necessariamente reside, mas apenas perambula pelo local – “tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e temperamentos (Park, 1973, p.64)” (PERLONGHER, 1987, p.46)

Nestes processos, a ilegalidade e a imoralidade¹⁹ (além da e em meio à boemia) se misturam, ambas usufruindo das características das regiões centrais dos grandes centros urbanos para escapar ou, no mínimo, ser toleradas, desde que controladas, pelas instituições que zelam pela manutenção de certa noção hegemônica de ordem social, em especial a polícia. Neste sentido das linhas tênues que mal separavam as ilegalidades das imoralidades, é válido mencionar que os recortes de classe, e aí embutidos os recortes de raça e mais especificamente de expressão de gênero, se fizeram sentir de formas diferenciadas pelos LGBTs à época. De maneira análoga à condição de marginalidade social à que são submetidas as travestis na atualidade, os homens efeminados, já à época taxados de bichas, “pederastas passivos” etc. muitas vezes migrantes, encontravam-se impossibilitados de recorrer ao apoio da família nuclear assim como de arranjar empregos formais por não terem conexões familiares. Além disso, por serem estigmatizados (desacreditados, com o estigma visível), ou seja, por serem homens manifestando feminilidades, muitos deles acabaram relegados à pobreza, à marginalidade, à prostituição plena ou ocasional, a empregos mal remunerados tipicamente atribuídos a mulheres em bordéis, bares e pensões.

Ao discorrer sobre as fontes utilizadas para sua pesquisa, em especial no que se refere a este período inicial até os anos 1945, Green (2000) coloca que a maior parte dos registros consultados se refere às classes pobres e médias-baixas. Boa parte das documentações consultadas pelo autor sobre este período vieram dos registros médico-legais-criminológicos produzidos por meio de prisões arbitrárias coercitivas, impondo um controle espacial entendido como legítimo, sobre os indivíduos “anormais”, para que se pudesse “estudar” estes indivíduos, como já mencionamos anteriormente.

Quanto mais baixo o status social de uma pessoa, mais vulnerável ela se tornava aos abusos policiais. Nos anos 20 e 30, médicos e criminologistas estavam interessados em conduzir sua pesquisa entre os homens de classe média e baixa, em razão das teorias eugenistas em voga que ligavam a pobreza à degeneração, à violência, ao perigo e à desordem (p.37).

¹⁹ Ressalvando que se trata de imoralidade, conforme já trabalhado até aqui, sempre em função de alguma moral, no caso, a moral dominante que considera sexualidades e identidades de gênero fora da norma como imorais.

De forma que não dizem diretamente muito sobre a vida de homossexuais da classe alta da época, porém, deles pode-se depreender que estes podiam se dar ao luxo de viver de modo mais circunspeto, ocultando seu estigma social.

Em geral, os homens da classe alta podiam ocultar sua vida sexual sob um manto de respeitabilidade. Em vista da estrutura hierárquica das relações de classe na sociedade brasileira, os membros da elite que desejavam sexualmente outros homens estavam protegidos das inconveniências da interferência policial. Um nome familiar de prestígio e adequadas conexões políticas e sociais podiam proteger um filho ou marido transgressivo contra um escândalo público. Uma renda confortável poderia também fornecer a privacidade necessária para encontros românticos ou sexuais, e homens mais ricos podiam até mesmo comprar, discretamente, favores sexuais quando necessário. Contudo que não houvesse interesse por homens das classes inferiores, as interações podiam permanecer isoladas em festas privadas e reuniões entre pessoas do mesmo círculo, longe das praças e parques onde os homossexuais mais pobres se agregavam. Portanto, este estudo inclina-se inevitavelmente para o lado dos homens dos setores sociais que compõem a maioria da população brasileira (pp.36-37).

Contextualizado de maneira geral, o período histórico e o estado das relações de poder à época, em função do referencial teórico adotado, acreditamos ser possível caracterizar estes movimentos, estes encontros informais possibilitados pela constituição do meio urbano em processo de expansão e mudanças culturais associadas, enquanto um processo de (re)territorialização²⁰ precária, de baixa intensidade, ainda a nível individual, ou de pequenos grupos. Tal (re)territorialização se faz no movimento, pela repetição, de forma anônima, em função de e gerando concomitantemente uma relação simbólica com estes espaços (mas também funcional no sentido de que possibilita a satisfação de necessidades subjetivas ainda que mais limitadas à algo sexual nesta época).

Utilizamos o termo (re)territorialização por acreditarmos ser possível compreender, como já exposto, a cis-heterossexualidade do espaço público (e privado no contexto da família) imanente às relações sociais (incluídas aí as instituições sociais diversas) enquanto uma territorialização insidiosa (cujas origens, perpetuação e legitimação já discutimos). Em função da qual se desterritorializam/são

²⁰ Apesar de não haver, por parte destas populações “LGBT” uma territorialização anterior que teria sido desterritorializada pelas intenções alheias ao grupo em questão, optamos por manter a grafia “(re)” ao abordarmos esta territorialização. Acreditamos ser possível interpretar a condição socioespacial desterritorializada da população “LGBT” enquanto uma consequência da hegemonia cis-heteronormativa historicamente naturalizada do espaço social. Justificando a operacionalização do conceito “(re)territorialização”, pois que estas primeiras territorializações “LGBT” em São Paulo estariam incluídas num movimento dialético de desterritorialização histórica destas ao “espaço” metafórico do armário, do qual a saída se constituiria analogamente a (re)territorializações de resistência, distinta do “armário” ao qual foram relegados, conforme trabalhado no capítulo 1 item 1.3.

desterritorializadas, negando a possibilidade de espacialização, portanto, de expressões não conformadas com o “normal” estabelecido por tais relações sociais, e decorrente território. Desta forma, o território brasileiro na perspectiva clássica formal (território nação), seria também um território simbolicamente e político-disciplinarmente, à época, dominado e apropriado pela hegemonia da cis-heterossexualidade, levando à exclusão social, e inerentemente sócio-espacial, dos LGBTs.

Ou seja, já historicamente desterritorializados, e privados de se territorializarem pelo controle e intencionalidades de outrem, mas necessitando satisfazer o impulso de seus desejos, e sendo o espaço um recurso indispensável à possibilidade de sociabilidades, os LGBTs tiveram que fazê-lo criativamente nas brechas proporcionadas pelo novo contexto espacial cultural capitalista-industrial urbano. De forma que, apesar de não terem sido desterritorializados *in situ* (por exemplo, uma prisão) o controle, o poder decisório sobre sua própria territorialização não emana plenamente deles cabendo, portanto, a interpretação de uma (re)territorialização precária. Na medida em que as populações LGBT foram historicamente excluídas do social sendo, portanto, excluídas inclusive do mercado de trabalho formal, caracterizam-se enquanto uma população marginalizada. Desta forma, inerentemente marginalizada e excluída territorialmente, tal exclusão social se reflete também em exclusão espacial, precarizando a possibilidade de territorialização enquanto recurso essencial para a vida e sociabilidades dessas populações.

Com isto partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão sócio-espacial e, por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras, “desterritorialização”. Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade (HAESBAERT, 2007, p.315).

Desta forma, apesar da precariedade (e por conta dela em alguma medida) decorrente do contexto histórico e da exclusão socioespacial, e por meio de fluxos individuais (ou de pequenos grupos) pela repetição do e no movimento (HAESBAERT, 2007, p.236), conformaram-se (re)territorializações iniciais de baixa intensidade em redes clandestinas codificadas e parcialmente invisíveis, por conta da cultura homossexual em formação.

“Baixa intensidade”, podemos dizer, porque eles não implicam grandes alterações físicas mais visíveis nas “formas” da cidade [pensando nos

territórios a nível individualizado, complementa,] estão relacionados à construção territorial que fazemos através das funções que desempenhamos e das significações que propomos através de nossos movimentos no interior dos espaços urbanos” (HAESBAERT, 2007, pp.349-350).

Neste contexto, como já mencionado anteriormente, e face às considerações já feitas até aqui, o Estado, especialmente depois da maior intervenção estatal em todas as esferas da vida social depois do início da era Vargas (1930 em diante, com a implantação de sistemas de identificação por meio de carteiras de identidade e de trabalho), se configura por meio do respaldo concedido às instituições interessadas na autoridade sobre as “anormalidades” enquanto importante ator nas geometrias de poder e controle no/pelo espaço. Os “enquadros” direcionados aos “LGBTs” por parte dos agentes da polícia a serviço, direta ou indiretamente, de instituições como o Departamento de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal (no Rio de Janeiro), o Instituto de Criminologia de São Paulo, a sociedade de medicina legal e criminologia de São Paulo, a Liga da Higiene Mental (mais importante sociedade brasileira de eugenia), podem ser interpretados como uma relação de poder hierárquica desterritorializante, razão e reforço da precariedade da territorialização homossexual à época (GREEN, 2000, p.202, 240-241).

O Departamento de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, criado em 1932, sob comando do diretor Leonídio Ribeiro (Professor titular de Medicina Legal e criminologia na Escola médica Fluminense na época) cuja pesquisa “utilizava modernos métodos criminológicos para identificar brasileiros que apresentavam “desvios patológicos” e curar suas atividades sexuais impróprias e anti-sociais”²¹, para tal se fez valer “de sua posição e o poder da polícia para obter uma amostra significativa para sua investigação”, ou seja, impondo controle e cerceamento espacial por meio de domínio cultural-simbólico, respaldado pela lei e pelo Estado, num domínio político-disciplinar, além da possibilidade de consideração referente às limitações de ordem econômica sobre os efeminados, ou homossexuais cujo estigma fosse conhecido, capturando-os e prendendo-os etc. (GREEN, 2000, p.202, 240-241).

²¹ Vale mencionar que “os esforços de Ribeiro foram reconhecidos internacionalmente. Em 1933, a Academia Real de Medicina Italiana outorgou-lhe o Prêmio Lombroso por um relatório de três volumes sobre sua pesquisa no Brasil” recebido com honras em Turim, em 1935. “A obra Laureada por Ribeiro incluía os resultados de uma pesquisa científica desenvolvida no Instituto de Identificação sobre quatro tópicos diferentes: a patologia da impressão digital, os tipos sanguíneos dos índios guaranis, os biótipos criminais afro-brasileiros e as relações entre a homossexualidade masculina e o mal funcionamento endócrino. (...) Até sua morte em 1976, Ribeiro manteve-se convicto quanto à validade dos resultados de sua pesquisa” (GREEN, 2000, pp.130-131).

Analogamente, a critério de exemplificar com outro episódio de como se davam tais relações socioespaciais, sob o comando de Edmur de Aguiar Whitaker, psiquiatra a serviço do Departamento de Polícia de São Paulo, foi conduzida pesquisa similar à de Ribeiro, assim como Whitaker também coordenou estudos de seus alunos do Instituto de Criminologia do Estado de São Paulo sobre esta mesma temática. A apreensão e tratamento dos “objetos de pesquisa” se deu também, no geral, de forma análoga, coercitiva. Porém, é válido ressaltar um destes estudos, o “Estudo Biográfico dos Homossexuais (Pederastas Passivos) da Capital de São Paulo - Aspectos da sua atividade social (Costumes, Hábitos, "Apelidos", "Gíria)”, buscava, apesar do teor criminalizante e patologizante, compreender aspectos de sociabilidade além de questões puramente fisiológicas, sendo mencionados os já citados Vale do Anhangabaú e o sanitário público da Estação da Luz em seus registros sobre locais de interação, por exemplo. (GREEN, 2000, p.207).

Porém, não só em nome de intenções científicas “legítimas” se valiam os policiais da lei e da autoridade e monopólio da violência, pois que também respaldados pelos domínios cultural e “científico” patologizantes das expressões espaciais “LGBTs”, policiais enquadravam homossexuais para chantageá-los, para não serem presos, ou para saírem da prisão, assim como para não expor suas identidades e comportamentos desviantes à sociedade, família e empregadores, assim como outros tipos de abuso como obrigar que estes limpassem as delegacias enquanto presos, ou para serem libertados, etc. (GREEN, 2000, p.156). Reflexos deste tipo de abuso ocorrem até final dos anos 1990 segundo Trevisan (2000, p.23), e até hoje, em especial com as travestis, como hoje em dia pode ser denunciado e verificado sem muita dificuldade por meio da internet²², diferentemente de 100 anos atrás.

2.3 São Paulo de 1945-1969

Neste período, uma série de mudanças em todas as esferas sociais, no mundo e no Brasil, desencadeou processos e reforçou outros já em curso, do fim do Estado Novo de Vargas e a segunda guerra mundial, ao golpe militar e o AI-5, baixado em dezembro de 1968, seguido pelo governo Médici. De 1950 a 1970, a população urbana brasileira saltou de 36% para 56%, com a continuidade e intensificação das migrações internas de

²² <http://www.guiagaysaopaulo.com.br/1/n--ato-denuncia-violencia-de-pm-contra-travestis-no-centro-de-sp--12-10-2017--5417.htm>

todo o país para São Paulo e Rio de Janeiro, em especial a partir do Norte e do Nordeste, a população de São Paulo já quase chegava à marca dos 6 milhões de habitantes em 1970²³. (GREEN, 2000, pp.251-253).

“A prosperidade econômica do pós-guerra gerou um mercado em expansão e uma crescente classe média urbana”, com a instalação de diversas plantas fabris vinculadas aos mercados Europeu e especialmente Norte-Americano principalmente na grande São Paulo, produzindo uma ampla variedade de bens manufaturados e itens de consumo a preços módicos. “Impelido pelo rádio, pela imprensa e pela televisão, o Brasil em pouco tempo tornou-se uma sociedade de consumo de massa”. Tudo isto num processo de influência cultural Internacional, por meio de diversos produtos que informariam estilos e padrões culturais de um novo contexto sociocultural urbano metropolitano, de Nova York e Hollywood a Paris e Roma (GREEN, 2000, pp.251-253).

Se no período anterior, por conta da recessão econômica da década de 1930, ou mesmo em função dos processos de urbanização e mudanças culturais, algumas mulheres tiveram que deixar a esfera do lar parcialmente e buscar trabalho fora de casa, isto se intensificou e expandiu na medida em que neste período de 1945 em diante,

a construção de papéis de gênero considerados apropriados alterou-se de modo contraditório. Os padrões de gênero rigidamente definidos que eram incentivados no Estado Novo começaram a afrouxar-se, à medida que mais mulheres passaram a compor a força de trabalho, a completar o ensino secundário e a buscar uma formação universitária. Contudo, ainda esperava-se que essas mesmas mulheres se mantivessem virgens até o altar e continuassem esposas obedientes e submissas após o casamento, embalando e nutrindo famílias nas quais a última palavra ainda era a do homem. Um padrão duplo, que permitia a promiscuidade sexual aos homens mas esperava que a pureza moral das mulheres ainda prevalecesse. No fim dos anos 60, contudo, mudanças culturais passaram a questionar esses valores e a enfraquecer os papéis sexuais tradicionais (GREEN, 2000, p.252).

Na medida em que até os papéis de gênero considerados apropriados pouco a pouco tiveram seus contornos questionados, ou no mínimo “borrados” por força das mudanças socioculturais e socioespaciais, progressivamente também a percepção social frente às expressões de gênero desviantes também se atenuava, em especial entre os próprios LGBTs com relação a si mesmos. A herança dos manuais sexuais derivados

²³ Dados disponíveis nas séries históricas do IBGE, Fonte: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. vol.54, 1994. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>

dos conhecimentos patologizantes e criminalizantes ainda prevalecia insidiosamente, mas com um fluxo cada vez maior de LGBTs, das territorializações precárias e clandestinas, de caráter individual, começou a surgir alguma coesão nas estratégias de territorialização, com a criação de pequenos grupos de sociabilidade, de forma que de fato alguns espaços foram paulatinamente sendo apropriados por estes indivíduos, também funcionalmente, mas sobretudo simbolicamente, enquanto referencial espacial para/na(s) cultura(s) em formação.

Para um LGBT do interior do Estado, ou do Brasil, mudar-se para o Rio ou para São Paulo significaria a possibilidade múltipla de manter oculto seu estigma, seletivamente, dos familiares, bem como das pressões sociais referentes ao desempenho de papéis de gênero vigentes, assim como se integrar/conhecer as/nas culturas homossexuais em construção, possibilitando, ainda que clandestinamente, vivenciar não apenas sexo com outros homens, mas também conhecer indivíduos semelhantes, socializar, sentir-se acolhido, em contraste com a repressão e negação social costumeiras, etc. Atenuando as dificuldades do manejo das informações referentes ao estigma, assim como possibilitando espaços nos quais e com quem o manejo da tensão não seria necessário.

A maioria das transferências da população rural para os centros urbanos só foi ocorrer nos anos 50. Os sistemas sexuais e de gênero nas pequenas cidades e áreas rurais operam num contexto de diferentes estruturas sociais, culturais e econômicas. No decorrer do século XX, literalmente centenas de milhares de homens jovens que se conscientizaram de seus desejos e fantasias sexuais por outros homens deixaram suas famílias e amigos nas cidades do interior e migraram para a capital de seu estado, ou mudaram-se para São Paulo ou Rio de Janeiro (GREEN, 2000, pp.34-35)

Tais espaços antes de e mesmo para que pudessem vir a se consolidar, em alguma medida, em meio ao espaço e visibilidade públicas, se consolidaram nas casas e apartamentos de alguns membros destes grupos de sociabilidade, enquanto paralelamente foram ganhando mais visibilidade nas apropriações de bares e outros estabelecimentos. Isso se deve ao fato de que por meio destas relações em meio ao contexto sociocultural metropolitano e a permissividade moral atenuada na área central de São Paulo, teriam início processos de consolidação de auto-imagens positivas entre os membros destes grupos. Processo do qual resultariam valorações auto-enunciadas positivas partindo destas culturas LGBTs e sobre elas mesmas, num geral, no sentido de consolidação de identidades. Partindo de semelhantes socialmente marginalizados que se reconhecendo enquanto tal, “de baixo para cima”, viriam a contrariar os discursos

dominantes já analisados anteriormente, rejeitando, quando não se apropriando, dos rótulos impostos e ressignificando-os²⁴.

Sem intenção de dar conta de assunto tão complexo, mas apenas com a finalidade de complementar a análise em questão, é notório apontar que identidades individuais vão sendo construídas conforme as vidas das pessoas se desenrolam, que estas se socializam, e que vão formando-se gostos, e neste sentido as pessoas buscam associar-se com outras que dividam com elas os mesmo gostos, preferências, atividades, etc. ou, pessoas com as quais se identifiquem.

Construção da identidade requer que nos engajemos em relacionamentos sociais, participar de grupos, e de nos identificarmos com indivíduos semelhantes a nós, um processo que serve para distinguir-nos dos outros, enquanto concomitantemente forma uma identidade coletiva. Por meio destas ações o ego [“Eu”] é validado através de sua relação com, e distinções de, outros indivíduos [outros egos, ou “Eus”]. É por estes meios que nossas identidades são produzidas e, crucialmente, reforçadas ontologicamente (WHITEHEAD et al., 2013, p.145, tradução livre).

No caso dos indivíduos LGBT, cuja identidade social foi historicamente determinada verticalmente, este processo de construção de identidade com caráter positivante se faz extremamente necessário, e em São Paulo e Rio de Janeiro se deu pela formação dos “grupos”, “turmas”, que funcionavam como “famílias alternativas” (GREEN, 2000, p.290).

Um dentre estes centenas de milhares de homens “gays” que se mudaram para São Paulo e/ou Rio de Janeiro neste período foi José Fabio Barbosa da Silva, pioneiro no Brasil em estudos sobre a homossexualidade sem um caráter patologizante ou depreciativo, mas sim enquanto um grupo minoritário²⁵ sociologicamente falando. Realizou pesquisa e escreveu entre 1955 e 1960 uma monografia de especialização em sociologia sob orientação de Florestan Fernandes, tendo participado e estudado um destes grupos de sociabilidade como parte de sua pesquisa, escrevendo sobre o processo de participação neles, crucial na criação e reforço positivo de sua identidade homossexual:

²⁴ Termos usados pejorativamente, como “viado” ou “sapatão”, que foram apropriados e ressignificados passando a ter intra grupos uma conotação positiva, subvertendo os discursos verticais que os teriam criado, geralmente por meio do deboche, num processo de reafirmação positiva.

²⁵ Wirth indica que podemos definir uma minoria como um grupo de indivíduos que, por suas características físicas ou culturais, se diferenciam do resto da sociedade em que vivem por tratamento diferencial ou igualitário, e que possui maior *status* e maiores privilégios. O *status* minoritário está associado à exclusão de participação total na vida da sociedade, e a minoria é tratada e se compreende como um grupo à parte (WIRTH, 1950, p.347 apud SILVA, 2005 [1960], p.56).

Na medida em que o homossexual consegue efetuar contatos e descobre que existem outras pessoas na sociedade inclusiva semelhantes a ele, também excluídas do grupo majoritário, ele tende a encarar de outra forma a opção, que passa a significar a sua afirmação pessoal como homossexual, prendendo-o cada vez mais a essa categoria (SILVA, 2005 [1960], p.104).

Assim, os grupos acabavam substituindo, fazendo o papel de apoio emocional, por vezes financeiro, que tradicionalmente a família nuclear representaria para os demais heterossexuais cisgênero, em especial nos processos de migração para os grandes centros urbanos. Sendo também um meio de introduzir os recém-chegados/acolhidos em meio às culturas homossexuais dos respectivos grupos, com seus códigos, gírias, espaços de interação públicos, concepções sobre a homossexualidade, etc. Estes grupos, ou o convite a participar deles, poderia surgir tanto de encontros espontâneos de homossexuais em locais de interação, quanto de outros grupos sociedade afora em meio aos quais os homossexuais poderiam se reconhecer, como grupos de fãs de estrelas de cinema, do rádio ou televisão, etc.

Mesmo dentro dos ambientes privados nos quais se reuniam estes grupos de sociabilidades, se fazia presente algum grau de auto vigília quando, por exemplo, imitavam concursos de beleza e vestiam-se com trajes tipicamente femininos, deveriam ser discretos, silenciosos. “Aqueles que frequentavam tais reuniões sabiam que deveriam entrar e sair do edifício do anfitrião sem despertar a curiosidade do porteiro ou dos vizinhos”, também, mediante as apresentações “todos sabiam que não deveriam aplaudir, pois isso poderia fazer que as festividades chegassem aos ouvidos dos residentes próximos, que podiam chamar a polícia para reclamar de barulho ou de comportamento “imoral”” (GREEN, 2000, pp.296-297).



Figura 5 – Membros da *Turma OK* e da rede social de *O Snob* durante o concurso Miss Traje Típico, Rio de Janeiro, 1963. (GREEN, 2000, p.297). Parte da turma ainda se reúne até hoje e alguns de seus membros ainda realizam shows de “transformismo”, na Lapa, no Rio de Janeiro, mas agora em estabelecimento comercial próprio, não mais de forma escondida.

Um importante grupo dentre estes foi a “Turma OK”, um grupo de amigos homossexuais, mais especificamente identificados enquanto “bonecas”, efeminados, que buscavam no ideal feminino um modelo a ser seguido, os quais publicaram de 1963 a 1969, contando com 99 números regulares, um pequeno jornal caseiro intitulado *O Snob*. Originalmente informal e para circulação interna, servindo apenas como um meio de trocar fofocas e comentar acontecimentos intra-grupo, acabou influenciando diversos outros similares país afora, ganhando alguma repercussão. Tendo, assim como os grupos, estes jornais sido importante veículo no processo de difusão da autoafirmação identitária positiva de seus leitores (GREEN, 2000, p.310). Apesar de não serem militantes diretos de fato, os editores do *Snob* não puderam deixar de ser levados pelos acontecimentos políticos em curso no Brasil, com os militares e movimentos estudantis, assim como no mundo, inclusive alguma esparsa informação referente à liberalização do *status* da homossexualidade da Grã-bretanha. Assim, passaram a se politizar, aos poucos, escrevendo contra os militares, sobre a guerra do Vietnã, assim como questionando a heteronormatividade das relações entre homossexuais, caminhando para a gestação de uma consciência política sobre sua condição marginal. (GREEN, 2000, pp.311-312).

(...) [Um] colaborador do jornal, inspirado pelas recentes manifestações dos estudantes, imaginou uma marcha de protesto de bichas e bonecas. Escrito no fim de março de 1969, a paródia vislumbra uma cena incrivelmente similar às ações organizadas pelo movimento de liberação gay que eclodiram em todo o

mundo logo depois. Intitulada “protesto”, assim começa a matéria: “Numa reação à situação vigente que se tornara insuportável, foi organizado um esquema em defesa das liberdades do mundo gay”. O artigo passa então a imaginar um encontro de massa onde foi decidido que todos marchariam com faixas e cartazes até a casa de veraneio do presidente para demandar que o governo tomasse as medidas necessárias “em prol dos direitos civis da boneca brasileira”. Faixas de protesto glamorosas, com letras góticas, foram preparadas para a marcha. Um slogan contrapunha, comicamente, a condenação do delegado de polícia homofóbico do Rio ao elogio à famosa estrela travesti: “abaixo Padilha – Viva Rogéria”. Outro dizia: “proibição para a promiscuidade de Sexo entre homens e mulheres”, enquanto uma terceira faixa estampava: “nas festas do Itamarati, Queremos ir de Travesti” (GREEN, 2000, pp.313).

Apesar de ter sido escrito sem real intenção de concretizar a marcha imaginada, como um devaneio debochado, ainda assim representa as esperanças e um início de tomada de consciência por parte de alguma parcela da população LGBT da época. O *Snob* encerraria pouco depois sua publicação, em meados de 1969, muito em função da paranoia que se instalara nos membros do grupo, com a lei de controle de imprensa, e com uma onda de prisões e tortura de opositores ao governo ditatorial, muitas pessoas temiam que o jornal fosse confundido com uma publicação “subversiva” de esquerda (GREEN, 2000, pp.314). Havendo então, em função do medo da repressão, uma interrupção deste processo inicial de gestação de movimentos políticos organizados “LGBTs”. Repressão esta que, apesar de se fazer sentir no espaço, num sentido mais propriamente material, acarretaria exatamente num reforço da resistência reterritorializadora, com um aumento da visibilidade, não configurando uma interrupção, mas sim uma disputa, como abordaremos a seguir.

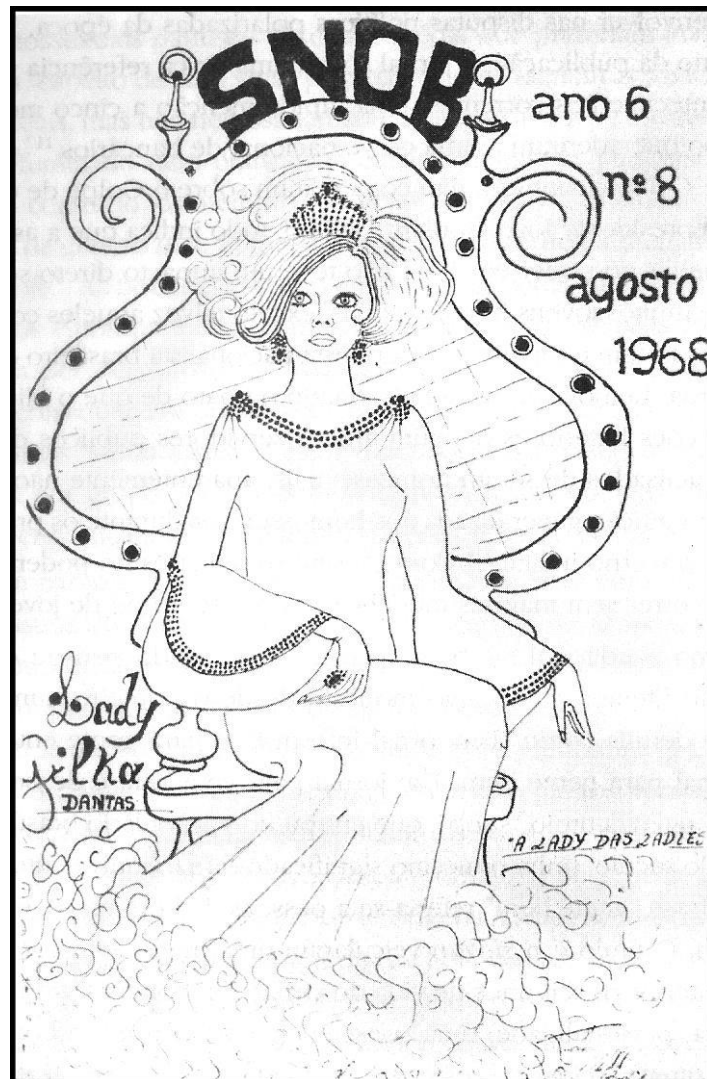


Figura 6 – “Capa do número 95 de *O Snob*, homenageando o editor fundador Agildo Guimarães, Lady Gilka Dantas, Agosto de 1968” (GREEN, 2000, p.299).

Reconhecendo a importância das diferentes espacialidades entremeadas neste processo de desenvolvimento de culturas que posteriormente desembocaria em movimentos políticos, Green (2000) escreve:

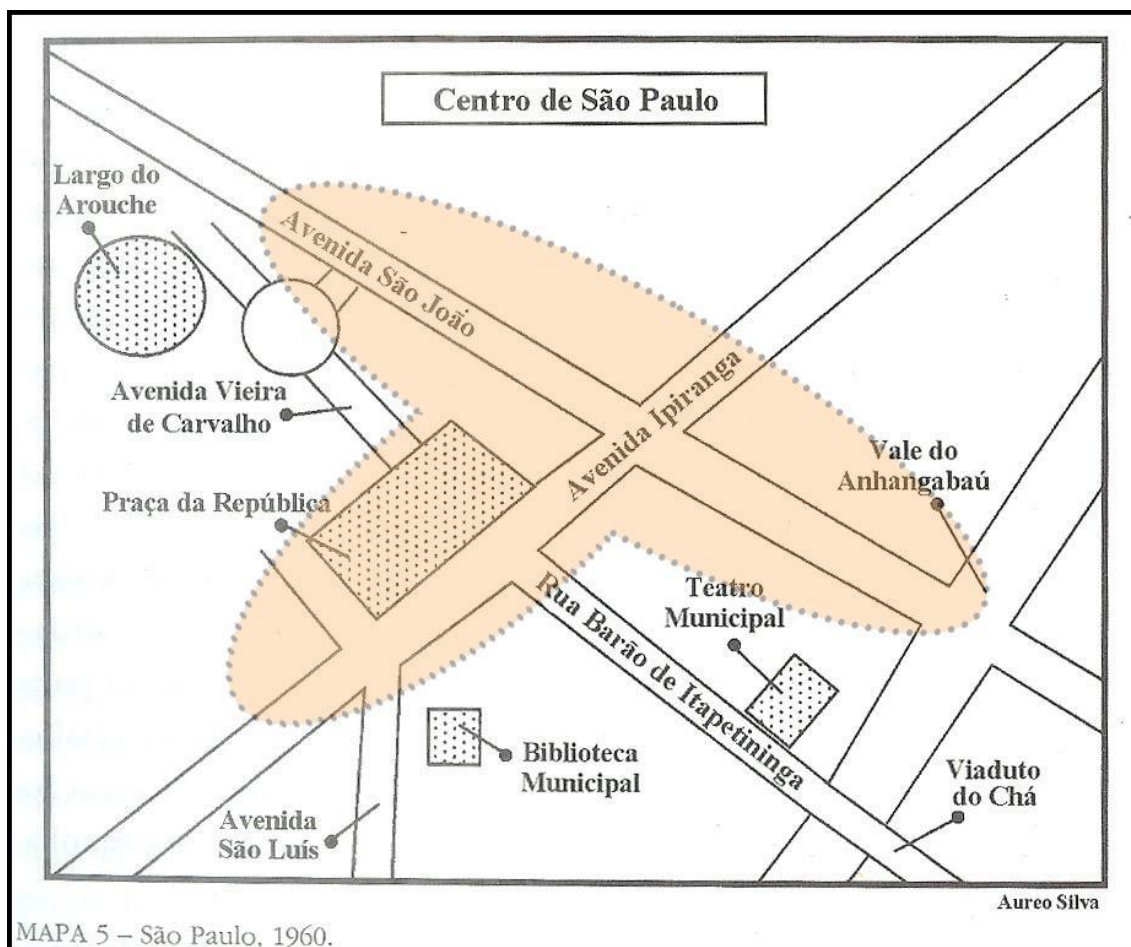
Um fator importante do desenvolvimento dessa subcultura homossexual, eu proponho, foi a apropriação do espaço urbano. Embora percebido por um reduzido número de geógrafos, sociólogos e antropólogos, o fenômeno não foi examinado com profundidade. Um aspecto importante dessa questão diz respeito à conexão entre a ocupação de áreas públicas e das supostas esferas tradicionais da vida social brasileira, ou seja, a casa e a rua. Como veremos, uma acessibilidade maior dos homens ao espaço público, a rua, facilitou os encontros eróticos homossexuais entre eles. Entretanto, a estigmatização cultural dessa atividade às vezes incentivou a criação de uma “contra-casa”, um espaço privado onde homens podiam interagir livremente e que servia como uma alternativa à família tradicional. Quando bares identificáveis como gays começaram a surgir no fim dos anos 50 e início dos 60 no Rio de Janeiro e em São Paulo, eles passaram a funcionar como esses espaços, localizados entre o privado (a casa) e o público (a rua), protegendo seus frequentadores de uma sociedade agressiva e hostil (pp.33-34).

Seguindo o fluxo das mudanças sociais e culturais, e em função dos grupos de sociabilidade, que possibilitaram uma auto-valorização positiva paralela à compreensão de sua própria marginalidade social, esta maior confiança possibilitou que mesmo em meio a disputas frequentes com a polícia e com a repressão social, inclusive dos donos dos estabelecimentos dos quais paulatinamente foram se apropriando, eventualmente fossem surgindo estabelecimentos comerciais voltados para um público “LGBT”, de forma que começaria a se conformar o que posteriormente viria a ser chamado de “gueto”²⁶ homossexual de São Paulo.

Segundo Silva (2005 [1960]), “a região principal que tem sobrevivido, por muito tempo, como ponto de encontro de grande parte do grupo homossexual de São Paulo”, os locais de interação, de maneira geral, das mais efêmeras ainda existentes, às grupais já se apropriando com algum grau de intencionalidade dos espaços,

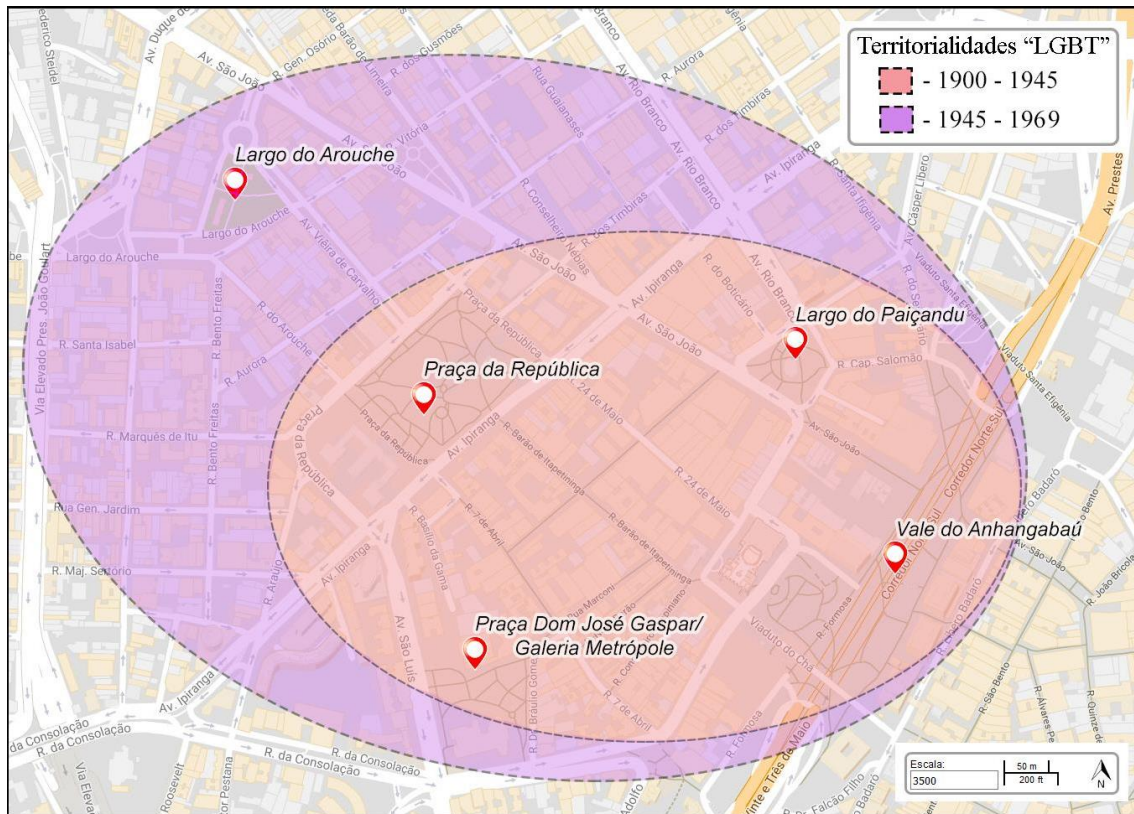
(...) pode ser caracterizada por um grande T, formado pela confluência das avenidas São João e Ipiranga, tendo como pontos cardeais os cinemas Oásis, ArtPalácio e início da Rua São Luiz. A vida de rua encontra alguns focos principais: imediações do Café Mocambo (Rua dos Timbirás), Bar do Jeca (esquina da Avenida São João com a Ipiranga), o passeio de todo o quarteirão formado pelas avenidas São João e Ipiranga, praça da república e Rua dos Timbirás, Avenida São João desde o cine Oásis até o ArtPalácio (lado ímpar), Praça Dom José Gaspar (principalmente diante dos bares aí localizados), toda a Praça da República, Largo do Paissandu, Rua São Luiz (principalmente diante dos bares), Praça da Sé, Praça Clóvis Beviláqua, Praça João Mendes, Praça Ramos de Azevedo (em frente à loja Mappin Store). À tarde, na Rua Barão de Itapetininga, e nos bares da República, Nick Bar, Pari Bar, Mocambo, Jeca, Cremarie, Brahma, Baiúca. Os cinemas ArtPalácio (principalmente às segundas-feiras), Oásis, Marabá (principalmente às quartas-feiras), Cairo, Pedro II, Cinemundi, Santa Helena. Banheiros Públicos, principalmente os da Praça da República, do Largo do Arouche, do Largo Paissandu, da Praça Ramos de Azevedo e dos cinemas e bares citados. Estações de ônibus intermunicipais, estações de estradas de ferro e quartéis (pp.73-74).

²⁶ O conceito de gueto urbano remete à Escola de Sociologia de Chicago (PERLONGHER, 1987, pp. 52-54). Diferentemente de sua caracterização original, mais estrita, apontando para uma segregação, e predominância do tipo social referido, no caso de São Paulo este pode ser entendido como área de concentração de indivíduos homossexuais, de residências de homossexuais, lojas, bares, e demais locais/estabelecimentos frequentados por homossexuais mas jamais de forma absoluta, conforme o conceito originalmente propõe. Sendo inclusive e principalmente um termo utilizado genericamente por alguma parte de seus frequentadores ao longo da história de São Paulo, em especial meados dos anos 1960-1980. Mas não como um espaço exclusivo, de quase totalidade de residência e presença do grupo característico e sim como forma de designar um relativo aumento da frequência desse grupo nestes espaços referenciados neste trabalho, em especial a centralidade inexpugnável no centro histórico, em contraste com restante da sociedade. E portanto será sempre utilizado entre parênteses.



Adaptado por Caio De Giovanni (2018)

Mapa 3 - Mapa utilizado por James Green (p.277, 2000) para apontar as áreas de sociabilidades Homossexuais masculinas em meados da década de 1960, áreas que até hoje continuam sendo parte integrante dos espaços de sociabilidades LGBT, ainda que ressignificadas por diversos processos. Ressaltamos a nossa adaptação, visando a dar destaque ao “grande T” descrito por Silva (2005[1960]) na citação acima. Não Houve muita mudança em termos gerais, em comparação com o mapa 1, de 1930, mas mais evidentemente uma expansão a novas áreas de forma mais pronunciada, além da mudança qualitativa dos modos de apropriação, agora mais tangíveis, com as apropriações de bares e estabelecimentos, e até alguns bares e estabelecimentos voltados especificamente a estes segmentos. Ainda que num geral, a presença destes indivíduos nestes locais ainda seja conflitiva, conforme abordaremos adiante.



Organização: Caio De Giovanni (2018)

Mapa 4 - Territorialidades “LGBT” – 1945 - 1969. Este mapa foi elaborado com base na bibliografia e no mapa 3 e, assim como o Mapa 2, buscando refletir o fenômeno fluido das territorialidades da época, utilizando-se de um buffer, que engloba a área de influência do fenômeno, sem procurar delimitá-la com precisão, visto que isto contrariaria a natureza do mesmo. Apesar de, como apontado, começarem a surgir estabelecimentos, materialidades relativamente estáveis que constituem parte tangível destas territorialidades. É possível perceber a expansão das territorialidades por meio dos buffers distintos por períodos históricos. Nota-se que preferimos não englobar no recorte do mapa outros territórios efêmeros como a praça da Sé e Praça Ramos de Azevedo, visto que estas estão distantes deste “núcleo” cartografado.

As bases de legitimação do domínio cis-heterossexual na sociedade, construídas histórica e culturalmente, ainda não estariam sendo questionadas num plano do discurso, da ciência, de forma ampla e organizada pelos “LGBTs”, porém, ao menos seu domínio territorial passou a ser questionado. Mais especificamente na materialidade dos locais onde os fluxos (re)territorializantes individuais precários se davam, o domínio cis-heteronormativo passou a ser desafiado, subvertido, ainda de forma relativamente discreta, mas com algum grau de apropriação funcional mais permanente; em contraste e somando-se com a predominância dos fluxos e da repetição como estratégia; passou a ser somado à carga simbólica destes espaços já presentes na cultura. Assim, da mesma forma que, no plano do discurso, alguma valoração positiva começou a ser gestada nos grupos de homossexuais, algum controle e auto determinação espacial também passaram a ser conquistadas.

Vale mencionar que permanecem os recortes de classe e a diversidade de “identidades” homossexuais/”LGBTs” em suas diferentes expressões de gênero, masculinidades, feminilidades, etc. Também continuam existindo as territorializações individuais precárias, visto que estes diferentes e complementares movimentos são paralelos no tempo, não havendo um término ou “superação” total de um movimento para que outro mais “avançado” em termos de autodeterminação discursiva e espacial seja gestado e se realize.

Evidentemente estes processos não se deram sem algum conflito, sem alguma disputa, controle e resistência, em meio às geometrias de poder, na maior visibilidade e espacialização dos LGBTs, entendida em si mesma enquanto subversão da ordem moral dominante. Por exemplo, quando em 1940 o governador do Estado de São Paulo emitiu um decreto confinando a prostituição ao bairro do Bom Retiro, o que transferiu mais de 150 bordéis e 1400 mulheres a uma pequena área daquele bairro, para que pudessem ser monitoradas e controladas pelas autoridades sanitárias.

Como resultado de um maior controle da polícia nas áreas do centro, os homossexuais, que dividiam boa parte desse espaço com as prostitutas nos anos 30, foram forçados a mudar suas áreas de interação do Vale do Anhangabaú para o Parque D. Pedro, no lado oposto do promontório que abrigava o centro histórico de São Paulo (GREEN, 2000, p.273).

Em entrevista para Perlongher (1987), um frequentador das áreas de interação homossexual da época relata:

Já na época tinham-se notícias de repressão policial. Determinados lugares muito assediados por homossexuais, cuja homossexualidade era muito nítida, evidente, imediatamente sofriam assédio, repressão da polícia. Os policiais apareciam, pediam documentos, e produziam uma dissipação, uma saída, um êxodo do gueto. Principalmente na Avenida São Luís, no começo dos anos 60, lembro do assédio da polícia e a conseqüente dispersão. A coisa já estava muito a florada (p.75).

Se não um controle pronunciado, enfático, calcado numa autoridade e relação de total subordinação capaz de determinar completamente como se dará a espacialização do “outro”, ao menos uma constância de, conforme depoimento acima, sempre que aparentemente necessário controlar a marginalidade, fazê-lo. Sempre com base na moral dominante, além da ameaça da possibilidade de ser vítima deste controle, enquanto manutenção do próprio controle. Porém, não sem resistência, mesmo que, conforme abordado, não plenamente consciente enquanto intencionalidade política, mas sim na politização inerente à transgressão da insistência de se reterritorializar a cada nova

incursão desterritorializadora dominante, como o seguinte relato de um entrevistado de Perlongher (1978) exemplifica:

Na segunda metade da década de 1960, há um grande acontecimento, que é a inauguração da galeria metrópole. Ela foi construída como um espaço urbanístico. Mas já quando estava em obras as bichas já falavam: “vamos invadir esse espaço, vai ser nosso, vai ser uma bicharada toda nessa galeria” (p.78).

A galeria então se torna o principal ponto de interações homossexuais de São Paulo, dotada de cinemas, bares, boates, livrarias e escadas rolantes. Localizada atrás da biblioteca Municipal, já dentro da área de interação homossexual previamente existente, tendo também sido frequentada por outros tipos sociais comumente encontrados nas centralidades, e que eram relativamente mais tolerantes com a homossexualidade, como poetas, intelectuais e artistas.

Contudo, o relativo grau de tolerância para com os homossexuais nesta área do centro não significava necessariamente que eles tinham obtido aceitação social nos anos 50 e 60. Os intelectuais boêmios no centro de São Paulo podiam dividir espaço com “dissidentes sexuais”, mas a opinião hegemônica ainda considerava a homossexualidade pervertida, decadente e não-natural (GREEN, 2000, pp.280-281).

Não muitos anos depois da abertura e apropriação da galeria metrópole, e sem explicação razoável que não a manutenção do controle socioespacial, ou em outros termos, da manutenção de uma relação de poder desigual, a galeria se tornou favorita também da polícia, até que o medo de frequentá-la e ser pego a fez cair no declínio. Segue trecho de relato em Perlongher (1987):

O golpe militar de 1964 demora em se fazer sentir no pedaço; 1966-1967 foi o auge da Galeria Metrópole. A revolução de 1964 não surtiu efeito imediato entre as pessoas, só a partir do AI-5, em 1969.

Aí houve um grande momento de blitz maciça. Na Galeria Metrópole foram fechadas as suas três portas, e em camburões levavam preso todo mundo. Isso conseguiu diminuir a frequência, e a Galeria Metrópole caiu no declínio (pp.78-79).

Em função da identificação com os espaços e da existência de algum grau de agenciamento próprio sobre suas territorializações, mas ainda assim, mediante contextualização feita até aqui, subordinada às dinâmicas de perseguição, investidas controladoras e excludentes, nasce a possibilidade de uma reterritorialização contrária, posta não apenas enquanto alternativa possível frente à desterritorialização imposta, mas sim enquanto resistência. O embrião da possibilidade de disputar em melhores condições, subverter as relações de poder verticalizadas, tanto cultural, quanto

especialmente, pode advir justamente da desterritorialização imposta (HAESBAERT, 2007, pp.311-312), como veremos no próximo período histórico, com a concretização de tomada de consciência por alguma parte dos “LGBTs”, dando continuidade ao que *O Snob* iniciou, porém acabou não conseguindo continuar em função do medo do recrudescimento da repressão, levando a formação de movimentos homossexuais politizados.

2.4 São Paulo de 1969-1983

Com a promulgação do Ato Institucional nº5 e o subsequente governo Médici, pondo fim a certo otimismo que as mobilizações estudantis de 1968 haviam trazido, houve forte recrudescimento do governo ditatorial, com suspensão de direitos constitucionais, tortura e prisão de vozes dissidentes, ou até a pena de morte para atos subversivos, bem como censura prévia sobre amplos setores da mídia e das artes, cuja consequência foi o alastramento do medo e do pessimismo sobre o país.

Neste meio tempo, também chamado de “milagre econômico” (1968-1973), as taxas de crescimento anuais chegaram aos 11%, o que ocasionou alguns reflexos nos centros urbanos, inclusive em São Paulo. O crescimento demográfico de São Paulo manteve-se contínuo e vertiginoso, pulando de aproximadamente 5,8 milhões de habitantes em 1969, para cerca de 9 milhões em 1983²⁷, além da região metropolitana contígua cuja população em alguma medida também se voltava para os “espaços gays” da capital. “O modelo econômico militar e as políticas de financiamento favoreceram a concentração de renda nas classes média e alta urbanas e criaram um mercado em expansão para bens domésticos duráveis”. Fator que viria a ter seus reflexos na expansão comercial voltada a um público “LGBT” com mais recursos financeiros, e no início do movimento de “subida” de parte dos estabelecimentos e espaços LGBT em direção à nova centralidade econômico-financeira, a Avenida Paulista, como abordaremos a frente. (GREEN, 2000, pp.391-393).

Em função dos embargos da OPEP, Organização dos países Exportadores de petróleo, a alta dos preços dos combustíveis e demais repercussões da crise econômica

²⁷ Dados disponíveis nas séries históricas do IBGE, Fonte: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. vol.54, 1994. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>

internacional, os planos do governo militar foram minados. Com altíssima inflação e dívida externa crescente, setores de classe média que outrora apoiaram o governo militar, agora insatisfeitos se uniam às camadas mais populares contra os militares, dando força ao MDB, único partido de oposição legalizado. Processos que levaram o governo Geisel a repensar suas estratégias e a iniciar o processo de “abertura lenta, gradual e segura”. Porém, “contraditoriamente, o presidente continuou com a censura, cassou os mandatos de alguns políticos e ordenou a prisão de dissidentes” (ibid., pp.391-393).

Neste contexto, mediante o início do processo de abrandamento da repressão ditatorial, com maior autonomia sindical, trabalhos de base de alas progressistas, etc. levando a uma maior conscientização política, “Os movimentos sociais vieram à tona, reivindicando democracia, melhores condições de trabalho e um padrão de vida mais elevado” (ibid, p.393). Com o clima político já mais ameno, se comparado ao período de 1969 a 1974, houve um aprofundamento do processo de organização dos movimentos sociais de base, desencadeando no triunfo da oposição também nas eleições de 1978, além das greves de trabalhadores do setor automobilístico. Em meio às mudanças culturais, da contracultura, do movimento hippie, da tropicália, emergiram também os movimentos feminista e negro nas principais cidades do país.

O desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez dos papéis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais desencadeou uma discussão na sociedade brasileira que convergiu com as questões levantadas pelo movimento gay a partir de 1978. Ativistas gays e muitas feministas viram uns aos outros como aliados naturais contra o sexismo e uma cultura dominada pelo machismo (GREEN, 2000, p.394).

As feministas então, tomando consciência de sua condição social, em meio à todos os processos sociais, a “revolução sexual”, influências acadêmicas, problematização de vivências, influenciadas pelos movimentos de classe, fundariam seu próprio jornal, fariam trabalhos de base e conscientização, colocando a problemática de gênero enquanto indissociável da questão de classe, apesar de, evidentemente, não se tratar de um movimento com uma única linha de ideias e ação política, não monolítico, portanto.

Como as feministas, os homossexuais aproveitaram o mesmo “espaço de oportunidade” no intuito de lançar as fundações para a construção de um movimento gay. Em 1978, um pequeno grupo de intelectuais do rio de Janeiro e de São Paulo fundou o Lampião da Esquina, um tablóide mensal de ampla circulação dirigido ao público gay. Muitos meses depois, um grupo de homens em São Paulo formou o Somos, a primeira organização pelos direitos gays do país (GREEN, 2000, p.395).

Diversos processos concomitantes, nas diversas esferas que compõe o social se deram ao longo dos cerca de dez anos de 1969 até 1978, quando da fundação do grupo Somos, primeira organização política homossexual brasileira. Ao mesmo tempo que os processos políticos, econômicos e sociais de caráter mais geral ocorriam no Brasil, conforme apontamos acima, outros processos sociais foram formatando as condições socioespaciais que possibilitaram uma expansão do “gueto” homossexual Paulistano, e de uma identidade homossexual positiva, que desencadeariam nos primeiros movimentos gays organizados mencionados, e em algum grau de politização da identidade “gay”/homossexual (nesta terminologia) que viria a se consolidar como referencial nesta década. Ressaltamos que as abordagens dos processos a seguir não necessariamente ocorreram em uma ordem cronológica específica, sendo simultâneos e inter-relacionados.

Dentre tais processos, citamos os de ordem cultural/artísticos, tanto nacionais quanto internacionais, que viriam a questionar as noções estanques dos sistemas de gênero inteligíveis, além de ampliar a visibilidade LGBT à sociedade, mas agora num discurso partindo de si mesmos, com suas próprias vozes.

O fim dos anos 60 e o início da década de 1970 foram uma época de revolta política e social. As idéias da contracultura haviam penetrado no Brasil e influenciavam muitos jovens da classe média. Entre os novos desafios aos valores sociais hegemônicos estavam o uso de drogas, uma rejeição à sociedade de consumo - que era promulgada pela política oficial - e a desestabilização dos códigos sexuais, especialmente nas questões da virgindade feminina antes do casamento e da heterossexualidade normativa para homens e mulheres. (...) O Tropicalismo, com Gil, Caetano, Maria Bethânia e Gal Costa, trazia à cena a imagem de uma sensualidade despudorada, e seus membros não faziam questão de desmentir as especulações sobre suas relações homossexuais. Todas essas mudanças ajudaram a criar um clima favorável ao questionamento de conceitos de gênero tradicionais (GREEN, 2000, p.409).

A imagem “unissex”, “andrógina”, os beijos na boca de pessoas do mesmo sexo, o despudor, as letras e performances contestadoras foram um marco de figuras da música popular Brasileira do período como Ney Matogrosso (originalmente vocalista do Secos & Molhados), Caetano Veloso, dentre outros, tendo estes dois inclusive se deixado fotografar beijando-se (TREVISAN, 2000, p.290). De forma análoga, o grupo teatral “Dzi Croquettes”, realizava suas performances com a intenção explícita de borrar as fronteiras entre masculinidades e feminilidades atribuídas aos gêneros inteligíveis socialmente construídos, abusando do já típico humor debochado de parte das culturas homossexuais.

Assim, nem homens nem mulheres (ou exageradamente homens e mulheres), eles dançavam em cena e contavam piadas cheias de humor ambíguo, tentando furar o cerco repressivo desse período ditatorial em que a censura e a polícia mobilizavam-se ao menor movimento que destoasse dos parâmetros permitidos (TREVISAN, 2000, p.288).



Figura 7 – Secos & Molhados, 1973-1974, com Ney Matogrosso a frente. Disponível em: <http://www.socimage.net/tag/musicabrasilena>

Enfatizando a liberdade sexual e questionando padrões, seja da sociedade ampla, seja seus reflexos binarizantes dentro das identidades “LGBTs” da época, como diziam em seus shows, “todo mundo deveria ser capaz de fazer sexo com quem bem entendesse”, independentemente da expressão de gênero, o que acabava por confundir a sociedade, visto que não se enquadravam nem na feminilidade nem na masculinidade como esperadas, expressando ambas, por vezes. “Foram eles que trouxeram para o Brasil o que de mais contemporâneo e questionador havia no movimento homossexual internacional” (TREVISAN, 2000, p.288). Sobre as tentativas da mídia em caracterizar o grupo, “a imprensa inventava novas expressões para descrevê-los, como “travesti sem bichismo” e “travesti sem cara de homossexual”. Por fim, a mídia acabaria por adotar o termo “androginia” (GREEN, 2000, p.411).

Sob grande aceitação de partes das classes médias, funcionando enquanto modelos de novas possibilidades identitárias não binárias, assim como expansão da visibilidade social da homossexualidade e questionamentos de gênero, evidentemente

estas expressões artísticas em suas relações com a sociedade não se deram de forma totalmente pacífica, apesar de eventualmente se consolidarem no imaginário popular. Nas palavras de Trevisan (2000) sobre Ney Matogrosso:

Desde Carmen Miranda, talvez, o Brasil não via surgir um ídolo de música popular tão fascinante e exótico. Atrevido como ninguém ousara antes dele, Ney teve que enfrentar muita agressão e insultos por onde andou – basta lembrar, ainda na década de 1970, o festival de música no curso Objetivo, em São Paulo, quando Ney foi expulso do palco, sem conseguir cantar, sob xingos e vaias da plateia de estudantes, que lhe atirava bolas de papel molhado e latas de cerveja vazias; ou a campanha deflagrada contra ele pelo compositor Carlos Imperial, no jornal Última Hora, centrada em sua suposta homossexualidade (p.289).

Na ausência de um movimento gay e com poucos outros veículos para expressar estes questionamentos para a sociedade, e em especial para os próprios “LGBTs”, no campo cultural, num sentido de auto compreensão e valoração positiva, estas expressões artísticas e estes indivíduos tiveram papel crucial. Também o cinema, e o teatro e as artes plásticas passaram a abordar a questão da homossexualidade sob outro viés, agora com peças, roteiros e obras escritos por homossexuais, ainda que atingindo principalmente as classes médias e altas, em função das restrições econômicas dos preços dos ingressos, e do período de prosperidade e acesso ao consumo de entretenimento urbano do “milagre econômico” e seus desdobramentos. Assim como personalidades públicas viriam a assumir suas condições enquanto LGBTs, como Darcy Penteado, famoso cenógrafo e artista plástico que ao fazê-lo, promovendo um livro de sua autoria, comentou a necessidade de organizar um movimento homossexual no Brasil.

Se antes o público supunha que muitos homossexuais eram estilistas de moda, artistas, vencedores de concursos de fantasia no carnaval, atores e cabeleireiros famosos, a disposição de Penteado para discutir sua sexualidade ofereceu uma nova imagem do homossexual assumido. Sua postura ofereceu a muitos gays um importante exemplo a ser seguido. Contudo, com a receptividade do público de classe média aos belos travestis, aos artistas andróginos, às peças de temática homossexual e com o surgimento, enfim, de uma *intelligentza* literária gay, a atitude popular em relação à homossexualidade começou lentamente a mudar (GREEN, 2000, pp.415-416).

Também o acesso às informações de ordem internacional, por conta da maior velocidade de fluidez em função dos avanços tecnológicos e da gradual abertura midiática, influenciou as aspirações políticas dos “LGBTs” brasileiros, com Stonewall em Nova Iorque, ou Castro em São Francisco, o “gay power” americano e demais movimentos políticos homossexuais internacionais. Tais movimentos, no geral, classificavam os homossexuais analogamente à abordagem de Silva (2005[1960]),

como uma minoria oprimida e pregavam a autoafirmação como um meio de superar a discriminação (NUNAN, 2003, p.49). Também por meio de figuras que tinham a possibilidade de viajar ao exterior, ou mesmo por conta de exílios, se deu o acesso a informações, como é o caso de James Green e de João Silvério Trevisan, dois autores base para as contextualizações históricas desta pesquisa, ambos fundadores do primeiro movimento homossexual brasileiro de 1978, o grupo Somos, como abordaremos adiante.

Apesar da censura do governo durante a década de 1970, informações esparsas sobre o surgimento e o crescimento do movimento internacional de gays e lésbicas começaram a encontrar espaço na imprensa brasileira. Embora os artigos sobre a homossexualidade no Brasil variassem entre a hostilidade e a simpatia, dependendo do jornal, as notícias internacionais, ainda que pouco frequentes, tendiam a apresentar um retrato positivo dos movimentos de gays e lésbicas em outras partes do mundo (GREEN, 2000, p.416).

No que se refere à circulação de informação produzida nacionalmente, seja de mídia tradicional, ainda que alternativa, seja no que se refere aos jornais homossexuais independentes, surgiram várias iniciativas como a coluna “gay power” do jornal *Já*, ou a “Coluna do Meio” no jornal *Última Hora* ou jornais/revistas independentes como a *Gente Gay*, idealizada e produzida por alguns dos ex-editores do *Snob*, ou a *Gay Society*, *Mundo Gay* e *Entender*, conforme o clima político foi se abrandando, e a neurose que pôs fim ao *Snob* diminuía progressivamente. Sem abandonar algo do teor caseiro, fofocas e pontos de sociabilidade, mas já com teor mais politizado, não mais utilizando necessariamente pseudônimos ou “nomes de bonecas”, apesar do ainda existente temor de expor publicamente sua homossexualidade, difundindo informações sobre os movimentos homossexuais internacionais, reforçando uma autoimagem positiva, em última instância incentivando o processo de autoafirmação e consolidando um discurso positivo sobre a homossexualidade (GREEN, 2000, pp.416-123).

A maioria destas iniciativas, porém, não durou muito tempo, tanto pela inabilidade de gerenciar as publicações conforme estas se tornaram mais profissionalizadas e com maiores demandas, a nível nacional por vezes, como pela concorrência das colunas “gays” na mídia tradicional, além do próprio *Lampião da Esquina* que surgiria em 1978, contando com equipe de profissionais já experientes no mercado de imprensa.

Mesmo assim, os esforços para criar esses jornais espelharam uma mudança entre muitos homossexuais. Cada vez menos indivíduos tinham restrições para assumir sua orientação sexual numa publicação. Além disso, a atmosfera

política cada vez mais favorável despertava um otimismo quanto à possibilidade de conseguir o que até bem pouco fora considerado impensável: o estabelecimento de um “gay power” à brasileira (GREEN, 2000, p.424).

Não se trata de dizer que estes eventos internacionais de extrema relevância nas organizações políticas da população LGBT nos países do capitalismo central tenham sido diretamente determinantes na constituição de sua contraparte brasileira quase uma década depois, porém, com o advento das tecnologias da informação e a circulação destas no Brasil, expande-se a noção de contexto a níveis tendentes à simultaneidade espaço-temporal além do contexto espacialmente imediato. “Cada vez mais a dinâmica social se efetiva em relação com outros níveis espaciais, outros pontos de referência, muitas vezes completamente alheios às circunstâncias locais ou de contato face a face” (HAESBAERT, 2007, p.159). O que, no caso dos “LGBTs” brasileiros, teve importantes influências em suas lideranças e população que tivesse acesso a essas informações.

Especialmente, como exemplificado nos relatos referentes à galeria metrópole, após a promulgação do AI-5 e decorrido maior respaldo oficial ao controle social por parte da polícia e demais órgãos do Estado, “as medidas repressivas tomadas pelos militares a fim de erradicar a “subversão” tiveram um efeito desalentador sobre a sociabilidade homossexual entre 1969 e 1972” (GREEN, 2000, p.396). Com o incremento da frequência de blitz maciças, “arbitrariamente os policiais abordavam as pessoas para conferir se seus documentos estavam em ordem, e indivíduos suspeitos podiam ser detidos para interrogatório” (p.396). Instaura-se, assim, um clima de precaução, quando não de medo e paranoia nas culturas homossexuais que, como já mencionado, levou à desarticulação de diversas publicações caseiras como o *Snob* (p.398). Esta repressão urbana se deu de maneira mais pronunciada com relação às travestis que agora já poderiam utilizar os avanços da medicina, como hormônios, dentre outros meios extremamente perigosos (silicone industrial), para adequar seus corpos conforme suas preferências, ou necessidades (GREEN, 2000, p.403). A respeito da crescente visibilidade de travestis trabalhando como prostitutas, e de michês no cenário urbano paulista e carioca, Green (2000) escreve:

Isso era um reflexo da crescente comercialização e mercantilização do sexo na sociedade brasileira. A prosperidade econômica da classe média concedia a um número maior de pessoas a oportunidade de pagar por sexo. Ao mesmo tempo, a pobreza cada vez maior das classes mais baixas – no geral, excluídas dos benefícios advindos do milagre econômico – forçava seus membros a se prostituir para obter uma fonte de renda. Além disso, a dificuldade enfrentada

por um homem efeminado para conseguir emprego algumas vezes o conduzia a essa profissão. (...) Contudo, diferentemente dos bichas que vendiam o corpo nas proximidades do Vale do Anhangabaú na década de 1930, muitos²⁸, se não a maioria, apelavam para a ciência a fim de incrementar a aparência e ingerir ou injetar hormônios para desenvolver os seios (p.403).

Concomitantemente, travestis vinculadas aos teatros, aos shows de travestis em boates ou à mídia tradicional, gozavam de certa tolerância e até prestígio, como foi o caso de Rogéria, ou de Andrea de Maio, e posteriormente de Roberta Close, e de muitos/muitas outros/outras “imitadores do belo sexo”, travestis e, até os dias atuais, *drag queens*, ao longo da história do Brasil, contanto que fossem financeiramente rentáveis, muitas vezes, enquanto um produto “exótico” para o consumo na indústria do entretenimento²⁹ (TREVISAN, 2000, pp.231-248). Para aquelas que se prostituíam nas ruas, porém, como mencionado, com ainda mais força do que contra os homossexuais em geral, recaía o braço repressor do Estado. “A prostituição em si não era considerada crime no Brasil. Contudo, a polícia podia acusar seus praticantes de vadiagem, perturbação da ordem pública ou prática de atos obscenos em público, a fim de controlar os travestis que se prostituíam” (GREEN, p.404). Entre 1976 e 1977 Guido Fonseca, delegado de polícia do quarto distrito em entrevistas dissera que a intenção era tirar as travestis das ruas, pois prendê-las por alguns dias era o suficiente para que não conseguissem remuneração o suficiente para pagar suas contas, e assim sair do centro. Inclusive ordenou a criação de um arquivo especial para fichar travestis, visando permitir um melhor controle de suas ações (ibid., p.405).

Da amostra coletada, “quase um quarto era natural da cidade de São Paulo, enquanto outros 15% eram originários de outras regiões do Estado, e os demais vinham de várias partes do país. Desse total 59% eram provenientes de áreas urbanas, enquanto os 41% restantes de áreas rurais (GREEN, 2000, p.405).

Conforme já ressaltado anteriormente, e agora com a exemplificação das travestis, apesar de abordarmos e assim, em alguma medida, forçarmos a coesão destas populações em “LGBTs”, os recortes de classe, raça, e no caso, identidade de gênero se fazem cada vez mais marcados nas populações “T”, conforme as demais letras passam a

²⁸ Ainda não se havia avançado nas discussões acerca de identidade de gênero ou de pessoas transexuais e/ou transgêneros, ou ao menos estas ainda não haviam se difundido o suficiente, de forma que ainda se utilizavam os artigos para se referir às travestis no masculino, assim como elas eram pensadas enquanto homossexuais no extremo da efeminação, chegando a inclusive alterar seus corpos.

²⁹ Para mais informações sobre a história do “travestismo” no Brasil, ver Trevisan (2000), parte IV – A Arte de Ser Ambígua, Capítulo 1 – “Reminiscências da Cena Travestida”, pp.231-248.

conquistar alguma autonomia ou no mínimo, maior tolerância social³⁰. O controle socioespacial legitimado pelos aparatos repressores do Estado continuava focando principalmente nos indivíduos que transgrediam mais marcadamente as normas de gênero normativas.

Continuando os relatos coletados por Perlongher (1987), a partir do momento em que a galeria metrópole vivenciou seu declínio no final dos anos 1960 por conta da repressão, Clóvis, um de seus entrevistados, coloca que esta “assim mesmo sobreviveu até que fizeram o calçadão” (p.80), o que acabou pondo um fim ao “autorama”³¹ que se configurava ali. “O autorama foi uma extensão da galeria, até as imediações do Teatro Municipal, onde o pessoal rodava de carro” (p.81).

Finalmente, esvaziada a Galeria Metrópole, sobreveio o auge da Nestor Pestana. Nos anos 70 houve o movimento hippie, underground, que foi absorvido pelos gays. A Nestor Pestana era um local absorvido pelos gays sem ser de características exclusivamente gays. (...) Já existia, independentemente, como um outro foco, o Largo do Arouche, também começando a ser gay. E outros lugares, como uma grande churrascaria de “entendidos”³² na Rego Freitas. (...) Agora, vejamos o que acontece com a massa dos gays. Saem da Galeria Metrópole, fugindo da polícia, e vão parar na Nestor Pestana. Daí vem uma nova perseguição policial, e então confluem para o Largo do Arouche e expandem-se pela Viera de Carvalho. Esse processo tem seu apogeu no final dos anos 70, 1978 e 1979, justo antes das blitz do Richetti, que foram em 1980 (PERLONGHER, 1987, pp.81-83).

As territorialidades LGBT sempre estiveram entremeadas no centro urbano frequentado por diversos outros tipos sociais, em meio também à “região moral”, ou em meio às elites intelectuais, boemia etc., porém, agora as territorialidades LGBT não mais teriam que se dar de maneira secreta, clandestina, apenas para os “entendidos” nos seus códigos. Isto se deu em função de todos os processos e mudanças sociais abordados até aqui neste item, e estes também em função da concomitante e indissociável expansão espacial, ambos se reforçando mutuamente, dado o caráter

³⁰ Vale mencionar que a letra “B” continuava invisibilizada, apesar de no que diz respeito à prática homoerótica, conquistar alguma tolerância junto às letras “G” e “L”.

³¹ Termo utilizado genericamente para caracterizar pontos de sociabilidade e paqueras homossexuais nos quais se circulava de carro para observar quem estaria na calçada para ser visto, tanto pelos demais pedestres, quanto e especialmente pelos motoristas. Depois de extinto na Praça Dom José Gaspar, o autorama Paulistano de maior destaque se reestabeleceria no amplo estacionamento do Parque do Ibirapuera, numa demonstração da fluidez das apropriações territoriais, no caso mediante tanto à opressão, quanto à alterações urbanísticas (TRINDADE, 2004, p.44).

³² “Entendidos” foi um termo utilizado para se referir a um tipo de identidade homossexual que precedeu a horizontalidade gay/gay que viria a se consolidar na década de 1980, porém, em muito associada com os homossexuais enrustidos, que não se identificavam, e por vezes poderiam até desprezar a expressão de gênero mais efeminada de bonecas e bichas. Porém, não há conformidade quanto às atribuições de sentido a esta terminologia, podendo o sentido variar conforme o contexto e o uso (GREEN, pp. 424-425; SILVA, 2005 [1960], p.115).

inerentemente espacial do social. Como antes, estes processos de expansão e apropriação não se deram de forma pacífica, mas com o tempo começaram a se consolidar em materialidades principalmente comerciais geridas e/ou voltadas para um público LGBT, numa apropriação funcional somando-se cada vez de forma mais concreta à simbólica, apesar da prevalência do estigma. Analisando os processos de movimentos e expansões das territorialidades do “gueto” paulistano à época, Perlongher (1987) escreveu:

No central, o território demarcado por Barbosa da Silva parece ter-se mantido. Especialmente, o “grande T” de 1959 parece ter-se expandido para ambos os lados da Avenida Ipiranga/Avenida São Luís/Praça da República sofre um primeiro acréscimo com o apogeu da Galeria metrópole. Devastada esta, primeiro pela intervenção policial e finalmente pela construção do calçadão - que afasta o movimento dos carros em torno da Praça Dom José Gaspar -, o território especificamente gay/gay (então sob orientação da “vanguarda teatral”) desloca-se para a Rua Nestor Pestana. Aí os “entendidos” compartilhariam o espaço com os novos marginais urbanos da década de 70 – hippies, roqueiros, maconheiros, etc. Com as novas operações policiais, os gays passam a se encontrar nas adjacências do Largo do Arouche – lembremos que essa área, assim como a Rua Rego Freitas e imediações, fazia parte da chamada “Boca do Luxo” já na década de 1960 (PERLONGHER, 1987, pp.84-85).

Vale mencionar que nesta época “surgiam” os primeiros espaços separados para lésbicas, sendo o *Ferro's Bar*, o primeiro bar de frequência predominantemente lésbica de São Paulo, localizado no centro da cidade, na Rua Martinho Prado, em frente à sinagoga, do qual elas se “apropriariam” mais tarde, inclusive em meio a disputas com seus donos, conforme abordaremos adiante ao falarmos dos primeiros movimentos “LGBT” brasileiros (GREEN, 2000, p.402).

Neste período, considerando o que já foi abordado até aqui neste item, contraditoriamente ocorreu então um movimento de expansão e consolidação do “gueto” gay paulistano, ao mesmo tempo em que a repressão se fez mais presente. Tal expansão, porém, se deu muito em função das expansões das possibilidades de consumo das classes médias e altas urbanas, o que incluía os homossexuais e nestas áreas já presentes nas culturas, a então possibilidade de abrir estabelecimentos, ou focar nesta clientela que, muitas vezes, já era predominantemente homossexual, em função das apropriações mencionadas no recorte histórico anterior. Sendo a loja de discos Hi-Fi uma das precursoras na noite LGBT dos anos 1960, com um pequeno espaço na sobreloja utilizado como pista de dança improvisada à época. Assim como a boate K-7

não muito distante, cujos proprietários abririam alguns anos depois a boate Medieval³³. Evidentemente que muitos indivíduos vindos de áreas mais periféricas da cidade também buscavam se aproveitar destas expansões, mesmo que não pudessem entrar e consumir, ou mesmo travestis ou michês pobres buscavam clientes nesta classe média e alta homossexual frequentadora do “gueto”, conforme já mencionado. Foi também nesta década de 1970 que o “gueto”, especialmente por meio das boates, iniciou o processo de expansão em direção à nova centralidade financeira, a região da Avenida Paulista, onde se localizava a boate Medieval (Rua Augusta, de 1971 a 1984), por exemplo.

Após 1972, os empresários tiraram vantagem dessa abertura à sociabilidade homossexual e ofereceram um número crescente de opções para consumidores gays de classe média e alta, cuja renda disponível havia crescido no período do “milagre econômico” (GREEN, 2000, p.400).



Figura 8 – Fachada da boate Medieval, inaugurada em 19 de Agosto de 1971, foi a primeira boate abertamente gay de São Paulo. <https://musicnonstop.uol.com.br/uma-viagem-pela-cena-noturna-lgbt-de-sao-paulo-nos-ultimos-100-anos/>

Também abriram outras boates mais acessíveis, em geral mais próximas da parte central, mais antiga do “gueto”, também chamadas de “inferninhos” pelos usuários,

³³ Para meias informações sobre a *noite gay/* ”LGBT” Paulistana, ver artigo jornalístico de Lufe Steffen “Do footing aos afters: vem com a gente fazer uma viagem pela cena noturna LGBT de São Paulo nos últimos 100 anos”, disponível em: <https://musicnonstop.uol.com.br/uma-viagem-pela-cena-noturna-lgbt-de-sao-paulo-nos-ultimos-100-anos/>

possibilitando o usufruto de homossexuais com menos recursos financeiros. Porém era prática comum haver grandes quantidades de homossexuais nas portas das boates mais caras, pois que estas se constituíam também em pontos de encontro e socialização, mesmo que estes indivíduos não fossem/pudessem entrar nos estabelecimentos. Trecho do relato de Clóvis, entrevistado em Perlongher (1987), aponta para o sempre existente recorte social e espacial intra territorialidades LGBT:

Durante toda a época se mantém uma diferença muito clara; todos estes locais: Nestor Pestana, Largo do Arouche, eram curtidos por pessoal da classe média. Continuava o tempo todo existindo o foco mais pobre, mais lúmpen, da Avenida Ipiranga e São João e a Praça da República (p.82).

Conforme colocado, as áreas e estabelecimentos que outrora compunham espaços de sociabilidades e territorializações continuaram a ser utilizados pelos homossexuais para tal. Por vezes a natureza da relação se modificou na medida em que os donos e funcionários de cinemas, por exemplo, tolerariam as práticas e usos desta clientela diferenciada em função do lucro que viria exatamente destes, em especial nos lugares mais decadentes dos centros do Rio e de São Paulo, tendo se tornado literalmente dependentes de tal clientela. Também foram inaugurados estabelecimentos voltados exclusivamente para homossexuais, com alguma proliferação de saunas e clubes para classes mais altas já um tanto distantes então das centralidades urbanas à época, algo que se aprofundaria nas décadas seguintes (GREEN, 2000, p.401).

Ainda havia, porém, de parte das casas uma preocupação em “não ser gay demais”, pois que isto poderia assustar a parte da clientela que não era homossexual, havendo proibições de homens se tocarem em momentos de maior visibilidade, como enquanto dançavam, por exemplo (GREEN, 2000, p.401). Ressaltamos, também, que mesmo nestes movimentos de expansão espacial e ampliação da tolerância, as possibilidades de usufruto espúrio das condições estigmatizadas destes indivíduos e estabelecimentos continuaram sendo uma realidade, como com as propinas, e extorsões da polícia.

Embora os proprietários dos clubes eventualmente fossem pressionados pelas autoridades, o dinheiro da propina mantinha a polícia apaziguada. Essa contradição entre atmosfera política geral e a ampliação do espaço gay parece contrariar a lógica. Seria de se esperar que um governo militar de direita, que censurava peças consideradas “subversivas” ou que violavam a “moral e os bons costumes” também fosse fechar os clubes gays. Mas isso não ocorreu (GREEN, 2000, p.398).

Segundo Green (2000), os militares teriam o objetivo de manter a esfera pública gozando de relativa liberdade, contanto que estivesse livre de atividades diretamente críticas à ditadura. Inclusive promovendo algum controle popular por meio do futebol e do Carnaval, enquanto mecanismos apaziguadores da revolta ou crítica social. Neste contexto, e frente às organizações de esquerda remanescentes e manifestações artísticas de cunho crítico, o “gay power” como ficou conhecido no Brasil por intermédio da mídia o movimento homossexual internacional, “parecia apenas mais um fenômeno remoto e exótico vindo dos Estados Unidos e da Europa, e claramente distante dos problemas concretos das autoridades brasileiras” (pp.398-399).

Sob este aspecto, o território social das casas de banho e pistas de dança era relativamente insignificante. Além do mais, as duas décadas anteriores haviam testemunhado uma tolerância crescente em relação à homossexualidade – contanto que permanecessem em espaços fechados, deixando seu ambiente semiclandestino apenas uma vez por ano, durante as festividades do carnaval (GREEN, 2000, p.399).

Retomando o início deste item, quando mencionado que os gays se aproveitaram, assim como as lésbicas e os negros, deste “espaço de oportunidade”, referimo-nos a todos os fatores que procuramos elencar ao contextualizar o período até aqui. Tendo sido possível aproveitá-lo para se organizar de forma politizada, tanto enquanto movimento político organizado, quanto enquanto politizador de semelhantes, por meio, em especial, da formação de grupos e de jornais, com destaque para o jornal *Lampião da Esquina*. Abordaremos agora o surgimento do *Jornal Lampião da Esquina*, do Grupo *Somos de afirmação homossexual*, e de seus desdobramentos gerais, e em especial mediante a ameaça e ações repressoras de José Wilson Richetti, delegado transferido em 1980 para a terceira seccional de polícia de São Paulo, na Rua Aurora, no centro, inserido nas imediações dos territórios LGBTs à época.

Em 1976, João Silvério Trevisan, recém regresso de autoexílio nos Estados Unidos, onde teve contato com os movimentos homossexuais politizados que surgiram a partir do *Stonewall* e do distrito de *Castro*, em São Francisco, tentou organizar um grupo de discussão sobre a homossexualidade. “Às reuniões nunca esteve presente mais do que uma dúzia de pessoas, todos jovens esquerdistas, estudantes universitários ou profissionais recém-formados” (TREVISAN, 2000, p.337). A iniciativa durou pouco, e logo terminou, desfazendo-se o grupo, muito em função de uma marca da “primeira onda” de movimentos homossexuais brasileiros. Tal marca seria a indagação da relevância de uma luta política pautada na questão da homossexualidade. conforme

Trevisan (2000): “A grande pergunta que se faziam ia ser comum, daí por diante, nos grupos da primeira fase do movimento Homossexual: seria politicamente válido que nos reuníssemos para discutir a sexualidade, coisa considerada secundária no grave contexto político brasileiro?” (p.337). Secundária em contraponto com a “luta maior”, que seria a luta de classes. Além disto, dentro desses questionamentos, a própria homofobia estrutural dentro da esquerda organizada tencionava as relações entre esquerda e movimento homossexual, visto que o partido comunista “defendia a posição tradicional stalinista, de que a homossexualidade era um produto da decadência burguesa” (GREEN, 2000, p.428). Frente a tal posição, muitos homossexuais e demais partidários das “pautas das minorias” (termo usado sem muita seriedade e até em tom jocoso pela esquerda tradicional à época) sofriam humilhações por parte de seus companheiros de partido.

Defendendo pautas por fora do viés da luta de classes, ou mesmo temas sensíveis à própria esquerda, como o aborto, “(...) do ponto de vista da esquerda ortodoxa, as chamadas “minorias” apresentavam temas espinhosos. E, para nós das “minorias”, a sensação era de estar prensados num círculo de ferro, à direita e à esquerda” (TREVISAN, 2000, p.338). Segundo Green (2000), tal contexto de tensão entre movimento homossexual (inclusive enquanto indivíduos homossexuais dentro da esquerda) e esquerdas organizadas, somados aos questionamentos relativos a validade e legitimidade desta “luta menor” frente à luta de classes viriam, anos mais tarde, a cindir o grupo Somos: “enquanto uma facção era a favor de um movimento que se concentrasse apenas em assuntos dos gays, outra tendência defendia alianças entre grupos gays e os demais movimentos sociais, incluindo setores da esquerda” (p.428).

Pouco depois da iniciativa de Trevisan, ainda em 1976, um ativista anônimo, no Rio de Janeiro, tentou organizar, no dia 4 de julho, um encontro social da “União do Homossexual Brasileiro”, tendo distribuído panfletos no dia 1º de julho nos quais se lia coisas como: “Teremos a oportunidade de conhecer o perfil da luta em que nos empenhamos pelos direitos do homossexual brasileiro e por uma vida digna e respeitada”, ou: “Por melhores oportunidades e igualdade de condições” (GREEN, 2000, p.429). Entretanto, no dia 4 de julho,

Enquanto os repórteres afluíam para cobrir o evento, oito camburões e setenta homens do departamento geral de investigação especial cercaram o museu. Os indivíduos que pudessem estar se aproximando da área a fim de participar do encontro certamente foram intimidados pela exibição da força policial. O

encontro não ocorreu, e o esforço de mobilizar os homossexuais do Rio de Janeiro fracassou. A reação oficial à tentativa de organizar um grupo ativista gay indicava que o governo ainda via qualquer evento público como subversivo. Embora os homossexuais pudessem se reunir em discotecas nos sábados à noite, o agrupamento num espaço público para reivindicar objetivos políticos, como igualdade, dignidade e respeito, constituía um desafio ao regime. Nos primeiros dias da liberalização política, atividades democráticas desse tipo ainda eram solapadas antes mesmo que tivessem qualquer chance de sucesso (GREEN, 2000, p.429).

Já em 1977, com a atmosfera política melhorando significativamente, em meio à visita de Winston Leyland, fundador da *Gay Sunshine Press* de São Francisco, que serviu de catalisador para a reunião, João Antônio Mascarenhas, seu anfitrião no Rio, João Silvério Trevisan, e alguns outros artistas e intelectuais formaram um coletivo visando à produção de um jornal para homossexuais. Encabeçado por profissionais experientes, apesar de uma “periclitante infra-estrutura financeira”, vendido em bancas de jornais e revistas de todo o país, mesmo que por vezes de forma discreta, seria um marco na politização e difusão de conscientização para os homossexuais Brasil afora (GREEN, 2000, p.430). Tendo sido publicado de Abril de 1978 a Julho de 1981, quando abalado pelas disputas políticas de seus editores, além de pressionado pela falta de anunciantes e a inflação do período, teve que encerrar suas atividades. “Em Abril de 1978, aparecia então o número 0 (zero) do jornal *Lampião* – fato quase escandaloso para as púlicas esquerda e direita brasileiras, acostumadas ao recato, acima de tudo” (TREVISAN, 2000, p.338). Sediado no Rio, e mantendo equipes em São Paulo, segundo Trevisan (2000):

(...) [O] *Lampião* vinha, bem ou mal, significar uma ruptura: onze homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados “secundários” – tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo – e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual (pp.338-339).



Figura 9 – Capa do número 0 do Jornal Lampião da Esquina, de Abril de 1978. Disponível na íntegra em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

Apesar de originalmente se apresentar com uma maior pretensão de abrangência de temas, acabou se voltando principalmente para o público homossexual masculino, apesar de também publicar entrevistas com feministas, ativistas do movimento negro, lésbicas e demais questões culturais e sociais em voga no Brasil à época. Já no primeiro número, um texto de Trevisan defendia Celso Curi, então colunista na já mencionada

coluna do meio do jornal *Última Hora*, que estava sendo acusado pelos militares de violar o artigo 17 da lei de imprensa.

Entre as acusações levantadas contra o jovem jornalista, estava a de que ele ofendera, “de modo contínuo, no período compreendido entre 5 de Fevereiro e 18 de Maio de 1976, a moral pública e os bons costumes na Coluna do Meio, cujo nome não deixa dúvidas quanto ao assunto tratado, o homossexualismo, que é claramente exaltado, defendendo-se abertamente as uniões anormais através da seção *Correio elegante*”. Os editores do *Lampião* usaram o primeiro número do jornal para defender Curi e argumentar que o caso contra ele era a prova dramática da necessidade de um movimento organizado, cujo objetivo deveria ser resguardar os indivíduos contra ações arbitrárias do governo e combater atitudes homofóbicas na sociedade brasileira de modo geral (GREEN, p.2000, p.431).

Posteriormente Celso Curi seria absolvido na 14ª vara criminal de São Paulo, pelo juiz Regis Castilho Barbosa, sendo que “na história da justiça Brasileira, tratava-se do primeiro processo em que o homossexualismo esteve envolvido como objeto direto de denúncia. Assim, com a absolvição de Celso Curi, criou-se um importante precedente jurídico para a defesa dos direitos homossexuais no país” (TREVISAN, 2000, p.347).

Alguns meses depois, surgiria o núcleo de ação pelos direitos homossexuais, que pouco depois se rebatizaria de Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. De forma sintética, segundo palavras de Trevisan (2000), “Queríamos ser plenamente responsáveis por nossa sexualidade, sem ninguém falando em nosso nome” (p.341); “Uma das ideias-chave, presente desde os primórdios do grupo, foi a de que a homossexualidade devia ser uma instância de determinação dos próprios homossexuais. Daí porque víamos com antipatia as investidas de psiquiatras, juízes e padres, com suas teorias ou dogmas sobre a questão” (p.348), reconhecendo que o discurso sobre a homossexualidade estivera sempre nas mãos de outrem, então reivindicando-o para si, e se propondo a confrontar estes outros, na disputa pela autodeterminação social. Contando nos seis primeiros meses com algo em torno de 20 membros oscilantes, dentre os quais alguns também atuantes no *Lampião*, o grupo viria a ter alguma repercussão relevante e decorrente expansão a partir de 1979 quando alguns de seus membros participaram de um debate público na Universidade de São Paulo, parte de um evento com quatro dias de debates visando a organizar as “minorias” brasileiras – mulheres, negros, índios e homossexuais.

Mais de trezentas pessoas lotaram o auditório para ouvir os debates, e o evento representou para o movimento de gays e lésbicas brasileiro uma verdadeira “saída do armário”. As discussões que se seguiram às apresentações dos

oradores foram acaloradas, à medida que os ataques e contra-ataques entre os representantes de grupos estudantis de esquerda e defensores dos interesses de gays e lésbicas cruzavam a sala. Pela primeira vez, as lésbicas podiam falar abertamente em público sobre a discriminação que sofriam. Os estudantes gays se queixavam de que a esquerda brasileira era homofóbica. Estudantes de esquerda que apoiavam Fidel Castro argumentavam que combater temas específicos, como sexismo, racismo e homofobia, iria dividir o crescente movimento contra o regime militar. Eles sustentavam que as pessoas deveriam se unir em uma luta geral contra a ditadura. (...) Ao longo do ano seguinte, conforme novos grupos floresciam em São Paulo e outras cidades, os ativistas gays e lésbicas continuariam a se debater entre construir um movimento autônomo independente das forças sociais mobilizadas contra o regime militar ou formar ligações com esses novos movimentos sociais (GREEN, 2000, p.433).

Em função da nova imagem pública do *Somos* e sua repercussão, inspirando movimentos Brasil afora, visto que o que ocorria em São Paulo e no Rio vinha sendo difundido nacionalmente pelo *Lampião*, os militares se voltaram contra o jornal. De maneira análoga às acusações de Celso Curi, os militares pretendiam, sob o pretexto que se fizesse necessário, pôr um fim ao *Lampião*. “Antes mesmo de instaurado qualquer processo judicial, fomos intimados e interrogados pela polícia, fotografados e identificados criminalmente; em resumo, a polícia já nos julgava culpados” (TREVISAN, 2000, p.346). Posteriormente os sindicatos dos jornalistas de São Paulo e do Rio de Janeiro ofereceram advogados ao *Lampião*, frente ao que a polícia mudou de estratégia e procurou irregularidades fiscais, que não foram encontradas, eventualmente levando a impossibilidade de instaurar inquérito policial, e as acusações foram retiradas (GREEN, 2000, p.434; TREVISAN, 2000, p.346).

A partir destes processos e acontecimentos mais marcantes, a fundamentação supostamente científica que imperava através da moral e dos manuais de sexualidade passou a ser questionada, desencadeando o processo de despatologização e em alguma medida, disputa pela afirmação científica da normalidade ou naturalidade da homossexualidade. O que viria então a se tornar mais um campo de disputa no que se refere ao discurso moldador da simbologia social da homossexualidade, assim, por uma ressignificação social do estigma.

Como resultado dos debates e discussões em torno dessas e outras questões relacionadas à homossexualidade, iniciadas em grande parte pelos movimentos de gays e lésbicas, psiquiatras, sexólogos e acadêmicos começaram a publicar um material mais favorável sobre relações homoeróticas na imprensa e nas revistas especializadas. Em vez de se apoiar nos escritos médico-legais das décadas de 1930 e 1940, esses autores em geral apresentavam a ideia de que a homossexualidade era apenas um entre muitos diferentes comportamentos sexuais possíveis, e não uma patologia (GREEN, 2000, p.433).

“No que diz respeito à expansão do gueto, o “desbunde” gay rugue com vigor em 1979, seguindo o compasso da abertura. Este massivo *out of closets* tem um epicentro: o Largo do Arouche” (PERLONGHER, 1987, p.86). Segue descrição com viés etnográfico:

Embora o que mais chamasse atenção fosse a emergência da *new wave gay*³⁴, o Largo do Arouche constituía um espaço consideravelmente democrático. Os gays tendiam a instalar-se nos bares situados em frente à Praça do Largo (com árvores e um fervente banheiro público no meio), na continuação das ruas Bento Freitas e Viera de Carvalho. O extremo da praça para a Rua Rego Freitas era mais frequentado por travestis; às vezes, se misturavam prostitutas. Outro foco de travestis e “bichas” populares se insinuava na Rua Vitória, onde ainda hoje sobrevive um bar frequentado por homossexuais maduros de classes populares, em boa parte migrantes nordestinos. Mas a praça era um campo comum para o heteróclito leque de homossexualidades da época – que se confunde com o atual (PERLONGHER, 1987, pp.87-88).

Perlongher (1987) também vincula a “efervescência nas ruas” ao seu correspondente político, mencionando a vanguarda teatral, intelectuais, universitários e demais homossexuais, em especial os “entendidos”, no que chama de militância homossexual, ao se referir à emergência do Grupo Somos, que “expressava politicamente as demandas de ‘liberação’ dos gays” (p.89), além de apontar que sua difusão se deu também como um grupo de sociabilidade como os apontados no período anterior (1945-1968), antes e até se tornar mais expressivo e burocratizado. “(...) independentemente de ter permanecido ou não no grupo, uma parte considerável da população homossexual do gueto paulista acabou passando pelas suas reuniões” (p.89). Prossegue com a descrição e análise do Largo do Arouche:

Pelo menos desde a década de 1950, o Largo do Arouche está mais ou menos integrado à boca do lixo. Por volta de 1957, a perambulação homossexual não era – com as condições de maior discricção da época – excepcional no Largo.

No final das contas, o Largo do Arouche parece constituir uma espécie de “corredor polonês”, por onde se faz a passagem da primitiva boca do lixo à mais atual boca do Luxo. Esse fato pode explicar o trottoir de travestis e prostitutas, como também a afluência de “garotos” e “tias” do subúrbio.

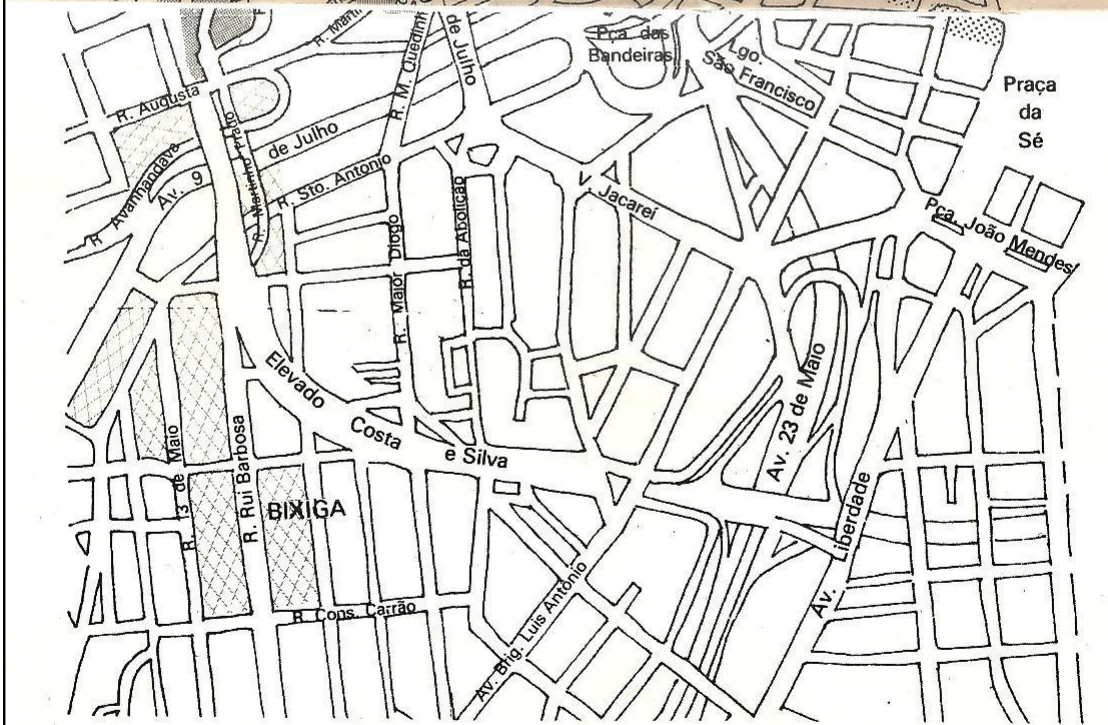
Mas a atualização explosiva do Largo parece provir da conexão das populações “populares” da área com a área mais sofisticada e “burguesa”: a Avenida Viera de Carvalho. Esta avenida funcionou, segundo inferimos, como uma espécie de barreira de contenção da expansão da Boca para a área da Consolação. Reflexos deste movimento de avenida chic podem-se ler ligeiramente no público da “Caneca de Lata”, reduto de homossexuais maduros, parentes pobres






³⁴ Aqui este termo se refere aos gays mais jovens, conectados com as tendências da moda e de comportamentos mais modernos, com alguma influência internacional. Com diversos estilos de cortes de cabelo, brincos, ou roupas “diferentes”, etc. (PERLONGHER, 1987, p.87).

dos sofisticados gays da Caneca de Prata, situada exatamente do outro lado da calçada. Na Rua Aurora há ainda um escuro “inferninho” gay, frequentado por um público da classe mais baixa, o mesmo que invade os cinemas de “pegação” da Avenida Rio Branco (PERLONGHER, 1987, pp.90-91).

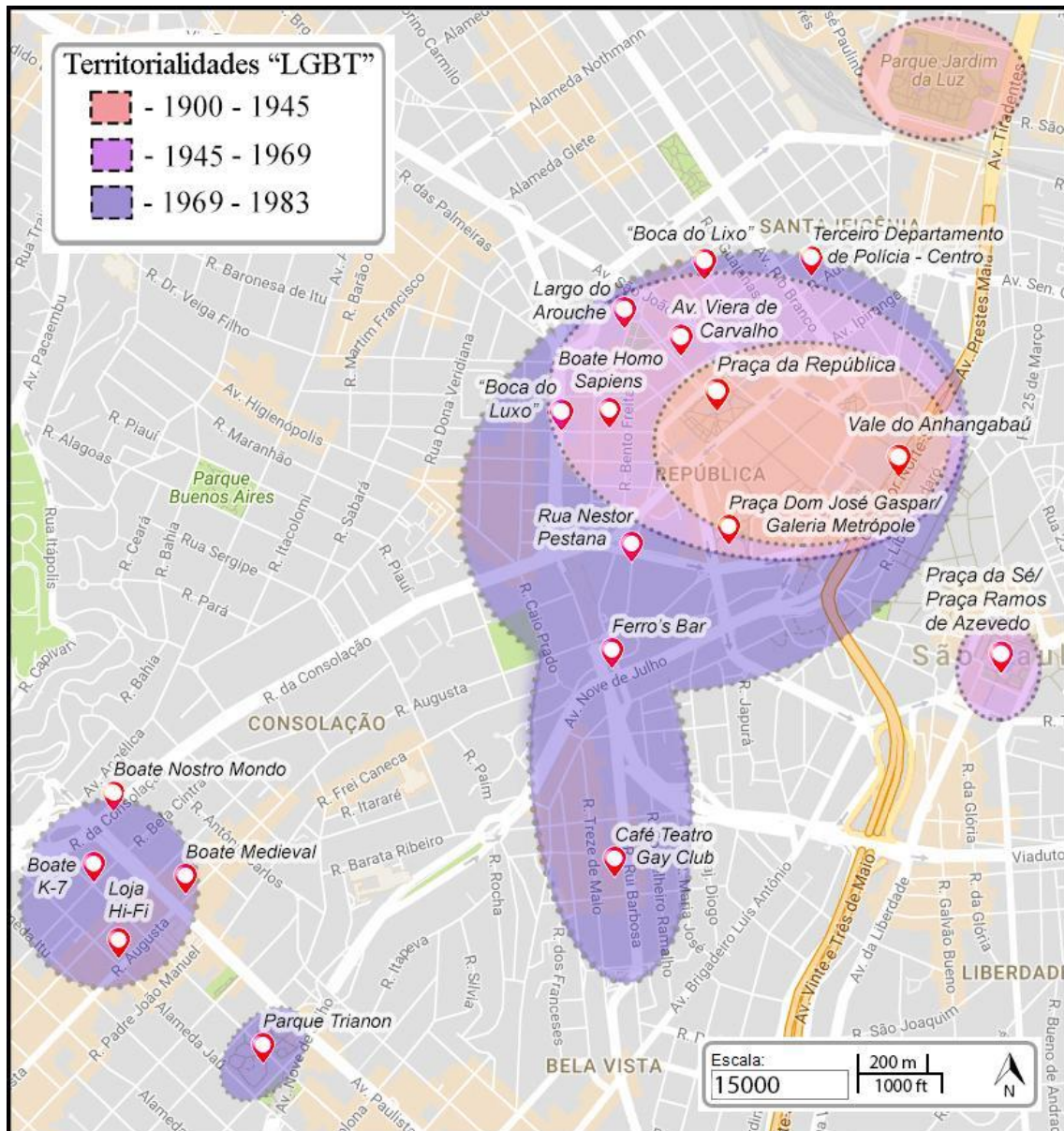
O estudo de Perlongher (1987), em função de seu caráter antropológico, se concentra em minúcias das múltiplas identidades e sujeitos que em suas “derivas” compõem as manchas do “gueto” gay paulistano, em especial no seu objeto e focos de análise: os Michês, uma fração específica destas populações, conforme os divide espacialmente, de acordo com seus tipos específicos, no mapa 5 a seguir. Não nos cabe aqui adentrar nestas minúcias e recortes, porém, além da descrição de ocupação e uso deste espaço, a análise de Perlongher evidencia algo do movimento de separação de classes, bem como separações discursivas acerca da identidade destes homossexuais das áreas centrais, em comparação com as então ainda pouco presentes áreas dos Jardins/Bela Vista, em direção à região da Avenida Paulista, como se tornaria mais evidente conforme as ocupações além Centro proliferassem, apontando para o Largo do Arouche como um ponto de transição entre as áreas “do luxo e do lixo”.

O GUETO GAY PAULISTANO



-  Área Marquês
-  Área Ipiranga
-  Subárea Largo do Arouche
-  Subárea do Bixiga
-  Área São Luís

Mapa 5 – “O Gueto Gay Paulistano” – 1984 – (PERLONGHER, 1987, pp.110-111) – Partindo dos pressupostos antropológicos das “derivas”, convergindo com as propostas deste trabalho, Perlongher buscou representar as “manchas” nas quais se materializaria o gueto gay paulistano, por meio de seus frequentadores, portanto, sem pretensão de uma delimitação precisa, em função de como compreendia e analisava o fenômeno. Sendo seu enfoque os michês, conforme mencionado, categorizou as áreas em função dos locais e dos tipos de michês que as frequentavam, em geral em função de diversos fatores específicos que não nos cabe analisar aqui, mas que giravam em torno de classe, raça, expressão de gênero, estratégias de atuação, etc.



Organização: Caio De Giovani (2018)

Mapa 6 - Territorialidades "LGBT" – 1969 - 1983. Este mapa foi elaborado com base na bibliografia e no mapa 5 e, assim como nos mapas 2 e 4, buscando refletir o fenômeno fluido das territorialidades da época, utilizando-se de buffers, que englobam as áreas de influência do fenômeno, sem procurar delimitá-la com precisão, visto que isto contrariaria a natureza do mesmo. Apesar de, como apontado, começarem a surgir estabelecimentos, materialidades relativamente estáveis que constituem parte tangível destas territorialidades. É possível perceber a expansão das territorialidades por meio dos buffers distintos por períodos históricos. Apontamos alguns estabelecimentos e locais importantes nas sociabilidades a fim de localizar o para o leitor onde alguns dos locais referenciados em texto se encontram, assim como outros que evidenciam o porquê dos desenhos das manchas. Este levantamento não se pretende exaustivo, pois haviam outros estabelecimentos frequentados dentro e fora do “gueto”,

inclusive dentro das áreas de apropriação e frequência mais antigas, originárias de 1900-1968. Alguns locais em específico, como o Largo do Arouche, conforme abordamos e abordaremos, se mantém um foco, mas a frequência antes mais rica, se altera e passa a congregar tanto “LGBTs” ricos quanto pobres em suas perambulações, sendo o “epicentro do desbunde”. Note-se que alguns pontos mais distantes mencionados não foram incluídos no mapa, como o “autódromo do Ibirapuera” visando a manter uma escala que englobe as duas principais áreas, a do Centro, e a dos Jardins/Paulista (Que em grande parte se expande no Bairro de Cerqueira César).

Dentro do que procuramos esboçar até aqui neste item, retomando a perspectiva analítica territorial, os diversos processos abordados considerando as múltiplas e indissociáveis facetas do social agindo simultaneamente levaram aos processos do “desbunde”. Processos cujos reflexos se evidenciaram socioespacialmente com a crescente visibilidade nas facetas do social supracitadas e nas apropriações territoriais cada vez mais explícitas, causando e respondendo a correspondente e interconectada autodeterminação positiva sobre si mesmos. Neste sentido, conforme abordado anteriormente, tais espaços foram essenciais na(s) legitimação(ões) identitária(s), bem como na formação de grupos além dos impulsos das necessidades de sociabilidade mais efêmeras, ou secretas, possibilitando a organização política face o reconhecimento enquanto grupo marginalizado e estigmatizado socialmente, e cujo direito de usufruto pleno da cidadania (e portanto do espaço público como um todo) foi historicamente negado.

Assim, bares [e demais espaços] não são simplesmente espaços físicos para uma experimentação (sexual e social) mais segura; nem é apenas fisicamente que poderemos ler a sua delimitação dentro da cidade. Neles se procede também à elaboração de um discurso coletivo de diferenciação positiva, de oposição ao discurso da sociedade envolvente acerca da homossexualidade [se opondo e contrastando com o discurso dominante reprodutor do estigma de suas condições de identidade de gênero e sexualidade]. Num certo sentido, estes são também locais de resistência discursiva, de fronteiras de significação. (MENESES, 2000, p.937 apud VIERA, 2011, p.11).

Como parte destes processos de busca por autoestima, legitimação identitária e possibilidade de performance em público por parte dos indivíduos LGBT, estes viriam a se apropriar de espaços mais específicos, e com o tempo em meio a múltiplos processos, levando à uma tomada de consciência e auto reconhecimento enquanto grupo social dotado de características específicas, sofrendo discriminações e opressões específicas por parte da sociedade e de suas instituições, levando à ação política organizada e atuante em diversos âmbitos contra a repressão em suas instâncias pontuais³⁵ e em sua

³⁵ Casos cotidianos, agressões, ameaças, expulsões, etc. todas decorrentes da estrutura já estabelecida na sociedade de opressão e marginalização social dos LGBTs, ou seja, “instâncias” no sentido de manifestações práticas em situações reais do que está estruturalmente construído. Por exemplo, os casos já citados de agressões LGBT-fóbicas.

internalização estrutural³⁶, combatendo assim sua pretensa naturalidade, lutando por seus direitos. Destes processos surgiu o Grupo *Somos*, e diversos outros grupos ativistas políticos homossexuais, cujos reflexos perduram até hoje.

A partir deste ponto, em que a tomada de consciência coletiva enquanto grupo marginalizado socialmente e que tem no espaço um pressuposto de sua existência bem como uma das razões de sua luta, pela possibilidade mesma de usufruir do espaço público, surge a possibilidade, o intento, e por vezes a necessidade de engajamento político - visto que no jogo de poder e conflitos, na medida em que se expande um território, perturba-se os demais e principalmente a estabilidade de dominação que idealmente objetivam os dominantes. Como o caso das operações de “limpeza” do delegado Richetti em 1980 viriam a ser uma manifestação de “contra-ataque” frente às apropriações e subversão crescentes da dominação que o “desbunde” gay viria a causar, em especial no seu epicentro, o Largo do Arouche, e sempre em nome do clamor público em favor da moralidade, no caso, dos moradores “normais” destas áreas de apropriação “LGBT” mais explícita e cada vez mais despuorada.

O Largo do Arouche é, então, um ponto particularmente sensível do centro da cidade, na medida em que está – como a Praça Roosevelt - circundado de prédios residenciais da classe média e restaurantes de luxo. Desta vizinhança provirá, em boa medida, o apoio social com que contou a operação policial de “limpeza” da área, conhecida como “Operação Richetti” (PERLONGHER, 1987, p.91).

De territorializações com origem espontânea, toma-se consciência delas, em termos, como posto por Vieira (2011), “É pois em torno das práticas espaciais – ‘as significativas e as de prazer’ (CHISHOLM, 2005, p.68) – que as populações gay e lésbica se apropriam da cidade num modelo em que a reafirmação do ‘direito à cidade’ (PURCELL, 2002, p.103) aparentemente se torna cada vez mais evidente nas suas práticas e discursos” (p.14-15). A partir daí, organizam-se, pautam sua luta (novamente, a ressalva de que se trata de parcela desta população, não sua totalidade em pretensa, e errônea, assunção de homogeneidade) convergindo parcialmente para o que Fernandes (2005) define como “movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais” (p.30).

³⁶ Em termos mais amplos, conforme já explicitado no conceito de paradigma heterossexual compulsório, faz-se aqui referência à naturalização em nível estrutural, abarcando tanto a esfera cultural, quanto institucional. Por exemplo, lutar por direitos iguais, como casamento igualitário, ou a tipificação de LGBTfobia enquanto crime, ou em aulas de desconstrução de papéis de gênero e respeito à diversidade nas escolas, etc.

Para tal, Fernandes (2005) considera as seguintes concepções, que vão ao encontro do que foi até aqui desenvolvido, de espaço e território, levando em consideração o termo intencionalidade que seria “um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço” (p.27). Tais intencionalidades que, como já discutido, não são equilibradas em sua correlação de forças, levando à percepção mais forte, ou mais fraca, de uma intencionalidade hegemônica, mesmo que insidiosa. Segundo Fernandes (2005):

A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais. Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (p.27).

Em decorrência destas características e condições, complementa:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. (p.28).

Na construção de suas ideias, Fernandes (2005, p.31) procura deixar claro que movimentos sociais e movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais são sempre um e o mesmo “sujeito coletivo” ou grupo social organizado em função de seus interesses acarretando ou não em conflitos, visando à transformação da realidade, visto que todo movimento social inerentemente tem uma vertente espacial, simplesmente por existir, não havendo, portanto, movimentos sociais sem espaço. Mas nem todo movimento social tem o território como trunfo, assim, a distinção se daria na perspectiva geográfica ao olhar para os movimentos sociais, chamando-os assim de socioespaciais ou socioterritoriais. Diferenciando um e outro na medida em que os próprios sujeitos interessados e necessitados da reivindicação e luta por uma possibilidade de firmar um território constituem o movimento socioterritorial, enquanto que o movimento

socioespacial não necessariamente precisa ser protagonizado pelos sujeitos que demandam o território, mas apenas advogar em causa de seus interesses (como alguns casos de ONGs, por exemplo).

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços. (FERNANDES, 2005, p.32).

Chamamos os conceitos de Fernandes (2005) pois que estes nos ajudam a compreender, neste ponto da história das espacialidades e territorialidades LGBT, as relações que a organização política em movimentos de luta por direitos tem com os espaços e territórios apropriados e funcionalizados pelos LGBTs. Devemos ressaltar, porém, que não se trata de uma evidência plena do conceito na realidade dos fenômenos analisados, mesmo porque, apesar da abrangência teórica que nos permitiu contextualizar os conceitos ao nosso estudo de caso, Fernandes trabalha com uma linha de pesquisa cujo objeto é diverso deste que analisamos nesta pesquisa³⁷.

Dito isto, a diferença maior que se estabelece neste período e momento histórico específico da história LGBT no Brasil, em especial homossexual masculina e feminina, é a transgressão das normas e apropriação dos espaços enquanto uma intencionalidade politicamente consciente. Colocando enquanto agentes organizados pela disputa dos territórios que se fazem simbolicamente e funcionalmente por meio de suas relações, sociabilidades e necessidades enquanto indivíduos, os quais foram historicamente, conforme vimos, apropriados e (re)significados, e cada vez mais funcionalizados. Também na forma de movimentos sociais, em grande parte, buscaram disputar o discurso sobre a homossexualidade, cujo poder de elaboração se deu de forma hierarquizada, assim, passando a disputar também a autonomia e autodeterminação nas esferas que outrora reificaram os preconceitos e a moral religiosa condenatória, ou seja, a ciência, a lei, a medicina etc.

Não seriam, então, propriamente movimentos socioterritoriais conforme Fernandes (2005), na medida em que não tem o território num sentido mais material

³⁷ Fernandes trabalhava, à época do artigo utilizado, com linhas de pesquisa sobre movimentos sociais pela terra e reforma agrária.

enquanto trunfo e necessidade como domínio, como seria o caso dos Sem Terra, mas, conforme o que procuramos expor e analisar até aqui, o pleno usufruto do espaço e nisso incluída a livre manifestação de expressões de gênero e sexualidades divergentes das normatizadas é um fator crucial para estas populações em suas lutas políticas, um objetivo último destas. Pois, apesar de a luta se dar nas mais diversas esferas de poderes distintos, inclusive no próprio Estado, que de inimigo manifesto, se tornará também esfera de disputa, em última instância, é pela naturalização social e inerentemente espacial da homossexualidade (e diversas possibilidades de sexualidades e identidades de gênero) que se realizam estes movimentos, levando em consideração a perspectiva que toma o espaço e o social como indissociáveis e mutuamente constitutivos.

Se antes desta primeira onda do movimento homossexual não havia resistências politicamente conscientes nos processos de disputa pelo espaço e nas relações de poder que o compõem, e as investidas da polícia e da sociedade incidiam verticalmente, acarretando o não protagonismo decisório de suas territorializações, em suma, amplamente conformados com estes abusos e repressões, agora, em alguma medida, com os movimentos homossexuais, e uma maior conscientização e politização de suas condições marginalizadas, os “LGBTs” projetariam suas intencionalidades de maneira mais consciente em seus processos de (re)territorialização e apropriação do espaço. Na medida em que por um movimento cada vez maior e mais explícito, visível, das homossexualidades nos espaços públicos dominados pela moral hegemônica, entendidos por seus sujeitos (sujeitos que se entendem enquanto “normais”, ou seja, sujeitos e instituições em favor da moral hegemônica) como uma transgressão, ou mesmo um “ataque” aos seus valores e ao seu espaço, eles se viram frente a necessidade de manifestar seu domínio cultural e político-disciplinar sobre estes espaços de maneira mais direta. Para tal, convocando a polícia, instituição que reproduz e faz a manutenção social em prol da continuidade do domínio da cis-heterossexualidade como norma, conforme já discutimos, desencadeando nas “operações Richetti”, ou “operações Limpeza/Operações Rondão”, que discutiremos a seguir, junto com algumas considerações históricas contextuais.

Dos processos de liberação, do “desbunde” em suas múltiplas facetas, provém o questionamento da assumida “naturalidade” da cis-heterossexualidade nos espaços públicos, provocando conflitos, pois que essa seria uma condição natural destes espaços, e cujas principais vítimas da retaliação foram as travestis, além das prostitutas,

e todos os demais sujeitos “imorais” que se encontrassem pela região. Analisando relato de entrevistado, Perlongher (1987) coloca:

O paraíso pintado por Bivar no verão de 1980 marca o ponto culminante da explosão gay no centro da cidade [O Largo do Arouche], que foi praticamente ocupado por massas de bichas, gays, travestis, marginais, bofes, prostitutas, etc. (pp.91-92).

Neste meio tempo, vale assinalar, ocorreu em abril de 1980 o primeiro encontro nacional de grupos homossexuais organizados do Brasil, em São Paulo. Pouco depois, conforme as dicotomias entre autonomia apartidária, ou articulação com a esquerda trabalhista, uma parcela do grupo Somos se fez presente nas manifestações de 1º de Maio do mesmo ano em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, encabeçada por James Green, autor da faixa “Contra a discriminação ao(à) trabalhador(a) homossexual”, conclamando que a discriminação às minorias haveria de cessar para que plenamente se pudesse dar continuidade à luta de classes, como questões inerentemente articuladas, tendo sido aplaudidos ao entrar no estádio de futebol para participar da assembleia ao seu final (GREEN, 2000, p.434). Vale mencionar, também, que o governo militar, preocupado com outras questões mais prementes, conforme já mencionado no que se refere à tolerância e permissividade da expansão das boates e estabelecimentos voltados ao público gay, não deu muita atenção aos recém formados movimentos homossexuais, mais atento aos indivíduos em suas conexões com os movimentos atuantes da esquerda (GREEN, p.2000, p.435).

A decisão de participar da passeata de Primeiro de Maio não foi decisão unânime, e mais tarde ela contribuiu para aumentar a tensão crescente dentro do movimento nascente. Essa questão e o debate mais amplo sobre trabalhar ou não com setores da esquerda brasileira logo dividiriam o Somos de maneira irremediável. Uma minoria, que era contrária a qualquer colaboração com as forças de esquerda, deixou o Somos para formar um novo grupo, o Outra Coisa (GREEN, 2000, p.435).

Também a facção lésbica do Somos deixou-o para formar o *Galf* – Grupo de ação lésbica feminista (FACCHINI, 2005, pp.97-98), ao passo que o Somos prosseguiu existindo vinculado à esquerda trabalhista (Convergência Socialista), mas progressivamente minguante em suas ações e relevância, em especial após o ato coletivo contra Richetti de Junho de 1980 (TREVISAN, 2000, p.358).

Retomando os processos socioespaciais no Largo do Arouche e adjacências, moradores e comerciantes organizaram-se, junto à mídia, pedindo que a polícia tomasse providências contra estas “ameaças” aos cidadãos de bem e à moralidade pública. O

resultado prático do clamor popular e da mídia seriam as já citadas operações de “limpeza” da área, que ganhariam ainda mais força sob o comando do Delegado Richetti. Segundo palavras de Trevisan, publicadas sob o título “A guerra Santa do dr. Richetti” na edição do Lampião da Esquina de julho de 1980:

Inicialmente havia apenas reclamações isoladas de anônimos travestis e prostitutas vitimadas pela violência policial que, desde o fim de maio, tomou conta de São Paulo, sob pretexto de limpar a cidade de vagabundos, anormais (também conhecidos como homossexuais), decaídas ou mundanas, marginais e desocupados em geral. Como é que se limpa uma cidade de 10 milhões de habitantes, refúgios dos miseráveis de todo o Brasil, com taxa de desemprego atingindo 8% da população economicamente ativa? Fácil: dando serviço para a polícia que, nestes tempos de semi-anistia, é menos solicitada mas precisa mostrar serviço. E dá-lhe, desvairada Paulicéia (TREVISAN, 2000, p.503).

Pouco depois do clamor canalizado pela mídia, a polícia torna público um plano para combater travestis e homossexuais.

Tal plano pretende juntar as forças da polícia militar e civil (verdadeira façanha, considerando-se as rivalidades entre ambas) para, entre outras coisas, tirar os travestis dos bairros residenciais, reforçar a delegacia de Vadiagem e destinar um prédio (o desativado presídio do hipódromo) para abrigar especialmente homossexuais (TREVISAN, 2000, p.504).

Pouco tempo depois, ao final de maio, foi transferido o Delegado Richetti para a 3ª seccional (Centro, na Rua Aurora), que levaria tal plano às últimas consequências, sempre agindo como um “herói”, e como se ainda estivesse respaldado pela legitimação científica e legal, mas especialmente pelo fato de que tinha o apoio dos moradores e comerciantes, “cidadãos de bem”, e assim estaria guarnecido pela “moralidade”.

Nas semanas iniciais, as investidas da polícia ocorreram de forma maciça, simultaneamente em diferentes regiões do centro, em horários díspares que variavam das quatro da tarde às quatro da madrugada, inclusive arrancando gente de dentro de táxis. Depois, pretextando insuficiência de efetivos policiais (!), a operação Limpeza entrou num ritmo menos maciço, agora mais rotineiro. De tal modo que os carros de chapa fria ou camburões rondam sistematicamente o centro ou estacionam em pontos-chave como o Largo do Arouche, levando quem não tiver carteira profissional assinada. “Precisamos tirar das ruas os pederastas, maconheiros e prostitutas”, é o que declara Richetti, dizendo-se revoltado porque certa noite topou com dois homens beijando-se em público. “Eles não respeitaram nem minha mulher”, reclama o delegado (TREVISAN, 2000, p.504).

Os moradores e comerciantes, por sua vez, além de não se restringir a protestos passivos, costumavam até jogar sacolas de excrementos e garrafas contra os gays do Largo do Arouche, apesar de sua força maior ser o continuado respaldo aos abusos policiais. “Centenas de cartas e telegramas de apoio e, pelo menos, 60 abaixo-assinados

com cerca de duas mil assinaturas de comerciantes e moradores do Centro da Cidade”, noticia a Folha de São Paulo de 17/05/1980 (PERLONGHER, 1987, p.93).

A abordagem da polícia foi marcada pela usual truculência ao enquadrar, prender, etc. com espancamentos, resultando em quebra de ossos, perda de dentes, dentre outras consequências destes tratamentos desumanos, assim como as extorsões para libertação e “apreensão” de bens nas cenas dos enquadros também se fizeram recorrentes. Tendo esta violência sido relatada e denunciada pelas suas vítimas, de nada adiantou, pois seriam acusados de inventar tudo, ainda que não fosse difícil, segundo Trevisan (2000), presenciar surras em público.

Não adianta apresentar documentos ou provas de bom comportamento, pois o critério é dos policiais. Muitas prostitutas estão sendo presas inclusive quando trazem habeas-corpus preventivo, que é rasgado no momento da prisão, pelos homens da lei. Nem adianta mostrar holerites milionários se você é uma bicha desmunhecada. Aliás, nos bares do Largo do Arouche, os investigadores já chegam gritando: “Quem for viado pode ir entrando no camburão” (TREVISAN, 2000, p.505).



Figura 10 – Lampião da Esquina – Ano 3, Nº26/ Julho de 1980. Contra-capa colorida. Nesta edição se encontra o texto referenciado aqui “A Guerra Santa do Dr. Richetti”. Disponível na íntegra em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

Em uma semana de operações, mais de 1500 pessoas foram presas, tendo sido indiciadas apenas 12, insinuando que os objetivos não são necessariamente cessar a criminalidade, mas sim exercer poder e controle sobre estas populações que agora ousavam desafiar o normativo abertamente. Ressaltamos, porém, que sim, conforme já

abordado, alguma parte destas populações transitava entre a criminalidade de fato, mesmo porque o centro é também “lugar ótimo” de manifestação das criminalidades. Mas, mesmo considerando-se isto, sem jamais justificar as ações de Richetti e da polícia, bem como de seus apoiadores, sem recorrer à uma interpretação de domínio político-disciplinar cultural ameaçado pela transgressão de novas, e cada vez mais visíveis, apropriações, conforme depoimentos do próprio Richetti ilustram.

E [Richetti] afirma que só irá “acabar com isso quando os comerciantes e as famílias vierem me pedir”. Imediatamente uma providencial e desconhecida associação dos lojistas e moradores do centro vem a público agradecer a ação do delegado”. Um panfleto distribuído pela cidade censura os “maus representantes do povo” que defendem “prostitutas, homossexuais, lésbicas, trombadinhas e outros desocupados” (TREVISAN, 2000, pp.505-506).

Evidencia-se à essa altura que já havia indivíduos empenhados em discursos que contestavam os outrora incontestes discursos preponderantes de caráter moral e condenatório, conforme a luta por direitos avançava e começava a disputar outras esferas até então inacessíveis, ainda que a população de modo geral ainda fosse favorável e reproduzisse o discurso moral e condenatório da homossexualidade. Com a prisão e desaparecimento de um sociólogo do Cebrap, desaparecendo por três dias, por não trazer carteira de trabalho assinada, o comitê brasileiro de anistia se manifesta; Hélio Bicudo, jurista, entra com representação judicial contra Richetti e o secretário de Segurança; e deputados os convocam a depor diante da comissão de direitos humanos da câmara estadual, apresentando denúncias públicas (TREVISAN, 2000, p.506).

Por sua parte, mesmo após o “racha” do *Somos*, em função das “operações limpeza”, organizou-se uma campanha coletiva contra Richetti, que voltou a reunir os movimentos homossexual, negro e feminista, bem como alguma parcela da esquerda trabalhista (FACCHINI, 2005, p.98). Já desde o início das operações os grupos homossexuais, negros e feministas vinham se mobilizando em conjunto; organizam uma entrevista coletiva para denúncia de violências; entram com representação judicial contra Richetti; fazem intensa panfletagem na cidade; e organizam um ato público de protesto (TREVISAN, 2000, p.506). Apesar das mudanças num âmbito geral, e de aumentar a simpatia pelas demandas e situação socialmente marginalizada das populações “LGBT”, ainda não era uma briga que setores da sociedade, ou indivíduos destes setores estivessem dispostos a comprar de forma explícita:

Na época da mobilização contra o delegado Richetti, solicitou-se o auxílio de deputados da oposição, bem como de representantes de setores ditos

democráticos (sindicatos, OAB, Comissão de Justiça e Paz, etc.) Embora mostrassem uma certa receptividade, estas entidades e estes políticos, receosos talvez de se “sujar” perante seu público enfocaram somente a questão dos direitos humanos, evitando ao máximo até mesmo a menção da palavra “homossexual”. Durante a passeata de protesto nenhum deles compareceu. (MACRAE, 1983, p.57).

Na sexta-feira, dia 13 de Junho de 1980, cerca de 500 a 1000 pessoas se reuniram ao final da tarde nas escadarias do teatro municipal, sob garoa fina, no que seria o primeiro ato político público LGBT do Brasil, com forte presença lésbica. Segundo Trevisan (2000), ainda no artigo publicado no *Lampião* de Julho de 1980:

Compareceram sim as bichas rasgadas que pouco tem a perder além da vida. Mesmo debaixo de um certo clima de tensão, foram se abrindo algumas faixas que pediam a exoneração de Richetti, protestavam contra a prisão cautelar ali experimentada e exigiam o fim da violência policial, da discriminação racial e a libertação de putas e travestis (pp.506-507).

Após algumas falas de membros dos diversos movimentos participantes, assim como faixas com frases de protesto, a passeata estava formada e seguiu pela Avenida São João, parando o trânsito de veículos. Entoando “A B X, Libertem os Travestis!”, “Somos todas putas!” ou “O gay unido, jamais será vencido!”, dentre outros gritos de protesto. Param na Praça Júlio de Mesquita, diante do edifício Século XX, que abrigava grande número de prostitutas, que não se juntaram ao ato, porém saíram às janelas em apoio gritando “Nosso mal é a repressão!”, e foram aplaudidas.

Entrando no largo proibido desde há duas semanas, os manifestantes gritam O AROUCHE É NOSSO! Como a passeata estaciona ali algum tempo, vários estabelecimentos amplamente sustentados pelas bichas começam a fechar as portas, inclusive o famigerado caneca de prata, cuja clientela de viados classe média, entre incrédula e divertida, espia as primas-pobres, através da porta de vidro (TREVISAN, 2000, p.507).

Por fim, em função de um alvoroço de alarme falso, de que a polícia viria a reprimir a passeata, esta se dispersou.

Nada indica que a repressão vai arrefecer depois disso. Apesar de prometer punição para as arbitrariedades dos policiais, o secretário de Segurança adverte que “não será pretexto de que poderão valer-se aqueles que infringem as leis, ou atentam contra a moral e os bons costumes, para voltar a constranger a sociedade com seus desvios de comportamento” (TREVISAN, 2000, p.508).

Enfim, apesar das palavras de Trevisan à época e, de fato, da continuidade da repressão e controle policial sobre estas populações e áreas do “gueto” paulistano, há certo otimismo frente ao nascimento e consolidação simbólica dos movimentos homossexuais e da conscientização política agora crescentemente atrelada às identidades destes indivíduos. Segundo conclui Green (2000), “(...) a multidão saiu em

protesto contra as prisões arbitrárias, entoando “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”. Um movimento havia nascido” (p.436).



Figura 11 – Passeata contra Richetti – 13/06/1980. Foto disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/assets/t/site/img/galeria-homossexualidade.jpg>

Como previra Trevisan na citação acima, de fato a “guerra” não acabou, e apesar desta primeira manifestação coletiva, organizada, consciente contra o domínio socioespacial político-disciplinar do Estado, a continuidade do controle sobre os territórios gays centrais continuou. “A partir daí a operação entra num ritmo menos veemente. Não obstante, o *modus vivendi* da área modifica-se substancialmente, já que a polícia não se retira completamente do pedaço” (PERLONGHER, 1987, p.95).

Num desses recrudescimentos de surpresa, a polícia ataca o bunker das lésbicas paulistas, em 15 de novembro de 1980. Informa Lampião (dez.1980):

“(…) os policiais invadiram os bares Cachação, Ferro’s e Bixiguiinha, e as mulheres que aí estavam, incluindo as que possuíam carteira profissional assinada, foram todas detidas, debaixo do seguinte argumento: ‘É tudo sapatão’” (PERLONGHER, 1987, p.96).

Anos depois, em 1983, num episódio que ficaria conhecido como o “Stonewall Brasileiro”, o chamado Levante do Ferro’s Bar, tornaria-se um evento simbólico de disputa e da apropriação de um espaço de frequência lésbica, pelas próprias lésbicas. O Levante se deu na medida em que o dono do bar resolveu, em meados de Julho de

1983, proibir que elas vendessem/distribuísem o jornal independente *ChanaComChana*, produzido pelo GALF (Grupo Ação Lésbico Feminista), dentro do estabelecimento, chegando a arrastar mulheres pra fora do bar de forma arbitrária. Sendo as responsáveis por sustentar o bar, no sentido de que eram suas principais clientes, em 19 de Agosto de 1983, lideradas por Rosely Roth, membra do GALF, desafiaram a proibição, forçaram entrada no bar, e leram o manifesto pelos direitos das mulheres lésbicas, além de denunciar a opressão que estavam sofrendo. Isto resultou em pedido de desculpas do proprietário e a permissão da continuidade da venda do jornal *ChanaComChana*, marcando o primeiro ato político lésbica brasileiro, que contou com apoio de grupos de movimentos homossexuais e de feministas, além de algumas figuras públicas que já apoiavam, à época, os movimentos “LGBT”, como Eduardo Suplicy e Irene Cardoso³⁸.

Segundo Perlongher (1987), os objetivos das “Operações Limpeza”, do ponto de vista de seus executores, estavam claros: propunham-se a “limpar”, ainda que não “extirpar” as sociabilidades e os inerentes espaços decorrentes destas sociabilidades, num claro intento de controle frente a um fenômeno que simplesmente não cessaria de existir e cujo controle teria que se dar de maneira ininterrupta, e agora mais explícita, pois que as vítimas passaram a reagir sem medo de se expor, até politicamente buscando seu direito de também existir. Do ponto de vista socioterritorial estas duas intencionalidades, uma hegemônica e a outra subversiva, se chocam, desencadeando então os conflitos, dos quais a manifestação da intencionalidade mais “fraca”, de resistência, é uma expressão da positividade enquanto possibilidade de devir³⁹ da relação hierárquica imposta. Pensando no processo histórico que desencadeou na formação do “gueto paulistano”, este pode ser entendido enquanto um processo de resistência frente aos intentos controladores hegemônicos, reterritorializador portanto,

³⁸ Deste evento resulta uma das duas datas de “exaltação” lésbicas, no caso, pelo dia do orgulho lésbico, que seria o 19 de Agosto, ao passo que o dia 29 de Agosto, quando ocorreu em 1996 o primeiro Seminário nacional de lésbicas, é marcado como o dia da visibilidade lésbica. Disponível em: <http://www.nossoamorexiste.com/2016/10/o-levante-ao-ferros-bar-a-historia-nao-contada-do-stonewall-brasileiro/>

³⁹ Devir em Deleuze e Guattari, expressa a possibilidade de criação, do novo, do inesperado, do intempestivo, não provém do tempo, mas irrompe dele, surpreende; - “Em síntese, nosso objetivo é enriquecer o pensamento geográfico através do desvendamento da concepção de desterritorialização em Deleuze e Guattari, sobretudo enquanto questão filosófica, mas também pelo seu potencial, muitas vezes implícito, na construção de um projeto político e de um espaço efetivamente criativo-transformador.” – Conceito sujeito ao teste pragmático, contextualizado, de sua aplicação (HAESBAERT, 2007, pp.111-112).

por parte dos “LGBTs”. Resistência que, enquanto reação frente à opressão, culminou em movimentos organizados em defesa inclusive desses espaços e de, se não plenamente controle estrito dos mesmos, ao menos controle sobre suas próprias relações com estes espaços múltiplos, apropriando-os também, em meio à multiterritorialidade que neles coexiste. Desta forma, o “gueto” se configura enquanto um território contraditório, desterritorializante pela perspectiva que o compreende enquanto uma segregação imposta e controlada por sujeitos que não os segregados, numa expressão e manutenção de uma relação de poder; mas reterritorializador enquanto possibilidade de dar coesão e reforçar a questão simbólica da subjetividade do grupo “guetificado” e potencialmente gerar uma superação do “gueto”⁴⁰.

Edward MacRae (1983), antropólogo, também membro do grupo Somos, à época, em artigo sobre as mudanças socioculturais relativas às sociabilidades homoeróticas em São Paulo, defende ideia que vai ao encontro desta concepção positiva acerca do “gueto paulistano”, no que se refere às suas importâncias simbólicas e materiais para estas populações, em especial nas homossexuais masculinas:

Os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a se ocultar, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte de amigos e familiares. O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos estritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância a existência do gueto. Mais cedo ou mais tarde, acaba afetando outras áreas da sociedade (pp.56-57).

Segundo MacRae (1983), a importância do “gueto” se daria não apenas enquanto elemento reterritorializador, mas também enquanto passo necessário à possibilidade de busca de plena liberdade de expressão além “gueto”, enquanto um reflexo supostamente natural do processo que o “gueto” catalisaria de auto aceitação de

⁴⁰ Inspiramo-nos na seguinte reflexão de Haesbaert para elaborar nosso raciocínio acerca das possibilidades de interpretação do “gueto paulistano” enquanto uma territorialização contraditória, imposta mas com potencial para a resistência do grupo segregado, porém, por compreender que a questão da diáspora abordada por eles nos foge ao escopo de análise, optamos por manter a citação nesta nota de rodapé. “Ao mesmo tempo em que a diáspora é desencadeada como um movimento de dispersão compulsória e, portanto, desterritorializador, uma de suas formas de reterritorialização é o gueto, mas não simplesmente o gueto em seu sentido mais estrito, enquanto imposição de um grupo em seu sentido mais estrito, enquanto imposição de um grupo para o enfraquecimento do outro ou enquanto única alternativa, precária, de sua sobrevivência enquanto grupo. Nos guetos ou “quase guetos” de diásporas, dependendo das condições econômicas e da força cultural do grupo migrante, podemos ter um sentido menos “desterritorializante” de gueto, que participa como forma de coesão, autodefesa e proteção de uma identidade cultural e de um grupo, ou seja, num sentido claramente reterritorializador” (HAESBAERT, 2007, p.261).

sua condição em termos positivos. Trevisan (2000), em texto de 1997, mais enfático e radical, discorda, ao pensar que

(...) a convicção com que se reivindicava a consagração do gueto me pareceu uma burrice suprema. Ao contrário do que se pensava, não havia nisso libertação, mas confinamento: pode-se trepar, contanto que seja ali. (...) Porque não pensar maior, para além do gueto? Criar, tirar do nada, inventar, não é o que fazemos a vida inteira? A partir de espaços rarefeitos e emoções recônditas, criamos e inventamos nosso mundo incessantemente, para poder sobreviver no exílio em que nos meteram (p.510).

Por nossa vez, acreditamos que invariavelmente os processos como se deram ao longo das territorializações e apropriações, desde o início do século até este momento no tempo, englobam ambas as perspectivas dos autores. Tanto o “gueto” foi e é necessário à sociabilidade e às próprias possibilidades de politização coletiva ou individual e expansão além “gueto”, quanto este não poderia ser o limite, nem tido como satisfatório, mas sim como parte de um processo de plena liberdade de ser social e espacialmente destoante da norma social. Neste sentido, contraditoriamente, em meio aos jogos de relações entre os LGBTs e a sociedade, e intra LGBTs, ressaltando novamente que são tão diversos quanto a própria sociedade num geral, as duas condições se misturam, tanto da auto segregação reterritorializadora enquanto possibilidade de resistência, quanto desta mesma enquanto um reflexo de uma territorialização cujo controle provém verticalmente, ainda que em disputa, pois a realidade é dialética.

(...) Os dois processos, como já ressaltamos, indicam dinâmicas, em parte, desterritorializadoras. Grupos mais precariamente territorializados, por exemplo, podem tanto estar guetoificados (em territorialismos segregados) quanto imersos em um “nomadismo errático” (em aglomerados de exclusão “de massa”). O que efetivamente importa é estar “livre para abrir e fechar” territórios, ter a capacidade – ou a escolha - para aí entrar, sair, passar ou permanecer, de acordo com sua necessidade ou vontade. Isto significa termos o poder de tornarmo-nos mais ou menos “controlados”, de fazer as articulações ou conexões que nos aprouver, dotando assim de significado ou de “expressão” própria o nosso espaço”. (HAESBAERT, 2007, p.361).

Conforme já apontava Trevisan (2000):

(...) Por um lado, trata-se da única alternativa para que pessoas de prática homossexual convivam à vontade. Por outro, esse espaço é claramente delimitado para isolar os desviantes, congregando a homossexualidade mais institucional e *empurrando-a para uma espiral de consumismo*. As batidas que a polícia pode a qualquer momento efetuar dentro do gueto – e assim muita gente já foi levada presa em boates e saunas gueis – são como advertências de que a tolerância visa fundamentalmente a manter claros os limites do gueto. (p.409).

Tanto resistência quanto confinamento, e tão ou mais importante do que debater sobre as prevalências desta dupla condição, é entender as possibilidades que estas condições socioespaciais expressam: delas partir em direção à autonomia e controle de suas próprias territorializações, seja nestes e destes espaços mais plenamente apropriados e em disputa, seja na sociedade em geral e, portanto, em todos os espaços.

3. LGBTs EM SÃO PAULO, DA AIDS AO MERCADO IMOBILIÁRIO

A periodização adotada neste capítulo foi elaborada por nós, com base na bibliografia consultada, levando em consideração processos sociais e espaciais concernentes às populações LGBT em São Paulo, conforme pudemos perceber mudanças nas formas de relacionamentos intra LGBTs e LGBTs-Sociedade, e seus reflexos mais propriamente espaciais. A cada item definiremos melhor quais foram as razões das escolhas dos recortes temporais. A partir deste ponto no tempo, frente às consequências mais eminentemente negativas das ações de Richetti, se somariam três fatores importantes cujos desenvolvimentos estiveram intimamente interligados: a irrupção da Aids, as novas ondas de movimentos homossexuais, que acarretariam, ao final da década de 1990, na participação crescente do mercado e dos fatores econômicos enquanto novo ator mediador das identidades homossexuais e destes com a sociedade, ao passo que o Estado deixa de ser um inimigo manifesto e se torna uma entidade/espço de disputa pelos e para os próprios homossexuais, ainda que com certas limitações e contradições.

3.1 1983-1999 – Da Aids às Paradas do Orgulho GLBT

Este período histórico foi definido com base em eventos que consideramos relevantes enquanto momentos chave nos processos para as populações LGBT e suas territorializações em São Paulo. Conforme mencionado ao final do item anterior, este período parte da irrupção da Aids, evento de extrema importância e que afeta as relações sociais de toda a sociedade num geral, mas especialmente das populações LGBT e seus modos de se relacionar com a sociedade, assim como intra “comunidade” de forma drástica; e terminando com a terceira parada do orgulho LGBT de São Paulo, de 1999, quando de sua consolidação e expansão notórias, que marcam as mudanças, a superação de algumas barreiras e intolerância, mas também o início mais claro do aprofundamento de influências de ordem econômica, bem como as contradições e tensões associadas. Ressaltamos, porém, que o caráter do desenvolvimento é processual,

não havendo uma troca de paradigma drástica, mas sim uma evidenciação dos efeitos destes processos socioespaciais conforme se modificam as relações de seus atores.

Em meados de 1983, São Paulo tinha cerca de 9 milhões de habitantes, chegando aos cerca de 10,5 milhões em 2000, enquanto a região metropolitana, por sua vez, de cerca de 13 milhões de habitantes em 1983 chega aos quase 18 milhões em 2000, denotando que o afluente populacional não diminuiu, mas apenas se deu de maneira mais acentuada nos municípios vizinhos à São Paulo, já em grande parte conurbados à cidade⁴¹. Porém, mais importante do que o crescimento populacional em si, é a maior internacionalização do Brasil e especialmente de São Paulo e Rio de Janeiro, com a acentuação dos processos de globalização, na medida em que os fluxos de informação e de capital, mais especificamente econômico-culturais, viriam a influenciar as culturas homossexuais no Brasil.

Com a “chegada oficial” da Aids ao Brasil em meados de 1983 (Nunan, 2003, p.52), ou seja, com os primeiros casos ganhando notoriedade e maior divulgação midiática sobre a questão, o fato de serem casos de homossexuais masculinos, somaram-se à já abordada herança preconceituosa, levando à construção social da Aids enquanto inerentemente associada à homossexualidade. Em função do desconhecimento, do preconceito e do medo, a mídia e as instituições sociais retroalimentam de forma sensacionalista o pânico à doença que já era sinônimo de morte no imaginário popular (TREVISAN, 2000, p.429).

Assim, durante os seus primórdios, o vírus acabou reforçando uma visão moralista da sexualidade. Visto que os primeiros casos diagnosticados e noticiados ocorreram entre homossexuais, acreditou-se, inicialmente, que o vírus fosse um problema exclusivo de gays, e a AIDS chegou a ser chamada de *gay related immunodeficiency* (imunodeficiência relacionada à homossexualidade). Posteriormente, com a criação do conceito de grupo de risco (que incluía homossexuais, prostitutas e viciados em drogas), os gays foram ainda mais estigmatizados. “*mais do que carregar o vírus, o sujeito contaminado passa a portar uma marca simbólica que o coloca imediatamente na posição paradoxal de vítima e culpado*”. (Barcelos, 1998: 71). (NUNAN, 2003, p.54).

⁴¹ Fontes: IBGE - Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 2000, 2010; Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1950 e 1960; SMDU/Dipro - Retroestimativas e Recomposição dos Municípios da RMSP para os anos 1950, 1960 e 1970. Disponível em: http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10552.html



Figura 12 - “Sobreviventes de Uma Guerra Esquecida” - Autoria: Wes Nunes, disponível em: <http://manifestodosquadrinhos.tumblr.com/>

No começo de 1985 já se registra um novo caso por dia, com quatro mortos por semana, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. A já difundida ideia de “câncer gay” se desenvolve e é associada à noção de *peste*, a “peste gay”, muito ligada à noção de castigo, repetida e disseminada pelas instituições sociais, seja líderes religiosos, a mídia, políticos influentes, ou mesmo autoridades científicas sobre o assunto, como médicos catedráticos da Universidade de São Paulo, por exemplo (TREVISAN, 2000, pp.437-438). Do medo de contrair a Aids, cercado pela ignorância e pelo mistério, catalisados pelo preconceito e pelo alarmismo das instituições sociais, acabam provocando o medo pelo contágio em espaços públicos, por meios não-venéreos, independentemente da falta de base real, de possibilidade real de contrair o vírus por estes meios.

Nada de novo, portanto, no horror ao contágio pelo vírus da Aids, que faz eclodir o puritanismo moral, como tem acontecido. No contexto do estigma que se criou, “contrair a aids equivale precisamente a descobrir (...) que se faz parte de um determinado grupo de risco, uma comunidade de párias. Ou seja, a ideia de punição ligada ao sexo é aqui bastante relevante, sobretudo porque de início, no Ocidente, a doença física da Aids ficou diretamente associada à “doença moral” da homossexualidade, no entender de tantos conservadores contemporâneos. Considerado desregrado, perigoso e anormal, o “comportamento que produz a Aids é encarado como (...) irresponsabilidade, delinquência – o doente é viciado em substâncias ilegais, ou sua sexualidade é considerada divergente”. Em resumo, salvo prova em contrário, o doente de aids é culpado pela sua doença. (TREVISAN, 2000, p.437).

Se antes, ao longo dos processos históricos abordados até aqui, a homossexualidade e os desvios das normas de gênero inteligível eram ameaças morais à sociedade, ainda assim, os principais “prejudicados” eram os próprios desviantes (aos olhos da sociedade), além, evidentemente, do incômodo social gerado pela existência pública destes indivíduos, devidamente controlados pela sociedade e demais instituições sociais, mas não exatamente extirpados, pois que ainda que “menos gente”, ainda eram gente, mesmo que dignos de pena, e não plenamente respeitados. Porém, com o advento da Aids no contexto exposto acima, a existência destes desviantes, de mero incômodo passa a ser motivo de medo, uma ameaça, pois ofereciam o risco de contrair a Aids, ainda entendida como sentença de morte. E, pior, pois que a sociedade normal, “de bem”, estaria sendo exposta à esse risco de morte por culpa destes indivíduos que teriam escolhido ser promíscuos, ser homossexuais, usar drogas, etc. então, da condição social de vítimas-culpados, são entendidos como propagadores e culpados pela Aids. Desta forma, a sociedade agora ameaçada pela imoralidade destes sujeitos desviantes, passa a legitimar com mais empenho o controle dos desviantes, quando não a violência. Ocorre assim um resgate, e até um agravamento, da condição de patologia que há tão pouco tempo havia-se passado a combater com a politização de parcelas das populações LGBTs, já que com a Aids passou a haver também a ameaça da letalidade por parte do convívio com desviantes, e não é possível, no geral, saber quem de fato o é.

Diversos exemplos de discursos e ações de controle e/ou da violência contra homossexuais podem ser citados em diversas escalas e esferas da sociedade nestes “tempos de pânico da Aids”. Supostamente legítimos, ou entendidos como se fossem em legítima defesa, acabavam assim justamente retroalimentando a legitimação. Com

respaldo de autoridades como professores de infectologia da USP, o Dr. Ricardo Veronesi, ou o Dr. Amato Neto, para quem os homossexuais, principais “vetores” da Aids, eram um problema de Saúde pública, colocando em risco os direitos e a segurança dos outros, foram fechadas várias saunas e proibidas as realizações de tradicionais bailes gays durante o carnaval carioca. Ao passo que outros médicos declaravam à Folha de São Paulo (1985): a necessidade do “combate à promiscuidade sexual” pois a Aids “vencerá a briga se medidas profiláticas efetivas não forem executadas imediatamente. Todas elas são válidas no momento”. Radialistas e formadores de opinião da mídia repetiam tal discurso imbuído de autoridade, proferindo perigosas incitações à população, como Afanásio Jazadji, que propunha que

“Os homossexuais, essas lésbicas, esses pederastas sejam isolados, alijados” da sociedade, pois “essa bicharada anda agora com essa peste matando pessoas. Como anormais que são devem ficar confinados não sei lá onde. (...) lamentavelmente, nosso Brasil está em terceiro lugar nessa ‘peste gay’, nessa doença que mata. Então, tem que isolar esses canalhas. Eles estão no governo, aqui, ali, em toda parte. São um perigo à saúde pública. Se você tomar um cafezinho no bar, numa xícara usada por eles, você irá contrair a doença. Eles tem que ser isolados da comunidade”. E terminava com esta perigosa incitação a todos e qualquer um: “Vamos torcer para que algum homem com H maiúsculo tome providências, porque está tudo pervertido”. (TREVISAN, 2000, pp.438-440)

Colunistas de jornais, como de um editorialista do *A Tarde*, de Salvador: “Quando houve a peste suína no Brasil, a solução foi a erradicação completa dos porcos ameaçados de contágio. Portanto, a solução tem que ser a mesma: erradicação dos elementos que podem transmitir a peste guei” (TREVISAN, 2000, p.443). Ou então o, à época, famoso jornalista Paulo Francis, à Folha de São Paulo:

Até os ateus e anticlericais em pânico batiam nas mesmas surradas teclas. Brandindo o Levítico Bíblico e citando a condenação de Sodoma, o jornalista bem-pensante Paulo Francis reclamava, pelos jornais, do dinheiro gasto com a Aids – que “aplicassem o mesmo dinheiro e talento na cura do câncer, Alzheimer etc., em que o paciente é vítima e não cúmplice da doença”. Indignado contra a “letalidade” da *sodomia*, Paulo Francis, então o jornalista de maior prestígio do país, protestava que as campanhas contra a Aids deviam incluir exigência de “abstenção, como se faz com tabaco”. “Um governo responsável anunciaria os perigos da *sodomia entre homens*” (grifo meu [do autor]). E, contra todas as evidências científicas, Francis assegurava que “é raríssimo, num ato sexual, mulher contrair Aids, ainda que seja *sodomizada*, porque sua anatomia tem mais defesas do que a masculina”. Segundo ele, a Aids “sempre é passada por alguém que cometeu ou se submeteu à *sodomia masculina* (e) traz o vírus de atos sexuais prévios com *sodomitas*”. (O grifo é para acentuar o termo medieval). Ao final, Francis acusava os “invertidos” (outro termo antiquado) de cultivar o instinto de morte. (TREVISAN, 2000, p.451).

Também influentes representantes das igrejas, como o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, ou o arcebispo de Porto Alegre D. Cláudio Colling, que atribuíam a propagação da Aids à Natureza que ““violentada, vinga-se e quando o faz é terrível. (...) Cai como um raio na humanidade. (...) chicote que acorda os recalitrantes”” (TREVISAN, 2000, p.443). Casos de farmacêuticos que se recusavam a aplicar vacinas em homens efeminados; trabalhadores tidos como homossexuais removidos de obras de mineração e deixados à deriva na estrada; Demissões sem maiores explicações; Crianças impedidas de se matricularem em escolas; abaixo-assinados para banir um cabeleireiro de sua cidade (Araguari-MG), sugerido pelo secretário de saúde local, exigindo que este fosse legalmente impedido de andar pelas ruas da cidade, tendo sido tirado de casa à força pela polícia e levado a um hospital, não conseguindo voltar à sua cidade: “Se ele aparecer lá vai ser queimado vivo”, disse o delegado regional; E consultado sobre o caso, advogado teria se manifestado favorável ao uso da força, por entender que se tratava de “risco à saúde pública” (TREVISAN, 2000, p.429-465).

Alguma parte dos hospitais, seus donos e funcionários, por sua vez, estariam se recusando a atender pacientes com Aids, ou não haveria leitos o suficiente para tratá-los, assim como os bancos de sangue se esvaziavam paulatinamente com o receio de doadores em se contaminarem ao fazê-lo.

Os hospitais particulares conveniados com o Inamps recusam-se sistematicamente a receber pacientes até com simples suspeita de Aids, alegando que com isso afugentariam seus pacientes e, inclusive, os funcionários amedrontados. A verdade é que, por precisar de salas e cuidados especiais, os doentes de Aids não são considerados lucrativos pelos hospitais. Com isso, é frequente que esses enfermos corram de hospital em hospital, tratados como indigentes e rejeitados, mesmo quando apresentam toda a documentação previdenciária regularizada. (TREVISAN, 2000, p.432).

É válido mencionar também a discriminação e o tratamento antiético de médicos para com pacientes com Aids, supostos homossexuais, “Não andou dando por aí? Agora aguenta!”. Ou diagnósticos de Aids sem o atendimento devido, ou mesmo evitando toques, por conta da orientação sexual, ou presunção desta, por parte de médicos (TREVISAN, 2000, p.443). Algumas empresas também foram levadas pelo pânico e passaram a exigir de seus funcionários exames de HIV, assim como de possíveis novos funcionários (TREVISAN, 2000, p.447).

No final da década de 1980 e início dos anos 1990 os assassinatos contra homossexuais se multiplicaram “assustadoramente” em função do pânico da Aids, todos sempre com evidências de violência exagerada, gratuita, requintes de crueldade, conforme viriam a ser chamados, diante dos mais diversos preconceitos, “crimes de ódio”. Desde frases pichadas em banheiros públicos, como “Contribua para o progresso da humanidade, mate um gay por dia”; Ou cartas a jornais: “Que todos os desqualificados e descarados homossexuais – vergonha de nossa espécie – sejam segregados da sociedade e agrupados num ermo do qual serão impedidos de sair”; Chegando a extremos como num caso de bomba que explodiu em um cinema pornográfico no centro de São Paulo depois de diversas ameaças, tendo um dos autores do crime, evangélico, declarado que o fizera “para impedir essa volta dos tempos de Sodoma e Gomorra, que vai levar à condenação eterna”; ou o caso de uma mãe cujo filho faleceu em função da Aids, que declarou “prefiro um filho morto do que um filho homossexual”; ou no caso de um comerciante do interior do estado de São Paulo que, “desesperado ante o resultado positivo de seu exame anti-HIV e temendo ter infectado os membros de sua família (a quem doara sangue), envenenou a esposa e os filhos menores para depois se enfocar”; Dentre diversos outros casos (TREVISAN, 2000, pp. 429-465).

Se antes já eram discriminadas e sofriam os mais diversos tipos de abusos por parte de policiais, com o advento da Aids, todos os processos e seus reflexos acima descritos incidiram com ainda mais força nas populações de travestis. Com ondas de ataques anônimos com tiros à queima roupa em 1986; que viriam a se repetir em 1993. Além da continuidade dos abusos policiais, destaca-se serem alvo preferencial de grupos neonazistas que viriam a surgir na década de 1990 (TREVISAN, pp.417-423). Numa demonstração do respaldo institucional legitimado e legitimante frente à/da “ameaça” da Aids, a prefeitura de Jânio Quadros iniciou a *operação tarântula*, em 1987:

(...) nas ruas de São Paulo, a Polícia Civil punha em prática a *Operação Tarântula*, para prender travestis “por crime de contágio venéreo” – visando a diminuir a propagação da Aids, pois “os tempos de Nostradamus estão chegando”, como disse então o delegado Márcio Prudente Cruz, chefe das delegacias regionais. Mesmo reprovando a brutalidade dos métodos policiais, a área jurídica brandia o imbatível argumento das “prioridades da saúde pública”. Celso Bastos, então professor de direito da PUC-SP e diretor-geral do instituto brasileiro de direito constitucional, acreditava que o Estado tem autoridade para determinar quando os direitos individuais devem ser suspensos “diante de um direito impostergável da sociedade de proteger-se”; de modo que

“não apresenta nenhuma ilegalidade a exigência de submissão a testes” em *indivíduos suspeitos*, mesmo contra sua vontade – desde que seja uma coerção por meios legais. (TREVISAN, 2000, p.453).

Desta forma, além de lidar com a doença em si, os “LGBTs” se viram frente ao recrudescimento das já historicamente constantes repressões, agravadas então, por conta do discurso social alarmista construído sobre a Aids. Conforme já discutido, “de execrável a homossexualidade se tornou maldita” (TREVISAN, 2000, p.449), e os homossexuais “algozes da humanidade”, e assim, mais do que nunca, visível, inevitável, não poderia ser mais deixada no ostracismo do imaginário social sob relativa permissividade, porque sempre atenta ao controle.

Com a irrupção da Aids, como seria de se esperar, há certo pânico e esvaziamento do “gueto” e da vida noturna “LGBT”, que há pouco já haviam sido afetados pelas ações das operações policiais já mencionadas.

Informados pelas afirmações médicas, os homossexuais que viviam seus desejos nas grandes cidades brasileiras se viram diante de uma pesada crítica a seus comportamentos. Como, pelo menos nos primeiros anos, sabia-se pouco sobre a etiologia da doença, os envolvimento sexuais com vários parceiros e a frequência a locais que propiciavam sexo fácil foram rigidamente criticados. Pelo menos no meio urbano, os homossexuais foram postos sob intensa vigilância (TRINDADE, 2004, p.31).

E neste movimento, reforçam-se novamente as vigilâncias, tanto da sociedade quanto de si mesmos e de seus comportamentos sociais e sexuais. Saunas fecham (ou são fechadas), ou exigem resultados de testes anti-HIV de funcionários e clientes, michês, travestis prostitutas e prostitutas perdem muitos clientes, paqueras ostentam olhares duvidosos e enviesados, além de diversas mortes por Aids, em especial entre as travestis prostitutas.

A partir da década de 1980, o advento da epidemia de Aids provocou uma verdadeira devastação entre os travestis. Mesmo que não se conheçam estatísticas mais abrangentes, o ativista travesti Jovana Baby informava que, numa pesquisa realizada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em meados da década de 1990, numa amostra de 50 travestis constatou-se 47 infectados com o vírus HIV. Acostumados ao sexo rápido e sem proteção, muitas vezes atendendo ao desejo do cliente, entre os travestis as campanhas anti-Aids revelaram-se quase inoperantes, pela dificuldade mesma de atingir um grupo assim marginalizado (TREVISAN, 2000, p.421).



Figura 13 - “O Diálogo das Almas III” - Autoria: Wes Nunes, disponível em: <http://manifestodosquadrinhos.tumblr.com/> . Este quadrinho, apesar de refletir sobre um momento contemporâneo, ajuda a compreender as problemáticas das travestis neste momento do recorte histórico proposto, em que a situação era ainda pior do que é hoje (2018), onde ainda que não respeitadas, há avanços nas lutas por direito e humanização social das travestis.



Figura 14 - “Quem Chora Pelas Travestis?” - Autoria: Wes Nunes, disponível em: <http://manifestodosquadrinhos.tumblr.com/> . Este quadrinho, assim como o anterior, apesar de refletir sobre um momento contemporâneo, ajuda a compreender as problemáticas das travestis neste momento do recorte histórico proposto, em que a situação era ainda pior do que é hoje (2018), onde ainda que não respeitadas, há avanços nas lutas por direito e humanização social das travestis.

Se os espaços “LGBT” em grande medida ainda se efetivavam no processo de sociabilidades, mesmo que cada vez mais com maior materialidade dominada por estas populações, há uma suspensão parcial do “gueto”, em função de uma menor frequência de seus indivíduos constituintes (TREVISAN, 2000, p.433). Ao menos até fins da década de 1980, quando o combate à Aids começa a dar frutos mais expressivos, além da expansão comercial no/do “gueto”.

Neste contexto, com a homossexualidade e a Aids intimamente atreladas, resultando na morte de diversos homossexuais, vão pouco a pouco se organizando e

ganhando expressão as novas ondas dos movimentos “LGBTs” brasileiros, por vezes derivados dos grupos pré-existentes ou de seus ex-membros, visto que estes se formaram e/ou se viram frente à necessidade de dar uma resposta à Aids, tanto a doença em si, quanto a “doença social”, que os assolava. Trevisan (2000), também protagonista direto dos acontecimentos, pinta um quadro geral do processo:

Com o advento catastrófico da Aids, houve a necessidade de mobilização em regime emergencial. As poucas forças militantes disponíveis concentram-se na organização de um sistema de prevenção e atendimento às vítimas da epidemia, que até os anos finais da década de 1980 ainda se caracterizava como uma síndrome de “grupos de risco”, entre os quais se destacavam os homossexuais masculinos. Assim, o primeiro órgão de governo a se preparar para a epidemia foi a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, que criou já em 1983 um Programa de DST-Aids, a partir de uma reunião convocada e compartilhada por lideranças homossexuais. Nas grandes cidades do país, militantes misturaram-se a agentes de saúde e foram atuar diretamente nas ruas ou em locais frequentados por homossexuais, lançando campanhas, promovendo debates, panfletando e distribuindo camisinhas. Foi assim que se criaram grupos para trabalhar com michês e travestis. Ficou famosa, em São Paulo, a pensão da travesti Brenda Lee, que passou a abrigar e sustentar travestis infectados ou doentes de Aids, daí nascendo a casa Brenda Lee, que se tornou quase uma extensão do Hospital Emílio Ribas e uma entidade fundamental para a rede estadual de Saúde. E isso se deveu, bem ou mal, à mobilização de homossexuais isolados ou de grupos de tendência GLS⁴² que lutaram, protestaram e puseram as mãos na massa. É óbvio que, em função desse novo contexto, muitas coisas mudaram no movimento homossexual. Respondendo às necessidades, inaugurou-se um novo tipo de relacionamento entre homossexuais organizados e órgãos governamentais, o que foi conveniente para ambos. Sem precisar criar novos quadros, o governo repassava verbas aos grupos que começaram a se multiplicar, no estilo ONG, já bastante implantado em outros setores e países (p.369).

Alguns fatores levaram a “primeira onda” do movimento homossexual, de final dos anos 1970, a se desarticular nos primeiros anos da década de 1980, dentre eles as divergências internas referentes à alegada cooptação política pelos setores de esquerda, contra a defesa da necessidade de autonomia; a politização do cotidiano, contra propostas mais pragmáticas de ação macropolítica (ou, ao menos numa escala maior do que a de indivíduos ou pequenos grupos), ou de política institucionalizada, num conflito reflexo do contexto de final da ditadura e abertura política, com supostamente, redemocratização e maior possibilidade de diálogo junto ao Estado, e assim uma supressão do caráter antiautoritário e comunitarista que marcava a primeira onda do movimento homossexual brasileiro; inclusive o fim do próprio *Lampião da Esquina*, que funcionava como guia político, além de possibilitar maior contato entre os grupos

⁴² Abordaremos a sigla GLS (Gays Lésbicas e Simpatizantes) posteriormente, quando comentarmos a expansão do mercado LGBT a partir da metade da década de 1990.

Brasil afora, acabou por sofrer o impacto de ser um jornal contra a censura, em tempos em que a censura viria a deixar de ser uma preocupação (FACCHINI, 2005, pp.87-119).

Os primeiros grupos do movimento homossexual a buscarem um registro como ONGs junto à justiça foram o Grupo Gay da Bahia, e o Triângulo Rosa (RJ), encabeçados por Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas respectivamente, sendo as primeiras, assim, a obter “reconhecimento oficial e legalizado [...] enquanto agremiações voltadas à questão homossexual” (MACRAE, 1985, p.466 apud FACCHINI, 2005, pp. 114).

Além da obtenção do direito de associação, a existência de uma personalidade jurídica pode ser muito importante num contexto em que os grupos/associações se propunham a uma ação mais direta e pragmática em favor dos direitos dos homossexuais (FACCHINI, 2005, pp.81, 114).

Porém, a maioria dos grupos que viria a ser fundado como ONG, ou se converteria em ONG, no que se refere aos movimentos homossexuais, o faria a partir da década de 1990, tendo sido a *Rede de Informação Um Outro Olhar*, em 1990, o primeiro a se tornar ONG no Estado de São Paulo (FACCHINI, 2005, p.81). Até lá, surgem ONGs voltadas mais especificamente à questão da Aids, mas sem necessariamente se identificarem com as questões LGBT diretamente. Deve-se ressaltar, porém, que grande número de homossexuais dos grupos que se extinguíram, dentre diversos outros, compõe os quadros destas ONGs. Concomitantemente, grupos homossexuais tentavam conforme pudessem, combater a Aids e conscientizar a população, especialmente a LGBT, sobre a doença, seus riscos, prevenção, etc.

Em 1983, o grupo de militância homossexual Outra Coisa inicia, em São Paulo, um dos primeiros trabalhos comunitários, distribuindo preservativos e folhetos com informações sobre a doença e formas de prevenção em pontos de encontro dos homossexuais na cidade (TRINDADE, 2004, p.32).

Assim como iniciativas individuais, como a já mencionada Casa Brenda Lee, que originalmente era utilizada para o atendimento às clientes. Ou mesmo por parte de donos de boates LGBTs de sucesso, como Elisa Mascaro, dona da boate Medieval, que buscava tratar seus funcionários e amigos ao pagar pelos altos preços dos medicamentos ainda importados à época, especialmente para suas famosas Travestis atrações dos sofisticados shows apresentados. Contrastando com a condição das travestis doentes de Aids que tinham que se prostituir para ganhar a vida, conforme mencionado (TRINDADE, 2004, p.34).

Em 1985 foi fundada em São Paulo a primeira organização não governamental totalmente dedicada à Aids, o GAPA (Grupo de apoio à prevenção de Aids), que depois se ampliou para outras cidades brasileiras; em 1989 no Rio de Janeiro surgia o Grupo Pela VIDDA (Pela valorização e Dignidade do Doente de Aids); dentre outras diversas organizações não governamentais com enfoque especificamente na questão da Aids. “Com o aumento desse tipo de organizações pelo país, que em suas fileiras contavam com homossexuais preocupados com o contínuo avanço da epidemia, produziu-se também uma rede de comunicação para pensar conjuntamente sobre a prevenção” (TRINDADE, 2004, p.33). Dando início a encontros anuais de ONGs/Aids, com o objetivo de discutir a situação da doença no país.

Dando continuidade ao Primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais, que ocorreu em São Paulo em 1980, o segundo ocorreu em Salvador em 1984, e o terceiro no rio de Janeiro em 1989, dentre as pautas, a Aids e temas correlatos, e a necessidade de reorganização e reestruturação dos movimentos homossexuais organizados recebeu destaque (FACCHINI, 2005, pp.119-121). Uma das conquistas deste período, com grande influência e pressão do Grupo Gay da Bahia, e com apoio de Ruth Escobar, deputada autora da moção de aprovação, foi o fim da adoção, por parte do Ministério da Saúde, do código 302.0 da classificação internacional de doenças que incluía o homossexualismo como “desvio e transtorno sexual” (TREVISAN, pp.367-368).

O ativismo pelos direitos dos homossexuais volta a florescer nos anos 1990, quando os encontros nacionais do movimento passam a ocorrer com periodicidade anual ou bienal e a quantidade de grupos presentes a esses eventos aumenta consideravelmente. Podemos perceber, observando a tabela a seguir, o aumento do número de entidades presentes aos encontros nacionais do movimento. Cabe ressaltar o aumento do número de grupos nos encontros a partir de 1993 e o fato de que, a partir de 1995, os encontros passam a contar com financiamento de programas estatais de combate às DST/Aids e a ocorrer paralelamente aos encontros nacionais de “gays e lésbicas que trabalham com Aids”, rebatizados posteriormente de encontros de “gays, lésbicas e travestis que trabalham com Aids” (FACCHINI, 2005, pp.121-122).

Ano	Encontro	Local	N. de grupos
1980	I Encontro Brasileiro de Homossexuais	São Paulo/SP	8
1984	II Encontro Brasileiro de Homossexuais	Salvador/BA	5
1989	III Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro/RJ	6
1990	IV Encontro Brasileiro de Homossexuais	Aracaju/SE	6
1991	V Encontro Brasileiro de Homossexuais	Recife/PE	6
1992	VI Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro/RJ	11
1993	VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais	Cajamar/SP	21
1995	I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com Aids e VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas	Curitiba/PR	84
1997	II Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com Aids e IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis	São Paulo/SP	52

Fontes: Até 1995: Reis, T. (1995); 1997: Rodrigues, M. M. (1997).

Tabela 1 - Tabela referente aos encontros brasileiros de "LGBTs" e "LGBTs que trabalham com Aids", de suas primeiras edições até 1997 - FACCHINI, 2005, p.122.

Vale ressaltar que o encontro de 1993 contou com a presença do núcleo de gays e lésbicas do PT, enquanto que a partir de 1995 a sigla muda de forma a expressar a diversidade constituinte dos diversos segmentos e movimentos participantes, de "homossexuais" para "gays e lésbicas", tanto visando adotar plenamente o termo "gay" para a homossexualidade masculina e "Lésbica" para a feminina, quanto visando ressaltar suas especificidades, ocorrendo o mesmo com relação à inclusão do termo Travestis a partir de 1997. Vale mencionar que já haviam ocorrido anteriormente dois encontros de "travestis e liberados" (FACCHINI, 2005, pp.127-128).

Evidentemente que estes encontros não se deram sem divergências internas, tanto entre os diversos setores aí incluídos, por questões de gênero, classe, identidade de gênero, ideologias e orientações políticas, como a oposição por alguma parte dos participantes entre GLBT x GLS, pois que este segundo acrônimo teria um viés comercial, além de divergências relacionadas aos financiamentos por parte do Ministério da Saúde, por intermédio da coordenação nacional de DST/Aids, e a subordinação à que isto relegaria os movimentos, suas pautas e ações, tanto ao governo quanto a interesses privados, que estaria subvertendo os objetivos do movimento, etc. (FACCHINI, 2005, pp.131-133).

Destes encontros formularam-se ideias de uma entidade de coordenação brasileira, que no VIII Encontro nacional de Gays e Lésbicas (1995) deu frutos e assim foi fundada a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (FACCHINI, 2005, pp.125-126). Associação que realiza ações de coordenação a nível nacional e que continua atuante até hoje. A critério de ilustração do tipo de pauta discutida nestes encontros, segue a proposta de eixos temáticos do IX EBGLT (1997):

- 1. Militância: relação do movimento GLT com outros movimentos e com a população GLT; Candidaturas de GLTs e a ABGLT;*
- 2. Visibilidade e direitos conquistados: visibilidade e sua relação com a mídia e o consumo e com a conquista de direitos;*
- 3. Educação, violência e preconceito; educação sexual nas escolas como forma de combate ao preconceito; discriminação na família, na escola e no trabalho;*
- 4. Saúde: saúde física e mental dos GLTs e como promovê-la;*
- 5. Arte e cultura: promoção artística e produção acadêmica “de GLTs sobre GLTs” (Rodrigues, 1997, p.14 apud FACCHINI, 2005, p.131).*

O II EBGLT-Aids (1997) tematizou:

- 1. Prevenção: campanhas para GLTs (grupos de risco x práticas de risco);*
 - 2. Tratamento: coquetel, protocolo de vacinas, terapias alternativas;*
 - 3. Política: Relação ONGs/Aids e políticas públicas; discriminação e direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids.*
- O eixo básico dos encontros se constituiu na criação de conexões entre as organizações e pessoas que trabalham pela cidadania GLT e no combate à Aids e outras expressões da sociedade civil também engajadas na luta pela livre orientação sexual, entendendo como outras expressões da sociedade civil não apenas os chamados movimentos populares à esquerda, mas também educadores, acadêmicos, médicos, políticos e artistas (Rodrigues, 1997, p.14 apud FACCHINI, 2005, p.131).*

Algumas das disputas que podem ser citadas acerca do terreno jurídico-legal são o projeto de parceria civil registrada, encabeçado por Marta Suplicy, que seria arquivado por dificuldades de negociação e preconceito por parte dos parlamentares; Ou a realização em 1999 do Seminário Nacional de Cidadania Homossexual, no auditório da Câmara Federal, promovido por entidades federais de direitos humanos em conjunto com a ABGLT, do qual resultaram a possibilidade de visita íntima para homossexuais carcerários em Pernambuco, ou a promulgação da resolução nº1/1999 por parte do Conselho Federal de Psicologia, que deixava claro que “A homossexualidade não

constitui doença, nem distúrbio, nem perversão”, e proibia que profissionais da área a tratassem como tal, como se a fosse possível “curar” (TREVISAN, 2000, pp.381-383).

Feita esta breve retrospectiva do curso dos movimentos políticos organizados LGBT e sua relação intrínseca com a Aids, foi possível perceber que no processo de combate à doença tais movimentos foram reconhecidos pela sociedade e pelo Estado enquanto entidades significativas, mediante a importância e protagonismo que tiveram no combate à Aids. Tanto demandando deste maior e melhor assistência, quanto, em alguma medida, se associando ao Estado e inclusive passando a ser financiadas em alguma medida por este para dar continuidade aos trabalhos de combate e prevenção à Aids. Agora, nas palavras de Trindade (2004), um breve resumo dos reflexos destas movimentações na esfera de poder do Estado, e as ações que este tomou ao longo do tempo:

A movimentação desses segmentos da sociedade civil foi essencial para que o Estado elaborasse políticas públicas de combate à Aids e refinasse a assistência aos doentes. Assim, logo nos primeiros momentos da doença no Brasil, no ano de 1983, foi criado o primeiro programa de Aids do país, ligado à Secretaria de Saúde do Estado [de São Paulo]. Dois anos depois, em 1985, a portaria da saúde n. 236 de 02/05/1985 estabeleceu as diretrizes para o “Programa de Controle da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, SIDA ou AIDS”, sob a coordenação da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária. Em abril de 1986, foi criada a Comissão de Assessoramento em Aids, que se transformaria na atual Comissão Nacional de Aids⁴³ – CNAIDS. (Galvão, 2001).

A criação do Programa Nacional de Aids, no âmbito do Ministério da Saúde, só se daria em 1988, mesmo ano em que o escritor e cartunista Henrique de Souza Filho, o Henfil, faleceu em decorrência da Aids. Esse programa agia na elaboração de campanhas – a primeira delas foi a famosa “Quem vê cara não vê Aids”, elaborada para os festejos carnavalescos do ano seguinte. Mais alguns anos de luta transcorreram e, em 1993, quando o boletim epidemiológico reportava 16.829 casos de Aids e 10.820 óbitos, foi assinado o primeiro acordo de empréstimo com o banco mundial para o “Projeto de Controle da AIDS e DST”, que ficaria conhecido como “AIDS I”⁴⁴.

A partir desse acordo, foi possível que se iniciasse a distribuição de medicamentos para pessoas com HIV/Aids pelo sistema público de saúde. A lei que garantia essa distribuição – Lei n. 9.313 – foi assinada em 13 de novembro de 1996 e, nesse mesmo ano foi efetivada a distribuição dos ARVs [Anti RetroVirais] na rede pública, bem como o AZT, ddI, ddC, 3TC, Saquinavir e

⁴³ Essa comissão foi criada através da portaria n.199/GM, publicada no diário oficial da união de 28 de Abril de 1986, seção I (TRINDADE, 2004, p.35).

⁴⁴ Um segundo acordo de empréstimo com o banco mundial seria realizado em 1998 visando o Segundo Projeto de Controle da AIDS e DST, que ficaria conhecido como o projeto “AIDS II” (TRINDADE, 2004, p.35).

Ritonavir – componentes do Coquetel⁴⁵. Nesse momento o número de casos notificados já era de 22.943 e 10.990 óbitos.

As ações estatais na luta contra a Aids evidenciam ganhos significativos e, em 2000, com o investimento de 303 milhões de dólares em ARVs, 87.500 pessoas foram atendidas gratuitamente. O valor dos investimentos no tratamento das pessoas infectadas aumentara no ano seguinte, quando o governo estimava gastar 422 milhões de dólares em ARVs, com previsão de atendimento de 105.000 pessoas no ano de 2001. Nesse momento, o número estimado de pessoas vivendo com Aids no Brasil é estimado em 597 mil. (TRINDADE, 2004, pp.34-35).

Já em meados da década de 1990, mediante toda a movimentação de setores e atores da sociedade, conforme cada vez mais mulheres foram sendo diagnosticadas com Aids, de apenas uma a cada 40 homens em meados da década de 1980, até cerca de duas para cada três homens ao final da década de 1990, ou mesmo em igual proporção entre jovens de 15 a 19 anos, a Aids se alastrava para toda a sociedade num geral, sem distinção por orientação sexual. Desta forma, caía por terra, na prática, o discurso preconceituoso e perigoso da “peste gay”, e a associação Aids-homossexualidade foi aos poucos se desfazendo. “A generalização da epidemia assustou muitas áreas até então consideradas imunes e certamente as levou a se integrar com afinco numa luta que passou a ser de todos e não mais dos chamados “grupos de risco”” (TREVISAN, 2000, p.456), que, conforme abordado nos tópicos dos EBGLTs, foi substituído pelo termo “comportamentos de risco”, associando a prevenção frente a qualquer ato sexual desprotegido, em detrimento da associação do risco (e culpa) a atos sexuais específicos, como o anal, ou de orientações sexuais específicas, como a homossexual (TRINDADE, 2004, p.36). Trevisan (2000) também associa um aumento de verbas para os programas e Ongs/Aids e demais organizações em função desta generalização da epidemia:

As novas evidências de “heterossexualização” da epidemia também levaram o governo a destinar verbas mais substanciais para os programas de prevenção, agora visando a adolescentes e mulheres heterossexuais, os mais atingidos, sobretudo nas populações mais pobres. Estatísticas de 1997 acusavam que, de cada dez novos casos de Aids, nove ocorriam em populações de baixa renda (pp.456-457).

Assim, a abordagem dos diversos setores da sociedade, originalmente alarmistas e condenatórias, foi mudando ao ponto de apoiar os programas e conscientizar a população, concomitantemente a uma maior visibilidade e tolerância para com os homossexuais, porém, nem assim seria possível desconstruir séculos de preconceitos

⁴⁵ A grande maioria dos medicamentos ainda era importada de países do hemisfério norte. Somente em 1998 é que o Brasil começa a produzir o ddC e o d4T e, em 1999, se inicia a produção nacional de 3TC e da combinação AZT+3TC (TRINDADE, 2004, p.35).

culturais, agravados pelo advento da Aids e sua associação com a homossexualidade, de forma que até hoje se mantém em alguma medida a associação entre Aids e homossexualidade de forma pejorativa. Alguns exemplos disto se dão no caso do afloramento de grupos neonazistas nos finais dos anos 1990, com grupos como “White Power”, “Carecas do ABC” ou “Frente Anticaos” que se juntavam para atacar pontos de frequência “LGBT”, além de difundir e expor ideais preconceituosos e eugenistas, incitando a matar homossexuais, negros e judeus:

A partir de 1998, cartazes homofóbicos começaram a ser espalhados nas cidades de São Paulo e Bauru, incitando a população contra o grupo homossexual. Sempre encimado por um logotipo em que a sigla GLS era jogada no lixo, os cartazes acusavam os homossexuais, entre outras coisas, de terem disseminado a Aids na população, “inclusive através de contato não sexual”. Sua frase refrão era: “homossexual hoje, Aidético amanhã!” (TREVISAN, 2000, p.458).

No auge dos ataques, a polícia desativou uma bomba na sede paulista da ONG Anistia Internacional, acompanhada de um recado ameaçando quem defendesse “viado, preto e nordestino, estas escórias” (TRINDADE, 2000, p.458).

Afinal, em meio a estes movimentos, contraditoriamente, foi exatamente das condições mais adversas que pôde surgir a possibilidade (mesmo porque, mediante a necessidade dada por uma questão de sobrevivência, face aos desdobramentos da Aids) de expansão política e social da visibilidade, da existência, e de diversas pautas dos movimentos homossexuais originários, mas que nunca grassaram o impacto que a Aids as faria, forçosamente, alcançar. Buscando elaborar sobre as consequências e mudanças em meio a este período de Aids, até meados de 2000, Trevisan (2000) escreve:

Em tom lamentoso, muita gente ainda pensa que a Aids destruiu em alguns poucos anos tudo aquilo que os homossexuais levaram décadas para conquistar, no mundo atual – seja em espaços geográficos opressivos, como os guetos, seja em espaços interiores rarefeitos pela auto-rejeição de sua sexualidade. Tal afirmação traz implícita a crença de que a Aids funcionou como um apocalipse e, por outro lado, que antes dela tínhamos atingido uma fase de real liberação nos anos da permissividade. Ao contrário do que muita gente diz, a meu ver, o vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que o homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e – isto é importante! – dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade. (...) ⁴⁶ (p.460).

⁴⁶ “Graças à característica de estigma que a Aids historicamente adquiriu, já não se pode mais esconder o desejo: ele está lá, sendo identificado, flagrado e denunciado por intermédio da doença. De repente, a Aids é temida como algo que pode tocar qualquer um e não mais como uma doença do desejo à

Na medida em que a aids foi construída enquanto indissociavelmente ligada à homossexualidade, soroconversão significaria assim, socialmente, como um atestado de prática homossexual, “de denúncia de contato com o desvio”. Neste contexto, então, não mais seria possível relegar a homossexualidade aos armários, à invisibilidade social, ainda que a marginalização tenha se acentuado em função do pânico social instaurado.

Beneficiando-se da metáfora socialmente imposta, a homossexualidade tendeu a tornar-se uma realidade social menos invisível: o desvio veio à tona e, de certo modo, vingou-se, atacando em forma de vírus fulminante. Aguçou-se a “doença”. Aguçaram-se também as tentativas de defesa. Houve pânico porque o sistema imunológico da sociedade descobriu-se frágil e às vésperas de adoecer – de uma doença que a Aids apenas significa. Os gestos de defesa tem sido desesperados, mas já não se sabe o que é mais temido: se a doença física, se a “doença” social do desejo. Em tudo, a Aids veio criar situações de fato: se com ela a repressão às práticas homossexuais se intensificou, na verdade não tem havido mais do que uma atualização de determinados estados de violência latente, que passaram a purgar, feito uma ferida madura e exposta. Como mencionei anteriormente, a Aids deflagrou o momento da verdade, doesse a quem doesse. (p.462).

Deste momento tão delicado e trágico para a população LGBT, entre as mazelas da doença e dos ataques da sociedade, puderam, afinal, florescer avanços sociais de conscientização acerca da (homo)sexualidade, contrária ao pudor típico da moralidade dominante, ainda que não de bom grado, porque impostos pelas condições da época.

(...) Há que se lembrar também um extraordinário efeito colateral dessa epidemia sexualizada. Ela ofereceu de presente às sociedades modernas elementos inestimáveis para educação da sexualidade e, eu acrescentaria, da sensibilidade, para não dizer: do desejo. Graças a ela, as escolas, as famílias, a mídia, os políticos e, pasmem!, até as igrejas mais reticentes foram obrigados a se engajar, com maior ou menor energia, numa generalizada (porque compulsória, sem escolha) campanha em busca dos meandros da sexualidade, essa esfinge que insolentemente exigia: “decifra-me, ou te devorarei.” A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra o sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso da camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, conveniência ou não de adoção de crianças em famílias não-padronizadas etc. etc. Deflagrou-se uma epidemia de informação, que não tem retorno porque deixará marcas nas próximas gerações. (p.464).

A aids, assim, obrigou que a sociedade abrisse os olhos para questões até então consideradas tabus, possibilitando a abertura para que as populações LGBT adentrassem

qual somos invulneráveis. Em outras palavras: é a primeira vez que se pode “apalpar” o desejo proibido como coisa clara e concreta – pelo menos nos contornos tais como impostos em nossas sociedades. Ante a ameaça da Aids, toca-se o próprio âmago do desejo, cujo lado mais secreto dói. Considerando que ela se instalou, no imaginário popular, como uma doença-metáfora da homossexualidade, compreende-se o lado profundo do medo: ninguém mais está a salvo do desejo proibido. Compreende-se igualmente o pânico dos empresários morais: a metáfora – tantas vezes empregada nas entrelinhas – de que a homossexualidade pega quase deixou de ser metáfora. Pegar Aids significaria, no âmbito social, a denúncia do contato mantido com o desvio. Graças à Aids, o desejo homossexual ficou mais presente (no sentido da evidência) dentro da sociedade em geral.”

a política institucionalizada na medida em que tornava-se, por conta da aids, também uma questão de saúde pública, sempre acompanhada da questão da homossexualidade, pauta atrelada à questão do HIV, e também por esta população levantada, conforme abordaremos a frente.

Nesse mesmo sentido reafirmo que nunca se discutiu tanto a realidade homossexual como nos tempos da Aids. Nas palavras de Andrew Sullivan, “o HIV agiu como um catalisador sem precedentes para o colapso das normas de discussão pública sobre o homossexualismo”⁴⁷. Ao falar da doença, tornou-se necessário e inevitável mencionar a “sexualidade desviante” – às vezes até de forma constrangedora por seus detalhes. Não se trata apenas da admissão de uma prática sexual semiclandestina, mas de dar a ela uma visibilidade e importância tal que o pacto público-privado entre heterossexuais e homossexuais teve que ser renegociado – para voltar a uma ideia de Andrew Sullivan. Já não se podia mais ocultar no gueto privado aquilo que era preocupação da sociedade como um todo. De fato, graças à Aids, qualquer cidadão/ã de todas as idades, nos locais mais distantes e independentemente de sua orientação sexual, pôde se informar, de maneira inédita pelo constante impacto, o que é ser homossexual, como se pratica a homossexualidade e, mais ainda, onde homossexuais se encontram. Se as práticas homossexuais têm sido devassadas até com crueldade, é verdade inegável que a população em geral ficou exposta a uma exemplar iniciação sobre elas, inclusive quanto aos cuidados a serem tomados (pp.460-465).

Contextualizados e problematizados os acontecimentos e suas progressões históricas mais propriamente relacionados à Aids, aos movimentos homossexuais, ao Estado, organizações internacionais, atores envolvidos etc., e as repercussões na sociedade, nos deteremos mais propriamente nos processos espaciais, tanto no que se refere à sua expansão, como também na sua cada vez maior relação com o mercado, e mudanças nos modos como estes indivíduos se espacializam e se identificam enquanto tais, mediante esta maior presença do mercado. Como abordaremos, processos estes que foram possibilitados em especial, no início dos anos 1980, pela permissividade do controle policial, contanto que em espaços semi-públicos, ou seja, para consumo. Isso se deu pela abertura e possibilidade de lucro face aos homossexuais nos tempos de superação da Aids, a partir de meados da década de 1990, que desencadeariam na mediação do mercado cada vez mais presente na constituição das culturas homossexuais e, portanto, seu acesso à tão desejada cidadania plena, por meio (não só, mas cada vez mais) do consumo.

Regressando às consequências e repercussões das operações de “limpeza” de Richetti no começo dos anos 1980, Perlongher (1987) aponta para certa redistribuição

⁴⁷ “Praticamente normal (uma discussão sobre o homossexualismo), de Andrew Sullivan, Companhia das Letras: São Paulo, 1996. P.197”.

de parte dos frequentadores do Arouche, mediante a sua “supressão enquanto ponto focal de concentração das populações homossexuais”, em especial “acantonados” nas ruas Marquês de Itu, Bento Freitas e Rego Freitas, com predominância da parcela identificada como “gay” (p.99).

Nesse deslocamento dos gays para a porta dos bares – já que a estreita Rua Marquês de Itu carece de um espaço errático como o do Largo – se delata uma rotineira prática policial que consiste, quando nas blitz, em deter as “bichas” que estão na calçada, sem atrapalhar as que estão no balcão consumindo, segundo a fórmula: “Bicha na Rua não pode; Bicha no bar, pode” (Grossman, 1983). Pode-se suspeitar de algum tipo de “caixinha” sob esta complacência policial pelo microcapitalismo do lazer gay, muitas vezes controlado pela máfia ou pela própria polícia, como é comum noutros países latino-americanos (por exemplo, Argentina) (PERLONGHER, 1987, p.99).

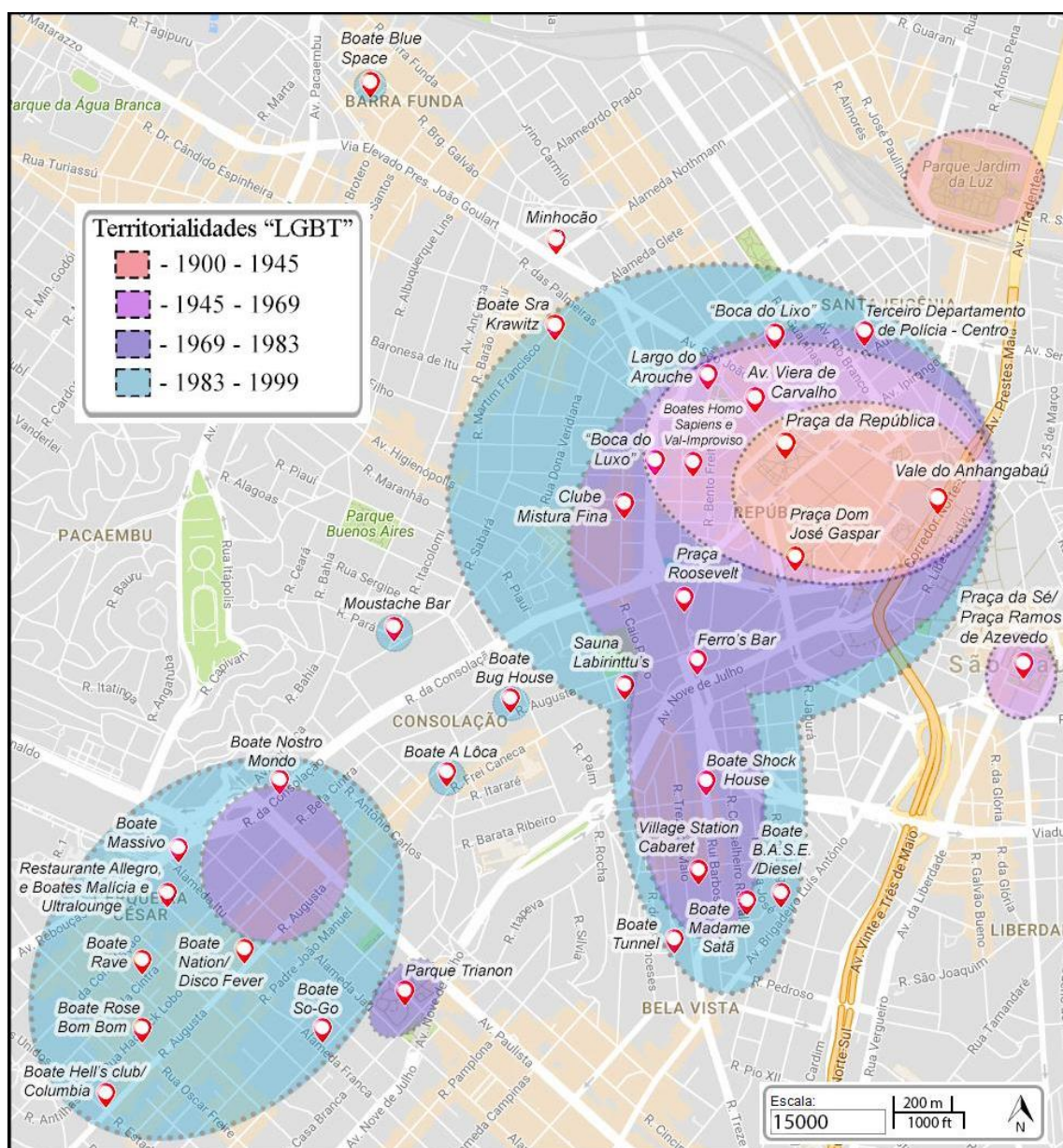
Conforme complementa Trevisan (2000), mencionando a permissividade mediante o consumo, bem como para com “homossexuais bem comportados”, ou seja, não travestis ou não efeminados:

Esse “abrandamento” evidencia como os órgãos de segurança passaram a interessar-se mais em controlar do que em reprimir, propriamente. Se bem que o consumo guei se beneficiou enormemente dessa liberalização, parece que continua vigorando a chamada “luva” que as casas de frequência guei devem pagar à polícia, à guisa de proteção (p.410).

Conforme já mencionado, em função da Aids, há pânico no “gueto” homossexual, assim como sua supressão parcial, até fins da década de 1980, em função da diminuição da frequência de seus indivíduos constitutivos, em especial os de classes médias ou superior. Coincide também, esta década, com o fim do milagre econômico, e a crise da recessão internacional do petróleo, o que acarreta um movimento de saída das classes médias do centro da cidade, considerado então degradado, perigoso, inabitável. Desde meados dos anos 1970, também, uma série de obras viárias que buscavam transformar o centro velho em um ponto de articulação viária da cidade contribuíram para a perda de dinamicidade econômica, transformando os viadutos, como o “minhocão” (Elevado Presidente João Goulart⁴⁸), em parte da paisagem do centro, contribuindo para o seu processo de “deterioração”. Tal deterioração leva, assim, a uma queda nos preços dos imóveis do entorno, acarretando influxo de populações de baixa renda, tanto aos edifícios quanto às partes inferiores dos viadutos (moradores de rua), além de pichações e descarte indevido de lixo, o que acaba acarretando em, e

⁴⁸ O Elevado que se chamava Costa e Silva foi renomeado em junho/julho de 2016, com lei sancionada pelo então prefeito Fernando Haddad. O elevado se estende de Perdizes, na zona Oeste até a Praça Roosevelt no Centro, com 3,4 quilômetros de extensão, passando, dentre outras vias, sobre a Rua Amaral Gurgel e a Av. São João.

acentuando a, desvalorização (VICENTE, 2015, p.22). Neste processo, a boemia se esvai, e junto com ela boa parte da frequência homossexual de classes mais altas “sobe” progressivamente, em definitivo, para as áreas dos Jardins, Pinheiros, região da Avenida Paulista, Consolação, Rua Augusta e imediações. Movimento causado e causa, também, de um aumento da periculosidade das classes pobres, desempregados, moradores ou frequentadoras do centro, visto que são as primeiras a sentir, e com mais força, as recessões econômicas (PERLONGHER, pp.96-107). “Michês, travestis e prostitutas começam a perder seus clientes. Em consequência, fala-se que já vem aumentando a criminalidade em São Paulo” (TREVISAN, 2000, p.433).



Organização: Caio De Giovani (2018)

Mapa 7 - Territorialidades “LGBT” – 1983 - 1999. Este mapa foi elaborado com base na bibliografia, assim como nos mapas 2, 4 e 6 buscando refletir o fenômeno fluido das territorialidades da

época, até meados de 1999. É possível perceber a expansão das territorialidades por meio dos buffers distintos por períodos históricos. Apontamos alguns estabelecimentos e locais importantes nas sociabilidades a fim de localizar para o leitor onde alguns dos locais referenciados em texto se encontram, assim como outros, em especial estabelecimentos comerciais em plena expansão espacial e numérica, que evidenciam o porquê dos desenhos das manchas se expandirem conforme cartografado. Pois, apesar das delimitações fronteiriças fluidas das territorialidades em questão, estes fixos, ainda que por vezes abertos por menos de 5 anos, ajudam a traçar os contornos das territorialidades “LGBT”, em especial nestas áreas além territorialidade Central. Optamos por utilizar os termos “boate” e “clube” de forma geral, não necessariamente sendo o modo como tais estabelecimentos se autodenominavam. Pode-se perceber alguns estabelecimentos “isolados” entre as duas maiores territorialidades, nos três eixos principais de conexão e deslocamento entre elas, as Ruas da Consolação, Augusta e Frei Caneca, que nos anos 2000 seriam integradas em definitivo em meio às territorialidades “LGBT”. A quantidade de estabelecimentos comerciais escolhida não se pretende exaustiva, visto que muitos mais abriram e fecharam neste período de tempo, inclusive dentro da área Central, mais antiga, apesar de termos dado ênfase aos estabelecimentos mais distantes. Note-se que alguns pontos mais distantes já mencionados em texto não foram incluídos no mapa, como os da Vila Olímpia, Itaim, Mooca, Moema, Barra Funda, etc. visando a manter uma escala que englobe as duas principais áreas, a do Centro, e a dos “Jardins/Paulista” (Que em muito se encontra no bairro Cerqueira César).

Perlongher (1987), porém, aponta a persistência, mesmo neste contexto, da existência e da frequência dos espaços mais “pobres” de sociabilidades, as territorializações de caráter mais popular dentro do “gueto”:

Como último elemento desta análise sumária, cabe chamar atenção sobre a “resistência” dos homossexualismos populares. Esta se expressa tanto no plano territorial – de fato, o foco “popular” da São João e Ipiranga/Praça da República foi o que mais vigorosamente sobreviveu no último quarto de século – quanto nos sucessivos deslocamentos das populações pobres do gueto sobre as áreas douradas dos gays de classe média (p.105).

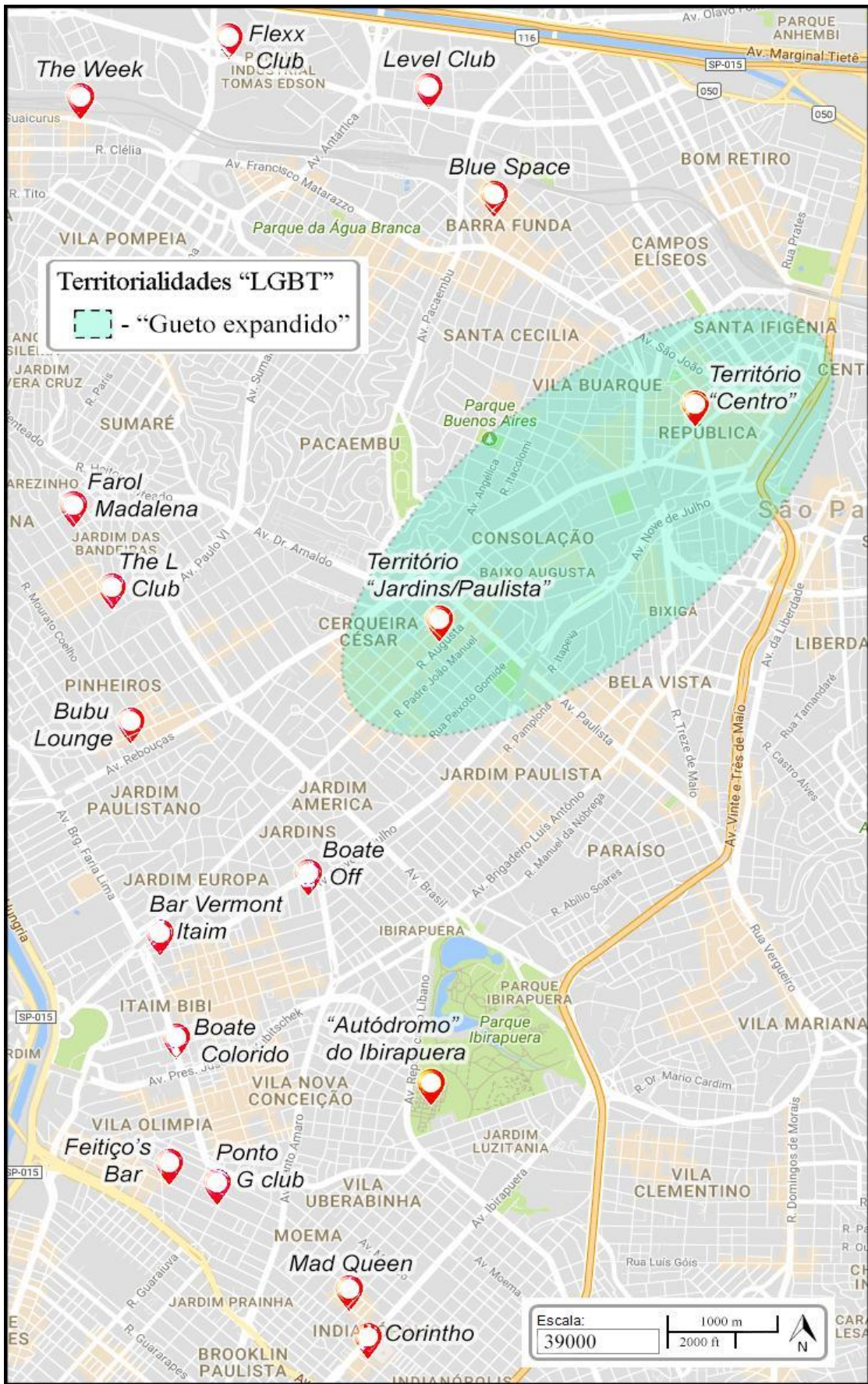
Conforme já mencionado no período histórico anterior, um micro empresariado, predominantemente homossexual, havia começado a surgir e a se aproveitar da permissividade ao consumo urbano em meio à ditadura (GREEN, 2000, p.400), processo este que tem a sua continuidade conforme a rua passa a ser mais fortemente controlada enquanto se permitia “ser viado” contanto que o fosse na condição de cliente de estabelecimentos comerciais. Conforme naquela época já surgiam boates como as já citadas *Medieval*, *Nostro Mondo*, *Homo Sapiens*, etc., com algumas delas já na região “Jardins-Paulista”, conforme decorrem os processos colocados neste item até aqui, se intensifica a expansão do “gueto” pelo viés comercial às áreas de classes média e média altas, ainda que a Aids se fizesse fortemente presente até final dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990 em suas múltiplas facetas sociais.

Em função de todas as mudanças sociais no que concerne à existência e sociabilidades LGBT decorrentes dos conflitos e visibilidade compulsórios catalisados pela Aids, conforme discutido, já não sendo mais estigmatizados como bodes expiatórios da doença, na segunda metade dos anos 1990, os LGBTs passam a ser

passíveis de serem enfocados enquanto, ainda que cautelosamente, tanto uma mercadoria simbólica de modernidade e inclusão, como enquanto um segmento específico de mercado.

Nos períodos posteriores [à crise da Aids, ou seja, meados da segunda metade de 1990], pelo menos em São Paulo, a idéia de que os homossexuais eram um grupo específico e com demandas peculiares já estava totalmente sedimentada e aceita tanto pela mídia e pela academia quanto pela sociedade em geral, Assim, na medida em que essas demandas se construía, uma estrutura que atendesse à essas necessidades também foi sendo montada (TRINDADE, 2004, p.95).

Assim, o advento do empresariado homossexual compreendendo a possibilidade das parcelas homossexuais da sociedade de se tornarem consumidores culmina na sigla “GLS” – Gays Lésbicas e Simpatizantes, que exemplifica esta nova perspectiva social sobre a homossexualidade, o que contribuiu para expandir e diluir as sexualidades destoantes na sociedade, e analogamente o “gueto”, ao menos comercialmente, com bares e boates, além das já mencionadas saunas, estando algumas já distantes dos territórios mais concentrados. Desta forma, tem início um processo de desconcentração concentrada, com tendência a se acentuar com o passar do tempo. Desconcentração, porque se expandia a novos locais da cidade, até então menos ou pouco inseridos nas territorializações LGBT, e concentrada porque ainda sempre referenciada e relativamente próxima espacialmente aos territórios já historicamente “tradicionais” de ocupação LGBT. Casas como a *Feitiço's* (anos 70/80) na Vila Olímpia, a *Off* e a *Colorido* no Itaim (anos 89/90), a *Ponto G Club*, *Gent's* e *Mad Queen* em Moema (Anos 80/90), a *Overnight* na Mooca (anos 80/90, recentemente reaberta no Itaim) ou uma importante casa, a *Corintho* (1985-1993), localizada ao lado do Shopping Ibirapuera, na Av. dos Imarés, dos donos da antiga *K-7* e da então já extinta *Medieval*. Com algumas casas indo sentido barra funda, oeste-noroeste, como a *Blue Space*, localizada no mapa 7 acima, região onde posteriormente abririam a *Level Club*, *Flexx* ou mesmo a *The Week* (as três dos anos 90/2000, abertas até hoje), um pouco mais distante. Desconcentração que não se estendia muito espacialmente além das casas e bares mencionados, e suas imediações, dentre diversos outros que abriram e fecharam com o passar dos anos.



Organização: Caio De Giovani (2018)

Mapa 8 – Desconcentração concentrada dos estabelecimentos comerciais “LGBT”/ pontos de frequência “LGBT”. Este mapa foi elaborado com base nos mapas anteriores e bibliografia. Com buffer demarcando a área de maior frequência LGBT de São Paulo de meados de 1983 a meados de 2005, visando referenciar a área demarcada no mapa 4. Optamos por demarcar alguns dos bares e boates que se espalharam por São Paulo no movimento de expansão de estabelecimentos comerciais e difusão de territorialidades pela Cidade de São Paulo, a fim de possibilitar uma visualização espacial do fenômeno. Pode-se perceber uma tendência a expansão sentido Oeste-Sudoeste, aos bairros de classes médias e altas, conforme já mencionado. A quantidade de estabelecimentos referenciados não é exaustiva, visto que muitos mais existiram, abriram e fecharam, não sendo do interesse deste mapa dar conta da totalidade destes. Optamos por não expandir a escala do mapa de forma a incluir a citada *Overnight*, localizada na Móoca, para uma melhor visualização do mapa.

Com a inserção numa lógica de mercado, tal processo teve uma tendência a acentuar e evidenciar o recorte de classe intra LGBTs, por meio das distinções de estilos de vida e de consumo. André Fischer, articulador do 1º festival Mix Brasil de Manifestações de Sexualidades, em 1993 no MIS – Museu da Imagem e Som, e do site homônimo, precursor na ainda recente e pouco difundida/acessível internet, ao ser convidado para escrever a coluna dominical *Gay* da Folha de São Paulo, propôs a troca do termo por um de caráter mais abrangente: “GLS” (TRINDADE, 2004, pp.75-78).

A substituição do termo “Gay” por “GLS” parecia querer afirmar que não é preciso ser homossexual para ler sobre aquele mundo: se você é “simpatizante”, também pode fazê-lo. Uma idéia tanto bem vinda por seu poder mercadológico – vai além do consumo de um público específico – quanto pelas brechas que abria socialmente para a homossexualidade. Ainda, para aqueles que temiam serem reconhecidos socialmente como homossexuais, a idéia era conveniente, como também o era para aqueles que buscavam informações sobre festivais de cinema, noite e badalações. Pelo menos aparentemente, o contexto era totalmente favorável à criação e difusão da sigla GLS. (...) Poderiam ser bissexuais, homossexuais e heterossexuais que possuíam um estilo de vida aproximado; que “consumiam os mesmos produtos”. Como se pode perceber, é pela via mercadológica que o respeito à diversidade toma seu espaço na mídia Paulista (TRINDADE, 2004, pp.78-80).

Assim, tanto enquanto mercadoria simbólica para simpatizantes e sociedade em geral, um valor positivo de inclusão e “modernidade”, “ser” GLS expressaria uma distinção para aqueles que assim se identificassem/consumissem, assim como dava nomes e marcava o início do enfoque brasileiro nos homossexuais enquanto segmento de mercado. Nas palavras de Fischer, em entrevista a Trindade (2004):

(...) a gente quando pensou originalmente ele foi criado como uma *categoria de consumo*, pra pessoas que tem um perfil. Por isso assim que eu acho que tem toda a legitimidade a sigla GLBT, e acho que tem que ser usado de forma completamente distinta. GLBT são termos técnicos, que estão cobrindo aí gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, enquanto que o GLS originalmente, e é um critério que surgiu aqui dentro, e que vou ficar usando aí de maneira como ele foi concebido, é para pessoas que tem um determinado padrão de consumo, que saem, compram, fazem, independente da orientação sexual, lembrando que a maioria dessas pessoas são homossexuais (p.81).

“Falar sobre a homossexualidade para a sociedade mais geral após o surgimento da onda GLS deixou de ser uma atitude ativista, como sempre essa prática era entendida” (TRINDADE, 2004, p.81). Um reflexo da diluição na sociedade, pela mediação midiática e social mercadológica, que estaria assim em certos moldes, conforme discutiremos adiante, assimilando a homossexualidade no quadro social com certa aceitação. “Paralelamente à movimentação dos grupos de militância, a onda GLS serviu para fortalecer a visibilidade de gays e lésbicas em São Paulo, expandindo suas fronteiras para outras cidades brasileiras” (TRINDADE, 2004, p.81). Iniciando assim um processo de ampliação da visibilidade e de segmentação de mercado para um público LGBT, em todas as esferas da sociedade, que agora passariam a absorver as expressões desta parcela da sociedade enquanto mais um produto a ser vendido aos “normais”, como no caso da mídia, ou enquanto alvo para produtos específicos, sempre sujeitos a questionamentos em face a estereotipificações entendidas enquanto negativas, questionadas por parte da militância, até textos escritos por LGBTs que seriam exibidos em diversas plataformas, como o próprio Festival Mix Brasil (TRINDADE, 2004, p.108).

Segundo Trevisan (2000), a sigla GLS expandiu as possibilidades artísticas, culturais, midiáticas, e em todas as esferas da sociedade, além “gueto” tanto social quanto espacialmente, extrapolando públicos alvo específicos, atraindo recortes sociais maiores, não necessariamente LGBTs, apesar de ainda se dar espacialmente de maneira concentrada, mesmo que se desconcentrando, conforme abordado acima.

Nesse contexto em que se misturam militância e mercado, é natural que a tônica da luta pelos direitos homossexuais tenha passado de uma contestação social mais abrangente para uma busca de maior integração social, ampliando os limites do gueto. A ênfase de um “movimento de massa” orientou-se para outros parâmetros, envolvendo a mídia, que desempenhou a função de fazer chegar à massa. Foi assim que os anos 90 apresentaram várias inovações fundamentais no liberacionismo homossexual brasileiro. A primeira e mais importante foi um verdadeiro ovo de colombo conceitual, que permitiu uma guinada política inteligente e nova: a implantação do conceito de GLS – abreviação para Gays Lésbicas e Simpatizantes. A genialidade dessa saída foi a introduzir num contexto brasileiro a ideia americana de *gay friendly*, de modo simples e adequado ao nosso jeitinho (TREVISAN, 2000, p.376).

No sentido de que permitiu uma aproximação sutil, uma diluição menos impactante e mais tolerável, palatável, porque por vias mercadológicas e culturais, além da possibilidade de ocultação mesmo que entremeada no suporte à diversidade que a sigla e as atividades correlatas ostentam. Como na questão de orgulhosamente se dizer inclusivo e aberto à diversidade sexual, mas do GLS ostentar apenas o S, pra não se

arriscar muito no que ainda significaria socialmente ostentar a homossexualidade, de forma que o S tenderia de “Simpatizante” a “Suspeito”. Mas, independentemente das problemáticas e contradições que a terminologia GLS e seus respectivos desdobramentos apresentou, ou precisamente por conta delas, ela acabou dando “margem de manobra” nos processos de expansão e diluição das questões LGBTs na sociedade, mesmo que às custas de certa conformidade, no sentido de um manejo do teor de engajamento visando a aceitação, ao mesmo tempo em que possibilitou tal margem também aos atores que se vissem interessados em se aproximar destes indivíduos sem se manchar de estigma, se integrando à recém-inaugurada postura de simpatizantes (TREVISAN, 2000, pp.376-379). Conforme escreve, ao mencionar manifestações culturais e estilos de vida LGBT:

É óbvio que o conceito de GLS teve uma importância fundamental também nesse âmbito, por permitir uma prática cultural diversificada e, ao mesmo tempo, sem a exasperação das bandeiras levantadas – digamos que se tratava de bandeiras, convenientemente, a meio-pau (p.378).

Neste contexto da segunda metade dos anos 1990, as esferas do social se confundem, e as questões LGBT se complexificam em meio à tolerância e a intolerância, aceitação, orgulho e negação, inclusive no que se refere às estratégias de busca por direitos e aceitação social/inserção social, com institucionalização, Estado, movimentos autônomos, mercado, indivíduos, identidade, etc. O componente de possibilidade de inserção real na sociedade acaba por tornar menos claros e definidos, do que já não eram propriamente (basta lembrar das disputas envolvendo autonomia ou cooptação à esquerda no final dos anos 1970) os objetivos, pautas e métodos de luta LGBT, favorecendo o crescimento do mercado e acentuando questões do viés do consumo em meio às identidades e pautas. “Seguindo a tendência geral dos anos 90, a estratégia liberacionista ampliou seu sentido, ultrapassando os padrões convencionais de militância, até o ponto de se confundirem os limites entre atividades lúdicas, comerciais e militantes” (TREVISAN, 2000, p.378).

Acreditamos que a consolidação desta convergência e nova dinâmica se deu na 3ª Parada do Orgulho GLBT, de 1999, comemorando o aniversário da revolta de *Stonewall* ocorrida em 28 de Junho de 1969 em Nova York. Contando com cerca de 20.000 a 30.000 participantes na qual, por meio de incursão e apropriação do espaço público, mesmo que sancionada pelos atores hegemônicos, e assim também pelo domínio normativo simbólico sobre o “natural” e suas possibilidades de manifestação

pública, pôde-se afinal conquistar avanços para as causas LGBTs, mesmo que questionáveis (TREVISAN, 2000, pp.379-380). Pois que a aceitação desta visibilidade e este ceder de espaço social se deu pela mediação do mercado associado ao Estado e aos movimentos LGBTs organizados. Inclusive tendo sido formada a APOGLBT/SP – Associação da Parada do Orgulho GLBT, objetivando organizar o evento principal assim como diversos outros eventos anexos acerca de conscientização, direitos, fóruns ou festas, tendo buscado assim “registrar o nome” em cartório, oficialmente, tanto com objetivos de institucionalização frente e junto ao Estado, quanto para que pudesse conseguir apoio financeiro/material para suas realizações (FACCHINI, 2005, pp.148-149).

Os reflexos desta confluência de atores e intencionalidades é perceptível e se explicitou mediante a presença de, ou influência, de todos e cada um deles num esforço coletivo para a realização da parada, ainda que tendo como força motriz os movimentos LGBTs organizados. Ainda que e sem contar naquele ano com apoio financeiro da prefeitura, pôde contar com o apoio desta, cujas intenções seriam de ganhos turísticos, mas também pela intenção de garantir os direitos desta parcela historicamente marginalizada da população, garantindo também ganhos no que se refere ao caráter simbólico inclusivo de promover políticas e incentivo às questões LGBT. Mesmo com poucos recursos, e ainda frente a certa relutância de investidores privados, contou com carros de som patrocinados por casas noturnas, inclusive internacionais. Não deixando a parada de constituir-se também em manifestação política por conta deste tipo de patrocínio privado. Contou com manifestações diversas, partindo de indivíduos a grupos organizados, cujas expressões não se dão apenas na parada em si, mas também ao longo da semana precedente, com diversos eventos com teor politizado. Ações estas que geraram amplos reflexos para os movimentos LGBTs, mais ou menos institucionalizados, assim como também na política partidária que cada vez mais passava a integrar e a absorver a questão. Tendo a 3ª parada contado com a presença de sindicatos, braços de partidos, ou políticos influentes nas questões LGBT, como Marta Suplicy, que inclusive discursou no dia de sua realização (TREVISAN, 2000, pp.379-380; TRINDADE, 2004, pp.199-202).

No que se refere à questão cultural, a terceira parada GLBT fez enorme sucesso em função da estratégia adotada, bem ao “jeitinho brasileiro”, mas que fez convergir os interesses de forma harmônica, políticos e financeiros, que foi a de uma festa, um

carnaval fora de época, conseguindo atrair grandes contingentes de LGBTs, e/ou de simpatizantes, de todas as inúmeras vertentes das culturas e “letras”, da sigla. Com gogo boys, *drag queens*, travestis, idosos, jovens, efeminados, barbies, ursos, adeptos de fetiches (como couro ou Sadomasoquismo), lésbicas etc. Enfim, toda sorte de identidades, grupos, sujeitos que compõe o todo da sigla LGBT, além de grupos simpatizantes, como anarco-punks, presentes desde a primeira tentativa de comemoração do dia do Orgulho LGBT de 1996, que abordaremos posteriormente. Com carros de som, carros alegóricos, DJs, shows, performances, baterias de escolas de samba, além de bandeiras, cartazes, faixas de arco-íris, etc. (TREVISAN, 2000, pp.527-532).



Figuras 15 e 16 - Respectivamente: Cartaz e foto da 3ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, 1999, disponíveis em: <https://sociaisuninove.com.br/2017/06/04/3a-parada-gay-da-cidade-de-sao-paulo/>

Desta forma, conforme já problematizado, distintas esferas do social se misturam e passam a disputar mediante seus interesses, que em meio a contradição das divergências de intenção, acabaram convergindo em ações conjuntas, como a própria parada GLBT de 1999, que simboliza este novo panorama dos jogos de poder envolvendo as questões LGBT, gerando novas tensões e contradições, como abordaremos mais detidamente no próximo período histórico. Porém, é válido ressaltar que independentemente destas novas tensões postas em pauta, a conquista do espaço e

da visibilidade públicas, e da livre manifestação das performances de gênero ainda era por si só um grande avanço naquele momento de 1999, avanço cujo maior símbolo, resultado e reforço foi materializado pela 3ª parada LGBT.

Em artigo escrito para a revista *Sui Generis* em 1999, logo após a parada, Trevisan descreveu e escreveu sobre ela, colocando engajamento político e emoção neste panorama geral que consta em na íntegra no seu livro (TREVISAN, 2000, pp.527-532), do qual discutimos trechos síntese abaixo:

Como estávamos ali para tomar nosso espaço através da celebração, a festa foi considerada o principal ato político – e provavelmente o segredo do sucesso da 3ª Parada GLBT. (...) Do fundo dos meus 55 anos de batalha, precisei esperar várias décadas para ter esse prazer indescritível: um misto de euforia, orgulho, vingança e muita, muita alegria mesmo, ao compartilhar uma bandeirona arco-íris com as pessoas presentes, durante as quatro horas que durou nossa festa pela Avenida Paulista, Consolação, Ipiranga e Praça da República. Paramos o trânsito de São Paulo com uma multidão que surpreendeu a polícia e até os organizadores da parada: mais de 20 mil participantes, segundo cálculo da PM. As pessoas pareciam brotar do chão, vindas não só da capital, nem só de cidades da grande São Paulo. Vieram caravanas de mais de cinquenta cidades do interior do estado de São Paulo. (...) E os organizadores foram surpreendidos com a presença até mesmo de grupos de Nova York, Holanda e Alemanha, pois várias agências homossexuais do exterior haviam incluído a Parada em seus roteiros turísticos (TREVISAN, 2000, pp.527-528).

Trevisan também ironiza brevemente como a questão LGBT levava a apelos de ordem e controle, como do tráfego, por exemplo, mas que apenas pareciam relevantes neste contexto e evento que colocava em questão a “normalidade” e moralidades associadas de gênero e sexualidade, como que dizendo “o problema não é parar o trânsito, mas sim parar o trânsito por esta causa, desta forma”.

(...) A CET, encarregada do (des)trânsito na cidade, ameaçou processar judicialmente a organização, caso a passeata interrompesse o trânsito na Av. Paulista – considerada via essencial. (Por acaso, ela deixa de ser essencial quando é fechada a cada vitória do Corinthians ou do Palmeiras, durante os jogos da Copa e até para espetáculos organizados pelas TVs?) A Paulista acabou sendo tomada à força pela multidão, e a CET não pôde fazer nada (TREVISAN, 2000, pp.528-530).

Por fim, ressalta a questão da presença crescente de participantes e da visibilidade midiática e social que levaria poder público e mercado a se envolverem e investirem mais no evento e nas questões LGBT conforme problematizaremos mais a frente, mas que neste momento se consolidou em avanço inegável às pautas LGBTs em São Paulo e no Brasil.

O evento teve repercussão fantástica: jornais, rádios e TVs reportaram. Mas não foi só a mídia. *Impressionados com a participação maciça, os mesmos empresários que só a custo se reuniram com os organizadores, uma semana*

antes da Parada, atendendo a insistentes pedidos, agora se acotovelavam para oferecer patrocínio. (...) Já se conseguiu, também, a inserção do dia do Orgulho GLBT e da Parada no calendário oficial da cidade de São Paulo. Não é para menos: numa cultura onde tudo passa pela estatística, reunir mais de 20 mil pessoas é uma façanha respeitável. E aí está o grande sentido político da Parada: a afirmação de que existimos, gostem ou não, e somos milhares. Vencemos o nosso pior inimigo, a invisibilidade, e afirmamos a nossa existência. Por isso, tal evento me parece ser a conquista mais importante na luta pelos direitos homossexuais do Brasil, nos últimos anos. Políticos conservadores, religiosos fundamentalistas e homofóbicos em geral, que insultavam gente anônima, agora terão que defrontar com uma multidão de homossexuais com rosto e identidade, que tem capacidade de ir às ruas, em nome de seus direitos. Eles gostem ou não, viemos para ficar. E é melhor ir se acostumando com nossa presença, pois tudo leva a crer que de agora em diante o fenômeno das Paradas tende a crescer como rastilho de pólvora e se multiplicar em cada grande cidade brasileira. (...) A idéia agora é manter as atividades durante todo o ano, e assim tornar a Parada um fator de mobilização permanente, trabalhando inclusive em várias outras instâncias relacionadas com direitos homossexuais.

Afinal, chega de brincar de direitos, não é? Vamos tomar o espaço que nos é devido, numa sociedade democrática. E depois, é tão bom botar a cara fora do gueto e, pra variar, mostrar à luz do dia o nosso amor – aquilo que temos de melhor. (TREVISAN, 2000, pp.531-532).

Desta forma, consolidam-se as mudanças e novos modos de articulações de atores e interesses que passam a tomar forma nos jogos de poder em torno da questão da população LGBT enquanto fenômeno social. Agora passando a ser disputado enquanto possibilidade mercadológica envolta em um valor simbólico de inclusão social e respeito à diversidade, assim como uma questão de direitos sociais legítima, na medida em que o Estado também busca, ainda que com divergências e disputas internas, a sanar a injustiça social histórica que acomete estas populações.

A própria história da parada paulistana expressa a consolidação desta mudança no caráter do fenômeno LGBT, contrastando a primeira tentativa de comemoração do dia do orgulho LGBT (1996) e a primeira Parada (1997) com a terceira⁴⁹. Pois, diferentemente da terceira como acabamos de abordar, a primeira tentativa de comemorar o orgulho LGBT em São Paulo se deu em 1996, na praça Roosevelt, mas não engrenou, contando com algumas centenas de pessoas, se tanto, e praticamente nenhuma atenção ou repercussão por parte da sociedade e da mídia. Cabendo a interpretação de que os LGBTs moradores de São Paulo prefeririam não mostrar a cara, resguardando-se ao anonimato (TRINDADE, 2004, pp.196-197). Já a Segunda

⁴⁹ Vale ressaltar que em 1995 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião do término da 17ª Convenção Mundial da ILGA – *International Lesbian and Gay Association*, realizada pela primeira vez no Cone Sul, os participantes e demais indivíduos ou grupos, juntaram-se em passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro no dia 25 de Junho. Tendo cerca de 40 organizadores entrelaçado braços e avançado frente à guarda municipal que teria tentado impedir a continuidade do ato.

tentativa, que se concretizou na “1ª Parada do Orgulho GLT” que funcionou mais como uma passeata, ainda que com teor celebrativo, tinha em seu caráter político maior ênfase, organizada por grupos ativistas LGBT e contando com o apoio de braços do PT e PSTU, com participação estimada de 500 a 2 mil pessoas. Não tendo sido autorizada pela CET apesar de ter sido solicitada a permissão para sua realização, foi levada adiante mesmo assim, ocupando apenas uma faixa da Avenida Paulista, com uma bandeira LGBT arco-íris, e uma Kombi velha como carro de Som, em passeata até a Praça da República⁵⁰. Assim como no ano anterior não recebeu muita atenção ou obteve repercussão na sociedade e na mídia (TRINDADE, 2004, pp.197-198). Em 1998, a segunda edição seguiu os passos do ano anterior, mas desta vez contando com alguma atenção maior por parte da mídia, com artigo na *Folha de São Paulo* de Maria Izabel da Silva, secretária de políticas públicas da CUT (Central Única de Trabalhadores) resgatando a história de luta LGBT internacional, assim como a história da luta brasileira, remontando ao *Lampião da Esquina* e ao grupo SOMOS, passando pela questão da Aids, e a discriminação limitante da plena cidadania LGBT, elaborando sobre o “orgulho gay”, o porquê de sua comemoração, e a importância desta data. O título do artigo foi “Sou Homossexual e me orgulho disso”, segue trecho:

As comemorações brasileiras do 28 de Junho, no entanto, são recentes. Foram assumidas a partir de 1996, aqui em São Paulo. Em 1997, a 1ª Parada do orgulho GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) reuniu cerca de 2000 pessoas, entre vários artistas e personalidades, que levantavam o tema “Estamos em Todos os Lugares e em Todas as Profissões”. A 2ª Parada do Orgulho GLT percorre de novo o circuito Avenida Paulista-Praça Roosevelt este ano. A atividade começa às 14h, em frente ao prédio da Gazeta. A manifestação quer chamar a atenção para o fato de que nós gays, lésbicas ou travestis somos sujeitos com direitos e exigimos da sociedade tratamento igual. Nossa *opção sexual* não nos faz diferentes dos demais cidadãos. Exatamente por isso, não podemos admitir nem a violência policial nem a homofobia que presenciamos frequentemente em nossos bairros, cidades, estados. Também não podemos admitir de forma alguma a discriminação nos locais de trabalho. (Maria Izabel da Silva, “Sou Homossexual e me orgulho disso”, *Folha de São Paulo*, Opinião, 25/06/1998 apud TRINDADE, 2004, p.198).

Érika Palomino, uma das principais vozes GLS na mídia, também conclamou seus leitores a participarem da parada de 1998 em sua coluna voltada à vida noturna paulistana. Contando com o apoio da CUT, e devidamente autorizada e acompanhada pelas autoridades responsáveis, contou com cerca de 3500 a 6000 participantes, conforme estimativa da PM e dos organizadores respectivamente. Uma vez consolidada

⁵⁰ Parte destas informações advém de entrevista de Beto de Jesus, um dos organizadores das primeiras Paradas em entrevista concedida ao Jornal *Estadão*. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,parada-gay-n1,1624076>

numericamente após as dificuldades legais, financeiras e organizacionais, a Parada passou então a ser um evento já esperado e com alguma repercussão, que acarretou nos desdobramentos já abordados da criação da Associação da Parada GLBT, e da 3ª Parada GLBT de 1999, que intensificou estas repercussões e deu início ao aprofundamento da disputa, e em especial da influência e interesses econômicos sobre as territorializações e discursos LGBT (TRINDADE, 2004, pp.198-199).

Esta mudança mais geral nos modos de articulação de interesses e intencionalidades no que se refere à questão LGBT se reflete espacialmente no evento da Parada GLBT, que expressa a contradição entre uma transgressão na cis-heteronormatividade do espaço público e do controle social sobre onde se pode e não se pode expressar sexualidades e expressões de gênero divergentes, mas que foi sancionada, apoiada e financiada pelo Estado e por entidades privadas. Então, apesar do caráter político contestatório, de tomada do espaço público, como escreveu Trevisan no relato sobre a parada, esta se deu de forma institucionalizada, controlada, limitada, e se direcionando a certos moldes, contanto que dê os retornos esperados por quem nela investiu, e não ultrapasse os limites do espaço que foi concedido por tempo determinado à estes sujeitos. Não se trata de negar a importância e reflexos positivos da Parada muito além do momento em que ela se materializa no espaço público, mas entender a contradição que os modos como passou a se formatar a luta política LGBT assumiram a partir deste momento, e suas consequências futuras, conforme desdobramentos nos outros 364 dias se processaram na sociedade. Uma apropriação de um espaço que não é tipicamente passível de ser usufruído de maneira tão plena por estas populações, que não comporta tais expressões, porém, uma apropriação concedida, controlada, e em benefício dos interesses dos que possuem de fato o domínio da determinação de como se dará o uso deste espaço.

Se levarmos em consideração a situação um século antes, esta visibilidade em massa, esta apropriação que suprime temporariamente as restrições da cis-heteronormatividade naturalizada como inerente ao espaço público, conquistada a duras penas ao longo do tempo, agora autogestionada e autodeterminada pelos movimentos e/ou sujeitos historicamente marginalizados, contrasta diametralmente com a clandestinidade e negação da possibilidade de usufruto pleno do espaço público em função da condição social “LGBT” historicamente estigmatizada. Contrastando também com a permissividade social oportunista do carnaval, pois que esta não partia de uma

intencionalidade própria, mas sim por determinação dos sujeitos hegemônicos no discurso da normalidade, e apenas em um momento específico do tempo, também enquanto uma brecha nas normas, enquanto que no restante do ano, o peso da condição social poderia ser fatal (sem com isto procurar diminuir a importância destas brechas que foram sendo usadas para a “apropriação do carnaval carioca” pelos “LGBTs”, conforme coloca GREEN (2000)). Ainda que considerando as ressalvas já feitas sobre a complexidade das articulações de intenções e possíveis limitações da suposta autonomia decisória e de controle no que se refere à Parada LGBT decorrentes, acreditamos ser de extrema relevância o avanço que se deu neste século nas territorializações e nos modos de territorialização LGBT em São Paulo.

3.3 - 1999-2012 – O *Pink Money* e seus desdobramentos socioespaciais no fenômeno LGBT em São Paulo

Este período histórico tem início a partir da parada GLBT de 1999, enquanto marco da consolidação das novas formas de interação, convergências e divergências entre os diversos atores sociais envolvidos nas questões LGBT, com a tendência crescente da presença e influência do mercado nestas questões. Isto termina com o surgimento de algumas questões e contradições decorrentes do desenrolar destes 12 anos, no que se refere às limitações de avanço da cidadania LGBT por meio do consumo, e alguns de seus reflexos espaciais no retorno do interesse financeiro imobiliário ao “centro velho” de São Paulo, que acentua o recorte de classe intra LGBTs colocando interesses de/para “gays ricos” contra “gays pobres” em função dos interesses agora conflitantes de uso e apropriação de territorialidades historicamente LGBTs, como o Largo do Arouche e esboçando então novas tensões.

A partir da virada do milênio, conforme continuam a se desenrolar os processos abordados nos últimos anos do período anterior, o mercado passa a se voltar cada vez mais para a população homossexual, em especial masculina, enquanto segmento de mercado, ganhando cada vez mais importância na constituição das identidades e das espacializações destas populações. Processo que só é possível, sempre é válido apontar, na medida em que estas populações conseguiram conquistar a muito custo sua voz, visibilidade e reconhecimento perante a sociedade, denotando em alguma medida, certo oportunismo do mercado que, vendo um novo nicho a ser explorado, se mostra interessado e aparentemente preocupado com as pautas destas populações. Em outras palavras, superadas (parcialmente) as marginalizações históricas impeditivas da

possibilidade de enfoque para segmentação de consumo, notadamente a invisibilidade, o mercado convenientemente promove tal inclusão, chamando-os também ao consumo. Neste sentido, o mercado, numa visão liberal de cidadania, propõe e vende a ideia de que por meio do consumo se possa superar e/ou combater a marginalidade e o estigma ainda existentes, mediando a autoafirmação e a validação destes indivíduos enquanto sujeitos.

É apenas quando mostram sua cara, quando se afirmam, quando colocam suas questões específicas, que podem se tornar segmentos. (...) A lógica perversa do mercado absorve os movimentos sociais e culturais mas os rearticula de acordo com seus interesses. (...) Portanto, minha tese é que existe uma relação entre o processo de segmentação do mercado e a reorganização das divisões ou das identidades sociais e que, como estas estão acontecendo globalmente, tendem a formar segmentos de pessoas que vivem experiências semelhantes e, por isso, tendem a consumir as mesmas coisas, uma vez que o consumo e a construção da identidade se entrelaçam. O mercado global tenta captar as ansiedades destes grupos prometendo-lhes a realização pessoal através do consumo. Para atingir seu objetivo procura agir na questão crucial para todos os grupos ou movimentos, sobretudo os que foram historicamente discriminados: a autoestima (MIRA, 1997, pp.336-339 apud FACCHINI, 2005, pp.155-156).

Ou seja, o consumo enquanto segmento de mercado, de bens específicos, e conforme abordaremos, espaços específicos, passa a ter um papel cada vez maior na constituição da autoestima e da identidade homossexual. Não que anteriormente, ao longo do processo histórico, estabelecimentos comerciais e consumo não fizessem parte desta constituição complexa, mas, agora, com o reiterado interesse frente às possibilidades de lucro, o mercado ativamente busca influenciar estas populações e garantir que estas sigam consumindo o que e conforme seus interesses. O que tem por consequência reflexos de despolitização, pois que de uma luta por cidadania, propõe-se que se lute pelo consumo, e entendendo que este garantiria o acesso à cidadania plena, à “realização pessoal”, etc.

O interesse crescente do mercado por estas populações se deu não apenas com a possibilidade de exploração e segmentação mediante as conquistas de direitos, voz e visibilidade, tirando-as da marginalização “mais intensa” a que estiveram historicamente submetidas, mas também porque em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, nos Estados Unidos, foram realizados estudos de *marketing* e publicidade que apontaram para os homossexuais como um grupo de consumidores extremamente rentável, uma verdadeira “mina de ouro não explorada”. Realizadas por vezes pela internet, ou em locais de consumo homossexual, tais pesquisas apontavam para homens, profissionais liberais, com altos graus de escolaridade, altos graus de

rendimento, até 3 vezes maiores do que da população média estadunidense, discretos, consumidores de “bens culturais”, ausência de filhos e portanto menos gastos de tempo e dinheiro com eles, de forma que poderiam assim gastar mais com lazer e consumo. Surge destes estudos e suas repercussões midiáticas o termo *Pink Money*, carregado de um simbolismo que representa alto poder de consumo e um investimento, supostamente, com retorno garantido (NUNAN, 2003, pp.161-166).

Apesar de as pesquisas mencionadas acima apontarem para a lucratividade do mercado homossexual, definindo-o, inclusive, como “uma mina de ouro não explorada”, estudos posteriores expõem o fato de que a diversidade econômica da população homossexual é tão grande quanto a existente entre heterossexuais (Badgett,1998). Assim, uma comparação entre o status econômico de homossexuais e heterossexuais nos Estados Unidos revelou os seguintes dados: homossexuais (solteiros ou coabitando) não têm rendas mais elevadas que heterossexuais (em alguns casos, devido à discriminação, homossexuais ganham salários mais baixos do que heterossexuais com o mesmo emprego) e a população homossexual apresenta uma distribuição de renda similar aos heterossexuais (alguns são pobres, poucos são ricos e a maioria é de classe média). Este estudo também revelou um outro dado bastante interessante: aproximadamente 25% dos homossexuais eram pais ou cuidavam de crianças menores de 18 anos, fenômeno que aponta para o elevado número de famílias homoparentais. (NUNAN, 2003, p.161).

Até que fosse possível desmentir a ideia do *Pink Money* com tais análises mais coesas e sem as falhas metodológicas presentes nos estudos anteriores, como um espaço amostral extremamente restritivo e não representativo da totalidade do público alvo da pesquisa, tal ideia sobre o segmento de mercado homossexual se consolidou. Então, independentemente da realidade dos fatos, conforme tais novas pesquisas os evidenciaram, as empresas levaram a sério este aparente poder de consumo superdimensionado e investiram no *Pink Money*.

Por este motivo, diversos autores criticam as pesquisas realizadas até o momento, afirmando que a maioria destes estudos apresenta uma caracterização distorcida dos gays e lésbicas, porque se baseiam em leitores de revistas e jornais gays ou usuários de internet. Desta forma, a escassez de dados demográficos sobre este setor da população, aliada à metodologia de pesquisa empregada por algumas empresas de marketing e editores de publicações gays, tem feito com que dados colhidos a partir de um segmento muito específico do grupo homossexual sejam utilizados fora de seu contexto como sendo representativos da população homossexual *como um todo*. Isto faz com que se desenvolva um número ainda maior de mitos com relação aos homossexuais, e acaba-se por ter a impressão de que *todos* os gays são homens ricos e sem filhos que podem gastar seus elevados salários em artigos de luxo e viagens pelo mundo (NUNAN, 2003, pp.162).

Deve-se, porém, ressaltar que nesta época, a maioria das empresas que buscam atingir este público são empresas segmentadas que tem nestes indivíduos seus alvos. Grandes empresas de ramos diversos, cuja clientela geral se dá pelo grosso da

população, ainda não se arriscam a consolidar associação exposta com estes setores da sociedade ainda estigmatizados no imaginário popular, cuja leitura poderia ser a de suposta “promoção da homossexualidade”, com receio de sofrer boicotes que afetariam o lucro (NUNAN, p.165). Esta realidade viria a mudar no Brasil de maneira mais evidente em meados da década seguinte (2010-2018), quando o retorno simbólico de (aparentemente) promover a inclusão e a diversidade superam os riscos de boicotes e repercussão social negativa de fazê-lo. Cabendo portanto uma ressalva no sentido de que, enquanto esta segmentação se deu de maneira consciente e em alguma medida politizada, de LGBTs para LGBTs, os reflexos positivos desta inserção social se fizeram mais presentes e autônomos, porém, paulatinamente a situação muda conforme este segmento desperta interesses de atores despreocupados com a questão política, mas focados no retorno financeiro.

Desta forma, as revistas e os anúncios para gays tornam-se cada vez mais “heterossexualizados”, convergindo com a noção do consumidor gay padrão, que viria a se tornar então o “ideal”, o gay que interessa às empresas, e também sem correr o risco do rechaço social heteronormativo.

Em outras palavras, as grandes empresas parecem estar dispostas a anunciar para homossexuais, contanto que estes não demonstrem abertamente sua orientação sexual. No mesmo sentido, as imagens veiculadas pelas revistas Norte-Americanas são extremamente convencionais e “palatáveis” para a sociedade heterossexual: os modelos são todos brancos, jovens, ricos, bonitos, bem sucedidos e masculinos, conformando-se à moral burguesa em todos os aspectos, exceto o da orientação sexual. Os homossexuais, que antigamente traziam consigo a ameaça da subversão de gênero, passam agora a se apresentar como homens “masculinos”, no mesmo sentido que este conceito tem para os heterossexuais. Os anúncios dentro das revistas parecem seguir este padrão, negando a diversidade da comunidade homossexual. Se por um lado esses anúncios, com suas imagens de amor e aceitação, seduzem muitos homossexuais que estão cansados de serem tratados de forma negativa, eles também excluem aqueles indivíduos mais distanciados deste ideal. Homossexuais considerados “ameaçadores”, tais como os negros, pobres, velhos, doentes, transgêneros, homens “efeminados” ou mulheres “masculinizadas”, raramente são retratados na publicidade dirigida a homossexuais (NUNAN, 2003 p.173).

Desta forma, a introjeção das intenções mercadológicas na “Comunidade LGBT” acaba por criar um mito acerca de um suposto poder de compra dos homossexuais, mito que acaba sendo buscado e pintado como o “gay ideal”, tanto o que menos “danos” causa à sociedade, por não transgredir as expectativas pautadas nos gêneros inteligíveis, além de ser dotado de características “positivas”, quanto consolida este ideal como o padrão esperado pela sociedade, assim como o padrão a ser buscado

pelos homossexuais. Um padrão que passa pelo crivo econômico, submetendo a confirmação identitária e a realização pessoal a esta busca impossível, acentuando a segregação interna pelos recortes de classe, expressão de gênero, e raça, já existentes historicamente, mas cuja superação não era equiparada à capacidade de padrões de consumo, mas sim pautada e alcançável pela luta política. Introjetadas neste mito, também estão questões acerca de “higiene”, no que se refere a associação do risco de contrair a Aids aos LGBTs que não se enquadram neste tipo ideal.

No Brasil, o fenômeno do *Pink Money* se faz perceber especialmente em função e a partir da 3ª parada GLBT, conforme já abordado, passando a influenciar todas as dinâmicas socioespaciais referentes às populações LGBT. No Brasil, pesquisas análogas àquelas realizadas nos EUA foram feitas em meados do início dos anos 2000, com as mesmas falhas metodológicas das já citadas pesquisas realizadas nos Estados Unidos, como uma pesquisa realizada pela internet no portal *MixBrasil* em 2002, chegando às mesmas conclusões equivocadas, assim como a influência do mercado internacional globalizado também influenciou a orientação à ampliação de investimentos “GLS”.

A formação de um empresariado organizado e especializado no público homossexual é outra novidade dos últimos anos. A Abrat-GLS [Associação Brasileira de Turismo GLS] é o mais recente exemplo, mas há também o Bureau de Negócios GLS e a Associação de empresários Gays do Brasil, que afirmam atuar com o objetivo de estimular e fortalecer o “mercado GLS” no Brasil, tendo São Paulo como principal pólo de irradiação. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, pp.326-327).

Procuraremos agora traçar um panorama geral de como se desenrolaram as dinâmicas socioespaciais LGBT em São Paulo a partir de então, tanto causando e sendo efeito destes processos de ampliação do mercado. Simões e França (2005) procuraram traçar um panorama geral de como se desenvolveu, e como estava o “gueto” homossexual de São Paulo de meados de 1983, quando do artigo “Em defesa do Gueto” de MacRae, até meados de 2005 no artigo “Do Gueto ao Mercado”. Os autores partem de pressupostos teóricos similares aos de Perlongher (1987), e complementando-os com outros que consideram úteis, de forma geral, considerando a questão de forma flexível, por meio de “derivadas”, “manchas”, “circuitos”, ao referenciar a relação indivíduos-espaco urbano. Os autores apontam as mudanças gerais decorrentes da Aids, conforme já analisamos aqui, e a sua superação parcial, e indicam sobre como artistas brasileiros passaram a tratar mais abertamente do tema, como a televisão passou a abordar e incluir personagens LGBTs, diminuindo os estereótipos, inclusive mediante questionamentos

da militância LGBT, aproximando-se de imagens mais “modernas” de gays e lésbicas, ou mesmo de travestis. Assim como apontam para a busca de direitos nas esferas institucionalizadas, buscando e formulando políticas públicas com os homossexuais como público-alvo preferencial etc. com enfoque para a questão da conjugalidade e parentalidade (SIMÕES & FRANÇA, 2005, pp.312-313).

Um segundo fenômeno a destacar é a crescente importância do mercado na promoção e difusão de imagens, estilos corporais, hábitos e atitudes associados à política de identidades e às emergentes culturas identitárias homossexuais. Isso se nota na expansão e diversificação do “gueto”. Saunas, bares, discotecas e casas noturnas multiplicaram-se em número e em variedade de formatos, estilos e serviços. Nos últimos anos, apareceram várias revistas, jornais, livrarias, editoras, agências de turismo e de namoro voltadas ao público homossexual, assim como seções voltadas à homossexualidade em grandes jornais, livrarias, editoras e agências de viagem. Assiste-se também, recentemente, ao incipiente aparecimento de um “empresariado homossexual” *organizado*. Acrescente-se, ainda, a emergência e expansão do “gueto virtual”. A internet é hoje um importantíssimo espaço para busca de parceiros, trocas, sociabilidade, discussões políticas e comunicação, com suas salas de bate-papo, suas listas de discussão e seus inúmeros e variados sites e portais dirigidos à homossexualidade em suas múltiplas manifestações. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.313).

Seguindo a tendência que estabeleceu como marco, a própria parada GLBT continuou a crescer exponencialmente, conquistando em 2004, o título de maior *Pride Parade* do mundo, com 2,5 milhões de participantes estimados. Novamente, se colocando como símbolo dos processos de convergência de interesses e atores e consolidação das intenções financeiras sobre as questões LGBT.

Esses desenvolvimentos recentes parecem indicar um modo peculiar de combinar mecanismos de diferenciação e segmentação da cena homossexual com tendências em favor de sua massificação e integração social. Resultados dessa mistura, que também envolve uma situação de interação mais intensa da militância, num sentido amplo, com o poder público, tanto quanto com o mercado, podem ser observados na Parada do Orgulho GLBT (mais conhecida como “parada gay”). Evento máximo do ativismo atual, integrado ao circuito globalizado das organizações de eventos semelhantes em várias grandes cidades do mundo, a Parada de São Paulo, uma das maiores do mundo faz parte do calendário turístico da Prefeitura de São Paulo, da qual recebe apoio logístico para a sua realização, e conta com a participação de estabelecimentos comerciais destinados ao público gay: estes últimos ajudam a “puxar” os participantes junto aos carros (em menor número) da militância. É um momento de especial importância para ambas as perspectivas, já que se reconhece a parada como uma oportunidade para maximizar a visibilidade tanto das casas noturnas – destacando-as no “gueto” – como das reivindicações do movimento. O evento também é amplamente divulgado entre os estabelecimentos e a mídia segmentada, que promovem festas especiais no rastro da semana da parada. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.315).

Os autores passam, então, após resumir a configuração geral do “gueto” e das dinâmicas LGBT em São Paulo, a fazer uma “descrição breve de seus contornos no

presente, explorando sua articulação a um mercado segmentado em expansão” (p.316), com enfoques etnográficos e sociológicos, visto que este é seu foco. Tal descrição nos interessa na medida em que referencia espacialmente os locais e caracteriza os indivíduos em suas relações nos/com tais espaços.

A área compreendida pela Praça da República, Avenida Viera de Carvalho e Largo do Arouche tem se mantido como porção inexpugnável do circuito homossexual paulistano há várias décadas. Depois de um período de relativo esvaziamento no final dos anos 80, essa área central voltou a florescer desde meados da década passada, e hoje aparece como uma “mancha⁵¹ popular” do circuito homossexual paulistano. Ali a concentração de estabelecimentos ocupa também as transversais da Viera de Carvalho (Ruas Vitória e Aurora) – lado a lado com botecos, cinemas e casas de espetáculos de sexo explícito que não foram apropriados pelo público homossexual -, e se estende para as avenidas São João e Ipiranga, com cinemas que exibem filmes de sexo explícito entre homens; bem como na direção dos bairros vizinhos da Vila Buarque (ruas Marques de Itu, Amaral Gurgel), onde se espalham garotos de programa; e da Bela Vista (ruas Martinho Prado e Santo Antônio), onde se encontram bares e danceterias voltados para lésbicas. Desde a década de 1970, pelo menos, essa mancha se conserva praticamente na mesma localização geográfica, estando por assim dizer incorporada ao cotidiano do velho centro da cidade. (...) A porção lésbica da “mancha” perdeu seu ponto de referência mais famoso, o “Ferro’s bar”, mas continua abrigando uma clientela feminina (...). (SIMÕES & FRANÇA, 2005, 316-317).

Corroborando o que foi discutido e apresentado neste trabalho até aqui, os autores referem-se ao Centro histórico, tradicionalmente território apropriado pelas populações LGBT em São Paulo. Então, conforme já apontado, a expansão do “gueto” e das territorialidades LGBTs em direção aos bairros de classe média-alta se deu por meio de estabelecimentos comerciais, tendo este processo se intensificado com o surgimento da segmentação GLS, com a virada do milênio, dando continuidade e acentuando o processo de “desconcentração concentrada” mencionado anteriormente, expandindo estabelecimentos para bairros além “gueto”, mas sempre relativamente próximos.

A área Paulista-Jardins conta com pelo menos vinte bares e boates destinados ao público homossexual. Nos bairros Itaim Bibi, Pinheiros, Vila Madalena e Moema encontram-se mais onze casas noturnas. Podem-se incluir nesse conjunto duas danceterias, na Lapa e na Barra Funda, conhecidas pela sofisticação de sua decoração, iluminação e tecnologia de som, assim como pelo elevado preço de entrada - ao menos cinco vezes maior, em comparação com as boates do Centro. [evidência da desconcentração concentrada, conforme já mencionamos no tópico anterior, vide mapa 8].

⁵¹ Conforme nota de rodapé dos autores: “Usamos “mancha” no sentido atribuído por Magnani (2002), como um aglomerado de estabelecimentos reconhecidos por seus frequentadores como similares do ponto de vista dos serviços que oferecem e da sociabilidade que propiciam, e que apresentam uma “implantação mais estável tanto na paisagem como no imaginário”, constituindo pontos de referência. A “mancha” é uma imagem interessante também para referir-se a algo com formas e fronteiras difusas, com intervalos e “respingos”. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.316).

Os estabelecimentos de frequência homossexual dos Jardins concentram-se principalmente no quadrilátero formado pelas alamedas Jaú e Tietê, Avenida Rebouças e Rua Augusta [vide mapa 7]. As danceterias dos Jardins, cuja clientela é majoritariamente masculina e jovem, estendem-se ao longo do trecho estreito da Rua da Consolação e suas transversais. Um braço segue na direção do Centro, pela Rua Frei Caneca, que abriga a boate *A Lôca*, a única “casa GLS” da região que oferece uma noite de rock bastante concorrida. Na maioria dos estabelecimentos dos Jardins, predominam as diversas modalidades de música eletrônica, ao lado da *dance music*. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.322)

Vale notar que no “braço” que conecta os Jardins ao Centro, a Rua Frei Caneca, há o Shopping Frei Caneca, que foi apropriado pelas populações homossexuais ao longo do tempo, inclusive por já se encontrar em meio à/próximo de, territórios LGBT. Apesar de consolidada no imaginário popular e em parte das culturas homossexuais como sendo um “território” gay, chamado de “Gay Caneca”, ou “Frei Boneca”, esta ligação até hoje não é declarada por parte do Shopping, oficialmente, mesmo que este se beneficie de sua figuração no imaginário de parte destas populações. Tendo sido palco de uma tensão em 2003, por conta de um beijo homossexual na praça de alimentação, conforme abordaremos posteriormente (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.320-321).

Além das casas especificamente GLS, ou voltadas para um público homossexual de forma explícita, uma tendência de espaços múltiplos, de sobreposição de territorialidades convivendo em harmonia, sem predominância de conflitos portanto, é a própria Rua Augusta, assim como a Rua da Consolação, onde predominam casas e frequência de “estilos de vida urbanos” modernos dentre os quais indivíduos LGBT entremeados. Esta tendência se expressa com mais força conforme o final da primeira década dos anos 2000 se aproxima, se consolidando o “baixo augusta” no imaginário popular, extrapolando os limites administrativos oficiais do município, e o modelo de festas temáticas passa a predominar sobre o de casas (estabelecimentos) temáticas nestas áreas modernas, ou seja, uma festa GLS, ou lésbica, ou gay, numa casa que não necessariamente se classifica desta forma, evocando uma diluição LGBT em meio à ambientes frequentados por indivíduos de sexualidades e estilos diversos, mas que tem no respeito à diversidade um valor comum.

A presença de bares para o público feminino é significativamente menor que os destinados ao público masculino, embora seja maior, na mesma proporção, se comparada com a área central. Suas frequentadoras compõem estilos de vida variados, incluindo uma “facção moderna”. A alameda itu concentra a maior parte desses bares e boates que, diferentemente da maioria dos estabelecimentos destinado ao público masculino, costumam apresentar também música ao vivo, cujo estilo predominante é “MPB moderna”. Na região também se observa um número razoável de restaurantes sofisticados que

se classificam como GLS e servem comida tailandesa e sushi. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, pp.322-323).

Os autores também mencionam um caso à parte nos estabelecimentos comerciais que se encontram fora do “Gueto expandido”, por vezes ainda com certa proximidade passível de ser interpretada dentro da desconcentração concentrada, mas também outras mais afastadas, de fato desconexas do “gueto”:

As saunas destinadas a trocas sexuais entre homens são um caso à parte na configuração territorial do mercado dirigido ao público homossexual na cidade de São Paulo. Ao contrário dos demais estabelecimentos, as saunas não se concentram majoritariamente nas “manchas gays”, espalhando-se por diferentes pontos da cidade, no Centro e nos bairros de classe média de Higienópolis, Vila Mariana e Pinheiros. Também há Saunas na Zona Leste da cidade, como a Alterosas, na Cidade Patriarca, e em municípios vizinhos, como Osasco e São Bernardo do Campo. A maioria das saunas é frequentada também por garotos de programa. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, pp.324-325).

Outro espaço não integrado às territorialidades do Centro e dos Jardins, apesar de estar relativamente próxima deste, é o já abordado “autorama” do Parque do Ibirapuera, que teve sua origem conforme o tradicional autorama da Praça Dom José Gaspar deixou de existir.

[Basicamente um] (...) Estacionamento localizado numa área do Parque do Ibirapuera pouco movimentada durante o dia. À noite, o estacionamento transforma-se em um espaço de sociabilidade homossexual, figurando na maioria dos “guias gays” como um lugar de “pegação” da cidade, e ganhando um intenso tráfego de automóveis, a que se deve o nome pelo qual é conhecido (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.325).

Concluem o raciocínio acerca mais propriamente dos espaços, apontando para o contraste entre as “manchas” do centro, apropriações históricas cujas origens e desenvolvimento já abordamos, e as manchas “Paulista –Jardins”, cuja expansão se deu principalmente por via mercadológica, estabelecimentos comerciais, enfim, do envolvimento do mercado, com especial ênfase a partir do final da crise da Aids e da segmentação “GLS”.

Se, de um lado, o Centro representa a região em que tradicionalmente se constituiu uma sociabilidade homossexual, pode-se considerar, de outro, a “mancha” Paulista – Jardins, e seus pontos avançados para outros bairros de classe média, como fruto de uma recente expansão e diversificação do mercado dirigido a homossexuais. De um ângulo, o desenvolvimento da área “moderna” dos Jardins e de seus pontos avançados parece apenas reforçar tendências detectadas desde os anos 70, para entronizar a imagem do homossexual moderno como consumidor sofisticado, hedonista e individualista. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.329).

Retomando agora a discussão relacionada ao *Pink Money* e às expansões do mercado nas culturas, identidades e territorialidades LGBT, e contextualizando-a a São

Paulo, conforme panorama geral traçado acima, e chamando atenção para a perspectiva teórica multidimensional que procuramos utilizar ao analisar os territórios LGBT neste trabalho, com o social e o espacial enquanto co-constitutivos, procuraremos analisar as configurações dos territórios LGBT neste período histórico.

Sendo o espacial e o social co-constitutivos, e com o mercado conquistando destaque na mediação sujeito/consumidor-identidade, misturando o consumo e a política, propondo que a plena identidade e cidadania passam pelo consumo de determinados produtos, isto também se torna verdade na medida em que os espaços são tratados como mercadorias, condicionando as identidades LGBT ao consumo de lugares específicos. Conforme já trabalhado, as populações LGBT são um reflexo da sociedade num geral, no que concerne a indicadores sociais, quando não mais marginalizados em função justamente da condição LGBT, em especial no caso das travestis e transexuais, e assim a grande maioria desta população estaria excluída da possibilidade de consumir conforme e onde idealiza o mercado, e conforme espera a sociedade, ao negociar a aceitação e inclusão por este viés mercadológico.

Desta forma, propondo um modelo ideal de consumo de lugares/produtos, a inclusão social destas populações passa pela possibilidade de consumir nestes padrões, nestes/estes lugares, e conforme o modelo do “consumidor gay ideal” - branco, educado, profissional liberal etc., e não transgressor das expectativas da heteronormatividade além da questão da orientação sexual ou, em outros termos, os chamados “discretos”. Acentua-se o recorte de classe e uma tendência à despolitização conforme a parcela “que importa” da população LGBT se integra à sociedade por meio do consumo, enquanto os demais indivíduos que simplesmente não podem consumir nestes padrões, ou tem expressividades de gênero e sexualidade “transgressoras demais”, são relegados a uma marginalização parcial, denotada pela segregação econômica e espacial, além dos significados simbólicos atrelados. Ao passo que deles se espera que sejam como os “gays ideais”, inclusive sendo estes utilizados como parâmetros e justificativas aos preconceitos contra os indivíduos que não refletem o ideal mercadológico, como quando se diz “tudo bem ser gay, mas não precisa escancarar”, ou “pode ser gay, mas comporte-se como homem”, etc.

Em São Paulo esta configuração se expressa por meio de certa divisão socioespacial entre os territórios do Centro e os territórios da região “Jardins-Paulista” e

adjacências, assim como áreas expandidas. Conforme Trindade (2004) e Simões & França (2005), seriam “bichas do Centro” e “gays dos Jardins”, sendo os “gays dos Jardins” tomados como o tipo ideal de homossexual, o “bom” homossexual, “higiênico”, tomado como o todo pela mídia, e centrado como o tipo de homossexual que importa pelo mercado, pois é o que teria de fato o poder do *Pink Money*.

Na expansão do “gueto” em direção aos bairros de classe média-alta, que parece ter caminhado com a popularização da sigla GLS, a tendência é defrontar com a adesão mais explícita a padrões elevados e sofisticados de renda, estilo, apresentação corporal, preferências estéticas e consumo, como que conformando um público “moderno”, sintonizado com modos e modas globalizados associados à homossexualidade. Nesse público, proliferam as gírias dos frequentadores de clubes de música eletrônica, marcadas pelo uso de termos em inglês e que configuram uma “linguagem própria”, inacessível aos “de fora”. É esse público “moderno”, em especial, que se vale de termos como “bichas quá-quá” para designar ou acusar os jovens homossexuais pobres, escandalosos e efeminados. Em contrapartida, os “modernos” são chamados ou acusados de “bichas finas” ou “bichas ultralounge” – termo emprestado da casa noturna dos Jardins que virou referência para designar a clientela homossexual composta de “finos, modernos e bacanas” (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.321).

Complementando, com base em trabalho de campo/etnografia, e indo ao encontro dos autores acima, sobre os frequentadores da área Paulista-Jardins, Trindade (2004) escreve:

É possível perceber que os frequentadores dessa região são majoritariamente jovens, investem bastante no vestuário, são de pele mais clara, com maior poder aquisitivo e, possivelmente, com bom acesso à educação. Claro que essa definição não é monolítica e outros caracteres sociais podem vir a se somar aos acima descritos. Todavia em bem menor quantidade. Por aquelas ruas, um tipo ideal de homossexualidade foi se produzindo – “público dos Jardins” – e, a ele, foi se aliando determinados gostos e estilos de vida. Esse tipo ideal acabou adentrando a mídia e passou a ser divulgado pela imprensa que, em algumas reportagens, chegava a positivar a homossexualidade e representar a homossexualidade a partir das características observáveis entre os homens que frequentam os Jardins. (...).

Os frequentadores dos Jardins, na medida em que se tornavam os representantes da ‘boa’ homossexualidade foram se diferenciando no cotidiano dos frequentadores do centro por características sociais que passaram a se impor como um tipo de fronteira imaginária. Para muitos dos habitués dessa região, não era de bom tom frequentar os bares e boates do centro, o que significaria, em alguma escala ser uma bicha do centro. (p.62).

Simões & França (2005), referindo-se às “manchas” do centro, escrevem:

Muitos dos frequentadores da porção gay dessa territorialidade central são rapazes de classes populares, que não moram no Centro e ali se reúnem para tomar cerveja, dançar em alguma das várias boates ou simplesmente buscar possíveis parceiros sexuais, observando o movimento da rua. Com frequência esses rapazes são chamados de “bichas quá-quá”, “bichas poc-poc”, “bichas um real” – termos pejorativos, quase “categorias de acusação”, que pretendem designar o jovem homossexual mais pobre e efeminado, de comportamento

espalhafatoso e menos sintonizado com linguagens e hábitos “modernos” de gosto, vestimenta e apresentação corporal. (p.317).

Há também outras “identidades”, culturas diversas dentro da categoria homossexual, frequentadoras do centro, como os gays mais velhos, possíveis frequentadores desde os tempos anteriores à Aids, normalmente encontrados no já mencionado Caneca de Prata, localizado na Av. Viera de Carvalho, até hoje o mais antigo estabelecimento apropriado pelos homossexuais em funcionamento, desde 1962, mas também no ABC Bailão, pejorativamente chamados de “INPS”; também os ursos, que se reúnem em locais específicos, etc. É válido ressaltar que os recortes de classe e raça se fazem presentes no Centro, como sempre fizeram historicamente, em especial nas áreas mais próximas à Praça da República, conforme complementa Trindade (2004):

Todas essas características parecem estar presentes na representação imaginária dos frequentadores do centro, representações potencialmente capazes de elaborar um grupo a partir de uma territorialidade. Ao centro se aliou a pobreza, a idade avançada, a pegação e a maior concentração de pessoas com a pele mais escura, sendo tais definições reproduzidas nas trocas sociais através de conversas informais entre homossexuais. Dessa forma, quando se usa a expressão “bicha do centro”, principalmente por homossexuais que se contrapõe a essa classificação, está se acionando uma série de representações que são vividas socialmente de formas diferenciadas: apreciadas pelos habitués e satirizadas pelos de fora. (p.57).

Retomando o pressuposto de co-constituição do espacial e do social, neste novo momento de maior visibilidade e mercadificação do acesso à cidadania pelo consumo voltado a LGBTs como nicho de mercado, onde há portanto o recorte de classe mais nitidamente delimitado, inerentemente expressam-se também as espacialidades destas relações sociais, no caso, por meio de uma segregação econômica, de possibilidade de consumo do/nos espaços de classe média e média alta, em contraste com as áreas centrais ainda apropriadas pelos LGBTs de classes mais baixas e muitas vezes oriundos da periferia. Porém estes indivíduos também aspiram ao acesso e consomem, em alguma parte, os bens culturais que as classes médias consomem. É válido ressaltar que estes recortes se fazem tanto na prática, quanto simbolicamente, ao estarem associados a espaços específicos “tipos” de homossexuais e/ou LGBTs, porém, isto não impede que alguma parte das classes mais baixas não procure, mesmo que às custas de grande parte de seus rendimentos, consumir conforme preconiza o mercado e, assim, frequente também os estabelecimentos mais caros voltados a estes públicos, pelo valor simbólico que consumi-los os ofereceria. Em outras palavras, a realidade se mostra mais complexa e fluida no que se refere à circulação destas populações na conformação dos territórios. Com a integração social mediada pelo mercado, os LGBTs passam a espelhar as

contradições do acesso à cidadania pelo consumo análogas às que neste período foram conquistadas em função, em grande parte, dos governos do Partido do Trabalhadores.

Quando se considera que o tipo de homossexualidade que vem, cada vez mais, ganhando espaço na sociedade, se refere principalmente a elementos da classe média das grandes cidades brasileiras, definem-se atitudes, comportamentos e estilos de vida imbuídos nessas representações. A “boa” homossexualidade, que trouxe visibilidade através da imagem de “consumidores privilegiados”, se não alcança da mesma forma todos os segmentos econômicos desse grupo, é disponibilizada no mercado através dos bens de consumo a eles associados pela publicidade. Assim, o consumo de muitos desses produtos estaria associado também à uma identidade “pretendida”. (TRINDADE, 2004, p.204).

Se antes, em outros momentos históricos, a apropriação simbólica e relação com os espaços na construção de culturas e espaços de sociabilidade, de territórios, tomava forma e ganhava significado mediante as relações sociais destes indivíduos, mesmo que muitas vezes se contrapondo à disciplinarização ou função de territórios alheios (em grande medida entrando em conflito com o Estado e seus aparatos repressivos), havia alguma organicidade na apropriação simbólica e eventualmente funcional destes territórios. Porém, partindo do desenvolvimento da mediação do mercado no que se refere às identidades homossexuais colocada acima, e pensando no espaço enquanto mercadoria nos novos moldes de acesso à “identidade pretendida” que passa pela necessidade destes consumos específicos, a atribuição de valor simbólico a espaços específicos, e assim os modos como se dá a apropriação de espaços específicos se dá, então, em grande medida pelos interesses do mercado, num tipo de extensão da dominação hegemônica aos processos apropriativos (de apropriação) mais voltados ao simbólico e à subjetividade.

Na verdade, hoje, mais do que nunca na história do capitalismo, a “sociedade do espetáculo” instituiu o amálgama, também no interior da “funcionalidade” capitalista, dos processos culturais de identificação e (re)criação de identidades. Compramos um produto muitas vezes mais pela sua imagem (valor simbólico) do que pela sua “função” (material). O “marketing” em torno destas imagens criadas sobre os objetos ampliou-se de tal forma que o próprio espaço geográfico, enquanto paisagem, é também transformado em mercadoria e vendido, como ocorre no “mercado de cidades” (e de regiões, deveríamos acrescentar) global. O “território simbólico” invade e refaz as “funções” num caráter complexo e indissociável em relação à funcionalidade dos territórios, ou seja, a dominação Lefebvriana torna-se, mais do que nunca, também, simbólica – um simbólico, porém, que não advém do “espaço vivido” da maioria, mas da reconstrução identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos (HAESBAERT, 2007b, pp.27-28).

Ou seja, a mediação do mercado leva à dominação, à determinação por propaganda, modelos, modos de vida, padrões de consumo etc. da constituição da relação apropriativa simbólica que antes se deu e se dava na vivência e territorializações

simbólicas, vividas, “plenas”. Não se trata de negar a importância do mercado e dos estabelecimentos comerciais no processo histórico das territorializações LGBT, inclusive enquanto espaço de segurança imprescindível à gestação das condições que possibilitaram a politização, ou mesmo as políticas de visibilidade, porém, tendo seu foco, em última instância, no lucro, o mercado (e seus agentes) não é de fato um ator preocupado com a real inclusão/desestigmatização dos LGBTs na sociedade ou, em outros termos, da causa LGBT em prol do alcance da cidadania de forma plena. Inclusive, compreendido isto: os limites políticos da sua participação e intenções para com as populações LGBT, pode-se interpretar estes como sendo oportunistas, já que antes da possibilidade de foco como segmento de mercado, pouco este fazia intencionalmente pelas populações LGBT. Constituindo-se o mercado, no limite da interpretação, até mesmo enquanto um entrave aos avanços reais nas lutas políticas LGBT, visto que limitando/resumindo a politização ao consumo, acabaria, na prática, levando a uma despolitização dos segmentos LGBT.

O consumo é hoje central para o modo como a cidadania é definida, a gestão e disciplina do *self* ocorre através de nossas escolhas como consumidores. O crescimento da visibilidade das lésbicas e gays associada ao marketing gay e o desenvolvimento de seu discurso da “economia rosa” que facilitou a articulação das reivindicações de direitos, mas também gerou debate sobre a natureza das liberdades conquistadas e as exclusões produzidas. Inclusões e exclusões são baseadas em torno da capacidade de consumir. (JAYNE, 2006, p.118 apud VIERA, 2011, p.19).

Pois, se a cidadania estiver vinculada à possibilidade de consumir, evidentemente que apenas aqueles com a capacidade de consumir teriam acesso a tal cidadania, que mesmo alcançada, ainda se constitui em uma solução “imaginária” para problemas reais de desigualdades sociais e marginalização, incluindo os que consomem, e excluindo os que não consomem.

Na posição contrária [aos defensores de uma visão liberal que entende mercado homossexual como meio de inclusão social] encontra-se uma série de estudiosos que acreditam que a visibilidade não constitui, em si mesma, um gesto de liberação ou aceitação social, assim como a familiaridade não reduz necessariamente o menosprezo. Badinter (1992) observa que, historicamente, quanto mais os homossexuais se tornaram visíveis, mais se defrontaram com novos tipos de hostilidade. Isto desmentiria o argumento liberal de que a visibilidade aumenta a legitimidade social. (NUNAN, 2003, p.197).

Conforme procuramos formular, tal legitimidade, nestes casos, e sempre de forma relativa, seria concedida apenas aos que estivessem dentro de determinados moldes do “gay ideal”, pois a visibilidade de tipos discordantes deste poderia justamente provocar mais hostilidade.

Por outro lado, quando a cidadania se torna um efeito da incorporação ao mercado, apenas os consumidores (isto é, indivíduos com poder aquisitivo) podem se tornar cidadãos. (...) Aceitar os homossexuais como consumidores não é a mesma coisa que aceitá-los como cidadãos: a “diferença” que faz com que estes indivíduos sejam entendidos como uma subcultura de consumo serve a objetivos econômicos ao mesmo tempo em que é uma barreira entre os homossexuais e determinados direitos legais. Desta forma, a luta pelos direitos dos homossexuais acabou sendo reduzida a uma busca pela igualdade de acesso a serviços e bens de consumo. (NUNAN, 2003, p.197).

E o acesso pleno ao espaço público, por esta lógica, passa a ser possível apenas aos que podem consumir espaços mais receptivos, num sentido de literalmente comprar o que deveria ser um direito: existir e manifestar sua sexualidade e expressão de gênero livremente, sem correr o risco de repressão no espaço público. Vale notar que, mesmo nestes espaços, ainda assim a possibilidade de ser vítima de preconceito e intolerância ainda existem, podendo até ser acentuadas, conforme abordaremos posteriormente.

Também se incluem nas contradições e limites das possibilidades de cidadania passando pelo crivo do mercado, a ideia de que os benefícios de consumir enquanto equivalente de participação política teria seus efeitos difundidos e melhoraria a qualidade de vida de todos os LGBTs, o que se prova falso pela mesma razão de passar pela capacidade de consumo, relegando algum espólio de visibilidade, e só, aos que não podem fazê-lo (NUNAN, 2003, p.197).

Outros autores adotam um argumento semelhante quando afirmam que os homossexuais se desvencilharam de um sistema cultural que os oprime por causa de sua sexualidade (considerando-os imorais ou doentes) [e na nossa visão, nem disso puderam se desvencilhar de fato, pois que as mudanças culturais, estruturais, necessárias ao fim da cis-heteronormatividade não serão realizadas pelo mercado] para entrar em uma forma de identidade comercializada que os valoriza apenas por seus padrões de consumo (Kates, 1998). No mercado gay, a “diferença” ficaria reduzida a opções de estilo (de moda) que podem ser preenchidas por produtos, não precisando, necessariamente, levar a um processo político. Neste sentido, o comportamento de consumo gay seria uma espécie de falsa consciência, que provê soluções imaginárias para problemas reais da comunidade. (...) Dito de outra forma, os homossexuais estariam sendo oprimidos pelo mesmo sistema capitalista que coloca sua ênfase na heterossexualidade e na família nuclear, e o mercado gay estaria, em última instância, reforçando o status quo de discriminação e intolerância. (NUNAN, 2003, p.198).

O mercado, retomando, em última instância não estando preocupado de fato com as mudanças sociais estruturais que possibilitariam uma real inclusão e acesso pleno à cidadania, e ao espaço portanto, se utiliza das demandas, problemas, em suma, da condição socioespacial historicamente estigmatizada para supostamente vender aos LGBTs a autoestima, a saciação destes anseios reais, como se pudesse desta forma resolvê-los de fato, e a mediação da identidade pelo consumo faz com que grande parte

dos próprios LGBTs também acreditem neste caminho e, assim, busquem soluções aparentemente políticas e reais, mas que não resolvem de fato os problemas. Inclusive, teoricamente, apesar de não poder controlar completamente os desdobramentos socioespaciais de suas ações, o mercado teria interesse em manter a situação como está, sem resolver os problemas de fato, para que possa continuar a vender sua aparente solução, contribuindo para a manutenção de uma situação semi-marginalizada, mas não tanto a ponto de não ser lucrativa enquanto segmento de mercado, o que por fim se configura em um entrave, bem mascarado como aliado, mas que não o é de fato.

Desta forma, a “liberação” da homossexualidade na sociedade contemporânea é um engano, já que ela só pode ser experienciada dentro de certos limites territoriais (tais como bares, boates, saunas e hotéis), locais onde se vive uma sexualidade confinada (Barcelos, 1998). A “normalidade” é concedida ao homossexual apenas na medida em que ele se torna um sujeito do consumo, o que por sua vez se transforma em uma nova forma de controle social, mantendo a hegemonia heterossexual. Assim, do ponto de vista homossexual, a assimilação pode representar sujeição e perda de controle sobre ganhos do movimento gay. Em suma, quando se une movimento e mercado, a luta pelos direitos homossexuais passa de *contestação* para *assimilação* social. (NUNAN, 2003, p.200).

Conforme já temia/apontava Trevisan (2000), “A sociedade mercadológica favorece aberturas, quando pode tirar lucros, mas cobra seus juros através de uma cooptação cruel” (p.326).

Algumas destas contradições e processos se expressam neste período histórico quando se leva em consideração a já mencionada oposição entre “Bichas do Centro” e “Gays dos Jardins”, mas de forma ainda mais profunda no que se refere às travestis, ainda marginalizadas socialmente ao ponto de não despertarem/receberem nem o interesse e a falsa inclusão oferecida pelo mercado mediante os ganhos das lutas “LGB”, tendo como uma das únicas alternativas a prostituição. As travestis estão longe demais do “ideal de consumidor gay” (como ainda são entendidas erroneamente como sendo “homens gays”, em virtude da ignorância acerca de questões relativas à identidade de gênero), visto que seus corpos em si mesmos expressam contestação não palatável para a sociedade num geral, no que se refere às expectativas de “normalidade”, sendo seu estigma ainda mais denso e profundo do que, num geral, os referentes à orientações sexuais. De forma que as Travestis continuam, levando em consideração o “gueto expandido”, territorialmente relegadas à porção historicamente apropriada na região do Centro, próximas à Rua Amaral Gurgel, e adjacências, desconectadas da “cena noturna” no que tange ao consumo de/em estabelecimentos

comerciais, e em especial aos além Centro (VICENTE, 2015, p.28). Nas territorialidades dos Jardins é incomum a presença de travestis prostitutas, com alguma exceção esporádica, mas sem constituir uma frequência que possa caracterizar uma territorialidade (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.323).

Os michês, ou garotos de programa, como passaram a ser mais comumente chamados, se fazem presentes no Centro, frequentam estabelecimentos comerciais, e inclusive são por vezes contratados por saunas ou casas visando atrair público homossexual interessado em pagar por sexo. No território dos “Jardins-Paulista”, é comum a presença de garotos de programa em alguns pontos específicos, como no parque Trianon, mas estes não se integram à cena noturna como fazem os do Centro. Vale ressaltar, ainda que não seja nosso objetivo atentar às subdivisões internas com muita minúcia, para as divisões, os distintos territórios que estes “trabalhadores do sexo” utilizam, desde os tempos das etnografias de Perlongher (1987), e até hoje, conforme escreve Vicente (2015) acerca dos territórios do Centro:

No que diz respeito à sua extensão, são expressamente delimitadas as fronteiras entre as prostituições de travestis, mulheres e michês naquela parcela do espaço paulistano. O território dentro do universo da prostituição aparece como elemento chave dentro das relações de poder, inclusive sendo motivo de disputas internas entre os trabalhadores do sexo; entre um mesmo grupo, por exemplo, existem as travestis que disputam as mesmas quadras para exercer a atividade. A delimitação de fronteiras também ocorre entre indivíduos dos distintos grupos: um homem não se prostitui nas quadras dominadas pelas travestis e vice-versa. (p.28).

Mesmo na questão do consumo, estabelecimentos espacialmente próximos, ou mesmo inseridos nos territórios apropriados pelos LGBTs, relutam em receber clientes menos “ideais”, cabendo por vezes uma negociação informal de quais seriam os limites desta relação, em geral tensionada por exhibições de afeto, como um “beijo gay”, ou uso de roupas não conformantes com as expectativas de gênero, etc. Um famoso exemplo deste tipo de contradição se deu no Shopping Frei Caneca em 2003 quando um casal de homens gays foi abordado por um segurança que pediu para que eles parassem de se beijar, com aval da gerência do shopping. Em função desse fato, foi marcado um “beijaço” em protesto, ato no qual diversos casais homossexuais se reuniram no shopping para beijar-se em público, estimados em cerca de 2000 pessoas. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, pp.320-321; VICENTE, 2015, p.45) “O “beijaço” foi amplamente divulgado pela imprensa, atraindo uma multidão ao estabelecimento; este, por sua vez, preparou uma decoração especial para receber os manifestantes, na tentativa de reverter

o protesto, transformando-o numa grande festa” (SIMÕES & FRANÇA, 2005, pp.320-321). De forma que o protesto surtiu efeitos, conseguiu visibilidade, e subverteu o domínio simbólico heteronormativo no shopping, passando cada vez mais a ser incorporado pelos homossexuais nas culturas enquanto um território gay, garantindo *pink money* que inclusive vem de outras cidades visitar o “shopping gay de São Paulo” (VICENTE, 2015, p.38). Apesar disto,

O Shopping Center Frei Caneca rejeita fortemente o título de “shopping gay”, e foi criado para atender a demanda de consumo do bairro Cerqueira César. O estabelecimento não comemora datas que visam à promoção da cidadania LGBT, tampouco realiza qualquer tipo de ação visando especificamente este público. Apesar disso, o shopping foi apropriado por homossexuais que convivem com a população residente do bairro, que frequenta o shopping e forma outra parcela importante de seus consumidores. Não há lojas voltadas especificamente aos homossexuais, sendo que o shopping possui uma dinâmica idêntica à cultura do consumo globalizado dos shoppings centers em outras grandes cidades. (VICENTE, 2015, pp.43-44).

De forma que, com a expansão da tendência GLS, assim como da maior visibilidade,

(...) alcançaram maior divulgação e repercussão pública episódios reconhecidos como discriminação sofrida por homossexuais, seja em serviços oferecidos ao público em geral, seja em espaços de consumo e lazer – como o que resultou no episódio do “beijaço” no Shopping Frei Caneca. Casos como esse apontam outros efeitos de tensão decorrentes da ambivalência do rótulo GLS, com que vários estabelecimentos se declaram e/ou são reconhecidos. Tais estabelecimentos querem atrair o consumidor homossexual, mas não querem ser rotulados como “lugares de homossexuais”, por temer que isso afugente outros clientes. Assim, nesses espaços, nem sempre há acordo, entre proprietários, administradores e clientes, quanto ao que deve ser conduta publicamente aceitável, sobretudo no que se refere às manifestações de afeto entre pessoas do mesmo sexo. Clientes podem se considerar no direito de extravasar o que julgam ser limites rígidos injustamente impostos, que impedem, por exemplo, que dois homens ou duas mulheres se beijem apaixonadamente em público. (...)

É interessante observar que alguns espaços tentam aproveitar a seu favor o fato de estarem próximos a estabelecimentos de frequência homossexual. Um botequim situado a cerca de cem metros da boate Blue Space, na Barra Funda, por exemplo, é muito frequentado pelo público homossexual nos fins de semana. Já outro botequim, situado dois quarteirões da mesma boate, tem procurado atrair esse público com a colocação (somente aos finais de semana) de uma bandeira arco-íris na porta, além de segurança e, eventualmente, de uma *drag queen* para receber os clientes. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.332).

Casos de discriminação que em outros tempos seriam considerados completamente razoáveis, agora, em função das dinâmicas de maior visibilidade e possibilidade de questionamentos e respostas sem o risco de ter de enfrentar/lidar com a polícia, mesmo com as questões da inclusão mercadológica, continuam acontecendo, pois que não seria de uma hora para outra que séculos de estigma social e repressão

mudariam, porém, em outros moldes, por vezes na seara jurídica, de grupos e organizações. Por exemplo, a Sociedade dos amigos e moradores do bairro de Cerqueira César (SAMORCC), insatisfeitos com a presença evidente de homossexuais na região cujo interesse dos moradores declaram representar, e algumas de suas repercussões, acaba por entrar em conflito com as intenções distintas, tanto de estabelecimentos comerciais, notadamente boates/clubes noturnos, assim como organizações empresarias voltadas ao segmento GLS/"LGBT" e/ou de ONGs representativas de intenções LGBTs, como a Casarão Brasil. Mas já não é mais atirando lixo e gritando ofensas gratuitamente, além de convocar a polícia e a mídia a perseguir, prender e reprimir arbitrariamente tais populações como no caso do Largo do Arouche e do Delegado Richetti em 1980, que será resolvida a situação. Ressalte-se ainda que, em muitos casos, a polícia corrobora os interesses deste tipo de associação, embora não da forma como fizera nos anos 1980, sob desculpas como atrapalhar o trânsito de veículos pelas pessoas na rua em frente aos bares, ou o barulho proveniente das casas noturnas.

As dinâmicas mudaram e ainda que o conflito se faça uma realidade e a polícia ainda seja chamada a lidar com estes sujeitos que também intencionam legitimamente territorializar-se, a legitimidade moral não está mais respaldada pelos aparatos repressivos do Estado. Porém também se deve chamar atenção à participação e intenções partindo de empresários das casas noturnas voltadas aos LGBTs⁵², que adentram a disputa, no caso, em favor de seus negócios, mas também do direito de ali estar (e consumir) destes LGBTs, numa evidente contradição entre o interesse comercial dos empresários LGBT, que acabam por lutar afinal, por vezes, pelos direitos LGBTs, apesar das limitações já discutidas, opondo-se aos interesses conservadores, representativos da ainda mesma herança preconceituosa histórica, levadas firmemente pela SAMORCC.

⁵² Não conseguimos encontrar referências com relação ao momento em que a sigla GLS caiu em desuso, apesar de ainda ser possível perceber seus usos tanto por estabelecimentos comerciais do "ramo", quanto por pessoas, em geral mais velhas, que podem ter se acostumado com seu uso. Tendemos a acreditar que a partir do momento em que a inclusão pelo consumo e a visibilidade se consolidaram no imaginário popular com alguma segurança, não havia mais a necessidade de um termo que desse margem de manobra e não deixasse clara a condição social, ao passo que, também, tendo a questão dos estilos de vida e padrão de consumo sido introjetada na comunidade LGBT ao ponto em que se misturaram até na terminologia as questões referentes à tais padrões de consumo. Num âmbito geral, portanto, as fronteiras entre GLS orientada ao mercado, e LGBT, orientada à política, se tornaram mais difusas até dispensar a necessidade do termo GLS, que não tem mais função que outrora cumpria por meio de sua palatabilidade a então cautelosa incursão "LGBT" na sociedade pelo mercado.

Já ocorreram episódios de tensão entre os moradores da rua e a comunidade LGBT. Em 2010, uma audiência pública organizada pela frente Parlamentar em Defesa dos direitos da Comunidade LGBT (encabeçada à época pelo deputado estadual Carlos Giannazi) chegou a ser realizada. Denúncias sobre práticas homofóbicas vindas da Sociedade dos amigos e moradores do bairro de Cerqueira César (Samorcc) ocorreram. Dirigentes de estabelecimentos LGBT relataram constantes ações da prefeitura e da polícia civil para constrangerem o público e promoverem o esvaziamento deste espaço. Naquele mesmo ano, o advogado da ONG Casarão Brasil chegou a mostrar documentos assinados pela então presidenta da associação Célia Marcondes, acionando o poder público contra os estabelecimentos.

Os conflitos entre empresários das casas noturnas e bares LGBT e moradores demonstram uma disputa pelo espaço, e um indício de que a rua não está próxima de se tornar um *gueto gay*, sendo a territorialização da população LGBT ainda marcada por conflitos. A Rua Frei Caneca se coloca então como foco de uma multiterritorialidade onde o público homossexual convive com o público (e moradores) heterossexuais, sendo esta convivência ora pacífica, ora motivo de conflitos. (VICENTE, 2015, pp.44-45).

Ressaltamos, portanto, que mesmo com visibilidade e conquistas de direitos, com algumas instâncias do Estado como aliadas, e outras passíveis de serem campo de disputa, a discriminação perdura, e novas formas de relações, disputas e harmonias se colocam face à conflitos antigos, mesmo em meio às contradições e limites das contribuições/intenções mercadológicas.

Alguns fatores levaram a predominância da presença dos “gays dos Jardins” a mover-se sentido Centro, descendo a Augusta e levando a cabo a apropriação da Rua Frei Caneca. Os processos e territórios apresentados no mapa 7, no que concerne aos jardins, Ruas Augusta e Consolação, já desde 2000 refletiam as disputas de intencionalidades, no caso da associações de moradores já citada, mas também do mercado imobiliário interessado nos terrenos e em erguer edifícios na região, de forma que não muito mais tempo durou a existência dos Jardins/Consolação como epicentro dos Gays e “modernos” de classes médias e altas.

Àquela época dizia-se que o barulho do grande número de pessoas na rua incomodava os moradores dos Jardins, bairro eminentemente residencial, segundo comentários. Fato é que todas as ruas dessa região possuem algum tipo de comércio, opção de lazer, como bar, casa noturna, de diversos tipos. Mas é fato também que o afluxo de pessoas acumuladas em frente ao número 3055 da Consolação dava conta da referência daquele quadrilátero para a vida noturna gay paulistana: aos finais de semana a rua quase fechava de tanta gente circulando em frente ao Allegro. Boa parte das pessoas ficavam mesmo na rua, numa dinâmica de ver e ser visto, de entrar e sair do bar. Logo à frente, a casa noturna Disco Fever; abaixo, a Ultralounge; há alguns metros, na Alameda Franca, a livraria Futuro Infinito; há dois quarteirões, também na Franca, a casa noturna SoGo. Todos esses lugares viraram buffets infantis, lojas de roupas, supermercados. Praticamente não há mais rastro do que um dia foi a noite gay referencial na cidade, inclusive para os visitantes estrangeiros. Quem quisesse saber o que estava ocorrendo na noite da cidade tinha obrigação de se deslocar

até os Jardins, na frente do Allegro, num período em que a internet ainda engatinhava no Brasil (PUCCINELLI, 2013, p.128).

Assim, em meados do final da primeira década dos anos 2000, fechados os estabelecimentos comerciais da região, outros, novos, foram ou se expandindo conforme já mencionado, às franjas dos territórios já existentes, do “gueto”, ou, majoritariamente desceram a Augusta e a Frei Caneca em direção ao Centro, território LGBT imutável desde o século XIX. Desta forma, a presença LGB na Frei Caneca e Augusta se intensificam até a consolidação no imaginário popular como, respectivamente, “Rua Gay” e Rua moderna, “baixo Augusta”, de diversas tribos urbanas (em meio ao qual a aceitação e inclusão da diversidade são praxe, constituindo um território múltiplo, portanto também apropriado por parcelas LGBT). Colocando-se como “pioneiros” a descobrir uma área associada ao estigma de “centro degradado e perigoso”, ainda marcado pela presença de cortiços e prostituição, os empresários da noite, em especial alguns deles voltados ao público “GLS” ou “moderno” abrem algumas das casas que construiriam o “baixo augusta” como “Novo Jardins” enquanto referencial simbólico, e enquanto de fato um espaço de fluxos e concentração de indivíduos em busca deste tipo de lazer. Estabelecimentos como a Sauna 269, o Vegas club, o Studio SP abrem então a partir de 2005, e posteriormente são “vítimas” (como se colocam seus donos em seus discursos) da valorização espacial que ajudaram a promover, ao fecharem poucos anos depois, a partir de meados de 2011, conforme abordaremos no item 3.4 deste capítulo (PUCCINELLI, 2017, pp.27-84)⁵³. Vale ressaltar que a questão simbólica referente aos recortes de classe, raça, e “feminilidade”/expressões de gênero, da região dos Jardins, passam a ser associados com a Frei Caneca, na sua contraposição com as “bichas do Centro” (PUCCINELLI, 2013, pp.17-39).

Um exemplo das novas tensões colocadas pelos interesses diversos em pauta, sobre os territórios LGBT no que concerne ao espaço público, se deu pela tentativa de, por meio de projeto de lei e projeto urbanístico, tornar a Rua Frei Caneca em uma Rua temática Gay. Neste episódio, que teve início em Julho de 2008, Douglas Drumond, empresário do segmento GLS, dono da hoje já extinta Sauna 269, localizada à época na Rua Bela Cintra, por meio de sua associação GLS Casarão Brasil (cuja sede à época era na Rua Frei Caneca), apresentou à imprensa o mencionado projeto de lei.

⁵³ Para análise e mais informações ver Puccinelli, 2017, capítulo 1 – O “bairro gay” se movimenta: mudanças no mercado de lazer e disputas territoriais, pp.27-84.

Em 2008, uma das principais questões em relação à rua Frei Caneca era se ela deveria, ou não, se tornar oficialmente uma “rua gay”, nos termos do empresário Douglas Drumond, proponente da ideia. Fundador e primeiro presidente de uma associação “GLS”⁵⁴, Drumond se aproveitava do amplo reconhecimento da Frei Caneca como um lugar de frequência e moradia “gay”, esta última informação antes baseada em relatos difusos do que em levantamento sistemático, uma forma de se lançar como uma voz de referência. O casarão, que justificava o nome da associação criada um ano antes, fora inteiro reformado para receber a ONG e a Câmara de Comércio LGBT, também criada pelo empresário no ano seguinte. A escolha da rua para sede da associação e da câmara não foi à toa. (PUCCINELLI, 2017, pp.38-39).

Célia Marcondes, então presidente da SAMORCC, se opôs veementemente. Por fim, o projeto não foi levado adiante, por oposição popular articulada pela SAMORCC, tendo rendido embates jurídicos com o poder público como mediador dos conflitos, bem como entidade cuja autoridade normativa sobre o planejamento urbano e as possibilidades de reurbanização e tematização da rua foi o alvo dos esforços da associação Casarão Brasil (PUCCINELLI, 2013, pp.120-132).

3.3 – Turismo “GLS” e a “Maior parada LGBT do mundo”

Para concluir este período histórico, nos parece interessante apontar para a questão do turismo LGBT, ou mais especificamente homossexual, como fora enfocado a princípio quando da expansão do fenômeno GLS, tópico que abarca também a questão da parada LGBT e como esta se configura atualmente. Colocamos este tópico como simbólico das contradições do interesse mercadológico sobre as questões LGBT pois, com o turismo pensado sob um viés geográfico enquanto, em última instância, a mercadificação de espaços para consumo, e levando em consideração tudo o que procuramos desenvolver neste trabalho, o turismo voltado para homossexuais como segmento de mercado estaria tentando vender exatamente a possibilidade de usufruto pleno do espaço, e assim, o acesso/exercício da cidadania.

Retomando a questão inicial da condição socioespacial marginalizada dos indivíduos LGBT e, levando em consideração as questões do deslocamento espacial por um período de tempo e da *Liminalidade*⁵⁵ inerentes à atividade turística (URRY &

⁵⁴ Conforme Puccinelli (2013): “O Casarão Brasil Associação LGBT figurou por um tempo também como “associação GLS”, se utilizando de diferentes formas de acessar mercado e militância. França (2006) analisou as conexões entre tais instâncias, comumente alocadas como opostas”.

⁵⁵ Em suma, o conceito pode ser explicado da seguinte maneira: a oposição, o contraste, entre o cotidiano do indivíduo, potencialmente turista, e a experiência que se busca ao viajar, ao tornar-se/performar-se turista nos espaços de destino. Num geral, seria a oposição entre rotina e trabalho, e os supostos controle do tempo e descanso da viagem, porém, “à noções gerais de liminalidade e inversão

LARSEN, 2011), contextualizada aos indivíduos LGBT, é possível perceber que na atividade turística se encontra uma possibilidade de fugir da marginalização socioespacial e seus desdobramentos, possibilitando justamente que seja possível agir como as pessoas “normais”. Neste sentido, aproveita-se dos territórios historicamente apropriados, no Brasil e no mundo, para vender aos turistas homossexuais exatamente aquilo que se busca conquistar, em última instância, enquanto direito por meio das lutas políticas LGBTs desde seus primórdios: a “normalidade”. Assim como a construção simbólica dos espaços e eventos nos quais isso é possível, como desejáveis, e condicionantes de uma “identidade” pretendida, analogamente aos demais produtos, mas numa dimensão espacial, que tem um caráter ainda mais forte no que se refere a estes indivíduos marginalizados em função de sua condição socioespacial específica.

A corporalidade do movimento produz momentos intermitentes de proximidade física, estar presencialmente no mesmo espaço, paisagem ou cidade, ou em um evento, com amigos, família, colegas, parceiro(as) ou, na verdade, “estranhos” desejáveis/desejados (URRY & LARSEN, 2011, p.21, tradução livre)⁵⁶.

O que no caso dos LGBTs, tem um peso a mais na medida em que congrega indivíduos que se identificam entre si, levando em consideração a questão da marginalização e das culturas, num mesmo espaço, pode ser colocado como um pressuposto para o sentimento de pertencimento a este grupo, da mesma forma que o consumo de produtos específicos, mas de forma mais enfática em função justamente da prevalência da dimensão espacial envolvida. Evidentemente que a possibilidade de ser um turista é extremamente restritiva, pois esta é, em geral, possibilitada pela capacidade de consumo, portanto, a mesma exclusão da cidadania pelo consumo de produtos, se estende à questão do turismo homossexual/GLS/LGBT, ao passo que este intensifica os processos de controle da apropriação simbólica, enquanto extensão subjetiva do “domínio” desses territórios, à quantidade de LGBTs muito além daqueles que podem efetivamente pagar por estas experiências.

deve ser dado conteúdo mais preciso. É necessário investigar a natureza dos padrões sociais e culturais da existência/vivência cotidiana do turista visando compreender o que é invertido e como a experiência liminal é trabalhada/funciona” (URRY & LARSEN, 2011, p.13, tradução livre). No original: “(...) general notions of liminality and inversion have to be given a more precise content. It is necessary to investigate the nature of the social and cultural patterns within the tourist’s day-to-day existence in order to see just what is inverted and how the liminal experience works out.”

⁵⁶ No original: “This corporeality of movement produces intermittent moments of physical proximity, to be bodily in the same space as some landscape or townscape, or at a live event or with one’s friends, family, colleagues, partner or indeed in the company of desired ‘strangers’ “.

O segmento de mercado turístico homossexual, e frisamos que se trata dos “ideais”, “bons homossexuais”, apesar de todos estarem sujeitos a desejar nestes padrões, em grande medida é reveladora das contradições da inclusão social assimilativa por meio do mercado, pois põe à venda exatamente aquilo que deveria ser buscado enquanto um direito, tanto para os que podem pagar, quanto para os que não podem, não sendo uma solução real para os que podem fazê-lo, e excluindo ainda mais os que não podem fazê-lo, retardando ainda mais a plena realização dos anseios de cidadania, e “naturalização da diversidade como a norma”.

De muitas formas, isto [O turismo homossexual num geral] é similar à venda de fantasias num parque temático. Em um período de férias, o turista pode ser transportado para um lugar fantástico populado por gigantes e amigáveis ratos e elefantes voadores, e nas próximas férias pode experimentar como é se sentir tratado como um cidadão igual – tudo pelo preço de uma passagem aérea e de uma estadia de hotel. Tristemente, ao fim da semana (ou quando acabar o dinheiro), o turista deve retornar para casa, um lugar onde seu status pode ser menos seguro. (...).

Eles todos [Materiais de propaganda e marketing do segmento de turismo homossexual analisados pelos autores] vendem acesso à aceitação e inclusão, e apresentam este acesso como algo não usual e pelo qual vale à pena viajar. (...) Nos materiais promocionais/de propaganda examinados, cidadania é apresentada como parte das férias; algo pra ser aproveitado junto com praias ensolaradas, monumentos históricos e restaurantes 5 estrelas. Cidadania torna-se uma fantasia limitada espacialmente e temporalmente, disponível apenas àqueles que podem pagar por ela. (COON, 2012, pp.530-531, tradução livre)⁵⁷.

No Brasil, o fenômeno da segmentação turística LGBT também se fez presente, com uma das maiores organizações representantes do já mencionado “empresariado homossexual organizado” sendo uma de suas representantes, a ABRAT-GLS – Associação Brasileira de Turismo GLS, atualmente renomeada de ABT-LGBT – Associação Brasileira de Turismo LGBT, que surgiu em meados de 2004, em função da realização do primeiro Fórum Paulista de agências de turismo GLS (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.326). Este tema foi objeto de reportagens desde então nos cadernos especializados, como citado por Simões & França: “Além do arco-íris: indústria do turismo reconhece a importância do segmento GLS – confira a agenda das paradas e descubra serviços *gay-friendly*” (Folha de São Paulo, São Paulo, 26 jul. 2004. Caderno

⁵⁷ No original: “In many ways, this is similar to the sale of fantasies at a theme park. On one vacation, the tourist might be transported to a fantastic place populated by giant, friendly mice and flying elephants, and on the next vacation they get to experience what it feels like to be treated as an equal citizen—all for the price of a round trip ticket and a hotel stay. Sadly, at the end of the week (or when the money runs out), the tourist must return home to a place where their status may be less secure. (...) They all sell access to acceptance and inclusion, and they present this access as something unusual and worth traveling for. (...) In the promotional materials examined, citizenship is presented as part of the vacation; something to be enjoyed along with sunny beaches, historical monuments, and five-star restaurants. Citizenship becomes a temporary and spatially limited fantasy available only to those who can afford it.”

de Turismo apud SIMÕES & FRANÇA, 2005, p.326). Também eventos de negócios de grande porte como a convenção anual internacional da ILGTA – *International Lesbian and Gay Travel Association* foi realizada no Brasil, em Florianópolis, em 2012⁵⁸. Estes processos de enfoque e crescimento do segmento turístico LGBT permanecem até hoje, inclusive com investimento e fomento por parte do Estado nas suas diversas esferas, assim diversas cidades passaram a buscar o *Pink Money* também por meio da indústria do turismo, vendendo-se ou produzindo-se, ou destacando seus territórios historicamente apropriados por LGBTs. (LANZARINI & RIAL, 2010, p.5).

Viera (2011) aponta algumas reflexões para como as cidades se valem de seus espaços LGBT para construir imagens positivas para turistas LGBTs, mas também enquanto um valor cosmopolita simbólico de valoração internacional, referente à aceitação e inclusão da diversidade.

As cidades adquirem assim não apenas um papel importante na construção das identidades gays e lésbicas (BELL; BINNIE, 2004) como na (re)produção desses espaços gays e lésbicos como elementos fundamentais no turismo urbano em algumas cidades ocidentais. Derek Rushbrook ao se referir aos bairros gays como zonas comerciais e residenciais gays e lésbicas salienta se tornarem espaços de interesse turístico através de um processo de “comodificação” e de cosmopolitismo dos espaços urbanos reforçando a construção de efeitos de alteridade na fruição turística, o que leva a um processo de etnicização crescente da população gay e lésbica (RUSHBROOK, 2002, p.112). (pp.17-18).

Esse processo reaviva o debate referente à contradição que envolve o “gueto”, ou seja, a contradição de sua natureza necessária e agregadora mas concomitantemente limitante e segregadora. Pois ao realizar uma marcação destes espaços LGBTs enquanto tal, num misto de reconhecimento histórico da territorialidade LGBT com o interesse de promoção turístico-mercadológica por parte das esferas do Estado interessadas nesta movimentação da economia, alguma parte da construção simbólica e funcional destes espaços escapa dos interesses mais politicamente prementes destas populações, visto que assim a intencionalidade a se materializar não refletiria tais interesses mais prementes da população LGBT. Além do efeito de construir uma expectativa turística a ser vendida para pessoas não LGBTs, ao “eticizá-los” comparando-os a povos distintos, e cuja incursão turística em seus espaços representaria alteridade digna do investimento.

⁵⁸ Fonte: <https://www.iglta.org/media/75715/08.%20October%2002%2009%20IGLTA%20Announces%20First%20Convention%20in%20South%20America.pdf>

Embora essa tendência poderia facilmente ser atribuída ao sucesso dos movimentos pelos direitos civis gays e o reconhecimento dos gays como um nicho de mercado, tem sido acompanhada por outras formas de transformação urbana, nomeadamente a mercantilização do espaço público relacionado com um crescimento do turismo e uma mudança rumo a uma forma empresarial de gestão urbana. (...). Para marcar uma posição para o cosmopolitismo, uma das formas mais desejáveis de capital cultural contemporânea, enfatizam a sua diversidade étnica. Em um número crescente de casos, o espaço “queer” funciona como uma forma desta diversidade étnica, provisoriamente promovido pelas cidades, tanto como equivalente a outros bairros étnicos e como um indicador independente de cosmopolitismo (RUSHBROOK, 2002, p.183 apud VIERA, 2011, p.18).

É válido ressaltar que embora paralelos possam ser traçados com relação ao movimento geral discutido acima, como no caso do Arouche, ou da Rua Frei Caneca, o caso de São Paulo diverge das bases Européias e Norte-Americanas dos autores citados acima, mesmo por conta do processo de formação socioespacial da cidade, não claramente dividida em “bairros étnicos”, e tampouco em um “gueto gay” propriamente, conforme analisado anteriormente neste trabalho. Feita a ressalva, há uma tendência geral, que o caso do distrito de Castro em São Francisco, um dos berços do moderno movimento homossexual Estadunidense, pode ilustrar:

O distrito de Castro em São Francisco tornou-se um aspecto vital da economia turística de São Francisco, e o bairro tornou-se um empreendimento muito lucrativo, tanto para a cidade de São Francisco, por meio da receita fiscal, quanto para os proprietários de negócios/comércios que conseguiram garantir espaço ao longo da área comercial do Castro. A história da mercadificação [*commodification* no original] do Castro, entretanto, está entremeada em apelos neoliberais por cidadania. Através da mercadificação da cultura gay (e lésbica em gradações bem menores) e as atividades mercadológicas correlatas, novas formas de cidadania surgiram nos anos 1970, as quais transformaram homens gays em um novo tipo de grupo político/círculo eleitoral [*political constituency* no original]. Este grupo político [*constituency*] – o tipo de homens gays que fazem compras ao invés de rejeitar os valores sociais [*dropped out* no original]⁵⁹, que formam associações comerciais ao invés de grupos/organizações de conscientização política – foi, por vezes, muito politizado e produziu novos movimentos sociais. Entretanto, através das tendências liberais e neoliberais em favor de uma individualização (o processo de individualização dos ativismos de movimentos sociais), a promessa política deste grupo político [*constituency*] frequentemente caducou em um movimento por direitos civis elitista, que enfatiza os direitos de consumidores bem comportados/disciplinados em detrimento dos direitos daqueles vivendo na pobreza ou sofrendo os efeitos desumanizadores do ostracismo político [*political disenfranchisement* no original]. (BOYD, 2011, p.246, tradução livre)⁶⁰.

⁵⁹ De acordo com o Dicionário Online Collins: *To Drop Out* – verbo frasal – 2. “If someone drops out, they reject the accepted ways of society and live outside the usual system”. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/drop-out>

⁶⁰ No original: “San Francisco’s Castro district has become a vital aspect of San Francisco’s tourist economy, and the neighborhood has become a huge money-making enterprise, both for the city of San Francisco, in the form of tax revenue, and for gay business-owners who managed to secure space along the Castro’s commercial strip. The history of the commodification of the Castro, however, is

É possível traçar um paralelo entre a citação acima e os processos gerais discutidos até aqui de mercadificação dos espaços LGBT em São Paulo com enfoque no viés do consumo como mediador subjetivo da identidade assim como da apropriação/função enquanto domínio territorial, que se refletem numa “conquista” questionável, porque nos seus reflexos positivos abarca e inclui somente quem puder pagar, ou, apenas os “consumidores bem comportados/disciplinados”, tendendo para uma conquista de direitos elitizada, cujos reflexos não se estendem a todos os LGBTs, como se fazem perceber e se vendem tais processos.

Em São Paulo, este potencial turístico se evidenciou com o crescimento da parada LGBT de São Paulo, que passou a ser o carro chefe do turismo LGBT na cidade, tendo sido incluída no calendário oficial da cidade em 2016⁶¹, mas desde 2004 entrou para o *Guinness book of records* como a maior parada LGBT do mundo reunindo cerca de 1,5 milhões de pessoas⁶². No rastro da Parada, são realizados diversos outros eventos, de diversos portes, sendo estes extremamente diversos, culturais, festivos, políticos, ou mesmo dias especiais como o “gay day” do Hopi Hari⁶³, inspirado em evento análogo realizado na Disney, etc. Em função dos quais, além da própria parada, são gastos milhões de reais dos milhares de turistas que vem à São Paulo prestigiá-los/consumi-los, inclusive de origem internacional.

wrapped up in neoliberal appeals to citizenship. Through the commodification of gay (and to a much less degree lesbian) culture and its associated marketplace activities, new forms of citizenship emerged in the 1970s that transformed gay men into a new political constituency.⁷ This constituency – the kind of gay men who shopped rather than dropped out and formed business associations rather than consciousness-raising groups – was, at times, highly politicized and sometime productive of new social movements. However, through the liberal and neoliberal tendency towards individuation (the individualization of social movement activism), the political promise of this constituency often lapsed into an elite civil rights movement that stressed the rights of well-disciplined consumers over those living in poverty or suffering from the dehumanizing effects of political disenfranchisement.”

⁶¹ Fato que se deu por meio do decreto 57.014/2016 feito pelo então prefeito Haddad em 2016. Fonte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-inclui-parada-gay-no-calendario-de-eventos-de-sp,10000053060>

⁶² Título que teve sua legitimidade contestada por conta dos métodos de contabilidade de participantes. Porém, os impactos reais decorrentes da difusão do título internacionalmente como propaganda foram reais, com a parada crescendo e se mantendo relevante ano após ano, sempre com média semelhante de participantes. Fonte: <http://outracidade.uol.com.br/por-que-a-parada-gay-de-sao-paulo-saiu-do-guinness-como-a-maior-do-mundo/>.

⁶³ Habitualmente realizado na semana da parada LGBT, teve sua edição de 2017 realizada em Dezembro. O evento ocorre desde 2001. Evento análogo ocorreu também no antigo Playcenter, desativado desde 2012..



Figura 17 – Foto da Avenida Paulista durante a 8ª Parada GLBT, de 2004, sob o tema “Temos Família e Orgulho”. Disponível em: <https://www.obaoba.com.br/fotos/galeria/parada-gay-2004>

Conforme abordado, as paradas LGBT tiveram muito sucesso por sua característica festiva, como um “carnaval fora de época”, expressão que além do uso cotidiano, abarca no caso LGBT, um sentido mais amplo, se levarmos em consideração a importância histórica da apropriação do carnaval (especialmente carioca) pelos LGBTs enquanto recorte temporal e espacialmente delimitado de possibilidade de quebra das normas de gênero e sexualidade. Fato este que contrariamente à noção difundida erroneamente e que inspirou Green (2000) a escrever seu livro, de que as imagens de diversidade e quebra das normas de gênero durante o carnaval representariam o Brasil no restante do espaço-tempo além carnaval, na verdade esta concessão carnavalesca à diversidade expressava, por meio da alteridade concedida, outorgada, controlada e restrita no espaço-tempo, as restrições e rigidez hegemônicas das normas sociais de gênero e sexualidade. Porém, foram essenciais enquanto possibilidade de disputa das intenções homossexuais enquanto grupo com intencionalidades específicas, nas lutas por direitos e por direito ao espaço público, e social⁶⁴.

Na década de 1970, o espaço dos “bichas” e “bonecas” no carnaval estava assegurado. Desde a furtiva ocupação dos bailes de máscaras até a criação de seu próprio espaço no Baile dos Enxutos e a participação no projeto e orquestração dos internacionalmente famosos desfiles de escolas de samba, os homossexuais moldaram e defenderam sua posição nas comemorações carnavalescas. Como vimos, o processo de vencer a oposição a sua participação nas festas não foi fácil. Ele se apoiava em grande parte no espírito

⁶⁴ Não nos cabe aqui explorar os processos históricos majoritariamente cariocas da apropriação do carnaval por parte dos homossexuais, nem tampouco suas repercussões, embora estas estejam ocorrendo paralelamente e se entrecruzando às experiências Paulistanas, visto que isto exigiria incursões mais aprofundadas que escapariam do foco deste trabalho. Para mais informações, veja GREEN (2000) Capítulo 5 – “A apropriação homossexual do carnaval carioca”, pp.329-390.

camp e na determinação das “bonecas”, que insistiam em seu papel legítimo dentro do carnaval. Sua capacidade de zombar do tratamento dispensado pela polícia, formando a banda “O que é que eu vou dizer em casa?” em plena porta da delegacia na quarta-feira de cinzas, transformou uma desagradável experiência de detenção num momento de deboche. Talvez isso não tenha significado um afrouxamento do controle do governo sobre as atividades do carnaval, mas consistiu numa resistência incomparável aos paradigmas hegemônicos. Ao abrir brechas nas normas tradicionais de respeitabilidade por meio do comportamento provocador e bem-humorado, os foliões também ampliaram as noções culturais das normas de feminilidade e masculinidade.

Desde Carmen Miranda, modelo de humor debochado, e extravagância da atitude e vestimentas, seguido por diversas “bonecas” e homossexuais ao longo da história do carnaval carioca, neste espaço-tempo oportuno, foram sendo assimilados e modificando o próprio carnaval na medida em que boa parte de como este se configurou esteticamente, se deve à “apropriação homossexual do carnaval carioca” conforme escreveu Green (2000).

E, acima de tudo, sua contribuição com as fantasias luxuosas e extravagantes, os carros alegóricos e as decorações para compor o cenário do carnaval transformaram o espetáculo. Embora não seja possível atribuir todas as mudanças nos desfiles das escolas de samba na década de 1970 às pessoas que apreciavam a proximidade com a subcultura homossexual, as conexões e influências de diretores artísticos gays, estilistas de fantasias e artistas visuais permanecem visíveis no rico espetáculo. Aspectos do sentimento *camp* foram totalmente integrados ao conteúdo do desfile. Os pavões do Baile dos Enxutos, antes ridicularizados e desprezados, acabaram simbolizando um aspecto importante da experiência carnavalesca carioca. O lugar proeminente por eles ocupado em alguns bailes de carnaval e na folia de rua – como a Banda Carmem Mirando -, bem como sua participação central nos desfiles das escolas de samba fizeram do carnaval carioca o sinal mais visível da vida gay no Rio de Janeiro. E essa apropriação de determinados setores do carnaval carioca, por sua vez, tem tido um impacto sobre as vidas de muitos homossexuais cariocas durante todo o ano. (GREEN, 2000, pp.381-382).



Figura 18 – Bloco Carnavalesco, Rio de Janeiro, 1937. (Extraído de GIBSON, *Rio de Janeiro*, 1937, p.145 apud GREEN, 2000, p.330).

De certa forma, as paradas LGBT podem ser pensadas como um “carnaval” no qual se suprime temporalmente e espacialmente as normas sociais e se pode não apenas subverter as normas sociais, mas inclusive expressar orgulhosamente sua condição. Se antes o carnaval era uma válvula de escape que possibilitava uma apropriação parcial e efêmera do espaço público, uma territorialização temporária, seus efeitos puderam concomitantemente a diversos outros processos, com o passar do tempo, ajudar a consolidar a realização autodeterminada de uma festa análoga ao carnaval, dotada assim de intencionalidades próprias: as paradas do orgulho LGBT. Porém, alguns dos mesmos processos e contradições que apontamos em termos gerais nas territorializações LGBT permeiam a questão das apropriações do espaço público em eventos, do carnaval do início do século às paradas LGBT contemporâneas. Notadamente a questão da apropriação, que de disputa e confronto, pôde chegar à uma apropriação autodeterminada, ainda que sob concessão do poder público, e então, mediante a questão mercadológica, uma cooptação do evento, condicionado a um controle e objetivos além das questões políticas que originalmente o animaram. A parada em si reflete e é reveladora, na medida em que as ressalta, das questões mais amplas e contradições contextuais envolvendo os diversos atores e relações de poder das territorializações LGBT.

Buscando traçar um paralelo com a situação do *Mardi Gras* Australiano em meados de 2002 (MARKWELL, 2002), o festival/mês do orgulho LGBT de Sidney, cuja principal atração é a parada do orgulho LGBT, realizada ao seu final, e a Parada Paulistana, foi possível perceber algumas semelhanças entre elas. Em especial no que tange às disputas e contradições em torno das paradas quando estas têm seu potencial turístico explorado, até atingirem o patamar de evento turístico nacional e global. Markwell (2002) aponta para a problemática da despolitização em comparação com as origens do *Mardi Gras*, cada vez mais centrado em visibilidade enquanto enfoque político, o que, apesar dos ganhos inegáveis que representou e ainda representa na história da luta LGBT, poderia levar ao ocultamento de opressão sistemática, homofobia e discriminação em outros momentos e espaços menos visíveis ao longo do ano (pp.83;89). “Estes incidentes desafiam a assunção de que visibilidade pública equivale a progresso social” (p.94).

Ao passo que a gênese do *Mardi Gras* não se deu em salas de reuniões de planejadores urbanos, ou de estrategistas de turismo e marqueteiros, desde final dos anos 1980 o *Mardi Gras* tem atraído crescente apoio dos três maiores partidos políticos australianos e de corporações afoitas para fechar contratos de patrocínio. O crescente envolvimento das corporações indubitavelmente permitiu que o *Mardi Gras* expandisse seu programa cultural, financiasse custos relativos à parada, e ocupasse uma posição mais relevante na indústria turística gay e lésbica, mas tal envolvimento tem seus custos. Muitos críticos argumentam que o papel crescente das corporações comprometeu a independência do *Mardi Gras*. Membros das comunidades de gays e lésbicas de Sidney sentem que o *Mardi Gras* foi “vendido” às corporações nas tentativas de conseguir os dólares dos patrocinadores. (MARKWELL, 2002, p.87, tradução livre)⁶⁵.

De forma análoga, acerca da Parada de São Paulo, tem havido disputas de interesse internas relativas aos objetivos e organização, e em especial por parte dos movimentos políticos organizados, em função da vinculação da parada com o mercado e a decorrente apropriação do evento, que não deixa de ser um tipo de territorialização, por empresários que atuam para o segmento LGBT (VICENTE, 2015, p.34). De forma que os interesses maiores acabam por determinar a parada, cooptando-a, e limitando seus potencial político em favor do ganho financeiro, segundo Markwell (2002), no

⁶⁵ No original: “While the genesis of mardi gras did not occur in the meeting rooms of urban planners or tourism strategists and marketeers, since the late 1980s Mardi Gras has attracted considerable and, it would seem, ever-increasing support from the three major Australian political parties and from corporations eager to enter into sponsorship agreements. Increased involvement from corporations has undoubtedly allowed MARDI Gras to expand its cultural program, to defray some of the costs associated with the parade, and to occupy a stronger position in the gay and lesbian tourism industry, but such involvement has its own costs. Many critics argue that the increasing role of the corporate sector has compromised the independence of Mardi Gras. Some in Sydney’s gay and lesbian communities feel strongly that Mardi Gras has “sold out” to the corporations in its attempts to win sponsorship dollars.”

caso do *Mardi Gras*, “Há poucas chances de que o potencial da parada enquanto instrumento político, por exemplo, seja mobilizado por conta dos poderosos interesses financeiros da indústria do turismo e os vários patrocinadores corporativos” (p.90, tradução livre), visto que apesar das transgressões notórias na parada, estas seriam então “transgressões autorizadas” (pp.91-92), controladas, mediante os interesses que passam a dominar, tanto a função, quanto a constituição da subjetividade, os significados do evento enquanto apropriação, por parte de seus participantes. “De certa forma, o *Mardi Gras* tornou-se um refém de seu próprio sucesso” (p.90, tradução livre⁶⁶).

Da mesma forma que a neoliberalização das políticas de inclusão LGBT que passam pelo crivo e interesses do mercado e pelo consumo, o evento que simboliza o orgulho e a maior apropriação de espaço também teve sua disputa interna, ainda que nunca terminada, vencida e/ou dominada por interesses que se distanciaram das razões políticas originais, restringindo seus reflexos positivos à uma parcela que pode ser consumidora, e em certos moldes da “identidade” pretendida, ainda que se chame ao evento, e de fato compareçam, grandes quantidades de LGBTs periféricos, negros, afeminados, etc, mas aos quais a parada ainda reflete a exceção, em oposição à opressão cotidiana do restante do ano, pois que não poderão consumir estes espaços seguros no restante do tempo. Para a maioria destes, “consumir” a Paulista ainda é acessível apenas mediante sacrifícios financeiros muito grandes, ou, no dia da parada LGBT.

Markwell (2002) aponta, porém, para o potencial político inerente ao *Mardi Gras*, e que apesar das contradições, e por conta destas serem evidenciadas pelo festival, ainda seja possível resgatar tal potencial, mesmo em meio à complexidade das disputas que o compõe.

Um dos desafios ao *Mardi Gras* será negociar um ambiente em que sua importância econômica, com suas conexões com a indústria turística gay e lésbica, é cada vez mais privilegiada em detrimento de suas dimensões sociais, culturais e políticas por políticos, empresários e a comunidade em geral. Sendo igualmente importante garantir que o espetáculo e as exibições públicas estilizadas de sexualidades gays e lésbicas pela parada não ofusquem a discriminação, desigualdades, e violência que ainda afetam gays e lésbicas em Sidney e por toda a Austrália. O *Mardi Grass* ainda é fortemente, mas não imutavelmente, conectado à comunidade que o criou; não tendo, ainda, sido reduzido à apenas mais um espetáculo para consumo turístico. (MARKWELL, 2002, pp.95-96, tradução livre⁶⁷).

⁶⁶ No original: “In a sense, the Mardi Gras parade is a hostage of its own success.”

⁶⁷ No original: “One of Mardi Gras’s challenges will be to negotiate an environment in which its economic significance, with its connections to the international gay and lesbian tourism industry, is

De forma análoga, a parada LGBT Paulistana passa a expressar conforme vai sendo dominada pelos interesses financeiros, as mesmas contradições que o *Mardi Gras* apresentou anos antes. Enquanto territorialização, ainda que temporalmente restrita na sua materialização, a parada está em disputa durante todo o restante do ano, em meio aos jogos de poder inerentemente constitutivos das relações sociais e da constituição mesma dos espaços conforme viemos realizando nesta pesquisa. De forma que, mesmo que dominada por agentes interessados nos ganhos financeiros do evento (e demais repercussões durante a semana anterior, festas etc.), ainda assim, sua materialização efetiva ainda depende inerentemente da presença e apropriação do espaço urbano público por parte da população LGBT, que dota de sentido este espaço-tempo. A questão, assim como nas demais contradições espaciais LGBT abordadas neste capítulo, se dá pela mediação do consumo enquanto dominante e determinante da subjetividade da apropriação.

Um resgate da politização da parada conforme especula Markwell (2002) para o *Mardi Gras*, ou dos espaços LGBTs enquanto direito pleno para todos, como critica Boyd (2011) para o Castro, passam pela libertação da construção da subjetividade da identidade LGBT, que assim poderia redefinir suas intencionalidades de forma ainda que associada, não mais subordinada (inconscientemente em muitos casos) aos interesses mercadológicos, com um retorno ao domínio da apropriação não dominada pelos agentes hegemônicos. Neste sentido, as intenções subversivas e hegemônicas não se chocam mais como outrora, posto que o hegemônico cooptou os processos de construção da subversividade e a transformou em produto/consumidor, tirando ou limitando seu caráter subversivo. Sem esta clareza de conflitos e disputa, as condições para que o devir possa gerar um novo efetivamente inclusivo ficam nubladas pela distorção e não percepção do conflito, posto agora como a limitação das repercussões políticas reais em prol dos direitos e cidadania de toda a população LGBT, visto que o mercado não dá conta, nem tem real interesse, de/em solucionar tais questões, embora tenha convencido a maior parte da população de que é um aliado, conforme já discutido neste capítulo.

increasingly privileged over its social, cultural, and political dimensions by politicians, businesspeople, and mainstream community. It is equally important to ensure that the spectacle of and the stylized public depictions of gay and lesbian sexualities by the Mardi Gras parade do not overshadow the discrimination, disadvantage, and violence that still affect gays and lesbians in Sidney and elsewhere in Australia. Mardi Gras is still strongly, but not immutably, connected to the community that has created it; it has not yet been reduced to just another spectacle for the consumption of tourists.”

3.4 – 2012-2018 – O retorno do interesse do Capital Imobiliário ao Centro de São Paulo e as tensões decorrentes nas territorializações LGBT.

Este item teve seu recorte histórico delimitado em função de um fenômeno já em processo e disputa desde os anos 1980 (ALVES, 2004, p.296), mas que apenas mais recentemente, por volta dos últimos 10 anos, passou a se expressar de maneira mais evidente na materialidade - e imaterialidades enquanto discursos - com mais intensidade. Trata-se do movimento de retorno do interesse do capital imobiliário ao Centro de São Paulo, e mais especificamente sua relação com os territórios LGBT ali existentes, visto que este movimento coloca as duas territorialidades “LGBT” comentadas, e seus indivíduos constituintes, da/a “Frei Caneca” e do/o “Centro” em conflito⁶⁸.

Continuando o processo de descida que partiu dos Jardins, fugindo da supervalorização dos imóveis e seus reflexos no custos de aluguel, além dos conflitos com associações de bairros, e o próprio movimento dos ciclos de vida curta de estabelecimentos comerciais como boates, casas noturnas, etc., alguns dos maiores representantes do empresariado homossexual organizado saem do “baixo Augusta”⁶⁹ e “descem” ao Centro histórico, mais especificamente às áreas que desde meados dos anos 1950 eram territorializações “LGBT”, como o do Largo do Arouche, buscando melhores preços de imóveis em locais não muito distantes da “cena noturna LGBT/moderna”. Um caso emblemático é o da *Sauna gay 269*, “a maior sauna gay da América Latina”, localizada de 2007 a 2011 na Rua Bela Cintra nº269, que foi fechada para ser demolida junto a outros estabelecimentos contíguos para dar lugar a um conjunto de duas torres residenciais e uma comercial, assim como o fechamento de outros estabelecimentos, como o *Vegas Club* e o *Studio SP*, “pioneiros” no que veio a ser o “baixo augusta”. Frente a esta situação, e se colocando como “vítima” dos processos de especulação imobiliária, Drummond, dono da extinta sauna 269, e antigo presidente da associação Casarão Brasil, “reabre” o empreendimento no Largo do

⁶⁸ Ressalvamos, porém, que este recorte funciona como um apontamento e destaque para novas conflitualidades decorrentes e contínuas aos processos trabalhados até aqui, em especial nos itens anteriores deste capítulo, não tendo caráter absoluto enquanto recorte temporal. De forma análoga, por se tratar de processos ainda em curso, não tem caráter exaustivo, visto que estudos mais aprofundados seriam necessários para compreender melhor estes fenômenos.

⁶⁹ Note-se que a cena noturna continua forte no “baixo augusta”, inclusive a cena com festas e frequência LGBT, mas sem uma demarcação mais específica, estando diluídos em meio às casas e festas conforme já discutimos, em função de uma aceitação e respeito à diversidade.

Arouche nº 610, em 2012, com o nome de *269 Chilli Pepper Single Hotel (CPSH)*, “O maior e melhor hotel para solteiros da América Latina” agora não mais como locatário, mas sim como dono do terreno/imóvel, de forma que assim teria menos problemas com os interesses das construtoras.

Aberto em 2012, após uma série de transformações urbanas que cruzam tanto o mercado imobiliário residencial quanto o aumento na oferta de estabelecimentos e serviços de lazer direcionados ao público “masculino” de maior poder aquisitivo, o CPSH ajuda a traçar as linhas que cruzam duas centralidades paulistanas: a região da “República” e a região da “Augusta”. Enquanto a primeira estaria mais próxima ao “centro antigo” da cidade, ao marco zero na praça da Sé, a segunda se aproximaria de uma outra centralidade, a avenida Paulista, ambas com significados densos em relação às formas como a homossexualidade é espacializada em São Paulo (PUCCINELLI, 2017, p.29).

Esses significados entram em conflito no empreendimento da *Chilli Pepper Single Hotel*, na medida em que as tentativas de atrair seus clientes da época da *Sauna 269*, da localização na Bela Cintra, se mostraram falhas, ou ao menos parciais, os preços exorbitantes atrelados à espacialidade e clientela correlata tiveram que ser em muito reduzidos poucos meses após a abertura no Arouche. Apesar de não ser o foco, os homossexuais do Centro estavam ali, mais próximos, e passaram, em alguma medida, a frequentar o CPSH conforme os preços, em especial dos “armários”⁷⁰, opção mais barata do CPSH, se tornaram um pouco mais acessíveis, ainda que contrastando com os “clientes ideais”, para os quais são veiculados os anúncios publicitários, e cuja imagem é usada como propaganda aos demais clientes como o tipo de homem que se poderá encontrar no CPSH, que especialmente não estariam simbolicamente ligados ao centro. Nestas peças publicitárias (Figura 18, à frente), além das representações do “tipo ideal” do consumidor gay, assim como dos homens a serem encontrados, sendo parte do “produto” ofertado, as sugestões de locais de origem, e de caminhos para chegar ao CPSH, pressupõe o deslocamento de carro, e aproximam o estabelecimento da *The Week* (localizada na Rua Guaicurus, vide Mapa 7), frequentada por gays deste “tipo ideal”, ou da Rua Oscar Freire, notória pela presença de lojas de grife internacional, mas sem deixar de lado a Viera de Carvalho, historicamente frequentada por homossexuais, mas também por alguns que destoam do “padrão” simbólico do centro, associado às

⁷⁰ Atualmente (Jun/2018) o menor período possível, de 6 horas, pelo aluguel de um armário, sai por 45 reais de segunda a sexta, e por 65 reais aos finais de semana e feriados. Esta opção oferece apenas um armário para guardar seus pertences ao cliente, ou seja, sem a possibilidade de acesso a um espaço privativo. De forma que tal acesso se daria apenas acompanhado de outro(s) cliente(s) que tenham alugado outras opções de “estadia” no estabelecimento.
Fonte: <http://www.hotelchillipeppersp.com.br/preco.php>

bichas pobres e/ou periféricas. Porém, em nenhum dos três anúncios, o percurso sugerido passa pelo Centro, ou mesmo sugere-se ao cliente em potencial que contorne o Arouche e venha diretamente ao Hotel (PUCCINELLI, 2017, pp.65-79).



Figura 19 - Peças publicitárias veiculadas na página do CPSH no Facebook e foram postadas em 26 de março de 2012. (PUCCINELLI, 2017, p.73).

Tais anúncios evidenciam que apesar de fazer uso da memória espacial gay do Arouche, este empreendimento e seu responsável, mantém o discurso de que o centro é um lugar velho e degradado e que com seu empreendimento eles o estariam revitalizando, “fincando uma bandeira gay na porta do Arouche para sempre”, resguardando os homossexuais de serem novamente “expulsos” pelo mercado imobiliário, conforme processos já mencionados referentes aos territórios “LGBT” nos “Jardins” e no “Baixo Augusta”.

A questão do novo endereço é controversa. Ao mesmo tempo em que reconhece as dificuldades em deslocar o que considera o público formado nos anos de atividade da 269, Drumond produz o espaço do Arouche e da região central como “a região gay de São Paulo”, de maneira semelhante a como se referia à rua Frei Caneca quando de sua atuação com a Associação Casarão Brasil. Concomitantemente, descreve um processo de mudança dessa definição por conta das ações das construtoras, que estariam derrubando casas noturnas e outros espaços gays, numa narrativa que recombina a dinâmica do mercado imobiliário residencial, e sua paulatina descida para o centro, à sua própria experiência de saída do “Baixo Augusta”. Isso se traduz na produção de uma memória de expulsão anterior, pela qual passaram bares e casas noturnas concentradas nos Jardins até o início dos anos 2000 e numa ação concreta de manutenção da identidade da região a partir de si [enquanto agente das transformações]. (PUCCINELLI, 2017, p.71).

Neste movimento, de ser o “pioneiro” no que se refere ao mercado segmentado homossexual, com ênfase no fato de ter na espacialidade e na localização fatores determinantes, Drummond se coloca como um desbravador do “Centro degradado” em prol dos homossexuais. Se colocando enquanto vítima do mercado imobiliário, procura se isentar no discurso da responsabilidade de suas ações, pintando-as como positivas para os gays, ignorando a contradição suscitada por estas. Conforme entrevista de Drummond concedida a Puccinelli (2017):

O largo do Arouche é a região gay de São Paulo, o que já está em fase de modificação porque as construtoras estão todas aqui e atacando. Para mim eu vejo como uma contribuição de tentar ser, acredito eu, o único estabelecimento gay com edifício próprio. Aqui está todo mundo vulnerável à especulação imobiliária, que eu não estou mais. Eles estão vindo com força e eles vem te atacando de todos os jeitos porque eles são terríveis, então quem não tem imóvel próprio não consegue sobreviver. Porque eles te atacam através da fiscalização da prefeitura, né, eles implantam menores, eles implantam água mineral vencida, que foi o caso da Ultralounge na Rua da Consolação, né, então você vê esse movimento, a especulação imobiliária empurrando os estabelecimentos gays desde a Rua da Consolação, que é quando eu comecei a observar isso, de lá a gente mudou para a Frei Caneca e agora todo mundo chegou num acordo que, ok, nós estamos no Largo do Arouche, mas eles não estão satisfeitos e não vão estar satisfeitos nunca. Cada vez mais o dinheiro se afastando da comunidade gay, mas eu quero estar o mais próximo do dinheiro possível [risos]. Então eu acho importante poder fincar uma bandeira gay aqui na porta do largo do Arouche para sempre. (entrevista pessoal concedida em 04/09/2014) (PUCCINELLI, 2017, p.71).

Contradição esta que se expressa no fato de que, mesmo que alguma parcela de homossexuais “não ideais” frequente seu estabelecimento, não é para todos os homossexuais que este pioneirismo serve, ou beneficia, inclusive, evocando o discurso do centro como degradado e perigoso, e a si próprio como um agente da melhoria deste cenário, acaba por ser um gentrificador que alega advogar com seu empreendimento em causa dos homossexuais, ignorando ou desprezando os homossexuais não interessantes (exceto talvez como atrativo da alteridade aos gays que interessam) que ali sempre estiveram e estão.

Tanto o exemplo do Chili Pepper Single Hotel (Douglas Drummond), quanto os casos do Vegas Club (Facundo Guerra) e do Studio SP (Alexandre Yousseff) nos mostram uma visão do que seria a região central: de maneira geral, um lugar *deteriorado, desvalorizado e sem vida*, que se transforma através de suas ações. Seria a partir delas que uma outra experiência de centro passa a ser pensada e gestada. São nessas ações, portanto, que se localiza a mudança⁷¹ (PUCCINELLI, 2017, p.80).

⁷¹ Para análise e mais informações sobre estes processos ver Puccinelli, 2017, capítulo 1 – O “bairro gay” se movimenta: mudanças no mercado de lazer e disputas territoriais, pp.27-84.

Retomaremos este ponto posteriormente, após abordarmos brevemente os empreendimentos imobiliários residenciais que passaram a surgir no Centro de São Paulo, e contiguidades dos territórios LGBT históricos.

A partir da virada dos anos 2000 é possível perceber um acréscimo populacional nas regiões Oeste e em especial Centro de São Paulo, contrastando com decréscimos na variação no restante da cidade; Tendência que se inverteu em meados dos anos 1990, posto que até então, a partir da década de 1980, ainda estava em curso o esvaziamento do Centro cujos processos gerais de esvaziamento e “degradação” já abordamos no item 3.2, conforme pode ser percebido no gráfico 1 a seguir.

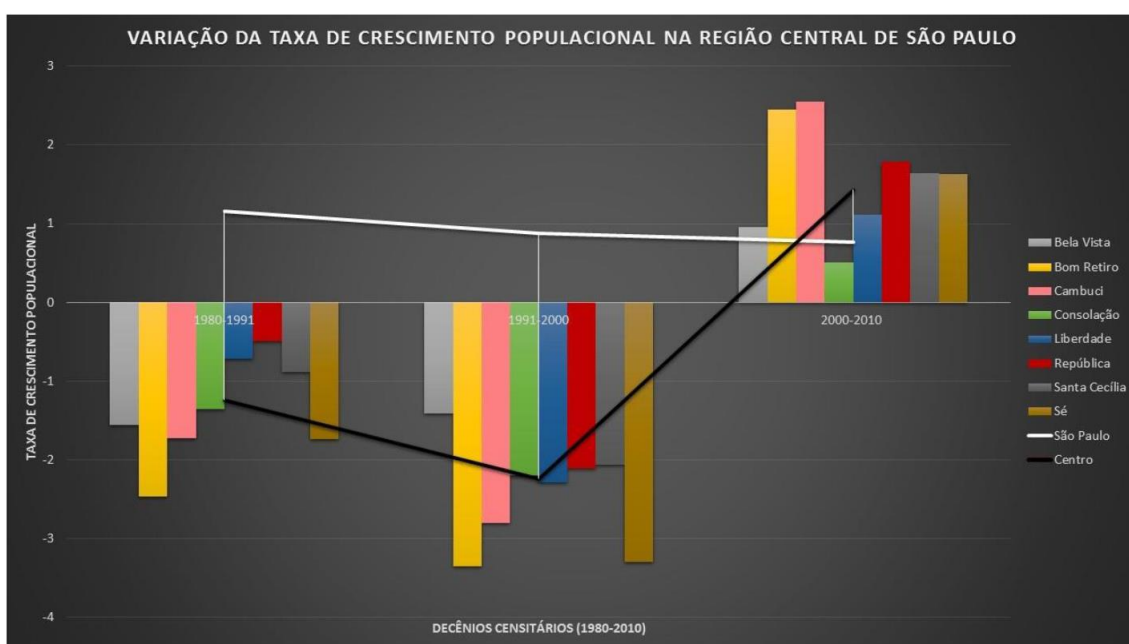


Gráfico 1 – Comparação das taxas de crescimento populacional a partir dos levantamentos censitários entre 1980 e 2010 com destaque para a participação dos distritos da subprefeitura da Sé. Fonte: IBGE – Censo 2010/SMDU/Deinfo (PUCCINELLI, 2017, p.92).

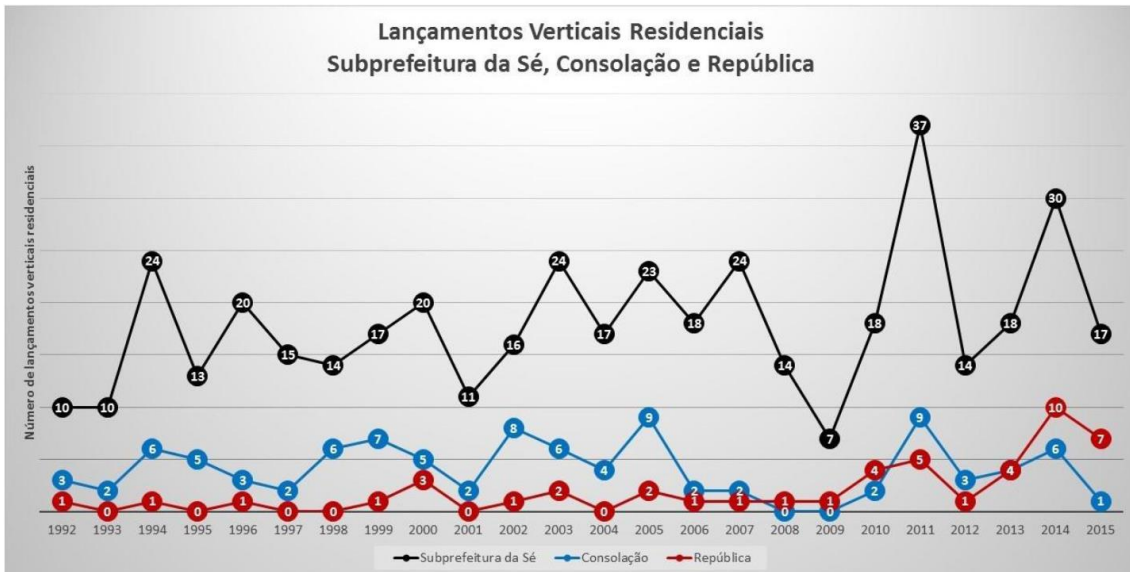
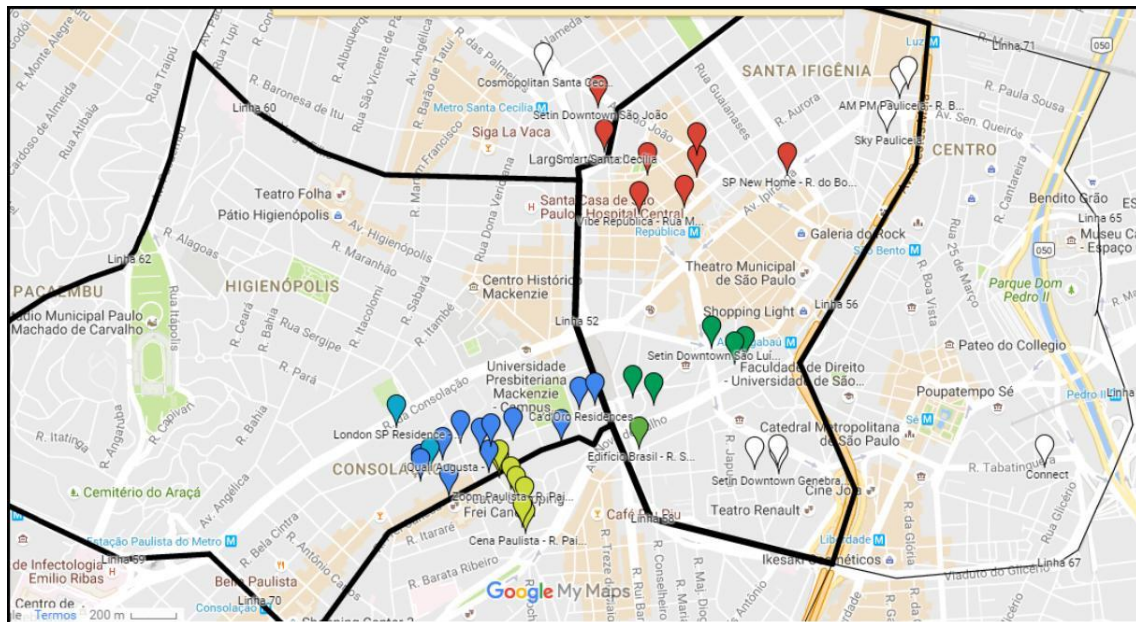


Gráfico 2 – Variação no número de lançamentos verticais residenciais entre subprefeitura da Sé e distritos da Consolação e República. Fonte: Embrasep/SMDU/DEINFO. (PUCCINELLI, 2017, p.96).⁷²



Mapa 9 – Mapa retirado de Puccinelli (2017, p.100), segue legenda do original – “Novos lançamentos Imobiliários no perímetro da subprefeitura da Sé (2011-2016), com destaque as concentrações nas ruas Augusta, Frei Caneca e Consolação (distrito da Consolação – Pontos em Azul), Paim (distrito da Bela Vista – pontos em amarelo) e entre a praça da República e o Largo do Arouche (distritos da República e Santa Cecília – pontos em vermelho). Os pontos em verde, no distrito da república, representam uma zona de transição entre este e o distrito da Consolação. Já os pontos em branco são empreendimentos que não foram considerados para esta análise. Em preto, mais grosso, estão os limites dos distritos da República, mais à direita, e da Consolação, mais à esquerda e com maior perímetro. Fonte Google, 2016” (p.100).

Feitos estes apontamentos referentes ao movimento de “retorno” ao centro, Puccinelli (2017) aponta para as estratégias de *marketing* e propaganda de que se utilizam estes empreendimentos na construção simbólico-discursiva de um “novo”

⁷² Para maiores informações e dados acerca destes processos demográficos e de empreendimentos imobiliários, ver Puccinelli, 2017, Capítulo 2, item 2.2. Cidade ascendente: retorno à cidade e novos empreendimentos imobiliários residenciais, pp.89-99.

Centro. Tudo isto ignorando, ou não mencionando, os fatores de potencial rejeição aos compradores em potencial, como a violência, a população em situação de Rua, etc., assim como evocando os investimentos da prefeitura em “melhorias” e “revitalização” do centro, forjando uma nova ideia de Centro, para se contrapor e suplantar a ideia de “centro degradado”, visando atrair compradores do perfil desejado.

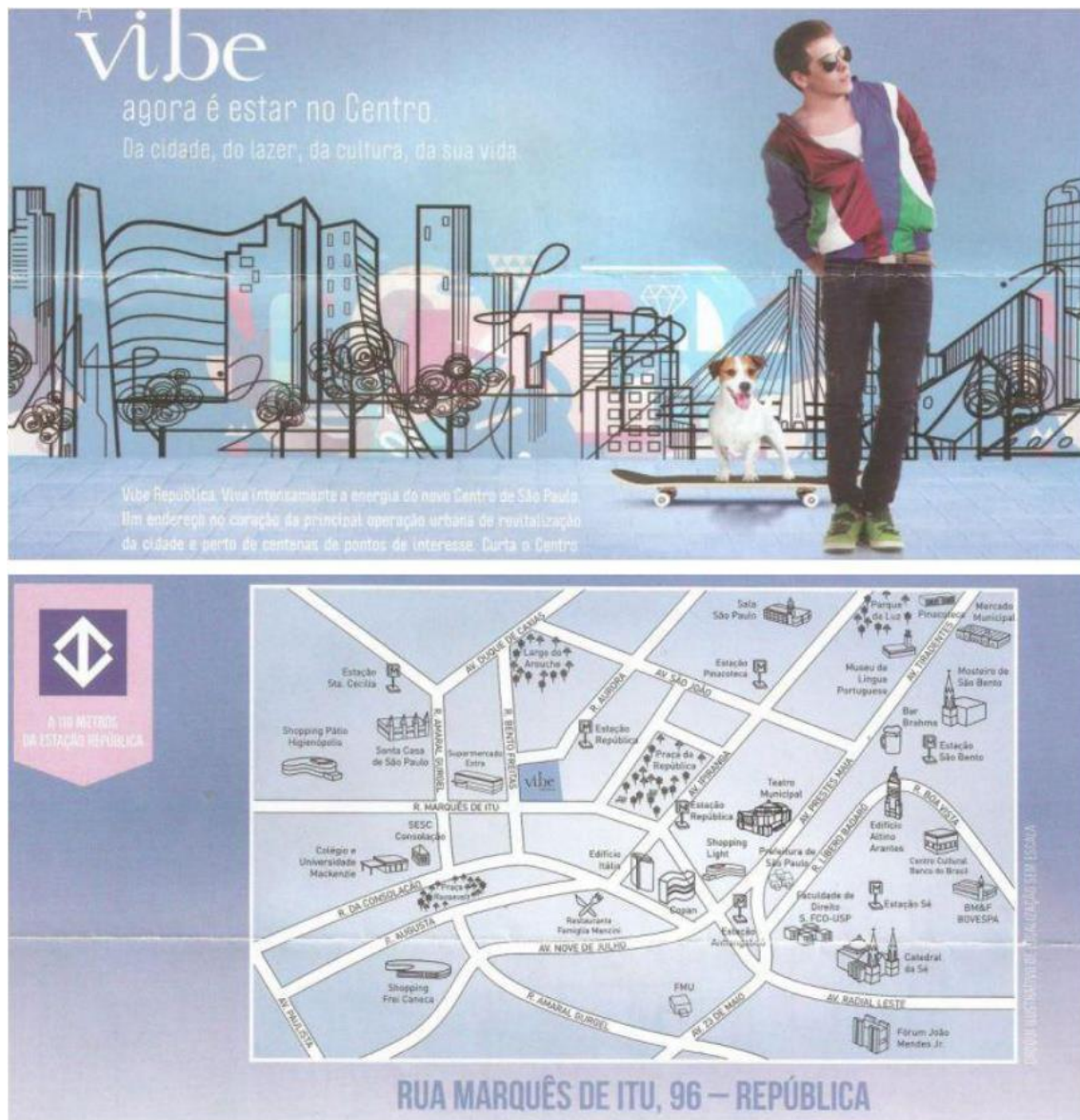


Figura 20 – Faces frontal e traseira do panfleto do empreendimento imobiliário residencial Vibe República, com a imagem principal e o mapa de localização. Conforme consta na face frontal do panfleto: “A vibe agora é estar no Centro. Da cidade, do lazer, da cultura, da sua vida. Vibe República. Viver no Centro de SP é fazer com que todos os dias sejam surpreendentes. Morando no Vibe República, mais ainda. Viva intensamente a energia do novo Centro de São Paulo. Um endereço no coração da principal operação urbana de revitalização da cidade e perto de centenas de pontos de interesse. Curta o Centro. A tendência é essa”. (PUCCINELLI, 2017, pp.121-122). (Para localização, vide mapa 10).

Dentro deste processo, de forma análoga aos empreendimentos de vida noturna já citados, e ressaltando a impossibilidade de equiparar “empresários da noite” e

“mercado imobiliário residencial” em função do evidente desequilíbrio de forças, este último tem evocado a memória LGBT destes espaços onde erguem seus empreendimentos no intuito de atrair um segmento de LGBTs que se enquadre no perfil de compradores, conforme pondera Puccinelli (2017):

Nos últimos anos, o mercado imobiliário, por meio de peças publicitárias, passou a dirigir-se a um público consumidor de gays e lésbicas - e ao fazer isso também instantaneamente atuava na produção mesma de estilos de vida relacionados à homossexualidade e que incluíam, por exemplo, residir em áreas centrais. Uma das primeiras propagandas desse tipo acessada pela pesquisa incluía a insinuação de um relacionamento entre duas mulheres. Ambas brancas, jovens, ostentando uma aliança e com os rostos próximos, as mulheres ilustram a frase que destaca a diferença do empreendimento em relação aos outros seis comercializados na mesma rua: “existia uma parede no amor”. pp.82-83



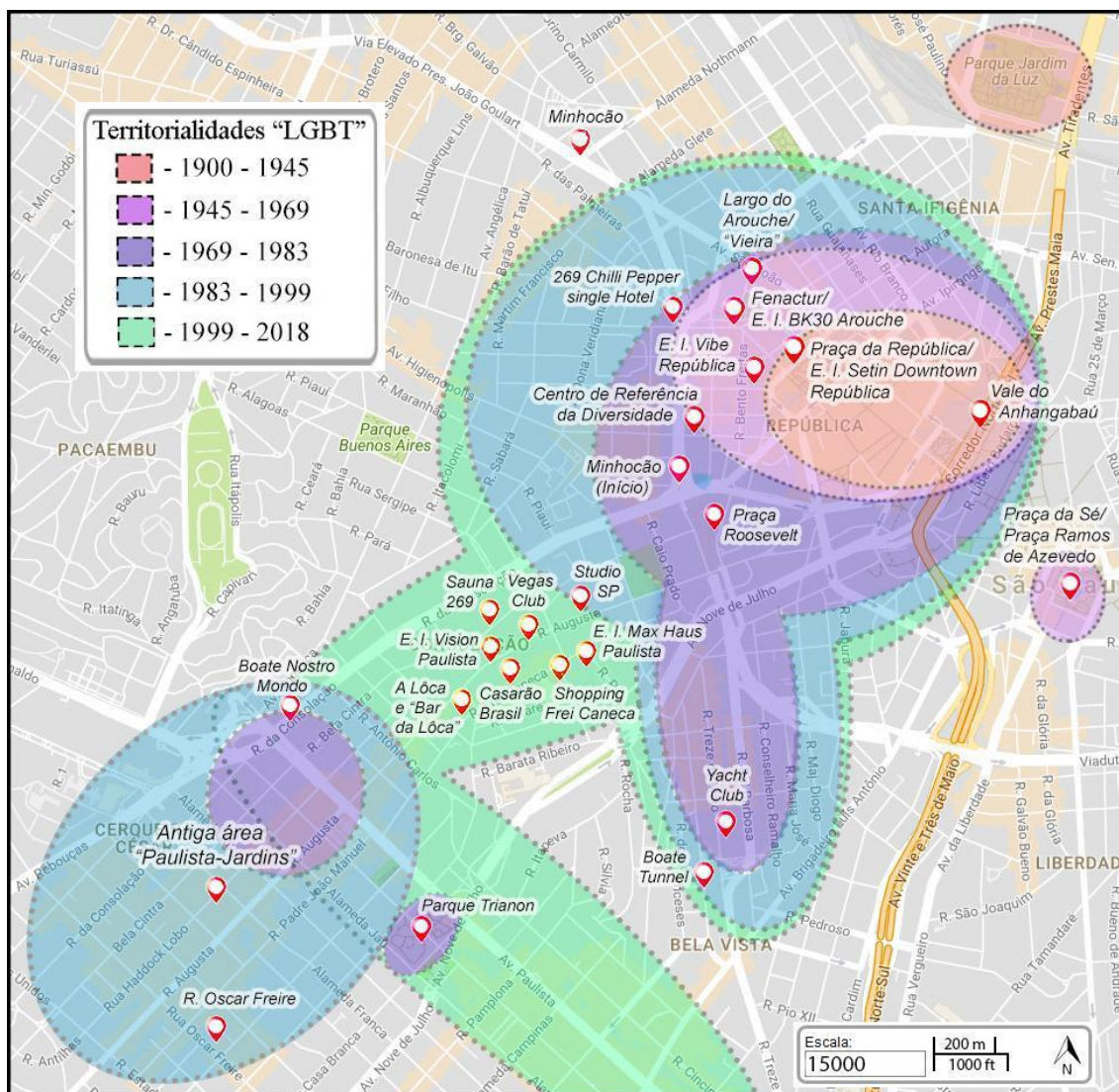
Figura 21 - Propaganda veiculada nos dois principais jornais paulistas de circulação nacional e no site da empresa em agosto/2013. (PUCCINELLI, 2017, p.83). O Empreendimento MaxHaus Paulista se encontra na Rua Paim, próximo à esquina com a Rua Frei Caneca (Vide Mapa 7).

Conforme comenta Puccinelli (2017):

Atentando para as frases dispostas no canto inferior direito podemos observar uma conjugação complementar discursiva entre imagem e frase principal. Este empreendimento se oferece a um público de cabeça *aberta, contemporâneo*, que agora finalmente pode morar “na sua época”. A manifestação de interesse e, portanto, o caminho para a compra passam por considerar que ou se faz parte do público retratado, ou não há impedimentos morais em tê-los como vizinhos. Os valores aplicados nestes empreendimentos indicam, adicionalmente, que o gasto na aquisição de uma de suas unidades é valorado também a partir da convivência com a *diversidade*. (p.83).

De forma que se promove estes empreendimentos tanto para que os “diversos” os comprem, quanto usa a própria “diversidade” como mais um fator agregador de valor

ao produto/“experiência” que está sendo vendida, no caso como um tipo valorizado de “capital cultural” contemporâneo, “cosmopolita” (conforme abordado no item 3.2 deste trabalho).



Organização: Caio De Giovani (2018)

Mapa 10 - Territorialidades LGBT - 1999 - 2018. Este mapa foi elaborado com base nos mapas anteriores apresentados neste trabalho, e na bibliografia referente ao período de 1999 a 2018. Assim como os mapas anteriores, optamos por utilizar buffers por período histórico aproximado, visando a cartografar o fenômeno das territorialidades LGBT levando em consideração sua relativa estabilidade e fluidez. A área específica deste último período histórico, em verde, engloba as demais áreas dos períodos anteriores, porém, a antiga área “Paulista-Jardins” cujo ápice de frequência se deu de meados dos anos 1990 a meados dos anos 2000, conforme trabalhado em texto, foi deixada de fora do buffer. Isto se deu pois apesar de esta área, assim como a Avenida Paulista como um todo, conforme demarcado, permanecerem sendo áreas de relativa segurança e frequência LGBT (especialmente LGB), os fixos mais específicos e característicos da formação desta “Antiga área Paulista-Jardins” não mais ali se encontram a partir de meados da metade dos anos 2000, tendo “descido” em sua maioria para o “Baixo Augusta” e mais recentemente ao Centro, ou se diluído em festas de frequência LGBT em casas não necessariamente marcadas como LGBTs, ou difundido num raio análogo ao dos demais estabelecimentos mostrados no mapa 8, da “desconcentração concentrada”. Optamos por referenciar os locais mencionados em texto, assim como alguns estabelecimentos contemporâneos presentes nas áreas já historicamente apropriadas, com destaque para a 269 *Chilli Pepper Single Hotel*. Optamos por referenciar 5 empreendimentos

imobiliários “E.I.” de maior relevância na tese de Puccinelli (2017), dentre os quais o *Vibe República* e o *Max Haus Paulista* cujos materiais promocionais abordamos em texto acima. A quantidade de estabelecimentos referenciados não se pretende exaustiva, em especial conforme, com o avanço nas lutas por direitos e maior tolerância social (ainda que parcial), cresce a difusão da frequência LGBT em estabelecimentos comerciais não marcadamente LGBTs, assim como a difusão destes para outras áreas além “gueto expandido” em maior quantidade, seguindo a tendência da desconcentração concentrada. Assim como nos demais mapas, com exceção dos mapas 8 e 9, optamos por manter a mesma escala e recorte, de forma a facilitar a leitura do mapa, de forma que alguns estabelecimentos mencionados ficaram de fora, como a *The Week*, por exemplo.

Há quase 15 anos atrás, acerca destes processos de “retorno” ao centro, e da função residencial enquanto estratégia de valorização e recuperação dos centros tradicionais, enquanto caracterizador de centros modernos (p.298), Alves ponderava:

(...) Favorecer a função residencial no Centro levaria a discutir o tipo de população que seria beneficiada por essa intenção. Seria a que já reside na área ou estar-se-ia pensando na atração de novas pessoas para a região?

(...) A apropriação e uso dos espaços centrais estão implicando em uma verdadeira disputa entre segmentos diferenciados da população. De um lado temos a iniciativa privada, que em sua ânsia de revalorização de seu patrimônio, vem buscando aplicar uma seletividade aos que utilizam esse espaço. A função residencial, como elemento também caracterizador do Centro, está nos planos de “revitalização” da área central e tem um perfil próprio de morador: busca atrair as camadas da população de médio e alto poder aquisitivo. (...) (ALVES, 2004, pp.298-299).

Considerando o que foi exposto até aqui neste tópico, e retomando o foco nas populações LGBT, objeto deste estudo, em especial as homossexuais masculinas, podemos interpretar estes processos como sendo processos de gentrificação cujos “pioneiros individuais”, empreendedores, seriam as casas noturnas (e demais empreendimentos correlatos) além dos primeiros moradores de classes mais abastadas a se mudar para esta “fronteira” (SMITH, 2007, p.17). Concomitantemente, e por vezes até antes dos “pioneiros” ali chegarem, tais espaços já despertavam o interesse de atores econômicos coletivos (SMITH, 2007, p.18), por meio dos empreendimentos do capital imobiliário residencial, assim como o poder público no que se refere às obras de “revitalização urbana” planejadas e pretendidas no Centro, inclusive visando atrair os primeiros “pioneiros”. Com destaque, para nossa análise, na transformação do “minhocão” em parque público.

Dentro deste processo, há todo um desenvolvimento de uma “ideologia da fronteira”, que em termos simples, seria a idéia do desbravamento de uma “selva”, lugar hostil, que deste desbravamento poderia vir a ser “civilizada”, perspectiva dentro da qual se justifica e positiva a imagem dos indivíduos “pioneiros”, enquanto se ignora e despreza os “selvagens” que ali habitavam, como se estes não existissem, e inclusive

parte do processo implicaria em expulsá-los dali, no caso, dentre outras formas mais diretas que trataremos posteriormente, da valorização fundiária e impossibilidade de arcar com os custos de permanecer nestes “espaços desbravados” (SMITH, 2007, p.21).

[Gentrificação.] Processo pelo qual bairros residenciais da classe trabalhadora são reabilitados por compradores da classe média (...). Eu faço uma distinção teórica entre gentrificação e reordenamento [urbano]. Este não envolve a reabilitação de estruturas antigas, mas a construção de novos edifícios numa área previamente desenvolvida. Um número de outros termos é constantemente utilizado em referência a um processo de gentrificação e todos expressam uma atitude particular em relação a este processo. “Revitalização” e “renascimento” sugerem que as vizinhanças envolvidas estavam de alguma forma “de-vitalizadas” ou culturalmente moribundas. Apesar de às vezes ser o caso, é verdade constante que a maior vitalidade das comunidades trabalhadoras são “de-vitalizadas” durante a gentrificação. Portas abertas, jogos de rua e o ato de sentar-se na varanda são realocados com barras de ferro (grades), cães de guarda, altos muros e desprezo pelas ruas. A ideia dos “pioneiros urbanos” [no processo de gentrificação] é como um insulto frente à ideia dos “pioneiros” originais no Oeste. Agora, como lá, isto implica que ninguém vive nas áreas “pioneiradas” – ninguém digno de ser reparado, ao menos. (...) O termo gentrificação expressa a característica de classe óbvia do processo e, por esta razão, mesmo que tecnicamente não seja um “nobre” [gentry] que se mude, é empiricamente mais realista a mudança de profissionais liberais brancos de classe média. (SMITH, 1982, pp.139-140 apud PUCCINELLI, 2017, pp.88-89).

Neste sentido, chamamos atenção para o uso da memória e presença “gays” no Centro de São Paulo ao longo de sua história, como abordamos neste trabalho, por parte dos empresários e Capital imobiliário, com o intuito de fomentar e dar andamento ao processo de “revitalização”. Tanto como consumidor, quanto como “produto” representante da diversidade e cosmopolitismo, porém, não todo e qualquer homossexual/LGBT, mas sim aqueles que interessam, tanto aos estabelecimentos recém-chegados e com preços e padrões mais elevados, quanto aos empreendimentos imobiliários residenciais. Tal seletividade do consumidor, entremeada com a questão LGBT, nos remete à divisão entre “gays da Frei Caneca” e “bichas do Centro” no que isso carrega de simbólico e concreto. Em meio aos processos de gentrificação referenciados, cruzados com a questão da presença homossexual/“LGBT” nestes espaços, com a descida dos intentos econômicos mais diretamente ligados e orientados aos homossexuais consumidores dos “jardins-frei caneca”, colocam-se em conflito pelos mesmos territórios as intencionalidades homossexuais mediadas pelo mercado, numa perspectiva de “compra do espaço”, e as intencionalidades dos homossexuais mais pobres frequentadores do centro, correndo o risco de serem “expulsos” pela valorização destas áreas pelos agentes mais poderosos nas geometrias de poder que a produzem.

Neste processo, contraditoriamente, a presença dos homossexuais pobres, negros, afeminados, periféricos, cuja existência e territorialização no Centro e em especial no Largo do Arouche aos domingos, é justamente o que materializa a memória e a resistência LGBT nestes espaços, é tanto vagamente evocada enquanto um indício da existência e presença da diversidade, quanto negada e ignorada, desconsiderada pelos “pioneiros”, que ao conceber/produzir a região como “de-vitalizada” desprezam a vida destes LGBTs que não interessam aos seus propósitos de compra e venda. Inclusive, estes indivíduos seriam um entrave à “revitalização” e à atratibilidade dos homossexuais economicamente interessantes.



Figura 22 - “Cemitério dos Esquecidos II” - Autoria: Wes Nunes, disponível em: <http://manifestodosquadrinhos.tumblr.com/>

Nos referimos, no caso, às “famílias LGBT” que frequentam o Largo do Arouche aos domingos, vindo principalmente de regiões periféricas, fazendo da “Vieira” um “lar” (nome pelo qual se referem ao Largo do Arouche, visando se contrapor aos demais “gays” de maior poder aquisitivo que chamam o largo de “Arouche”). Resumidamente, podemos dizer que as “famílias LGBT” são:

(...) redes constituídas por jovens com condutas homo e bissexual que emergem como oportunidade de proteção e também como possibilidade de ampliação dos trânsitos de seus membros pela região metropolitana. Essas redes têm ao menos um fundador, o “pai”, mas também podem ter as “mães”, sendo que geralmente estes fundadores elaboram as regras de convivência e os parâmetros de adoção de “filhos”. Em São Paulo há distintas “famílias”, algumas com dezenas outras com centenas de integrantes, sendo também diversas as modalidades de organização e gestão das mesmas. As “famílias” consideradas aqui surgem na década de 2000, o que sinaliza alguns processos cujos efeitos têm se tornado ainda mais intensos no país, como a crescente visibilização da homossexualidade, a elaboração de políticas públicas destinadas à população LGBT, ampliação de um mercado direcionado e, ainda, a diversificação de espaços de sociabilidade. Ainda que parte do discurso sobre a origem dessas “famílias” remeta a redes de travestis que se prostituíam na região central de São Paulo na década de 1980, a grande maioria dos “pais” e “filhos” são jovens cuja justificativa principal de seus laços remete à proteção contra violência nas ruas e nas “famílias de origem”. Cabe também aos “pais” das “famílias de escolha” zelar por seus “filhos” em casos de discriminação nos espaços de trabalho e de estudo, bem como nas relações com as “famílias de origem”. Tais laços, portanto, têm extrapolado a dinâmica interna desses grupos e vêm recebendo reconhecimento e visibilidade em espaços públicos de ação política dentro de partidos e instâncias governamentais, como secretarias relacionadas à defesa dos direitos humanos. (Perilo & Puccinelli, 2017, s/p apud PUCCINELLI, 2017, p.141).

Um dos locais escolhidos como ponto de encontro destas diversas famílias se deu justamente pela memória de resistência, do Largo do Arouche enquanto território seguro para indivíduos LGBT⁷³. A organização das famílias LGBT tem como intenção evidente a proteção mútua e a satisfação, em geral, ainda que dadas as devidas diferenças, dos mesmos anseios psicológicos e socioespaciais que as “turmas” de classes médias tiveram nos anos 1950, 1960 em diante. A partir do advento da internet e das redes sociais, em um contexto já muito menos preconceituoso (em comparação com momentos anteriores), ao menos nas áreas centrais, possibilita-se a organização e comunicabilidade destes indivíduos periféricos, assim como sua conscientização, em alguma medida, no que se refere à suas condições socioespaciais, que historicamente

⁷³ Após participar como observador de uma reunião do consulado das famílias LGBT, realizada no CRD - Centro de Referência da Diversidade (no distrito da República, vide mapa 7), no dia 28/04/2018, em conversa informal com Elvis Justino, um dos “pais” da Família Stronger, mais alguns locais foram mencionados, dentre eles o Tatuapé, mais distante, mas também o “Vão do MASP”, e o “Ibira” (Parque do Ibirapuera) como locais de frequência e sociabilidades das famílias, locais também foco de conflitos entre sociedade e LGBTs periféricos, mas não envolvendo de forma mais direta a questão imobiliária como na “Vieira”.

não gozavam de segurança com relação à suas sexualidades/identidades de gênero nas periferias, elegendo para suas socializações, locais relativamente seguros já territorializados historicamente, como o caso simbólico do Largo do Arouche exemplifica⁷⁴.

Esses jovens, portanto, figuram como parte das preocupações das pessoas e empresas circundantes, como a Fenactur⁷⁵. Por outro lado, a presença deles representa uma espécie de atestado da diversidade que atrairia possíveis compradores das unidades residenciais que estão sendo construídas. Há, aqui, dois movimentos em colisão, um de aproximação e outro de distanciamento com base em diferentes concepções da homossexualidade masculina.

A praça aparece como decadente e perigosa a partir de um olhar externo a ela; já para as famílias e outros frequentadores, trata-se de um lar, um lugar de refúgio e segurança para se estar com os seus. Não é, contudo, essa a residência que pretende ser vendida, e não interessa ao mercado que seus frequentadores façam parte dos futuros moradores. Temos então algumas fronteiras simbólicas concretas que separam um “gay” ideal dos sujeitos que circulam pelo “bairro gay tradicional”.

Corroborando com a idéia de gentrificação, o Largo do Arouche estaria sendo gentrificado, tendo na suposta promoção da diversidade a justificativa para que se leve a cabo o processo, quando o que há de fato é um ataque à diversidade quando esta se encontra fora das expectativas dos investidores, seja pela expulsão física, seja pela expulsão pela alta dos preços característica da gentrificação.

Nos últimos cinco anos o Arouche tem sido construído como esse “bairro gay” pelos empreendimentos do mercado, se assemelhando a outros lugares do mundo, como o Castro, em São Francisco, ou Chueca, em Madri. É isso, mas não é só isso. É isso porque há uma memória da presença homossexual e da resistência contra a opressão policial ao longo dos anos. O “bairro gay”, contudo, pode também ser aproximado das tentativas de limpeza e expulsão da praça. Temos como principal exemplo as formas como o mercado imobiliário se utiliza da idéia de diversidade para se aproximar do público consumidor, mas se afasta do público presente no Arouche, formado principalmente por jovens das periferias urbanas cuja quase totalidade não teria condições de adquirir quaisquer dessas unidades. As fotos de casais heterossexuais, jovens,

⁷⁴ Para mais informações sobre as famílias LGBT ver Puccinelli, 2017, Capítulo 3 – Território híbrido e políticas territorializadas: disputas em torno do largo do Arouche, pp.138-182.

⁷⁵ A FENACTUR, Federação Nacional de Turismo e a Confederação Nacional do Turismo, ambas sediadas no largo do Arouche, em Janeiro de 2014, soltaram a seguinte nota, direcionada ao Então Prefeito Haddad, em seu site: “O **Largo do Arouche** é uma das praças mais antigas e belas da cidade de São Paulo. Possui frondosas árvores centenárias, abriga importantes obras de arte, excelentes restaurantes, hotéis e vários comércios. Também uma base da Polícia Militar está locada neste patrimônio da nossa cidade, porém, impossibilitada de agir. Constantemente, a sua Prefeitura vem realizando benfeitorias no **Largo** e que rapidamente são destruídas pelos “sem teto” e tribos GLS, que frequentam o local e o transformam em seus dormitórios, banheiros e motel a céu aberto. Recentemente foram colocados maravilhosos troncos de árvore, que logo viraram “dormitórios de luxo”. Hoje, o **Largo do Arouche** é um lugar decadente e que deve ser evitado.” [sic] (grifos em negrito originais na nota). Ao final da nota, agradecimentos antecipados conclamam a prefeitura a se mobilizar segundo os intentos das entidades, e falam também em nome do “povo de São Paulo”, insinuando que “trata-se de uma questão que interessa à população, da qual, parece, “sem teto” e “tribo GLS” não fazem parte” (PUCCINELLI, 2017, p138).

loiros e brancos ou a utilização de uma linguagem que maneje ideias de ser “moderno” e “cosmopolita” indicam um afastamento e uma negação de grande parte das pessoas que efetivamente circulam pela região. Relatos de corretores de imóveis que afirmam expulsar públicos indesejados como travestis e moradores de rua através de seguranças privados é a forma mais concreta desse afastamento. Além disso, nenhum desses jovens está ou será representado pelo mercado imobiliário. (PUCCINELLI, 2017b, pp.75-76)

Outro exemplo de como os processos de gentrificação se entrecruzam com as questões LGBT no centro de São Paulo se dá pela ressignificação do minhocão decorrente do processo de transformação em parque aberto, e a consequente valorização dos aluguéis e custos de vida das populações vulneráveis que ali estão, dentre elas populações LGBT de classes baixas e médias-baixas que habitam a área desde a desvalorização em função da construção do minhocão, consequente evasão das classes médias, e ocupação por classes baixas nos anos 1970/1980. Carrapatoso (2015), ativista e membro do coletivo “SP sem Minhocão”, à época do debate da implantação do minhocão enquanto parque (2015), em artigo jornalístico, escreveu:

Os aluguéis que, antes, abarcavam um público de classe média-baixa (grande parte dos moradores da área central), hoje miram na classe média-alta, se não classe alta. Vários lançamentos imobiliários mesmo próximos ao minhocão também estão com a linguagem de que agora é um ótimo momento para “investir” em imóveis na região. “Investir!”. Não é morar, viver, ou o que for, mas sim “investir”. (CARRAPATOSO, 2015, disponível em: <https://medium.com/jornalistas-livres/a-verdadeira-disputa-entre-direita-e-esquerda-24744d09a404>).

Conforme apontava Alves (2004), as apropriações e usos do espaço no centro com intencionalidades distintas implicavam em uma verdadeira disputa por parte de diferentes setores da sociedade, que atualmente se refletem de forma mais enfática na medida em que os empreendimentos imobiliários e as reestruturações urbanas estão sendo levadas à cabo, colocando as populações mais pobres à mercê da expulsão, tanto no caso literal de alguns moradores de rua e travestis como já mencionado, quanto e principalmente em função da alta dos preços dos aluguéis. Interesses de atores hegemônicos na produção do espaço passam a agir, notadamente o mercado imobiliário e, em menor grau empresários da noite, concomitantemente às ações do Estado, atuante por meio de fomentos como incrementos de crédito para aquisição de novas unidades residenciais, ou isenção de impostos de insumos da construção civil, mas também como as obras de reestruturação do centro. Frente às ações destes atores, as populações já presentes buscam se organizar visando a resistir a tais processos.

É preciso questionar quais grupos estão sendo atendidos pelas transformações urbanas pretendidas, pois o processo de gentrificação ignora a pluralidade

cultural que surgiu ao longo do elevado, a exemplo dos inúmeros grupos sociais que ali atuam: a comunidade LGBTQ+ no Largo do Arouche, as rodas de samba no Largo Santa Cecília, os coletivos de atuação artística etc. Se o direito à existência passa pelas espacialidades conquistadas, estas ocupações são, sobretudo, políticas e devem ser consideradas nas discussões sobre a região. (NASCIMENTO, NITO & OLIVEIRA, 2017, p.88).

Não nos cabe aqui explorar a totalidade das lutas e conflitos por moradia e permanência no centro frente aos processos em curso de expulsões por gentrificação, dado que tal exploração seria mais complexa e fugiria do escopo proposto por este estudo, porém, nos cabe apontar para as tensões que entrecruzam a questão LGBTQ com estes processos maiores de gentrificação brevemente abordados até aqui.

Indo ao encontro do que foi considerado na citação acima, e retomando algumas ideias e conceitos já trabalhados, os indivíduos LGBTQ “do centro” pressionados pelos processos em curso, não representados por boa parte dos movimentos de busca de direitos mais amplos, ou, “de uma elite econômica” deste segmento, ou ao menos não sentindo em suas vidas tais conquistas, mesmo que estas teoricamente os contemplem, passam a se organizar autonomamente em movimentos socioespaciais e socioterritoriais em diversos moldes e com métodos de ação diversos, mas sempre com a intenção de ter voz sobre seus espaços e territórios, e no caso, sobre a produção do espaço. Dentre os métodos, é válido mencionar, o Estado, mais especificamente a prefeitura, tem um papel crucial nas geometrias de poder, na medida em que, em função de seu poder normativo (no sentido de regulamentação e controle) sobre os processos de produção do espaço urbano, ainda que muitas vezes subordinado aos interesses do Capital imobiliário, é pressionado e chamado a intervir por parte dos movimentos de mobilização social, socioespaciais e socioterritoriais. O Estado torna-se um ator cujas ações estão em disputa, ainda que não em equilíbrio, visando trazer à tona a existência dos que foram/são desconsiderados nos discursos e na construção do “novo centro”.

NASCIMENTO et al. (2017) apontam para o caso do minhocão, no qual o Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep)⁷⁶ vem trabalhando no Inventário Participativo Minhocão Contra a Gentrificação, cuja preocupação central é com a permanência dos grupos sociais mais vulneráveis da

⁷⁶ “O grupo é formado pelo movimento Baixo Centro (coletivo que, até 2014 usou o minhocão para a realização de atividades culturais autofinanciadas) e por profissionais vinculados à Repep (rede que atua na interface entre educação e cultura e que, desde 2011, compartilha experiências práticas e reflexões conceituais no campo da educação patrimonial). Ver: <baixocentro.org> e <Repep.flch.usp.br>”. (NASCIMENTO, NITO & OLIVEIRA, 2017, p.89).

região, pois tal vulnerabilidade se estende à impossibilidade de resistir às altas de preços, e então à expulsão da região. Dentre tais populações, encontram-se os LGBTs. Este inventário tem por finalidade “o reconhecimento da diversidade de referências culturais existentes na região, de modo a subsidiar a construção de um conjunto de argumentos e informações que sejam base para se contrapor aos processos de gentrificação” (p.89) além de objetivar a tomada de consciência de sua posição em meio aos processos, e às possibilidades de resistência destas populações, frente aos processos de expulsão.

A elaboração do inventário está fundamentada em uma metodologia desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)⁷⁷. Faz uso do conceito de referência cultural, que diz respeito à não universalidade do patrimônio cultural, e também à sua multiplicidade simbólica, na possibilidade de sua ressemantização e nas diferentes formas de sua apropriação. Sendo o Inventário criado pelas comunidades, a elas caberá decidir como interpretar e proteger suas referências e manifestações culturais. A partir da demarcação e do estudo de um território, a aplicação do Inventário tem por premissa a identificação dos bens e práticas culturais, assim como dos sujeitos sociais que com ele se identificam.

(...) Mesmo que os resultados ainda sejam parciais, a identificação das referências culturais LGBT+ no território do Minhocão já traz uma amostra de elementos que necessitam ser visibilizados e considerados diante das possíveis transformações do espaço. Seja demolição, conversão em parque ou qualquer outra intervenção que possa ali ocorrer, é necessário inserir essas referências culturais na discussão sobre o destino da estrutura (NASCIMENTO, NITO & OLIVEIRA, 2017, pp.89-91)..

Desta forma, procura-se não apenas amparar com um viés científico os sujeitos que animam o minhocão e seus entornos e buscam combater a gentrificação, mas por meio deste amparo possibilitar que compreendam melhor e protagonizem sua própria luta e consigam autonomamente adentrar as esferas de disputas de políticas públicas sobre a cidade que habitam.

(...) Por fim, cabe ressaltar que, embora o discurso do patrimônio cultural tenha servido historicamente de alibi, em diversas experiências, para a geração de processos de enobrecimento urbano, essa é a questão que o Inventário Participativo Minhocão Contra a Gentrificação problematiza. Em vez de focar as necessidades de intervenção urbana pelo viés da valorização dos objetos culturais, a defesa de uma lógica do patrimônio a partir da compreensão das apropriações sociais tangencia a discussão do direito à cidade, já que busca garantir a permanência dos grupos existentes nos territórios. Assim, é preciso reconhecer as diferenças de oportunidade no usufruto do espaço e das relações urbanas, e utilizar-se das políticas públicas como meio de promoção da equidade e da diversidade. (NASCIMENTO, NITO & OLIVEIRA, 2017, p.92).

⁷⁷ Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio_15x-21web.pdf

Buscando-se assim que se considere a presença destas populações enquanto constituidoras elas mesmas de um patrimônio histórico e cultural imaterial destes espaços, sendo inerentemente parte destes, pois é justamente nesta indissociabilidade do espacial e social que se formata de fato o patrimônio nos termos propostos acima. Esta “essência” LGBT que se procura vender, depende da presença e territorialização LGBT, sem a qual as referências de preservação patrimonial do Estado tornam-se vazias ao apontar patrimônios históricos, dissociando-os do social que o compõe. Configurando assim o alibi para a gentrificação mencionado, ou, enquanto mera propaganda para atrair consumidores, vendendo a “essência” que a sociabilidade e territorialização destes LGBTs pobres evoca a tais espaços, ao mesmo tempo em que, em última instância, os estaria expulsando dali. Com isto em mente, as organizações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais puderam argumentar em seu favor nas disputas via política institucionalizada, levando à esfera do Estado sua luta pelo direito à cidade. Luta que passa necessariamente pelas disputas não plenamente tangíveis do conflito, em função do discurso hegemônico de “benfeitoria pela revitalização do centro degradado”, que precisa ser combatido para influenciar nas determinações normativas a incidir sobre os espaços em disputa.

Também neste sentido, porém não apenas pela institucionalização, mas sim pela sociabilidade e ocupação dos espaços em si, numa resistência das territorializações, passaram a funcionar as famílias LGBT. Na medida em que estas estruturas passam a tomar teor mais politizado, conforme o jovem Kaique de 16 anos pertencente a uma delas foi encontrado morto em 2014, um dia após a emissão da nota da FENACTUR, desencadeia-se um movimento de politização destes grupos e em especial de algumas de suas lideranças, a partir de um protesto realizado no Arouche no dia 17/01/2014 para contestar as causas do óbito dadas pela Polícia Militar e pelo Instituto Médico Legal, que aparentava ser um suicídio, explicação que inicialmente não convenceu suas famílias, em função de lesões análogas às de espancamentos, que imediatamente evocariam o ocorrido como sendo resultado de homofobia. Independentemente se posteriormente se descobriria se de fato fora, ou não, uma agressão homofóbica, o episódio serviu para mobilizar as famílias em algum grau, e reforçar este caráter político que estas poderiam ter/ e de certa forma já tinham, mesmo que de forma espontânea, mas que não era um foco destas. Sendo um ator especialmente importante, Elvis, “Pai”

da “família” “Stronger”, mais velho, e um indivíduo que buscou agir politicamente, e por consequência fomentou a política nos demais membros de sua família.

Elvis se define como “gay”, “negro” e “da periferia” e descreveu uma relação de contiguidade com o que ocorria com as travestis que se prostituíam no centro da cidade nos anos de 1980, se organizando em grupos para maior proteção, algo que as “famílias” também faziam. Se um membro sofresse agressão ou ameaça, seu “pai” iria interferir. Segundo ele, antes de chegar à “Stronger”, a “família” se resumia a festas e brigas. Sua entrada, a partir da “adoção” pelo principal pai da “família”, Roberto, resultou na criação de um espaço para discutir e fomentar posicionamentos políticos e ativismo pelos direitos LGBT. Essas ações, segundo ele, tinham o objetivo de reocupar e promover os espaços:

“É onde a favela vai. Em época de eleição os candidatos nos procuram, mas a CADS⁷⁸ não conhece a periferia, não conhece o Grajaú. Se alguém peida na Augusta eles saem correndo para resolver porque todos os conselheiros moram lá, vão lá. Mas se a gente da Vieira reclama nada acontece. (entrevista realizada em 10/03/2014)” (PUCCINELLI, 2017, pp.176-177).

Levanta-se então uma questão de classe que também é espacialmente marcada, e se evidencia pelas disputas simbólicas atreladas a tais questões de classe, interseccionadas a outros marcadores de diferenças sociais, assim como pelas disputas de possibilidade de uso de espaços e territórios apropriados no Centro, como o Arouche, Minhocão e imediações, e “Centro” num geral. Assim, frente a estas disputas e conflitos, que afetam diretamente esses indivíduos, desprezados, ou se muito, ignorados, em tempos de desvalorização dos espaços e territórios que ocupam, os LGBTs pobres, negros, (alguns periféricos, outros não), afeminados, etc. passam a se entender, em alguma medida, enquanto um ator político que precisa se posicionar e disputar agora que outros interesses e atores tem interesse pelo que eles simbolizam, mas principalmente, pelos espaços que ocupam e produzem simbolicamente. Por meio da insistência no uso e territorialização destes/nestes espaços nos quais “não deveriam mais estar/degradam” segundo intenções antagônicas, mas também se utilizando do poder público, em especial a prefeitura, para tais propósitos, disputando as políticas públicas (mas não só) e evidenciando o caráter de classe que então permeava estas questões em meio aos “espaços” de discussão referentes ao tema/pauta, como a fala de Elvis aponta.

É principalmente a partir destas disputas e conflitos, na qual a presença destes jovens parece fundamental, que a prefeitura na gestão 2013-2016 começa a atuar como “mediadora” por meio de ações da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. O chamamento da sociedade para intervenções na praça, no formato de reuniões abertas, tem início principalmente na ação de pessoas ligadas ao empresariado local. Contudo, os protestos envolvendo a morte de Kaique

⁷⁸ Coordenação de Assuntos da Diversidade Sexual, nome anterior à Coordenação de Políticas para LGBT na prefeitura.

revelam outros atores, para além dos empresários, particularmente as lideranças provenientes das “famílias LGBT”, que disputam espaço político e competem pela presença em lugares de diálogo institucional com o poder público, como nos conselhos estadual e municipal LGBT e nos conselhos de juventude e de saúde.

Apesar desta proximidade com o poder público, partidos, e demais grupos de militância e lutas por direitos dos LGBTs, as famílias buscam se manter autônomas, entendendo em alguma medida que a política institucionalizada faz parte de sua luta, mas que esta não se resume a isto, e que ocupar os espaços e territorializar-se, especialmente onde não são bem vindos, ou em locais dos quais interesses antagônicos os querem expulsos, num uso funcional e simbólico destes espaços, é também lutar por seus direitos.

A estratégia desses atores passa pela ocupação de espaços políticos e pela aproximação com partidos políticos, mas tenta se manter independente da gestão municipal que acompanhamos neste período. Os dois eventos aqui citados, mas principalmente o protesto realizado no Arouche em 17 de janeiro de 2014, mostram como as “famílias” passam a tomar a frente em atos “contra a homofobia” que viriam a acontecer em outras ocasiões, dividindo a linha de frente de marchas, caminhadas e falas com representantes de setoriais LGBT de partidos políticos. As “famílias”, portanto, passam a fazer parte de diversas disputas e reivindicações relativas à prefeitura. (PUCCINELLI, 2017, p.140).

Da gestão Haddad, surgiram algumas políticas públicas supostamente participativas e que buscavam algum tipo de incentivo à ocupação do espaço público e das praças, em especial o Arouche, como os eventos do “#WikiPraçaSP”⁷⁹, que tiveram participação pontual de Elvis, e até mesmo de Puccinelli, mas que, porém, não atingiram o efeito desejado, evidenciando algumas tensões decorrentes dos recortes internos ao se tematizar políticas para LGBTs que, em face às disputas por estes territórios, por parcelas distintas e com objetivos distintos, mas ambos sob o aparente tema congregador “LGBT”, precisam ser postas em questão, pois que virão à tona de qualquer forma, graças à contradição que a permeia⁸⁰.

⁷⁹ Um dos desdobramentos para o Largo do Arouche dos recortes LGBT do *Plano de ocupação do Espaço Público pela Cidadania* (POEPC) proposto pelo governo Haddad em 2014, consistiu em uma série de ações: 1. identificar e mobilizar atores locais; 2. mapear demandas territoriais; 3. realizar diálogos sociais; e 4. implantar projetos pilotos. Além de ter enfoque no “combate à homofobia”, sendo o #WikiPraçaSP um desdobramento direto disto. O WikiPraçaSP é gerido por um grupo internacional responsável por suas ações e que não contava originalmente com nenhum LGBT em seus quadros, visto que a questão LGBT é uma pauta específica da aplicação do projeto/modelo #WikiPraça no Arouche, não um foco do grupo. Para mais informações e análise, ver Puccinelli, 2017, Capítulo 3, itens 3.3 – Planejamento para ações de “coletivos”: uma agenda da prefeitura, pp.152-159 e 3.4 – “Espaço híbrido: inteligência coletiva e o projeto WikipraçaSP” / “#WikiArouche”, pp.160-174.

⁸⁰ Ressaltamos, porém, que ainda que não se tenha chegado aos resultados esperados, a preocupação aparente em buscar elaborar projetos participativos, e chamar ao debate as populações marginalizadas/vulneráveis, já foi um avanço em comparação com gestões anteriores, mais

Os nós que ligam mercado de lazer segmentado, mercado imobiliário e políticas públicas são formados por agentes diversos como empresários, incorporadoras, municipalidade e movimentos sociais que se movem no espaço e movem o espaço, produzem diferenças e impactam a cidade e seu planejamento. (PUCCINELLI, 2017, p.182).

Esta citação, originalmente ao final do “Capítulo 3 – Território híbrido e políticas territorializadas: disputas em torno do largo do Arouche” (pp.138-182) da tese de Puccinelli (2017), ajuda a chamar atenção ao caráter multidimensional do social, assim como a sua complexidade, de atores e intenções, e de modos de agir em meio às geometrias de poder e intencionalidades distintas em conflitos e harmonias inerentemente espaciais. No caso, as diversas dimensões do social, políticas, econômicas, culturais, se entrecruzam num complexo emaranhado que supostamente poderia se resumir em estar (todos os atores inclusos) em favor da diversidade e dos LGBTs. Porém, como procuramos apontar, na medida em que pela primeira vez, ou ao menos de maneira mais evidente, chocam-se intencionalidades distintas, mas que porém, supostamente falam em nome de uma mesma causa, na busca pelo uso/apropriação de um espaço/território específico, se faz necessário colocar em evidência o recorte de classe (e demais recortes) destas intencionalidades distintas. Se antes os recortes de classe intra territórios LGBT existiam de forma não explicitamente/marcadamente conflitante, com as descidas dos interesses econômicos para o Centro, República e Arouche, se fez necessário por parte dos LGBTs marginais/vulneráveis que territorializam tais espaços se organizar de forma a contrapor as ações e discurso generalizante em prol dos LGBTs que não leva, de fato, todos os LGBTs em consideração, mas apenas aqueles economicamente melhor dotados, ou a causa como potencial de propaganda alinhado com “cosmopolitismo e diversidade”.

“conservadoras” no que se refere aos métodos, ou tratamento de questões sociais, ou mais especificamente LGBTs.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos contribuir para a compreensão da história das populações LGBT na Cidade de São Paulo por meio do enfoque analítico espacial, partindo da premissa da inerente espacialidade de todo e qualquer fenômeno social, sendo assim, socioespacial, e mediante contextualizações diversas, destacamos as questões, reflexos, importâncias e contradições das facetas espaciais neste recorte temporo-espacial proposto. Não pretendemos dar cabo de tão complexa, diversa e contraditória história, visto que o aprofundamento investigativo em quaisquer dos recortes históricos aqui propostos suscitaria novas questões, ou aprofundaria debates mencionados neste trabalho, mas que não caberiam dentro das possibilidades que este escrito se propôs a ser. Cabendo portanto a ressalva de que a narrativa que se construiu foi baseada na bibliografia consultada, e analisada à luz do referencial teórico já abordado, buscando coerência argumentativa e contribuir com a questão, mas que ainda assim, deve ser entendida enquanto um olhar, uma interpretação, que jamais pretenderíamos absoluta. Assim, funcionando como uma contribuição geográfica à estas multifacetadas questões e debate, visando a que se possa melhor pensar e quiçá compreender o fenômeno, ou mesmo, no caso das problemáticas contemporâneas, refletir-se em práxis em favor de territorializações “mais inclusivas”, conforme elabora Haesbaert:

“Amor por tudo aquilo que existe” é muito provavelmente o que deveria estar no centro de nossos processos de territorialização, pela construção de territórios que não fossem simples territórios funcionais de re-produção (exploração) econômica e dominação política, mas efetivamente espaços de apropriação e identificação social, em cuja transformação nos sentíssemos efetivamente identificados e comprometidos. Mister se faz, portanto, uma reapropriação dos espaços, o que seria uma efetiva reterritorialização na medida em que não haveria mais dicotomia entre domínio e apropriação do espaço, ou melhor, em que a apropriação prevaleceria sobre a dominação, pois o espaço apropriado por excelência, segundo Lefebvre, é o “espaço do prazer” (l’espace de la jouissance). (HAESBAERT, 2007, p.369).

Neste sentido, acreditamos ser possível entender, em alguma medida, temporo-espacialmente falando, as dinâmicas territoriais LGBT em São Paulo enquanto processos de disputa (mas também harmonia, em alguns casos) em que estas populações buscaram e buscam se (re)apropriar dos espaços conforme idealiza Haesbaert. De forma que neste processo, de territorializações individuais, clandestinas, efêmeras, precárias, e inclusive condenáveis ou passíveis de punição e/ou controle “legítimos”, pôde-se chegar em uma situação, com o passar de um século, muito mais inclusiva socioespacialmente

para as populações LGBT. Tendo isto sido possível, necessariamente, (também) por meio de processos de (re)territorialização, evidenciando a importância dos espaços, da faceta inerentemente espacial destes processos, e em especial para estas populações, em função de sua condição estigmatizada e marginalizada socioespacialmente.

Entretanto, como iremos construir novas identificações, novas territorializações e “amar tudo o que existe”, num mundo de crescente e abominável desigualdade, exclusão, segregação, violência e insegurança? Sem dúvida, seria redundante lembrar, para poder “amar tudo o que existe” e construir territórios efetivamente - que significa, sobretudo, “afetivamente” – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria “natureza”.

Ao mesmo tempo em que podemos estar fragilizando nossos territórios ou, para outros, nos “desterritorializando” na “modernidade líquida” a que se refere Bauman (2001), essas mesmas territorializações precárias podem ser o embrião de reterritorializações comprometidas com a reconstrução reflexiva que acredita e luta constantemente por uma sociedade mais justa e igualitária. Aí os territórios não seriam mais instrumentos de alienação, segregação, opressão e “in-segurança”, mas espaços estimuladores, ao mesmo tempo, da diversidade e da igualdade sociais. (HAESBAERT, 2007b, pp.369-370).

Das territorializações precárias individuais antes referenciadas, de meados de 1900 a 1945, passando pela formação das turmas, grupos, em espaços privados, e em alguma medida já no espaço público/semi-público, se apropriando de bares no centro da cidade até meados de 1969. Quando do recrudescimento do regime ditatorial militar e o espaço de oportunidade de politização social do desbunde do qual também floresceu entre os “LGBTs” da época a noção de politização de suas sexualidades e gêneros/expressões de gênero transgressoras da norma. Politização que se refletiu no despudoramento das apropriações e conflitos espaciais frente às instituições defensoras da “normalidade”, com o surgimento dos movimentos políticos sociais organizados, disputando a produção do discurso de si e seus espaços e direito à apropriação destes. Já a partir de 1983, em função da Aids, ocorre um esvaziamento espacial do “gueto” e agravamento do preconceito latente na sociedade contra LGBTs, mas também o devir de uma *linha de saída* na mobilização e união dos LGBTs. Isto se deu porque, com a Aids, houve compulsório envolvimento social amplo nas questões relacionadas ao vírus, e à “homossexualidade” vinculada a este. Resultando, apesar das fortes perdas, numa nova onda de movimentos LGBTs organizados em novas estruturas e marcados por um diálogo maior com, e “disputa pelo”, Estado. contexto do e no qual ampliou-se a visibilidade ao ponto de possibilitar a inserção social pela via mercadológica, enquanto segmento de mercado. Cenário no qual complexificam-se as relações socioespaciais entre os atores interessados nas questões LGBT, em meio aos jogos de poder e distintas

intencionalidades, cujo marco mais evidente se deu na 3ª parada do orgulho GLBT de 1999.

A partir deste momento, as questões da intencionalidade e da apropriação se complexificam, na medida em que a dominação territorial se estende ao campo apropriativo-simbólico, e o mercado media também, em alguma medida, as identidades LGBT, borrando os contornos e a clareza de um desenvolvimento direcionado ao ideal de (re)territorialização de Haesbaert citado acima. Assimilando a homossexualidade, e os LGBTs, em certos moldes, e beneficiando enormemente a causa, especialmente no âmbito da visibilidade, mas até certo ponto, estando mais interessada nela enquanto atração turística do que enquanto luta por direitos. Condicionando o acesso aos fins das aspirações políticas LGBT ao consumo, à possibilidade de consumir, inclusive espaços, e em última instância, sendo um entrave à justiça social para partes das populações LGBT, as partes que não podem pagar, ou não se enquadram no ideal mercadológico de suas identidades. Refletindo-se espacialmente, por fim, nos conflitos de territorialização e especulação imobiliária de diferentes parcelas LGBT no Centro de São Paulo, entre aqueles que veem nestes espaços a possibilidade de lucrar, inclusive fazendo uso de um discurso pró LGBTs e pró diversidade para tal, situação frente à qual, na medida do possível, se colocam as *famílias*, e LGBTs que habitam e se apropriam afetivamente destes espaços, num sentido que vai ao encontro daquele idealizado por Haesbaert nas citações acima.

Porém, apesar de todo o processo temporo-espacial que abordamos neste trabalho, a problemática da condição marginalizada socioespacial LGBT não foi resolvida, e ainda há riscos inclusive à integridade física de indivíduos LGBTs no Brasil, sendo recorrentes os casos de opressão LGBT-fóbica, ou casos que de alguma forma refletem essa opressão estrutural, como agressões, físicas e verbais, assassinatos ou suicídios Brasil afora, ou mesmo em São Paulo, inclusive em meio aos territórios historicamente apropriados que procuramos cartografar, que seriam locais supostamente mais seguros, conforme apontado ao longo deste trabalho. Mas que exatamente por ser sabido que estes locais congregam maior frequência de indivíduos LGBTs, por vezes acabam sendo alvos preferenciais deste tipo de opressão/agressão.

Levando em consideração o histórico das ordenações que ratificavam ações inquisitoriais, e depois os códigos penais vagos e permissivos a abusos de autoridade

com suposta legitimação de ordens morais e religiosas ou mesmo científicas, muito se avançou na conquista de direitos civis para LGBTs no Brasil ao longo deste último século, e em especial nos últimos 40 anos. Para retornar alguns pontos já citados, e mencionar novos avanços mais recentes, consideramos válido apontar para a despatologização da homossexualidade conquistada em 1985 junto ao Ministério da Saúde, a adoção do termo Orientação sexual, ou mesmo a resolução de 1999 do Conselho Federal de Psicologia que naturaliza a homossexualidade e proíbe que profissionais trabalhem visando a reverter ou “curá-la”.⁸¹ A própria iniciativa do governo Lula, em 2003, do programa “Brasil Sem Homofobia”, resultado da união de esforços públicos e de ONGs e ativistas, elencou 10 pontos para sua implementação visando essencialmente alcançar a cidadania homossexual e o combate à discriminação e preconceito⁸². Já no que se refere às uniões estáveis e aos casamentos homoafetivos, apesar de haver projetos de lei em tramitação desde a década de 1990, conforme já abordamos, foi via judiciário que se efetivaram estas possibilidades. Desde 2011 a união estável homoafetiva, e a partir de 2013 o casamento civil homoafetivo⁸³, passa por problemáticas de implantação, como a necessidade de proibir que cartórios se negassem a celebrar os casamentos⁸⁴.

No que se refere a avanços mais específicos das populações Trans, historicamente mais marginalizadas, mesmo intra LGBTs, desde 2002 os processos de redesignação sexual são contemplados pelo SUS do fenótipo masculino para o feminino, e desde 2010 do feminino para o masculino, apesar de o acesso real aos procedimentos ainda ser difícil, em função de burocracias, e haver filas de espera de anos a fio. Já a conquista do nome social se deu parcialmente desde 2009 quando foi aceito seu uso pelo SUS, e desde 2013 pelo ENEM, ou quando Dilma, em 2016, assinou decreto que permite que o nome social seja utilizado em quaisquer órgãos públicos, e em março de 2018, o STF passou a autorizar que pessoas trans possam registrar seus

⁸¹ Resolução que teve sua importância histórica, prática e simbólica ameaçada e alvo de polêmicas em Agosto/Setembro de 2017, quando um juiz procurou relativizar a resolução a pedido de uma psicóloga evangélica alegando que esta restringiria as possibilidades científicas, como se fosse uma censura à pesquisa na área da psicologia relativa à sexualidade, o que forneceria perigoso precedente para o retrocesso do entendimento e prática profissional da psicologia para com a questão da homossexualidade. <https://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-0199-e-mantida-em-decisao-judicial/>

⁸² http://www.spm.gov.br/area-imprensa/entrevistas_artigos/artigos/brasilemhomofobia

⁸³ <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>

⁸⁴ <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/05/11/Quais-os-efeitos-de-igualar-o-direito-de-heran%C3%A7a-da-uni%C3%A3o-est%C3%A1vel-ao-de-casamentos>

nomes e gêneros conforme sua autoidentificação, sem a necessidade restritiva, e controladora, portanto, da realização de cirurgia de redesignação sexual ou seja, que todo cidadão tem o direito a escolher como deseja ser chamado⁸⁵. Também em conquista recente, no dia nacional da visibilidade Trans (29/01), o Conselho Federal de Psicologia publicou a resolução 01/2018, que de forma análoga à resolução 01/1999 para a homossexualidade, proíbe o tratamento com viés patologizante das travestilidades e transsexualidades⁸⁶.

⁸⁵<https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>

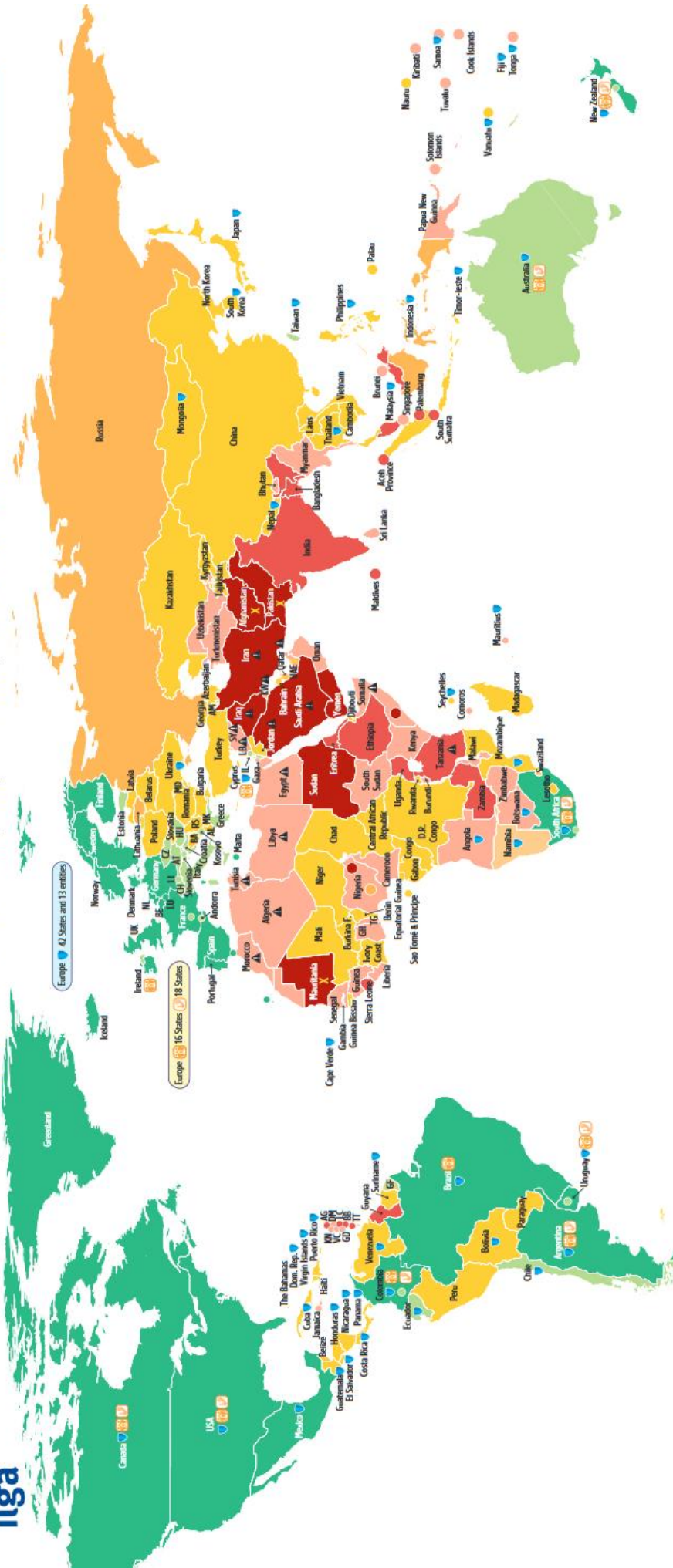
⁸⁶ <https://site.cfp.org.br/no-dia-da-visibilidade-trans-cfp-publica-resolucao-cfp-01-2018/>



SEXUAL ORIENTATION LAWS IN THE WORLD - OVERVIEW

ILGA, THE INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION

MAY 2017
ILGA.ORG



CRIMINALISATION

72 STATES

DEATH

implemented in 8 States (or parts of)

not implemented in 5 States

Religious-based laws alongside the civil code: 19 States



14 Y - life (prison)

14 States

Up to 14 Y

57 States

'Promotion' laws

3 States

No penalising law

In green, yellow and orange countries, same-sex sexual acts were decriminalised or never penalised: 123 States

PROTECTION

85 STATES

Many States run concurrent protections

Constitution

Employment

Various

Hate crime

Incitement to hate

Ban on 'conversion therapy'

9 States

72 States

63 States

43 States

39 States

3 states

RECOGNITION

47 STATES

A small number of States provide for marriage and partnership concurrently

Marriage

24 States



Joint adoption

26 States

Partnership

28 States



2nd parent adoption

27 States

The data represented in these maps are based on State-Sponsored Homophobia: a World Survey of Sexual Orientation Laws: Criminalisation, Protection and Recognition - an ILGA report by Angus Carroll and Lucas Ibarón Mendis. The report and these maps are available in the six official UN languages: English, Chinese, Arabic, French, Russian and Spanish on ILGA.org. This edition of the world map (May 2017) was coordinated by Angus Carroll and Lucas Ibarón Mendis (ILGA), and designed by Eduardo Enoki (eduardo.enoki@gmail.com).

Separate detailed maps for these three categories are produced alongside this Overview map.

Mapa 11 - Leis de Orientação Sexual no Mundo - Visão Geral (2017, Tradução Livre). O mapa da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans e Interssexuais elenca alguns fatores de relevância no que concerne as leis de situação civil da homossexualidade em diversos países do mundo, conforme legenda do próprio mapa. O Mapa também está disponível em Espanhol, dentre outras línguas. Fonte: https://ilga.org/downloads/2017/ILGA_WorldMap_ENGLISH_Overview_2017.pdf

Assim como o carnaval poderia passar a impressão errada acerca do Brasil no início do século XX, para algum estrangeiro que aqui passasse nesta época, em função da suspensão das sanções sociais de ordens morais e religiosas, também um leitor estrangeiro desatento, hoje, ao analisar o mapa 11 acima, poderia concluir que o Brasil é um ótimo lugar, seguro, para um LGBT viver. Com aparente amplo respaldo institucional do Estado, inclusive visando a proteção destas populações, o Brasil seria, aparentemente, equiparável aos países mais avançados nestes quesitos, como Canadá e alguns estados dos Estados Unidos da América, ou mesmo de boa parte dos países da União Europeia. Visto que este mapa reflete de forma sintética alguns dos avanços jurídico-legais mencionados acima nestas considerações finais, o que levaria à conclusão de que, novamente, o Brasil estaria próximo de alcançar uma situação socioespacial não-marginalizada, ou de plena cidadania para as populações LGBT que aqui residem.

Porém, ao nos atentarmos aos dados dos relatórios anuais sobre mortes por LGBTfobia produzidos pelo Grupo Gay da Bahia, o Brasil é o país no qual mais morrem LGBTs em função da LGBTfobia⁸⁷. Em 2017 a cada 19 horas um LGBT foi vítima de LGBTfobia, seja por meio de assassinatos, ou suicídio, totalizando 445 vítimas em 2017. Dos 445 totais, 387 assassinatos e 58 suicídios, e do total, 194 gays, 191 pessoas trans, 43 lésbicas, 5 bissexuais, e 12 heterossexuais. Ressalta-se que estimativas apontam que a população Trans é de cerca de 1 milhão de pessoas no Brasil, de forma que é alarmante ao pensar na quantidade de mortes de pessoas trans em comparação com a quantidade estimada de pessoas trans⁸⁸. De forma que o Brasil segue sendo, também, o país que mais mata pessoas Trans no mundo. A critério de comparação, segundo relatório, uma pessoa trans corre 22 vezes mais risco de ser vítima fatal de LGBTfobia do que um homem gay.

⁸⁷ Relatórios completos disponíveis em: <https://homofobiamata.wordpress.com/>

⁸⁸ <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/17/Assassinatos-de-pessoas-trans-a-posi%C3%A7%C3%A3o-do-Brasil-num-ranking-prec%C3%A1rio-mas-simb%C3%B3lico>

Conforme problematiza Eduardo Michelis, responsável pela sistematização do banco de dados base para o relatório, acerca da natureza dos crimes LGBTfóbicos em sua relação com o preconceito social:

“99% destes homicídios contra LGBT têm como agravante seja a homofobia individual, quando o assassino tem mal resolvida sua própria sexualidade e quer lavar com o sangue seu desejo reprimido; seja a homofobia cultural, que pratica bullying contra lésbicas e gays, expulsando as travestis para as margens da sociedade onde a violência é endêmica; seja a homofobia institucional, quando os Governos não garantem a segurança dos espaços frequentados pela comunidade lgbt ou vetam projetos visando a criminalização da homotransfobia. Mesmo quando uma travesti está envolvida com ilícitos como consumo de drogas, pequenos furtos, sua condição de “viado” aumenta o ódio e a violência na execução do crime. De Norte a Sul do Brasil se ouve dizer: “viado tem mais é que morrer!” e pais e mães, repetem como o Deputado Jair Bolsonaro, “prefiro meu filho morto do que homossexual!” A recente lei de “feminicídio” preconceituosamente excluiu as mulheres transexuais de sua abrangência”.

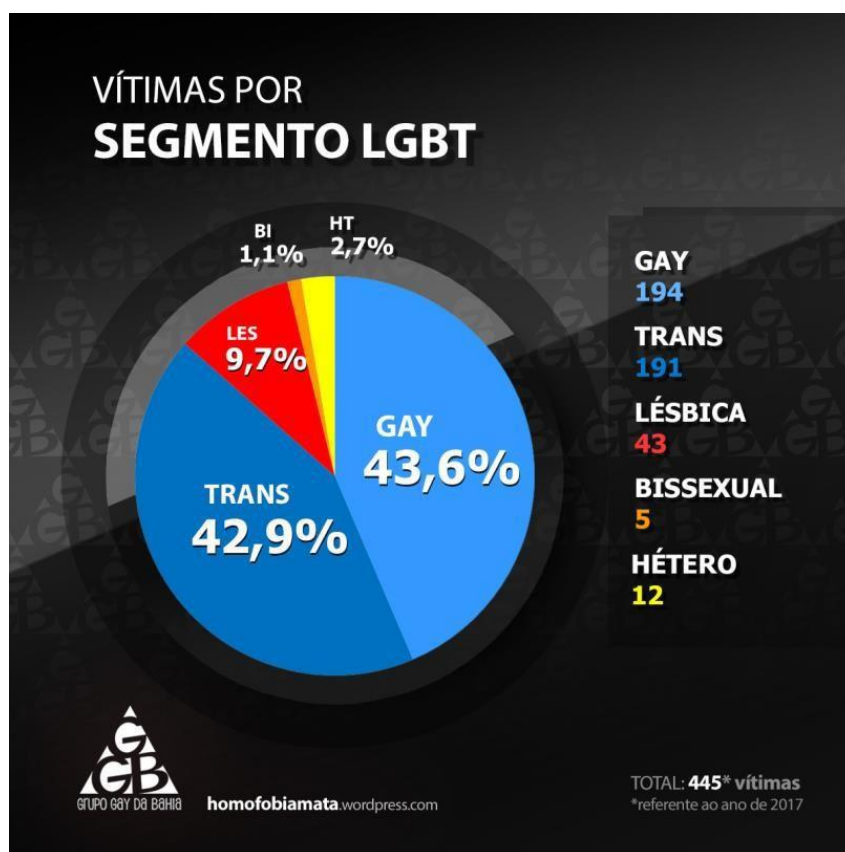


Gráfico 3 - Vítimas por segmento LGBT, retirado do relatório anual de 2017 de pessoas LGBT mortas no Brasil. (Relatório 2017 de Pessoas LGBT mortas no Brasil, 2017, p.13).

Segundo Luiz Mott, fundador do GGB, e um dos responsáveis pelo site e pelos relatórios, conforme citado no relatório de 2017:

Tais números alarmantes são apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue, pois não havendo estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, tais mortes são sempre subnotificadas já que o banco de dados do GGB se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais. A

falta de estatísticas oficiais, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, prova a incompetência e homofobia governamental, já que a Presidenta Dilma prometeu aprovar, mas mandou arquivar o projeto de lei de criminalização e equiparação da homofobia ao crime de racismo e o Presidente Temer não atendeu ao pleito do Movimento LGBT sequer para ser recebido em audiência. (Relatório 2017 de Pessoas LGBT mortas no Brasil, 2017, p.2).

Em outras palavras, apesar de alarmantes, considerando-se a natureza destas mortes, o ódio, a mesma estrutura social reprodutora da herança cultural LGBTfóbica que leva tais mortes a ocorrerem, ainda funciona como um impeditivo, tanto em nível estrutural governamental, quanto e por meio de indivíduos que socializados nesta herança de preconceitos, mesmo no exercício de suas atribuições (como um delegado responsável por registrar um crime, por exemplo), levado pelo preconceito, ignora a denúncia, ou não a registra como LGBTfobia, ou não dá andamento às investigações, etc.

Crimes contra minorias sexuais geralmente são cometidos de noite ou madrugada, em lugares ermos ou dentro da residência, dificultando a identificação e prisão dos autores. Quando há testemunhas visuais, muitas vezes estas se recusam a depor, devido ao preconceito anti-LGBT. Muitos policiais, delegados e juízes manifestam igualmente sua homotransfobia ignorando tais sinistros, negando sem justificativa plausível sua conotação de crime de ódio. (Relatório de pessoas LGBT mortas no Brasil, 2017, p.15).

Tais informações também evidenciam que, apesar de muitos avanços, e melhora significativa da condição de vida LGBT, levando em consideração os avanços elencados nestas considerações finais, a questão da herança cultural do preconceito, que se dissemina e se reproduz por meio de diversas instituições sociais, não será resolvida pontualmente, sendo necessário “atacar” suas bases, com a intenção de alterar tal problema enquanto algo estrutural. As conquistas junto ao Estado e as ações de grupos de militâncias e ONGs são essenciais, mas não bastam para resolver de fato o problema. Conforme mencionado, como aponta reportagem do jornal NEXO citada⁸⁹, os avanços junto ao Estado, na maioria das vezes, não tem sido do/no legislativo, mas sim concessões do judiciário e do executivo, que muitas vezes entram em disputa e contradição, sendo o poder legislativo, em geral, contrário a legislar de forma democrática visando garantir que os direitos destas minorias sejam respeitados e assegurados em forma de lei. Inclusive, muitas vezes, buscam justamente o contrário, cercear com base em preceitos morais e conservadores as conquistas e avanços de cidadania LGBT (Com pouquíssimas exceções como Marta Suplicy, ou Jean Wyllys,

⁸⁹ <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>

atualmente único parlamentar assumidamente não heterossexual). Muito em função do fato de que a Câmara e o Senado, estão muito ocupados por representantes de instituições que consagram e/ou seguem as morais que historicamente condenaram a diversidade de sexualidades e expressões de gênero, notadamente a religiões/instituições religiosas, e setores conservadores intimamente vinculados a esta moral.

Por exemplo, o projeto de lei 122 de 2006, que criminalizaria a homofobia de forma análoga ao racismo, como um crime de ódio, foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2011, mas arquivado pelo Senado em 2015. É válido mencionar, porém, que em função do assassinato do adestrador de cães homossexual Edson Neri da Silva, no dia 06 de Fevereiro de 2000, na Praça da República, foi sancionada em dezembro de 2001, no estado de São Paulo uma lei que pune “atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos homossexuais, bissexuais ou transgêneros” (SIMÕES & FRANÇA, 2005, pp.332-333). Edson estava de mãos dadas com o namorado, na Praça da República, território LGBT histórico, quando eles foram atacados por cerca de 30 homens e mulheres autointitulados “Carecas do ABC”, que brutalmente espancaram-no e mataram-no, além de desfigura-lo, fazendo uso de correntes, socos ingleses, chutes e pisoteamentos. Um vendedor que passava pelo local seguiu-os após o assassinato, e denunciou-os à polícia, que os prendeu em um bar no qual comemoravam o feito. À época, apenas três foram condenados a reclusão, e hoje nenhum deles se encontra preso⁹⁰.

Por vezes, também, o legislativo contraria articulações de avanços pró-LGBT feitas por outros poderes, em especial os do Executivo, “chantageando-os” em troca de governabilidade, como no caso de 2011 no qual o Governo Dilma cedeu à pressão parlamentar Evangélica e deixou de lançar o pacote “Escola sem Homofobia”, em troca de apoio para aprovação de outras pautas de interesse do Executivo. Conforme ficou pejorativamente conhecido, muito em função dos seus opositores e das desinformações disseminadas, o “Kit Gay” já estava pronto e trazia informações e materiais didáticos para o combate ao preconceito nas escolas, buscando via educação tentar mudar algo da herança cultural de preconceito contra LGBTs, ao abordar o respeito à diversidade logo

⁹⁰ <https://revistaladoa.com.br/2017/11/noticias/pesquisa-divulga-novos-dados-violencia-contra-transgeneros-no-mundo-brasil-lidera/>

na base da formação educacional da juventude brasileira⁹¹, etapa fundamental de um intento ao combate da disseminação e reprodução estrutural da referida herança preconceituosa. Além de casos de investidas do legislativo como o “Estatuto da Família” de 2015, que limitaria o respaldo constitucional e resoluções do judiciário no que se refere às uniões homoafetivas, na medida em que reduziria “família” apenas a união entre um homem e uma mulher, excluindo toda a diversidade inerente ao uso e configurações práticas do termo⁹².

Com este breve levantamento relativo aos avanços junto ao Estado em suas múltiplas esferas, mas em especial a Federal, não pretendemos dar conta desta questão, mas apenas apontar para as contradições que ainda revolvem a questão LGBT em termos jurídico-legais, e como estas se relacionam com e se refletem em contradições espaciais. Contradições que podem ser interpretadas como evidências, portanto, de que apesar das inegáveis contribuições que o mercado pôde dar às causas LGBT, sua resposta à estas não deu conta de solucionar a questão, e inclusive, nos casos abordados no item 3.4, as contradições deste colocaram em conflito interesses diversos intra LGBTs. Assim, sua influência e objetivos destoantes da causa podem se configurar até como um entrave à causa, ou mesmo “oportunismo” como muitos militantes afirmam, na medida em que houve sim muitos avanços, mas cuja implementação e acesso real estão restritos à parcelas das populações LGBT, em função de diversos recortes já mencionados ao longo deste trabalho, como classe, raça, identidade e expressão de gênero, e tudo isto também com relação ao espaço. É notória a coexistência nos mesmos espaços de situações análogas aos séculos da Inquisição e do Império, no que se refere ao preconceito contra LGBTs e marginalização social, com situações de pleno acesso à cidadania (mesmo que via consumo) e de expressão de sexualidades e gênero destoantes da ainda prevalente norma cis-heteronormativa.

Apesar dos avanços e do papel central que a questão espacial teve neste histórico, em função da condição socioespacialmente marginalizada, tanto do espaço do armário, quanto do espaço empírico, as questões socioespaciais LGBT ainda se encontram em processos de disputa e contradições, nas múltiplas facetas que compõem

⁹¹ <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>

⁹² <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497879-CAMARA-APROVA-ESTATUTO-DA-FAMILIA-FORMADA-A-PARTIR-DA-UNIAO-DE-HOMEM-E-MULHER.html>

o social, e nisto inclusas as questões eminentemente espaciais. Em função da maior complexificação das questões envolvendo as populações LGBTs em São Paulo a partir da terceira parada GLBT de 1999, conforme discutido, acreditamos ser necessários mais estudos, com maior proximidade aos objetos de estudo e enfoque espacial, para que seja possível compreender melhor as questões mais recentes, e atuais, algumas ainda em curso, e novas questões a se desenrolarem, como a guinada conservadora que acomete a política no país, as dinâmicas no Centro de São Paulo e as contradições do mercado “pró-LGBT”, as espacialidades LGBT periféricas, as formas de disputa entre os atores interessados no discurso pró-LGBT e as práticas reais destas intencionalidades, e em meio a tudo isto, o fenômeno da internet enquanto possibilidade de aproximação e articulação sem a proximidade física, mesmo que em função de organizar aproximações físicas, como no caso das *famílias LGBT*, assim como outras questões que se mostrem relevantes à melhor compreensão destes fenômenos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Glória da Anunciação. **Paisagens Metropolitanas**, In: CARLOS, A. F. A; OLIVEIRA, A. U. de; (orgs.). *Geografias de São Paulo 2 - A metrópole do Século XXI*, São Paulo, Editora Contexto, 2004.

ANTUNES, Pedro Paulo S. **Homofobia Internalizada: O preconceito do homossexual contra si mesmo**. São Paulo, Annablume, 2017.

BOYD, Nan A. **San Francisco's Castro District: From Gay Liberation to Tourist Destination**, In: *Journal of Tourism and Cultural Change*, 9:3, p. 237-248, 2011. DOI: 10.1080/14766825.2011.620122

COON, David R. **Sun, Sand, and Citizenship: The Marketing of Gay Tourism**, In: *Journal of Homosexuality*, 59:4, p. 511-534, 2012. DOI: 10.1080/00918369.2012.648883

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. In: *Revista NERA*, ano 8, n. 6. p. 24-34, janeiro/junho de 2005. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>

GREEN, James N. **Além do carnaval, Homossexualidade masculina no Brasil do Século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James N. **Homossexualidades e a História: recuperando e entendendo o passado**. In: *Revista Gênero*, Niterói, v.12, n.2, p. 65-76, 1º sem. 2012

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório anual de pessoas LGBT mortas no Brasil**, 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/>

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização, Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª Edição, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios e Multiterritorialidade: Um Debate**. In: *GEOgraphia*, Ano IX, Nº17, p. 19-46, 2007b.

HAESBAERT, Rogério. **Dilema de conceitos: espaço - território e contenção territorial**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2ª Edição, 2015.

HUGHES, Howard L. **A Gay Tourism Market**. In: *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*. 2005. 5:2-4, 57-74, DOI: 10.1300/J162v05n02_04

LANZARINI, Ricardo. G. S.; RIAL, Carmen. **Turismo Gay Na Ilha De Santa Catarina: Homossociabilidades e perspectivas**. In: *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades e deslocamentos*. Anais... Florianópolis, SC: UFSC, 2010.

LARSEN, Jonas; URRY, John. **The Tourist Gaze 3.0**. SAGE, London: SAGE publications, 3ª edição, 2011.

MACRAE, Edward J. B. N. **Em Defesa do Gueto**. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v.2, 1, p. 53-60, abr. 1983.

MARKWELL, Kevin. **Mardi Gras Tourism and the Construction of Sidney as an International Gay and Lesbian City**. In: *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, Vol.8, Nº1-2, p. 81-99, Duke University Press, 2002.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 4ª Edição, 2005 [1994].

MASSEY, Doreen. **For Space: A New Politics of Spatiality**. Londres: SAGE, 2005.

NASCIMENTO, Larissa de C.; NITO, Mariane K. & OLIVEIRA, Fernanda R. de. **Território, Cultura e Memória LGBT+: O patrimônio cultural como abordagem para a busca do direito à cidade**. In: *Cidade Queer, uma leitora*. p. 86-93, Edições Aurora / Publication Studio SP, São Paulo, 2017.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro, Caravansarai, 2003.

PERLONGHER, Néstor O. **O Negócio do Michê: Prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 2ª Edição, 1987.

PUCCINELLI, Bruno. **“Se essa rua fosse minha: sexualidade e apropriação do espaço na “rua gay” de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo – Guarulhos, 2013.

PUCCINELLI, Bruno. **Rua declinada no masculino: Sexualidades, Mercado imobiliário e Masculinidades no Centro de São Paulo (Brasil)**. In: *Revista Punto Género*, Nº6. Mayo de 2016. ISSN 0719-0417/113-126.

PUCCINELLI, Bruno. **Lar, Memória e Resistência: Reflexões sobre mercado Imobiliário, homossexualidades e o “tradicional bairro gay” da cidade de São Paulo**. In: *Cidade Queer, uma leitora*. p. 70-77, Edições Aurora / Publication Studio SP, São Paulo, 2017.

PUCCINELLI, Bruno. **“Perfeito para você, no centro de São Paulo”: Mercado, Conflitos Urbanos e Homossexualidades na produção da Cidade**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2017.

PRITCHARD, Annette; MORGAN Nigel J.; SEDGLEY Diane; KHAN, Elizabeth & JENKINS, Andrew. **Sexuality and Holiday Choices: Conversations with Gay and Lesbian Tourists**. In: *Leisure Studies*. 19:4, p. 267-282, 2000. DOI: 10.1080/02614360050118832

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 4ª edição, 2008.

SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro, Consequência, 2ª edição revisada e ampliada, 2015.

SILVA, José Fábio B. da. **Homossexualismo em São Paulo: Estudo de um grupo minoritário.** In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.* São Paulo: Editora da Unesp, 2005 [1958].

SILVA, José Fábio B. da. **Lembranças passadas a limpo: a homossexualidade masculina em São Paulo.** In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.* São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

SIMÕES, Júlio A.; FRANÇA, Isadora L. **Do gueto ao mercado.** In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.* São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

SMITH, Neil. **Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano.** In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N°21, pp. 15-31, 2007.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro: Record, 3ª edição, Revisada e ampliada, 2000.

TRINDADE, Ronaldo. **De dores e de amores: Transformações da homossexualidade paulistana na virada do século XX.** Tese de Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – São Paulo, 2004.

URRY, John; LARSEN Jonas. **The Tourist Gaze.** London, SAGE, 3ª edição, Revisada e ampliada, 2011.

VICENTE, Thiago. A. S. **Espaço Urbano e Sexualidade: A Territorialização da População LGBT no Largo do Arouche e na Rua Frei Caneca (São Paulo/SP).** Trabalho de Graduação Individual (Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – São Paulo, 2015.

VIERA, Paulo J. **Cidades Torcidas: Uma abordagem conceptual sobre (homo)sexualidades e espaço urbano.** Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa, 2011.

WHITEHEAD, Stephen, MOODLEY, Roy & TALAHITE, Anissa. **Gender and Identity: Key Themes and New Directions.** Don Mills, Ontario: Oxford, 2013.

ANEXOS

Anexo 1 - Código Penal de 1890, artigos 266, 282, 379 e 399.

CÓDIGO PENAL DE 1890

299

mento falso, ou fizer falsas declarações em juízo, verbaes ou escriptas, retractar-se antes de ser proferida sentença na causa.

Art. 264. Dar queixa, ou denuncia, contra alguém imputando-lhe falsa e dolosamente factos que, se fôsem verdadeiros, constituiriam crime e sujeitariam seu autor á acção criminal:

Pena — a do crime imputado.

TITULO VII

DOS CRIMES CONTRA A FAZENDA PUBLICA

Capitulo Unico

Do contrabando

Art. 265. Importar ou exportar, generos ou mercadorias prohibidas; evitar no todo ou em parte o pagamento dos direitos e impostos estabelecidos sobre a entrada, saída e consumo de mercadorias, e por qualquer modo illudir ou defraudar esse pagamento:

Pena — de prisão celllular por um a quatro annos, além das fiscaes.

TITULO VIII

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA HONRA E HONESTIDADE DAS FAMILIAS E DO ULTRAJE PUBLICO AO PUDOR

Capitulo I

Da violencia carnal

Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencia ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena — de prisão celllular por um a seis annos.

Paragrapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.

Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude:

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:

Pena — de prisão celllular por um a seis annos.

§ 1.º Se a estuprada fôr mulher publica ou prostituta:

Pena — de prisão celllular por seis meses a dois annos.

§ 2.º Se o crime fôr praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte.

Art. 269. Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa, com violencia, de uma mulher, seja virgem ou não.

Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e, em geral, os anesthesicos e narcoticos.

Capitulo II

Do rapto

Art. 270. Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, attrahindo-a por seducção ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gozos genesicos:

Pena — de prisão celllular por um a quatro annos.

§ 1.º Se a raptada fôr maior de 16 e menor de 21 annos, e prestar o seu consentimento:

Pena — de prisão celllular por um a tres annos.

§ 2.º Se ao rapto seguir-se defloramento ou estupro, o raptor incorrerá na pena correspondente a qualquer destes crimes, que houver commettido, com augmento da sexta parte.

Art. 271. Se o raptor, sem ter attentado contra o pudor e honestidade da raptada, restituir-lhe a liberdade, reconduzindo-a á casa donde a tirou, ou collocando-a em lugar seguro e á disposição

constrangendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes, por conta propria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios, para auferir, directa ou indirectamente, lucros desta especulação:

Penas — de prisão cellular por um a dois annos e multa de 500\$000 a 1:000\$000.

Capitulo IV

Do adulterio ou infidelidade conjugal

Art. 279. A mulher casada que commetter adulterio, será punida com a pena de prisão cellular por um a tres annos.

§ 1.º Em igual pena incorrerá:

1.º, o marido que tiver concubina teúda e manteúda;

2.º, a concubina;

3.º, o co-réu adultero.

§ 2.º A accusação deste crime é licita sómente aos conjuges, que ficarão privados do exercicio desse direito, se por qualquer modo houverem consentido no adulterio.

Art. 280. Contra o co-réu adultero não serão admissiveis outras provas senão o flagrante delicto, e a resultante de documentos escriptos por elle.

Art. 281. A acção de adulterio prescreve no fim de tres meses, contados da data do crime.

Paragrapho unico. O perdão de qualquer dos conjuges, ou sua reconciliação, extingue todos os effeitos da accusação e condemnação.

Capitulo V

Do ultraje publico ao pudor

Art. 282. Offender os bons costumes, com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em lugar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade:

Penas — de prisão cellular por um a seis meses.

TITULO IX

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO CIVIL

Capitulo I

Da polygamia

Art. 283. Contrahir casamento mais de uma vez, sem estar o anterior dissolvido por sentença de nullidade, ou por morte do outro conjuge:

Penas — de prisão cellular por um a seis annos.

Paragrapho unico. Se a pessoa tiver prévio conhecimento de que é casado aquelle com quem contrahir casamento, incorrerá nas penas de cumplicidade.

Capitulo II

Da celebração do casamento contra a lei

Art. 284. Celebrar o ministro de qualquer confissão as ceremonias religiosas do casamento, antes do acto civil.

Penas — de prisão cellular por um a seis meses, e multa de 100\$000 a 500\$000.

Capitulo III

Do parto supposto e outros fingimentos

Art. 285. Simular gestação e dar parto alheio por seu; ou tendo realmente dado á luz filho vivo ou morto, sonegá-lo ou substituí-lo:

Penas — de prisão cellular por seis meses a dois annos.

Paragrapho unico. Em igual pena incorrerá:

1.º, o marido, ou pessoa que cohabite com a ré, e que auxiliar, ou simplesmente assentir, á perpetração do crime;

2.º, o facultativo ou parteira, que, abusando de sua profissão, cooperar para o mesmo resultado; impondo-se-lhe mais

Capitulo IV

Das casas de emprestimos sobre penhores

Art. 375. Estabelecer casa de emprestimo sobre penhores sem autorização, ou tendo obtido esta, não manter escripturação regular na forma determinada nas leis e regulamentos do Governo:

Pena — de multa de 500\$ a 2:000\$000, sem prejuizo de outras em que incorrer.

Capitulo V

Do Fabrico e Uso de Armas

Art. 376. Estabelecer, sem licença do governo, fabrica de armas, ou polvora:

Penas — de perda, para a Nação, dos objectos apprehendidos, e multa de 200\$ a 500\$000.

Art. 377. Usar de armas offensivas sem licença da autoridade policial.

Pena — de prisão cellular por quinze a sessenta dias.

Paragrapho unico. São isentos de pena:

1.º os agentes da autoridade publica, em diligencia ou serviço;

2.º os officiaes e praças do Exercito, da Armada e da Guarda Nacional, na conformidade dos seus regulamentos.

Capitulo VI

Das Contravenções de Perigo Commum

Art. 378. Conservar soltos, ou guardados sem cautela, animaes bravios, perigosos, ou suspeitos de hydrophobia; deixar, neste ultimo caso, de dar aviso á autoridade publica para providenciar como o caso exigir;

Deixar vagar loucos confiados a sua guarda, ou quando evadidos de seu poder, não avisar a autoridade competente, para os fazer recolher;

Receber em casa particular, sem aviso prévio á autoridade, ou sem autorização

legal, pessoas affectadas de alienação mental;

Deixar o medico clinico de denunciar a existencia de doentes de molestia infecciosa á autoridade competente, afim de que esta possa providenciar opportunamente, na conformidade dos regulamentos sanitarios;

Destruir ou remover signaes collocados na via publica para prevenir algum sinistro ou advertir de perigo os transeuntes;

Dar aviso falso de incendio:

Pena — multa de 50\$ a 100\$000.

Capitulo VII

Do Uso de Nome Supposto, Titulos Indevidos e Outros Disfarces

Art. 379. Usar de nome supposto, trocado ou mudado, de titulo, distinctivo, uniforme ou condecoração, que não tenha;

Usurpar titulo de nobreza, ou brasão de armas que não tenha;

Disfarçar o sexo, tomando trajos improprios do seu, e trazê-los publicamente para enganar:

Pena — de prisão cellular por quinze a sessenta dias.

Paragrapho unico. Em igual pena incorrerá a mulher que, condemnada em acção de divorcio, continuar a usar o nome do marido.

Art. 380. Se por meio de algum dos artificios precedentemente mencionados, alguém conseguir de outrem dinheiro, ou utilidade:

Penas — as do art. 338.

Art. 381. Fingir-se empregado publico:

Pena — de prisão cellular por um a tres meses.

Se por esse meio conseguir obter de outrem dinheiro ou utilidade:

Penas — as do art. 338.

Se o ferro agarrar o cabo immerso e o deslocar, ou quebrar, a multa será dobrada.

Art. 390. Cortar, destruir, ou substituir por outras, sem licença da autoridade competente, as arvores plantadas nas praças, ruas e logradouros publicos; danificar os jardins e parques de uso publico:

Penas — de prisão cellular por oito a quinze dias, e multa igual ao valor do damno causado.

Capitulo XII

Dos mendigos e ebrios

Art. 391. Mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar:

Pena — de prisão cellular por oito a trinta dias.

Art. 392. Mendigar, sendo inhabil para trabalhar, nos lugares onde existem hospícios e asylos para mendigos:

Pena — de prisão cellular por cinco a quinze dias.

Art. 393. Mendigar, fingindo enfermidades, simulando motivo para armar á commiseração, ou usando de modo ameaçador e vexatorio:

Pena — de prisão com trabalho por um a dois meses.

Art. 394. Mendigar aos bandos, ou em ajuntamento, não sendo pai ou mãe e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu conductor:

Pena — de prisão cellular por um a tres meses.

Art. 395. Permittir que uma pessoa menor de 14 annos, sujeita a seu poder, ou confiada á sua guarda e vigilancia, ande a mendigar, tire, ou não, lucro para si ou para outrem:

Pena — de prisão cellular por um a tres meses.

Art. 396. Embriagar-se por habito, ou apresentar-se em publico em estado de embriaguez manifesta:

Pena — de prisão cellular por quinze a trinta dias.

Art. 397. Fornecer a alguém, em lugar frequentado pelo publico, bebidas com o fim de embriagá-lo, ou de augmentar-lhe a embriaguez:

Pena — de prisão cellular por quinze a trinta dias.

Paragrapho unico. Se o facto fôr praticado com alguma pessoa menor, ou que se ache manifestamente em estado anormal por fraqueza ou alteração da intelligencia:

Pena — de prisão cellular por dois a quatro meses.

Art. 398. Se o infractor fôr dono da casa de vender bebidas ou substancias inebriantes:

Pena — de prisão cellular por um a quatro meses, e multa de 50\$ a 100\$000.

Capitulo XIII

Dos vadios e capoeiras

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mistér em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover á subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena — de prisão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1.º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de quinze dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2.º Os maiores de quatorze annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinaes industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Se o termo fôr quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a